

CATECISMO MAIOR

O FIM SUPREMO DO HOMEM

Pergunta 01: *“Qual é o fim supremo e principal do homem?”*

Resposta: *“O fim supremo e principal do homem é glorificar a Deus(Rm 11.36; I Co 10. 31) e gozá-lo para sempre”(Sl 73. 24- 26; Jo 17. 22- 24).*

a- **Glorificar a Deus:** Sintética e esquematicamente, é o reconhecimento humano, mental e expressivo, da indiscutível e absoluta soberania do Criador, único merecedor da veneração e louvor da criatura. A glória devida ao supremo Senhor pode ser ativa e passiva:

Ativa, aquela procedente da ação consciente, segundo a expressão da vontade do homem, e adquire significado lógico ou simbólico. O voltar-se deliberada e irrestritamente, em adoração, para o Senhor da vida, significa ato volitivo de: Glorificar(doxazo) a Deus, conferir-lhe a glória devida, honrá-lo, adorá-lo, exaltá-lo, cultuar-lhe o nome, submeter-se à sua autoridade, ser-lhe propriedade exclusiva, servi-lo incondicionalmente. Glorificação conscientemente ativa, quando a inteligência humana submete-se, serviçalmente, ao seu augusto Rei.

Passiva, a estampada na natureza inanimada e animada. Toda criação Deus a formou para sua própria glória, conforme o curso natural do universo e a peculiaridade de cada coisa, de cada ser. Ao homem, porém, Deus o criou não somente para ser-lhe glória estética passiva, mas, e principalmente, expressar-lhe honra e adoração racionais. Tal liturgia existencial emana de sua condição de “*imago Dei*” e de sua capacitação para receber, reter e externar conhecimentos revelados. Para glorificá-lo intelectiva e espiritualmente, o Criador o fez à sua semelhança. A posição privilegiada do homem, criatura extremamente exaltada por Deus, ressalta-se com nitidez no conjunto geral dos seres criados. As Escrituras pintam o quadro do mundo recém-criado assim: Paisagem de fundo e moldura: a natureza física e biológica. No meio, em cores mais vivas e exuberantes: o Jardim do Éden com plantas ornamentais e frutíferas, animais domésticos e selvagens. No centro do jardim, ressaltado, evidenciado e honrado, o homem, figura eminente, proeminente, racional, emocional e espiritual; em si mesmo, clímax da criação, e por si, glória maior do Criador. Tudo Deus fez, especialmente o homem, para sua própria glória. Podemos, pois, sustentar que “o fim principal de toda criação é glorificar a Deus e louvá-lo para sempre”: *“Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos”(Al 19. 1)*. Para o homem, o louvor a Deus, além de ser um requisito natural, é um dom da graça e um privilegiado dever.

b- **“Gozá-lo para sempre”:** Eterna comunhão da criatura com o Criador, a condição permanente do filho na companhia de seu Pai, no estado em que foi criado e sob constante zelo, proteção e direção paternos. A queda desfez o gozo da filiação divina, acabou com a felicidade do lar original, onde a unidade prevalente era: Deus-Marido- esposa- filhos. A salvação em Cristo, reconciliando o pecador com o Salvador,

restaura o homem à condição de filho de Deus, conferindo-lhe paternidade divina, dando-lhe uma santa e gozosa fraternidade na casa do Pai: relativamente aqui e absolutamente na eternidade.

Esquecer não se deve que o homem é um ser muito complexo: composto do material e do espiritual; do irracional e do racional; do cognitivo e do instintivo; do transitório e do eterno; do destinado ao pó e do ordenado aos céus. Com a queda, um elemento perturbador, o pecado, entrou na natureza humana, complicando ainda mais o que já era muito complicado. Agora podemos dizer, referindo-nos ao salvo em Cristo, que o homem é, simultaneamente, santo e pecador: santo por justificação e pecador por natureza. Espiritual e psicologicamente o homem oscila hoje, a partir de si mesmo, entre Deus e o ego; entre o ego e o tu (pessoa íntima, interativa); entre o ego e o outro (pessoa menos íntima). A centralização em Deus fica-lhe extremamente difícil; somente a graça restaura-lhe a comunhão com Deus.

DE IMAGEM DE DEUS À IMAGEM DE SI MESMO

O homem, segundo as Escrituras, veio à existência trazido pelas mãos de Deus para ser instrumento da vontade do Criador, servi-lo e cultuá-lo com todas as suas forças e potencialidades: inteligência, razão, memória, dons, criatividade, produtividade, liderança e espiritualidade. A auto-suficiência, o egocentrismo e a egolatria são desvios decorrentes da queda. O tentador induziu o ser humano a deslocar o centro controlador de sua vida do Criador para a criatura. Sem a bússola divina a humanidade perdeu-se. Aquele que antes se voltava para o Senhor, voltou-se para si mesmo, ensimesmou-se, sensualizou-se, materializou-se, endeusou-se. Impotente, insuficiente, inábil e incapaz de gerir-se, torna-se vítima da malignidade pessoal e alheia, tem seu mecanismo de orientação danificado, desorienta-se, fica à deriva, angustia-se. Os sentidos, bases falsas de seus rumos vitais e comportamentais, dão-lhe imensas alegrias sensuais e lhe causam sofrimentos insuportáveis.

GLORIFICAR A DEUS

De Deus procede toda a benignidade, plena na semente original e rudimentar na humanidade reprovada. O Criador honrou e glorificou o homem (Sl 8), criando-o à sua imagem e semelhança (Gn 1. 27), conferindo-lhe majestade e grandeza, dotando-lhe incríveis poderes, todos, porém, limitados aos propósitos divinos. O pecado afasta a criatura de seu Criador e o conflita com o semelhante. Em Cristo, porém, os eleitos são regenerados e reconciliados com Deus. Agora, na pessoa do Filho, o Pai diz a cada redimido: *“Tu és meu filho amado, tua vida me dá prazer”*. Cada regenerado em Cristo torna-se uma glória para o Salvador e uma honra ao seu nome. Glorificar a Deus significa dedicar-lhe submissão, obediência, respeito, adoração e serviço, virtudes dos agraciados com a redenção. O servo de Cristo é perene glorificador de Deus. A harmonia consistente e permanente entre o Redentor e os redimidos é a forma mais viva e existencial de adoração e louvor. Quem pode dizer pelo Espírito: *“Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim”* (Gl 2.20), este voltou a ser imagem e semelhança de Deus, entrou no gozo eterno de seu Senhor.

GOZÁ-LO PARA SEMPRE

Receber as bênçãos de Deus e ser-lhe bênção é gozá-lo aqui, no tempo que se chama hoje, e na eternidade. Aquele em quem o Espírito habita experimenta o permanente gozo de estar em Cristo, servi-lo ativamente e alegrar-se nele

incondicionalmente. Deus se compraz com os seus eleitos, aqueles que estão em seu Filho amado Jesus Cristo e o servem dia e noite. Cristo vive no gozo do Pai, à sua destra no trono da realeza trinitária; nós vivemos no do Filho, à sua direita, sob sua proteção, misericórdia e graça.

A idéia subjacente à afirmação catecismal: “*Glorificar a Deus e gozá-lo para sempre*”, é a de um filho, na cultura patriarcal, que não abandona o seu pai, não quebra a unidade do clã, não aborrece e nem entristece a sua família, não procede como os dois filhos da parábola em que um abandona o pai, o mais novo, e outro menospreza o irmão. No sistema tribal, as realizações pessoais, paterna e filial, derivavam da interação consistente entre pai e filho; um, galardão do outro. Deus nos criou para vivermos com ele. O pecado nos separou. Cristo nos reconciliou. Somos agora, os reconciliados: *um* com o Filho como ele é *um* com o Pai. Voltamos, pois, pela mediação do Messias, ao gozo da comunhão com Deus na fraternidade dos santos. O crente verdadeiro, pois, *glorifica a Deus e o goza para sempre*. Não há poder capaz de arrancá-lo dos braços de Cristo.

A glória de Deus foi vista na face de Moisés, no rosto de Cristo, nos semblante dos apóstolos; sentida no gemido dos mártires e no testemunho de todos os cristãos autênticos. O filho é a alegria do pai, que se vê na pessoa de seu herdeiro; cada filho, no entanto, deve honrar e dignificar o seu pai. Assim somos e assim devemos ser, como filhos, para o nosso Pai celeste.

Onezio Figueiredo

CATECISMO MAIOR

O DEUS QUE SE REVELA

Pergunta nº 02: “*Donde se infere que há um Deus?*”

Resposta: *A própria luz da natureza no espírito do homem e as obras de Deus claramente manifestam que existe um Deus(Rm 1. 19, 20; Sl 19.1- 4); porém, só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficazmente aos homens para a sua salvação”(I Co 2. 9, 10; I Co 1. 21; II Tm 3. 15- 17).*

MODOS REVELACIONAIS

Há, Segundo o Breve Catecismo, quatro modos revelacionais; dois gerais, firmados na grandeza, na beleza, na harmonia cronométrica dos corpos celestes, na sincronia de seus movimentos universais e na inteligência manifesta em toda obra criada, especialmente a do homem: I. 01- *A luz da natureza no espírito do homem.* I. 02- *As obras de Deus.* Dois modos especiais, mais que modos: fontes revelacionais: II. 01- *As Escrituras Sagradas.* II. 02- *O Espírito Santo.*

I. 01- A luz da natureza no espírito do homem

O homem, dotado por Deus com o espírito, capacitado se tornou para compreender e apreender as ações criadoras, providenciais, gerenciais e redentoras de seu Pai celeste, soberano e inteligente. De estrutura psicossomática, é essencialmente religioso, não por natureza, como dizem alguns, mas por criação: feito à imagem e semelhança de seu Criador. Em todas as épocas, em todas as raças, pessoas de todas as culturas, errada ou acertadamente, creram, e ainda crêm, em divindades ou entes superiores atuando na ordem natural, dentro dela ou acima dela. A crença em um poder supremo, pessoalizado ou não, é inerente ao homem, criatura propensa ao misticismo e à espiritualização. Que existe um Deus criador, genuinamente espiritual, pai do bem, mentor das leis morais, o homem percebe pelo espírito que constitui a essência de sua estrutura pneumossomática. Eis porque, rigorosamente falando, nenhum ser humano pode alegar ignorância perante o juízo de Deus. A sua capacidade, espiritualmente perceptiva, responsabiliza-o diante de Deus. A inocência é incompatível com o “homo sapiens”, reconhecidamente racional, conhecedor do bem e do mal(Cf Rm 1. 18- 20).

I. 02- As obras de Deus

O imensurável cosmo em movimento harmônico e sincrônico; a flora, pródiga em flores, cores, perfumes, essências e frutos; a fauna variadíssima, terrestre a aquática; a terra riquíssima em minerais e pedras preciosas; o mar, insondável e maravilhoso; o ser humano, coroado de honra(Sl 8. 5-8), inescrutável em sua personalidade, racionalidade, sensibilidade, percepção e inteligência; todas estas criações não podem ser, e efetivamente não são, obras do acaso: foram pré-determinadas, criadas e ordenadas por Deus, o Criador, Governador e Mantedor de tudo. O inimaginável universo, de macros e microorganismos, submete-se a rigorosas leis físicas, biofísicas e genéticas da dinâmica e da inércia, da existência e da vida. Nada existe sem propósitos definidos e objetivos preordenados, marcas da ação criadora e providente de um Deus onisciente, onipotente e soberano. A inteligência de Deus percebe-se na inteligente e complexa obra da criação.

II. 01- As Escrituras Sagradas

A idéia de um ser imaterial transcendente é comum a todos os povos, inata no homem, imagem de Deus. A revelação, porém, de uma divindade pessoal, única, criadora, governadora, mantenedora do universo e da vida, justa, amorosa e paterna é específica e exclusiva das Escrituras. O Deus da Bíblia não é conceito vago de uma força transcendente qualquer, mas revelação direta de Javé aos pais, aos profetas, culminado com sua encarnação em Jesus Cristo. A natureza possibilita a concepção de um ente superior por dedução ou até por indução. As Escrituras, no entanto, mostram-nos claramente o Deus da revelação, da relação direta com o homem, da comunhão com ele por meio de Jesus Cristo. Fora da Bíblia não se há de conhecer o Deus pessoal e verdadeiro.

II. 02- O Espírito Santo

O Espírito Santo, agindo em nós, ilumina-nos para compreendermos a Palavra de Deus e apreendermos o sentido correto da revelação. O conhecimento revelado de Deus não é de natureza intelectual, mas revelacional; e o mestre por excelência da verdade escriturística é o Espírito Santo. Por ele a inteligibilidade das Escrituras efetiva-se na mente dos eleitos sem nenhuma correlação com a intelectualidade. Portanto, a certeza de que Deus existe e age no mundo e em nós é obra do Paráclito, o intérprete do Verbo na mente e na consciência do regenerado, e isto exclusivamente por meio das Escrituras.

A natureza viabiliza o surgimento dos ídolos, da idolatria e do paganismo; a revelação cria o autêntico conhecimento de Deus e gera a verdadeira adoração em espírito e em verdade.

CATECISMO MAIOR

A PALAVRA DE DEUS

Pergunta 3: O que é a Palavra de Deus?

Resposta: *As Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamentos, são a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática*” (II Tm 3. 15- 17; II Pe 1. 19- 21; Is 8. 20; Lc 16. 29, 31; Gl 1. 8, 9).

AS ESCRITURAS NA FÉ REFORMADA

Três proposições fundamentais da fé evangélica reformada são delineadas na resposta acima. Ei-las:

- a-** As Escrituras, Velho e Novo Testamentos, são a Palavra de Deus.
- b-** As Escrituras são a nossa única regra de fé
- c-** As Escrituras são a nossa única norma de conduta.

INTEGRALIDADE E INTEGRIDADE DAS ESCRITURAS

Toda Bíblia, e não algumas de suas partes preferenciais, é a Palavra de Deus; dela não se destacará um dos testamentos ou fração testamental como base dogmática. A doutrina que não emerge de citação explícita da sacra revelação e não tenha comprovação clara ou dedução consistente de um amplo universo escriturístico, não pode ser qualificada de bíblica. Um tópico isolado, sem a iluminação de outros, carece de legibilidade doutrinal. A revelação não é pontilhar, mas conjuntural, global, sucessiva, histórica e conclusiva, com princípio, meio, objetivos e fim. Sem contexto não se interpreta um texto. Deus nos fala pelas Escrituras, privativamente por elas, sendo a sua totalidade, de Gênesis a Apocalipse, revelada, “inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra” (II Tm 3. 16, 17).

Sobre a Bíblia a Reforma estabeleceu os seguintes fundamentos:

Autoridade das Escrituras

Os reformadores postularam e estabeleceram o primado da autoridade das Escrituras sobre a do clero e a da tradição. O romanismo dos tempos da Reforma, que perdura, sustentava e sustenta a tese da insuficiência da Bíblia em matéria revelacional. Não sendo, para o catolicismo, a única regra de fé e o exclusivo parâmetro comportamental e ético, ela precisa ser complementada pela tradição, pela patrística, pelos concílios e pelo magistério eclesiástico, todos com o mesmo peso e a mesma autoridade da revelação bíblica e, em muitos casos, acima dela. Por exemplo, o Papa, suposto sucessor de Cristo, quando fala da “cathedra” de Pedro em assunto de fé e de moral é infalível; o que ensina é incontestável e deve ser aceito e crido universalmente por todos os fiéis como “palavra revelada”. Os reformadores rejeitaram a tradição como patrimônio sagrado da Igreja e o magistério eclesiástico como gerador de preceitos revelados. Declararam a Escritura Sagrada, e somente ela, como *Palavra de Deus*, eficaz e suficiente para comunicar ao mundo o conhecimento necessário de Deus e promover a salvação dos pecadores em Cristo Jesus. Não priorizaram a Septuaginta, versão grega das Escrituras, em virtude de sua rejeição pelos judeus palestinos e por conter livros

apócrifos(Tobias, Judith, Sabedoria, Eclesiástico, Baruque, I e II Macabeus, acréscimos de Ester, a partir de 10. 4, e de Daniel, cap. III. 24 - 90 e capítulos XIII e XIV). O zelo escribal israelense não permitiu adições ao Velho Testamento hebraico. Os pais da Reforma descartaram, por outro lado, a Vulgata de Jerônimo, versão latina oficial da igreja dominante. Retomaram a Bíblia judaica da Palestina, escoimada dos livros e acréscimos não canônicos, vertida magistralmente por Lutero em um alemão modelar e acessível, modelo de sucessivas traduções protestantes.

Regra de Fé

Para os reformados as Escrituras são a única autoridade em assuntos de fé e de moral: “ Sola Scriptura”. cremos no Deus que elas revelam. cremos no Deus que por elas se revela. cremos no Deus que nelas nos fala. cremos no Verbo, Jesus Cristo, o locutor e revelador do Pai. cremos no Espírito Santo, o inspirador e mestre das Escrituras. Nada além, acima e fora da Bíblia. Ele é a fonte de nossas doutrinas, nossa fé confessional, nossos sacramentos, nossa liturgia, nossa disciplina, nosso ministério.

Norma de conduta

A ética protestante é, em última análise, fundamentalmente bíblica. A sua moral estriba-se nos preceitos escriturísticos, no primado do amor ágápio e na ilibada conduta do Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, modelo indutor das virtudes: verdade, honestidade, sinceridade, misericórdia, perdão, tolerância, justiça, fraternidade, submissão, obediência e piedade. O regenerado converte-se em imagem e semelhança de Cristo, torna-se **um** nele como Ele e o Pai são **um**.

A Bíblia nos conduz a Deus e nos dirige no mundo; é a luz que nos guia, clareia o nosso caminho, revela a nossa face ao próximo, desnuda-nos perante o Redentor, mostra a vontade do Salvador ao corpo dos redimidos e a cada um de seus membros. Ela é mais que um frio código de moral, é força moralizante, transformadora, vivificadora, condutora, consoladora, santificadora e produtora da mais sólida esperança e da mais inabalável fidelidade ao Criador do universo e Salvador dos eleitos.

CATECISMO MAIOR

ESCRITURAS, PALAVRA DE DEUS

Pergunta 4: *“Como se demonstra que as Escrituras são a Palavra de Deus?”*

Resposta: *Demonstra-se que as Escrituras são a Palavra de Deus pela sua majestade e pureza de seu conteúdo, pela harmonia de todas as suas partes e pelo propósito do seu conjunto, que é dar a Deus toda glória; pela sua luz pelo poder que possuem para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para a salvação(At 10. 43; Rm 16. 25 - 27; Hb 4. 12; Sl 19. 7 - 9). O Espírito de Deus, porém, dando testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas no coração do homem, é o único capaz de completamente persuadi-lo de que elas são realmente a Palavra de Deus”(Jo 16. 13, 14; I Co 2. 6 - 9).*

A BÍBLIA É A PALAVRA DE DEUS

Escrituras, registros da revelação, não compêndio de conhecimentos humanos. Sabemos que elas são a Palavra de Deus por elas mesmas, fontes do conhecimento revelado, e pelo testemunho interno do Espírito Santo. Elas abrem a mente do eleito para entendê-las; iluminam o seu caminho para que ande segundo a vontade do Salvador; indicam-lhe a ética segundo os propósitos divinos; centralizam-lhe a fé exclusivamente no Deus verdadeiro, desviando sua religiosidade de todas as divindades falsas.

Os fundamentos probatórios das Escrituras são as próprias Escrituras, conforme a resposta acima destaca: a- Majestade e pureza de seu conteúdo. b- Harmonia de todas as suas partes. c- Propósito de seu conjunto: Glorificar a Deus. d- Luz e poder para convencer e converter pecadores. e- Poder para edificar e confortar os crentes para a salvação. f- O testemunho interno do Espírito Santo.

a- Majestade e pureza de seu conteúdo.

Sobre Deus. A Bíblia, revelada por Deus e reveladora de Deus, trata o único ser divino realmente existente com profunda, respeitosa e honrosa reverência, ressaltando-lhe, de maneira inconfundível, a pessoalidade, a dignidade, a santidade, a soberania, a onipresença, a onipotência e a onisciência, além de demonstrar por meio de profecias, leis, atos e fatos regenciais e redentores que o Deus de Israel e da Igreja é Rei do universo, Senhor da história, Redentor dos eleitos e supremo Juiz de todos os homens; um Deus imortal que transmite, por sua infinita graça, a imortalidade aos seus escolhidos e lhes perdoa os pecados.

Sobre o homem. As Escrituras retratam a pessoa humana com realismo, sem retoques, sem falsos idealismos ou fantasiosas mistificações. Elas mostram a feia e dura face do pecador e não ocultam os seus pecados, a sua fragilidade, a sua pecaminosidade e a sua incapacidade de auto-regeneração. Elas não são panegíricos de beatos, mas retratos da realidade com alguns pontos luminosos em telas de sombras e escuridão.

Sobre a comunicação. Nas profecias, nas instruções didáticas e nas ordenanças imperativas as Escrituras falam com autoridade real, elevação e magnitude. A nobreza de seu conteúdo é patente da primeira à última frase. Quem as lê confronta-se com a seriedade e autenticidade de seu conteúdo, com a grandeza do onipotente Senhor que

por elas se verela e com a insuficiência, carência e limitação de todos e quaisquer servos.

b- **Harmonia das partes.** As Escrituras contêm dois temas fundamentais e gerais, harmonizados entre si: *Revelação* e *salvação*. Muitos estudiosos, no entanto, ficam retidos nos acidentes de percurso ou embasbacados diante de quadros circunstanciais, que ornamentam os painéis e emolduram as paisagens da longa via pela qual passou a realíssima história da redenção. Quem se detém nas partes não vê a harmonia do todo, não percebe a realidade global.

c- **Propósito do conteúdo.** O propósito final das Escrituras é estabelecer permanente relação entre Deus e o seu povo pela correlação entre Cristo e seus redimidos. A Bíblia é o meio pelo qual Deus se faz inteligível ao homem, fala-lhe ao coração e à mente, atinge-lhe a razão, norteia-lhe os sentimentos, controla-lhe as emoções, promove-lhe a conversão e a santificação, tudo, porém, mediante a instrumentalidade do Santo Espírito.

d- **Testemunho interno do Espírito.** Sem o testemunho interno do Espírito Santo, que habita o regenerado, as Escrituras ficam ininteligíveis. Ele, que inspirou os profetas, ilumina o eleito para a correta e necessária compreensão das Escrituras, dinamizando e vitalizando o seu conteúdo.

CATECISMO MAIOR

DIDÁTICA BÍBLICA

Pergunta 5: “*O que é o que as Escrituras principalmente ensinam?*”

Resposta: *As Escrituras ensinam principalmente o que o homem deve crer acerca de Deus, e o dever que Deus requer do homem”*(Jo 20. 31; II Tm 1. 13).

1- O QUE SE DEVE CRER SOBRE DEUS

1.1- **Que Deus é pessoal.** Como pessoa revela-se nas e pelas Escrituras. Não o compreende quem rejeita a sua pessoalidade, imaginando-o uma potência cósmica, um poder difuso na ordem natural, uma força mística impregnada nos corpos terrestres e celestes. Deus é, segundo a Bíblia, uma pessoa eterna, absolutamente perfeita, criadora do homem à sua imagem e semelhança para relacionar-se com ele pessoalmente, o que efetivamente está condicionado para fazer. O Deus das Escrituras, portanto, não se confunde e nem se identifica com a dinâmica física ou biofísica da ordem criada. Ele, rigorosamente falando, não é a “causa não causada” de todos os seres e fenômenos; é o soberano Criador de tudo. Embora pessoal, Deus é Espírito transcendente(Is 55. 8, 9). Qualquer representação física ou materialização da divindade ofende-lhe o caráter metafísico e lhe restringe, aos olhos humanos, a imensurável grandeza.

1.2- **Que Deus é Trino.** Deus é UM em três pessoas distintas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Não há três divindades associadas num panteão, integradas por familiaridade, unidas por objetivos comuns de governo; há UM só Deus em três pessoas consubstanciais, coiguais, coessenciais e coeternas. Cada pessoa trinitária se faz presente nas demais por consubstancialidade, coessencialidade e coespiritualidade e propósitos comuns.

1.2- **Que Deus é Salvador.** Deus se revela, primeira e principalmente, como Salvador, realizando uma salvação por intervenção direta e envolvente, penetrando fundo na história e na vida dos salvos. A partir da consciência e da ciência revelada do Deus-Salvador, é que Israel percebeu, assimilou e aceitou a doutrina do Deus-Criador. A salvação ilumina e condiciona o salvo para compreender e apreender corretamente a criação, habilitando-se louvar o Criador. Fora, à margem e contra o Salvador não se enxerga o verdadeiro e soberano Criador de todas as coisas, governador do universo, preservador da ordem criada.

1.3- **Deus é Criador.** Para as Escrituras e a fé cristã Deus é realmente Criador, um ser absolutamente inteligente, racional, autônomo, independente, poderoso, imutável, infalível, de vontade própria e visão global ilimitada do tempo e do espaço. Sendo perfeito e santo, tudo fez completo e bom. O Criador revelado nas Escrituras nada tem a ver com o “ Grande Arquiteto do Universo”, que não passa de escultor, moldando matéria preexistente. Ele criou tudo do nada(Creatio ex nihilo), retirou o “ser” do “não ser”, a matéria da “não-matéria”, criou a vida biofísica mortal e dotou o homem com um espírito imortal.

2- O QUE DEUS REQUER DO HOMEM

2.1- **Que lhe seja servo.** O homem somente será senhor de si mesmo, sendo servo Deus. Submisso ao Criador, torna-se instrumento de sua vontade para realizar os mandatos recebidos: a- Ser no mundo imagem de seu Senhor e Pai. b- Louvá-lo e

glorificá-lo para sempre. c- Administrar o ambiente natural, preservando-o para o seu próprio bem e para glória do Criador. d- Exercer domínio sobre animais terrestres e aquáticos. Em estado de rebeldia, o homem danifica-se a si mesmo, conflita-se com o semelhante, depreda a natureza. O servo de Deus, eleito e chamado, dedica-se ao *serviço da adoração e à adoração do serviço*.

2.2- Que lhe preste culto. O homem foi criado para, prioritariamente, prestar culto ao Deus único, Salvador, Criador e Preservador da criação e da humanidade. Ao homem Deus ordena: “ Não terás outros deuses diante de mim”, imaginado ou concretizado em pinturas ou esculturas, entes vegetais, minerais, animais ou cósmicos(Ex 20.2-5; Dt 4. 15-19). Deus não suporta a idolatria, principal consequência da depravação humana. Os seus adoradores autênticos adoram-no em espírito e em verdade, não somente nos encontros litúrgicos dos templos, mas, e especialmente, na operosidade diária, pois a vida do “doulos”(escravo) não lhe pertence, é de seu Senhor. O ateu e o falso crente são, em decorrência da incredulidade, antropocêntricos. O “doulos” de Deus é teocêntrico; em Cristo ele serve ao Salvador e ao próximo, cumprindo os mandamentos de Cristo(Mt 22. 37).

CATECISMO MAIOR

O DEUS DAS ESCRITURAS

Pergunta 06: “*Que revelam as Escrituras acerca de Deus?*”

Resposta: *As Escrituras revelam o que Deus é(Jo 4. 24; Ex 34. 6, 7), quantas pessoas há na Divindade(Mt 28. 19; II Co 13. 13), os seus decretos(Ef 1. 11) e como ele os executa”(At 4.27, 28; Is 43. 9).*

REVELAÇÃO E ENSINO

O mais correto seria perguntar: O que as Escrituras nos ensinam sobre Deus? Rigorosamente falando, elas, por si mesmas, não geram a revelação, não são textos mágicos, mânticos, exotéricos ou esotéricos pelos quais o místico se chega à divindade. Deus é que as revela; revela-se nelas; revela-se por elas. São, portanto, os registros da revelação. Deus inspirou os seus autores para revelarem a sua vontade e providenciou para que o necessário ao homem ficasse escrito. O mesmo Santo Espírito que inspirou os escritores sagrados, ilumina o leitor, segundo o seu beneplácito, para entendê-los e praticar-lhes os ensinamentos. O evangélico não adora a Bíblia, não pratica bibliolatria; cultua o Deus que a revelou e por meio dela se revela a nós e nos transmite os conhecimentos redentores e comportamentais indispensáveis à vida cristã, à fé e ao testemunho. O Verbo de Deus é Jesus Cristo, centro das Escrituras. Sem ele os documentos sacros tornam-se ineficazes. O mestre da Palavra de Deus é o Espírito Santo. Sem ele os textos bíblicos são espiritualmente ininteligíveis e inaplicáveis.

O QUE DEUS É

As Escrituras não nos descrevem Deus, não nos traçam um perfil de sua pessoa, não nos apresentam um quadro de sua individualidade ou maneira de ser. Elas partem dos pressupostos de sua indiscutível existência, inquestionável autoridade, ilimitado poder, perfeitíssima moralidade, santidade imaculada e virtudes completíssimas. Todos os atributos de Deus, os comunicáveis e os incommunicáveis, fazem parte da essência divina, pertencem à sua específica natureza. Eis porque são igualmente eternos, santos, justos, incriados, involúveis e inaperfeiçoáveis. A quintessência de Deus promove a quintessência de seus atributos. A Bíblia, portanto, não nos diz *quem é Deus*; preocupa-se em comunicar a sua Palavra, descrever as suas obras criadoras, os seus feitos redentores, o seu “múnus” providencial e seu papel de Juiz universal. Os escritos sagrados mostram a soberana iniciativa de Deus: na criação, na eleição, na ordenação, na redenção, instituição do culto, na dádiva da lei, na encarnação do Verbo, na concessão dos sacramentos, na geração dos ministérios didático e “querigmático”, na implantação do governo messiânico e no anúncio do reino escatológico. Sabemos o que Deus é pelo que ele tem feito, faz e certamente fará.

UNICIDADE NA TRIUNIDADE

A teologia bíblica é, do princípio ao fim, monoteísta. O Deus que nela e por ela se revela é único, imutável e soberano; ninguém e nada superior a ele em força, poder, majestade, santidade e glória. Não tem predecessor e nem admite sucessor. A unicidade de Deus, porém, reside, segundo a revelação escriturística, na consensualidade e na consubstancialidade da união trinitária na qual a pessoalidade e a individualidade de cada ser divino são realizadas, exaltadas e mantidas. Deus, portanto, é **um** em três pessoas

distintas e ministérios específicos. Não há conflito ou divergências de pensamentos, opiniões, planos e realizações entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo; a obra da Trindade totaliza-se nas funções de cada componente da unidade santíssima, e os feitos de cada ser trinitário constituem o ministério do Deus trino e uno ao mesmo tempo.

OS DECRETOS DE DEUS

Os reformados, quando falaram em “decretos de Deus”, imaginaram:

- a- Um Deus absolutamente soberano, onisciente e onipresente.
- b- Um Deus que a tudo causou e determinou os efeitos de cada causa.
- c- Que todas as coisas criadas preexistiam na mente de Deus e estavam integradas e consubstanciadas nos eternos planos da criação.
- d- Cada projeto do plano geral veio à existência por decreto do Criador.
- e- Tudo Deus fez segundo o estrito conselho de sua vontade e conforme os seus justos propósitos.
- f- Nada existe, nos planos físico e espiritual, à margem ou contra o expresso desejo do Criador.
- g- O mesmo soberano Deus que decretou todos os fins, estabeleceu-lhes também os meios.

A nós o mundo nos parece caótico, pois o vemos pela viseira de nossas limitações; percebemos as coisas e os fenômenos parcialmente, em decorrência da fragilíssima ótica de nossa estreitíssima percepção. Setorizamos as coisas e os fatos e, em conseqüência, visualizamos parcialmente os seres e entendemos limitadamente os acontecimentos. A visão global do universo e de cada uma de suas partes somente a tem o eterno Criador, onisciente e onipotente.

CATECISMO MAIOR

DEUS

Pergunta 07: “*Quem é Deus?*”

Resposta: *Deus é Espírito(4.24), em si e por si infinito em seu ser(I Rs 8. 27), glória, bem-aventurança e perfeição(Ex 3. 14); todo-suficiente(At 17. 24, 25), eterno(Sl 90. 2), imutável(Ml 3. 6), insondável(Rm 11. 33), onipresente(Jr 23. 24), onipresente(Ap 4. 8), infinito em poder,(Hb 4. 13), sabedoria(Rm 16. 27), santidade(Is 6. 3), justiça(Dt 32. 4), misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade”(Ex. 34. 6).*

DEUS É ESPÍRITO

Esta proposição induz-nos à reflexão sobre os três tipos de vida no universo: 1- A puramente biofísica: vegetais e animais. 02- A humana, junção do metafísico com o biofísico, do transcendente com o empírico, do racional com o irracional, do patente com o imanente, do espiritual com o material. 03- A espiritual. Esta pode ser considerada sob três aspectos: a- O puramente espiritual e santo: **Deus e seus anjos**. b- O puramente espiritual, mas corrompido: **Satanás e seus demônios**. c- O pneumossomático ou psicossomático, ser unitário formado de espírito e matéria, componentes inseparáveis: **O homem**.

A vida física é pragmaticamente verificável. A espiritual pode, secundariamente, ser intuída da racionalidade, da moralidade e da religiosidade humanas, mas é primária, correta e definitivamente compreendida pela revelação bíblica. Afirmamos, pois, fundamentados nas Escrituras, que há uma vida espiritual superior, imaculada e imaculável, além e acima da criação: Deus, Criador de todas as coisas, fonte de todas as virtudes, Pai da eternidade, origem da real espiritualidade de seus eleitos. Entre a vida de Deus, substancialmente espiritual, e a do homem, basicamente psicossomática, um abismo diferencial se interpõe(Is 55. 8, 9; Nm 23. 19; Rm 9. 20). A vida humana, por outro lado, diferencia-se da vida animal. Ao ser humano o Criador outorgou a inefável bênção da espiritualidade, dotando-o, conseqüentemente, de transcendentalidade e de eternidade. A espiritualidade humano, portanto, é dádiva de Deus, o único essencial e fundamentalmente espiritual. O homem somente se realiza, quando o seu espírito é tocado pelo Espírito de Deus, harmonizando-o e reconciliando a “*imago Dei*” com o seu Criador.

GRANDEZA DE DEUS

Auto-suficiência. Deus não tem carências ou necessidades de quaisquer naturezas, pois é completo e perfeito em si mesmo. O Criador independe das criaturas. É erro pensar, como fazem alguns, que Deus precisa dos homens; estes é que não existiriam, não sobreviveriam e não se salvariam sem um Criador, Governador, Preservador e Redentor.

Eternidade. A nossa existência restrita ao espaço e ao tempo, acrescida de fragilidades espirituais e racionais, impede-nos a compreensão e apreensão da eternidade de Deus. Para o quase inexistente o plenoexistente torna-se praticamente

inconcebível. Afeitos ao transitório, ao fenomênico e ao limitado, a imperecibilidade, a imensurabilidade e a inescrutabilidade de Deus atordoam-nos e nos conturbam.

Imutabilidade. Deus é imutável, eternamente o mesmo em sua pessoa, palavra, planos, decretos. Mudanças, variações e transformações acontecem no reino dos imperfeitos, incompletos e temporais.

Insondabilidade. O finito não pode entender o infinito, nem o mortal, o imortal. Sabemos sobre Deus apenas o que está revelado nas Escrituras.

Onipresença, onisciência e onipotência. Deus se faz presente em todos os lugares ao mesmo tempo. Seu poder é ilimitado e soberano. Seu conhecimento é perfeito e completo, abrangendo o passado, o presente e o futuro. Para o Onisciente o “desconhecido” não existe em potência ou em ato.

Justiça e amor. Deus é justo e estabelece sua justiça e seu juízo na história, no tempo e na eternidade. O seu amor associa-se à sua justiça. O amor não anula a justiça: determina-a e a qualifica. Em Cristo Jesus a justiça e o amor divinos, conjugados, realizam a expiação dos eleitos.

CATECISMO MAIOR

ÚNICO DEUS

Pergunta 8: *“Há mais de um Deus?”*

Resposta: *Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro”*(Dt. 6. 4; Jr 10. 10; I Co 8. 4).

DIVINDADES DE DOMINAÇÃO

Polilatrias tribais e domésticas. Israel viveu em um universo cultural em que cada tribo ou cada família possuía o seu ídolo particular, “mante” de devoção, sortilégio ou proteção. Embora houvesse “adoração” a todas as inumeráveis divindades, a “confiança” centralizava-se, geralmente, no ícone doméstico, algo parecido com os santos e santas patronos e matronas do catolicismo popular. As divindades tribais, familiares e individuais, com o crescimento das tribos e casamentos intertribais, transformaram-se, em muitos casos, em confusa polilatria, descaracterizando as religiões dos grupos originais.

Monoteísmo estatal ou de dominação. Houve monoteísmo de natureza monolátrica e antropolátrica, especialmente no Egito; em nada, porém, comparável ao de Israel. O Deus único, segundo o teocentrismo pré-mosaico, mosaico e pós-mosaico, elegeu um povo, manifestou-se-lhe, desvendou-se-lhe e lhe revelou a vontade, tudo de maneira pessoal, direta e soberana, criando uma cultura religiosa, ética e social diferenciada, sem paralelo na história da humanidade. O monoteísmo pagão emergiu de uma sociedade condicionada e submissa à realeza, à autoridade centralizada na coroa imperial. Nenhuma força aglutinadora havia maior e mais facilmente manipulável que a do misticismo religioso. Então, ou o rei se apresentava com o “deus” dos súditos(antropolatria) ou escolhia uma “divindade” como deus nacional(idolatria). Os detentores do poder absoluto sabiam que a fragmentação da crença, decorrente da multiplicidade de seres e objetos de adoração, causava dispersão ideológica, desvio de fidelidades, enfraquecimento da realeza. O “deus” palaciano, servidor do rei, o sumo-pontífice, encarnava o absolutismo, eliminando as divindades provinciais concorrentes. Dotado de duplo múnus, o espiritual e o político, o rei passava a ser o “kyrios” exclusivo do corpo, da mente e das almas de vassalos e súditos. O trono e o altar confundiam-se e se fundiam. É o caso do Faraó Akhenaton(1388 a 1358 a. C.), que fez do sol(aton) único deus do Egito, sendo ele, o rei, o privativo ser humano a refletir-lhe o brilho(akhen). O monoteísmo, pois, era a amarra com a qual o rei prendia o povo ao trono. Criava-se e se mantinha, com sanções da terra e do céu, monolatria antropológica de conveniência.

O DEUS ÚNICO DE ISRAEL

O Deus que elege e salva. O Deus de Israel, Senhor do universo, da história e dos homens, elegeu, chamou e instituiu uma nação de servos e adoradores rebeldes e recalcitrantes(Ex 20. 2, 3). Israel foi escolhido por Javé, mas, em muitas oportunidades, escolheu outros deuses. Também não o pediram como libertador da escravidão faraônica nem o constituíram Rei e Salvador. De Deus partiram sempre a iniciativa e a ação redentoras bem como a instituição do pacto com um povo inculto, frágil, sem

tradição e sem méritos. O Deus das Escrituras escolheu Israel e escolhe a Igreja; jamais foi a divindade da “preferência”, da “conveniência” e dos “interesses” humanos. O que houve no mundo pagão, e ainda há na cultura muçulmana, é *monolatria*, não monoteísmo.

O Deus vivo e ativo. O Deus das Escrituras é vivo e ativo: Cria, governa, dirige, preserva, elege, redime, manifesta-se em teofanias, revela sua vontade, encarna-se em Jesus Cristo, doa a vida eterna, de que é fonte exclusiva, aos eleitos. A morte sinaliza todos os seres criados; a vida é o signo do eterno Criador.

O Deus verdadeiro. Deus é verdadeiro e real em duplo sentido: a- É **plenixistente** à luz do dom da fé e dos fatos revelados. Em Cristo sua realidade existencial torna-se patente: o Verbo eterno penetra o mundo dos mortais, dos temporais, dos concretamente históricos(Jo 1. 1- 3, 14). b- É **imutável**. Nele não há sombra de variação pessoal nem por evolução nem por metamorfose. Em virtude dos atributos da onisciência e onipotência seus pensamentos, planos, decretos e atos são invariáveis e permanentes. Ele é o que é: realidade essencial, primordial, atual, capital, fundamental e genuína; a verdade por excelência. Deus, portanto, é autêntico em sua essência, natureza e existência; verdadeiro nas manifestações, nas revelações, nas realizações, nas promessas, na encarnação. A realidade de Deus expressa-se na veracidade de sua Palavra, as Escrituras.

CATECISMO MAIOR

TRINDADE

Pergunta 9: *“Quantas pessoas há na divindade?”*

Resposta: *Há três pessoas na divindade: O Pai, o Filho e o Espírito Santo; estas três pessoas são um só Deus verdadeiro e eterno, da mesma substância, iguais em poder e glória, embora distintas pelas suas propriedades pessoais”(Mt 3. 16-17; Mt 28. 19; II Co 13. 13; Jo 10. 30).*

Deus não pode ser objetivado, materializado, individualizado. Personalizado, sim. A Trindade não se constitui de três indivíduos com suas idiossincrasias individuais incompartilháveis. A Trindade é um conjunto de pessoas co-iguais, co-essenciais e consubstanciais. A unidade trina não possui paralelo em nosso universo empírico. Muitas definições da Trindade são inadequadas e até ridículas, quando lhe atribuem categorias, padrões e valores do mundo natural, fenomenológico, sociológico e psicológico. Por exemplo, nas ilustrações comparativas da interativa relação Pai - Filho - Espírito Santo: Sol(Pai), luz(Filho), calor(Espírito Santo); mar(Pai), fonte(Filho), vapor(E. Santo); corpo(P.), alma(F.), espírito(E.S.) e outras semelhantes. Além de serem materializações impróprias, tricotomizam a divindade em partes estruturais e funcionais independentes ou apenas correlacionadas, com o agravante de admitir a hierarquização trinitária com um núcleo maior, mais poderoso e gerador dos menores derivados, pressupondo um Pai superior ao Filho e ao Espírito e, o que é mais grave, induzindo o crédulo a inferir que a Segunda e a Terceira pessoas da divindade são emanações da Primeira. Na Trindade não há desigualdade e, portanto, não existe entre os seus componentes qualquer hierarquia de poder, dignidade ou *status*. O Deus trino, na essencialidade e na consubstancialidade das três pessoas e na consensualidade absoluta de eterna concepção, planejamento, criação e operação, criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, está sobre tudo, governa o cosmo, dirige a história, redime o homem. A figura que melhor representa a Trindade, por ser objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, embora imperfeita, é a do triângulo equilátero no qual todos os ângulos e lados são iguais. A subtração de um deles implica a destruição do conjunto, a eliminação da figura. Deus subsiste em seres pessoais distintos integrados e irmanados . Sem um deles a unidade desfaz-se, e a divindade não passaria de um “não ser”. Com uma pessoa maior que a outra, o conjunto igualitário se desfiguraria, e Deus de “ser unívoco” tornar-se-ia “ser equívoco”.

No paganismo existia henoteísmo, não monoteísmo, pois a divindade dominante subordinava e controlava os deuses secundários e inferiores. Tinha-se, portanto, um deus “supremo” sem eliminação das divindades locais com poderes e funções limitados e específicos. O Deus revelado nas Escrituras é único e exige fidelidade exclusiva.

A CONSENSUALIDADE DE DEUS

Estamos habituados ao insulamento do ser humano, ao isolamento do indivíduo com suas peculiaridades: personalidade, caráter, pendores, dons, habilidades, virtudes, preferências e opções. Não há duas pessoas iguais. A falta de modelo consensual e o individualismo obliteram-nos a capacidade de compreensão e apreensão da unicidade consubstancial e consensual das pessoas trinitárias. Não conhecemos sociedade unânime, onde o consenso se estabeleça pleno nos pensamentos, sentimentos, vontade, desejos e volição. Somos díspares, desiguais por natureza e por estado pecaminoso. Idealizamos a real e absoluta interação social, mental e sentimental no matrimônio, conforme a preconização bíblica, mas a realidade fica longe da idealidade. Conhecemos pela fé e pela revelação a perfeitíssima integração unitária entre Cristo e seus eleitos, mas esta existe realmente na Igreja invisível, pouco observável na militante, que continua contendo joio no meio do trigo. Por carência de parâmetros comparativos e analógicos, temos seríssimas e insuperáveis dificuldades na aquisição do conhecimento racional da união trinitária. A lógica empírica, materialista por natureza, propende, quando o faz, para uma divindade solitária, absolutista, dominadora, caprichosa e egocêntrica. A revelação, no entanto, coloca-nos diante de uma unidade trina, solidária: na inter-relação de *Pai, Filho e Espírito*, três pessoas autênticas, afins e harmônicas; na comunicação da vontade divina e das verdades salvadoras; na criação do universo; no governo de todas as coisas; na eleição; na redenção dos eleitos; na providência.

Cristo compara a nossa união com ele à que possui com o Pai: “*Que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós*” (Jo 10.30; 17. 21). Os fundamentos desta unidade existem na Igreja militante, mas ela será plenamente realizada na triunfante glorificada, quando nos tornaremos realmente semelhantes ao Salvador.

CATECISMO MAIOR

PROPRIEDADES PESSOAIS DAS PESSOAS TRINITÁRIAS

Pergunta 10: *“Quais são as propriedades pessoais das três pessoas da Divindade?”*

Resposta: *O Pai gerou o Filho(Hb 1. 5, 6). O Filho foi gerado do Pai(Jo 1. 14), e o Espírito Santo é procedente do Pai e do Filho, desde toda eternidade”(Gl 4. 6; Jo 15. 26).*

GERADO, NÃO CRIADO, NÃO PROCRIADO

A eternidade é um dos atributos da Trindade: Deus eterno na unidade de seres eternos. O Pai, eternamente Pai. O Filho, eternamente Filho. O Espírito Santo, eternamente Espírito Santo. A consensualidade rompeu-se na ordem criada, entre os anjos e os homens, pelo desejo incontido de superação, vanglória, egocentrização, domínio e poder. Porém, a sacratíssima, completa e indissolúvel relação triangular, Pai - Filho - Espírito Santo, nunca se desfez e jamais se desfará, pois Deus é auto-suficiente e absoluto; nada existe maior e mais poderoso que ele. Na comunhão das pessoas trinitárias, todas completas, santas e perfeitas, não há conflitos, contradições ou divergências decorrentes de opiniões, opções, posturas e alegações pessoais, prevalecendo, no consenso trinitário, os sólidos e permanentes princípios da equanimidade, da santidade, da espiritualidade e da consensualidade. Deus é AMOR perfeitíssimo, amor que se expressa na beatífica interação unitária da Trindade. Cada pessoa da Divina Trindade, pois, é AMOR genuíno, puro, imaculado, trilateralmente recíproco; não amor introspectivo, de auto-estima, de um “eu” isolado, ensimesmado, introvertido, mas a um “outro” co-igual, co-eterno, consubstancial. As pessoas trinitárias não se individualizam, pois nelas o amor se realiza plena e absolutamente na integração “Eu - Tu” - “Tu - Eu”, e isto desde toda eternidade. Quando se fala, pois, que “o Pai gerou o Filho” ou que “o Espírito procede do Pai e do Filho”, não se quer designar e significar o modo de “vir a ser”, mas a maneira de existir da “eternamente existente” trilogia divina. Pela própria natureza consensual, Deus não pode ser egoísta nem solitário, mas sempre social e solidário. Cada Pessoa ama e é amada, conhece e é conhecida na idealíssima união: Pai - Filho - Espírito Santo. Deus, portanto, é uma tríade verdadeiramente isonômica, sendo UM em três pessoas distintas; uma autêntica personalidade na trindade, mas sem qualquer individualismo. Na triangulação agápica da divindade não há amor-próprio e egocêntrico. O ágape flui da quintessência da perfeição divina com espontaneidade, pureza e total veracidade.

PROPRIEDADES PESSOAIS

No contexto revelado da maravilhosa, inexaurível e inescrutável inter- relação de essência e de amor entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo é que os eleitos, iluminados, compreendem as propriedades pessoais de cada pessoa trinitária. A unidade trina é tão real e profunda que não existe nenhuma diferença de qualidade, dignidade,

personalidade, virtudes, *status* e poder entre as pessoas divinas. O Pai está plenamente no Filho; o Filho plenamente no Pai; ambos plenamente no Espírito. São, portanto, absolutamente consubstanciais em natureza e autêntica e perfeitíssimamente consensuais em tudo: existência, excelência, vontade, pensamento, cognição, volição, objetivos, propósitos, planos, decretos, sentimentos e atos. A obra de um é a de todos, pois o conjunto trino compõe-se de pessoas distintas, mas íntegras, integradas e harmônicas. Na Trindade, por ser indivisa, não há tricotomia de espécie alguma. Reconhecemos que é um grande mistério, porém, inegavelmente existente e real, segundo a revelação bíblica. Podemos, entendendo a igualdade irretocável e paritária das pessoas trinitárias, compreendermos o aparente contraste, por motivos revelacionais e encarnacionais, de um Filho igual ao Pai e a ele submisso ao mesmo tempo: “ Eu e o Pai somos um”(Jo 10. 30). Quem vê o Filho, vê o Pai(Jo 14. 9). Cristo, o enviado do Pai, faz-lhe a vontade(Jo 4. 34; 5. 30; 6. 38 cf Jo 14. 28). A vontade do Pai, na verdade, é a mesmíssima do Filho. O Filho é dado ao mundo(Jo 3. 16), e ele mesmo se dá(Jo 10. 11- 18). A própria Ceia do Senhor é o memorial permanente da auto-entrega de Cristo, como Cordeiro vicário, aos pecadores.

As propriedades pessoais enriquecem a comunidade trina, mostrando-nos como pessoas distintas, sem pecado, podem ser iguais em sentimentos, pensamentos, vontade e ação. Assim, o Pai se manifesta no Filho; o Filho revela o Pai; o Espírito Santo revela o Pai e o Filho. Nenhuma pessoa trina age isoladamente. Desta maneira, podemos afirmar com segurança que o Deus trino é: Criador, Governador, Revelador, Redentor e Preservador. Deus é único, mas não singular.

CATECISMO MAIOR

DIVINDADE DO FILHO E DO ESPÍRITO

Pergunta 11: *“Donde se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, iguais ao Pai?”*

Resposta: *As Escrituras revelam que o Filho e o Espírito Santo são Deus igualmente ao Pai, atribuindo-lhes os mesmos nomes(Jr 23. 6; I Jo 2. 20; Sl 45. 6; At 5.3, 4), atributos(Jo 1. 1; Is 9. 6; Jo 2. 24, 25; I Co 2. 10, 11; Hb 9. 14), obras(Cl 1. 16; Gn 1. 2; Sl 104. 30; Jo 1. 3; e culto(Mt 28. 19; II Co 13. 13), que só a Deus pertencem.”*

CRISTO, ETERNAMENTE FILHO

As Escrituras afirmam clara e irrefutavelmente que o Filho coexiste eternamente com o Pai, mantendo com ele relação paritária, interativa e consubstancial na condição de partícipe de sua natureza, essência e substância: *“Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou”*(Jo 1. 18 cf Jo 1. 1, 2, 3; Gl 4. 4; Jo 3. 16, 18; I Jo 4. 9; Jo 10. 33- 38). A arraigada idéia de um Deus diferente, distante, altivo, imperativo, inacessível, “completamente outro”, sem nenhuma identidade com o ser humano, tem sido enorme barreira à compreensão da divindade de Cristo, especialmente como pessoa trinitária. A encarnação do Verbo é realmente um insondável mistério para os racionalistas, não para os eleitos, agraciados com o dom da fé pela qual recebem a revelação, entendem-na, submetem-se a ela, praticam-na.

CRISTO, AGENTE E REVELADOR DO PAI

Todas as coisas foram criadas pelo Pai por meio do Filho, o revelador de Deus: *“Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez”* (Jo 1. 3 cf Jo 1.1, 2: 5. 18- 25; Cl 1. 15- 20). Cristo, segundo as Escrituras, é o agente divino da criação material, vital e espiritual; da redenção; do juízo; do governo universal de Deus(Jo 1. 1- 3; Cl 1. 15- 20; Mt 28. 18; Lc 10. 22; Jo 3. 35; Jo 17. 2; Ef 1. 22; Cl 1. 17; Hb 1. 3). O triunvirato divino compõe-se de triúnviros iguais, sem qualquer hierarquia, ainda que nominal.

O FILHO É DEUS

O Novo Testamento manifesta explicitamente a divindade de Cristo, ressaltando a mensagem profética de Isaias(Is 7.14 cf Mt 1. 23) de que o Messias prometido receberia o designativo de *Emanuel*, Deus conosco. A idéia do *Ungido da Promessa* era muito forte no Velho Testamento, mas o conceito de Trindade estava em processo de revelação. Os judeus, portanto, sequer podiam imaginar a encarnação de uma das pessoas trinitárias, o Filho. Além do mais, concebia-se um Deus transcendente, imaterial e intocável. A introdução de Deus no universo humano não estava nas cogitações hebraicas. A revelação neotestamentária, no entanto, sustenta a doutrina da divindade de Cristo por meio de indiscutíveis proposições: *“ Também sabemos que o Filho de Deus é vindo, e nos tem dado entendimento para conhecermos o verdadeiro; e estamos no verdadeiro, em seu Filho Jesus Cristo. Este é o verdadeiro Deus(negrito nosso) e a vida eterna”*(I Jo 5. 20 cf Jo 1. 1- 3; 20. 28; Rm 9. 5; Fp 2. 6; Tt 2. 13; At 2. 21). Os atributos de Deus são

aplicados a Cristo: **Senhor**(Kyrios- Javé- Adonai); **eternidade**(Jo 1. 1; 20. 28; Ap 1. 8; 22. 13); **onipresença**(Mt 18. 20; 28. 20; Jo 3. 13); **onisciência**(Jo 2. 24, 25; 21. 17; Ap 2. 23); **onipotência**(Fp 3. 21; Ap 1. 8); **imutabilidade**(Hb 1. 10- 12; 13. 8).

ESPÍRITO SANTO, TERCEIRA PESSOA DA TRINDADE

O Espírito Santo é o revelador de Cristo, santificador da Igreja, vocacionador dos eleitos. Possui características individuais nítidas: Inteligência(Jo 14.26; 15. 26; Rm 8. 16); vontade(At 16. 7; I Co 12. 11; afetos(Is 63. 10; Ef 4. 30). Age como pessoa: Investiga, fala, testifica, ordena, revela, trabalha, cria, faz, intercede, ressuscita mortos(Cf Gn 1. 2; 6. 3; Lc 12. 12; Jo 14. 26; 15. 26; 16. 8; At 8. 29; 13. 2; Rm 8. 11; I Co 2. 10, 11 etc). Ele aparece na ordem trinitária como pessoa(Mt 28. 19; II Co 13. 13; I Pe 1. 1, 2; Jd 20, 21; II Co 3. 17; Jo 16. 14, 15). Recebe nomes divinos(Ex 17. 7; Hb 3. 7- 9; At 5. 3, 4; I Co 3. 16; II Co 3. 16, 17; II Pe 1. 21); atributos divinos como: **onipresença**(Sl 139. 7- 10), **onisciência**(Is 40. 13, 14; Rm 11. 34; I Co 2. 10, 11, **onipotência**(I Co 12. 11 cf Rm 8. 14, 15, 26), **eternidade**(Hb 9. 14).

Somos servos do Pai, do Filho e do Espírito Santo, pois em nome da Trindade fomos batizados, isto é, entregues ao Deus trino(Mt 28. 19 cf Jo 5. 5, 6; Tt 3. 5, 6). A Igreja vive sob a bênção trinitária, que é a Bênção Apostólica(II Co 13. 13). As três pessoas da Divina Trindade são, pois, absolutamente iguais, consubstanciais e consensuais no ser, na existência, nos propósitos e nas obras.

CATECISMO MAIOR

DECRETOS DE DEUS

Pergunta 12: *“Que são os decretos de Deus?”*

Resposta: *Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho de sua vontade, pelos quais, desde toda a eternidade, ele, para sua própria glória, imutavelmente predestinou tudo o que acontece(Is 45. 6, 7; Ef 1.4,5,11; At 4. 28, 28; Sl 33. 11; Rm 11. 33; Rm 9. 22, 23)) especialmente com referência aos anjos e aos homens”.*

ATOS SOBERANOS DE UM DEUS SOBERANO

A doutrina dos decretos estriba-se na insondável onisciência, na imensurável onipotência e na inescrutável soberania de Deus. A criatura é incapaz de entender a obra do Criador que, sendo infinito, não pode ser apreendido e analisado por mentes finitas: *“Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, e nem os vossos caminhos os meus caminhos, diz o Senhor, porque assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos mais altos do que os vossos pensamentos”*(Is 55. 8, 9). E Paulo acentua fortemente a insuperável limitação da criatura perdida diante do Criador e Salvador: *“Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?! Porventura pode o objeto perguntar a quem o fez: por que me fizeste assim?”*(Rm 9. 20) . Há muita coisa que não compreendemos por limitação e incapacidade, até nos âmbitos natural, fenomênico, histórico, sociológico e psicológico. O universo espiritual, por sua natureza, é racionalmente indecifrável. O homem, embora imagem de Deus, ser pensante, criativo e inquiridor, não dispõe de equipamento mental para penetrar, por meio de inquirição, investigação e pesquisa, os mistérios da divindade.

COMPREENSÃO POR REVELAÇÃO

O conhecimento de Deus é dado por revelação na medida exata das necessidades do ser humano; nada além do necessário. O eleito, agraciado com o dom da fé e iluminado pelo Espírito Santo, torna-se capaz de perceber que o Deus da criação, manutenção e governo da ordem criada, é o mesmo da redenção. Podemos, pois, afirmar que Deus, ao revelar-se Salvador, desvendou as cortinas e deixou-se ver claramente como Criador. O redimido, e somente ele, está habilitado, por revelação e iluminação, ao entendimento correto da divindade, um Deus ao mesmo tempo transcendente e imanente, inacessível e acessível, amor e justiça, entronizado no céu e encarnado no mundo. O Espírito Santo leva o salvo ao conhecimento das Escrituras; conhecendo-as, conhece por elas o verdadeiro Deus, Criador, Redentor, Governador e Preservador de tudo e de todos. O crente, portanto, tem uma visão maior e mais adequada do divino, de si mesmo, da sociedade, e da criação. Ele é condicionado e habilitado, pelo carisma da fé, a enxergar além do empírico: *“A fé é a certeza das coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não vêem”*(Hb 11.1).

DEUS PRESCIENTE

Deus sabe o que faz, e prevê com exatidão as funções e o desempenho dos seres e das coisas criadas. O homem, nos limites de suas possibilidades, estabelecidas as

devidas proporções, planeja, projeta, executa e mantém, estabelecendo previamente forma, estrutura, funcionalidade, capacidade, resistência, durabilidade, operosidade e desempenho do objeto produzido. Se um mortal pode inventar máquinas complicadíssimas, preanunciando a aplicabilidade de cada uma; por que o Criador, em escala infinitamente superior, não é capaz de preordenar, decretar, criar e preservar a criação preordenada? Pois assim Deus agiu: O que estava eternamente planejado ele trouxe à existência, destinando cada coisa e cada vida a um fim determinado dentro do conjunto harmônico do universo. Nada existe sem propósito e sem um papel definido no concerto universal.

DEUS GOVERNADOR

Os corpos celestes movimentam-se sob leis rigorosamente exatas e permanentes. Por outro lado, as menores partículas da matéria, dinamizadas por energia atômica, movimentam-se segundo uma ordem intramolecular incrivelmente precisa. As biovidas sofrem transformações e mutações maiores ou menores conforme o nível de complexidade genética, mas sem aberrações ou contradições biofísicas. Ao homem, “imago Dei”, o Criador concedeu a racionalidade, o senso moral, as emoções, o amor e a justiça, responsabilizando-o por seus atos e escolhas materiais, sociais, psicológicas, morais e espirituais. Infelizmente sua opção foi pelo mal e pelo maligno, exatamente quando estava sob proteção e bênção do Pai celeste. Tudo, porém, aconteceu sob permissão divina, debaixo de seu rigoroso controle e arbítrio inexorável. As forças satânicas também se submetem ao soberano Criador e Rei do universo. Tudo que existe, precisa existir.

CATECISMO MAIOR

ANJOS E HOMENS

Pergunta 13. *“Que decretou Deus especialmente com referência aos anjos e aos homens?”*

Resposta: *“Deus, por um decreto eterno e imutável, unicamente do seu amor e para patentear a sua gloriosa graça, que tinha de ser manifestada em tempo devido, elegeu alguns anjos para a glória(I Tm 5. 21), e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna, e os meios para consegui-la(Ef 1. 4-6; II Ts 2. 13, 14; I Pe 1. 2) , e também, segundo o seu soberano poder e o conselho inescrutável de sua própria vontade(pela qual ele concede, ou não, os seus favores conforme lhe apraz), deixou e predestinou os mais à desonra e à ira, que lhes serão infligidos por causa dos seus pecados, para patentear a glória da sua justiça”(Rm 9. 17, 18, 21, 22; Jd 4; Mt 11. 25,26; II Tm 2. 20).*

REALIDADE CONSTATADA

A Igreja, ao longo de sua história, incluindo a fase vetotestamentária, tem constatado e anunciado a existência de dualismos, realidades antitéticas, opostas, antagônicas e contrastantes: Deus e Satanás; céu e inferno; anjos bons e anjos maus; mal e bem; santo e pecador; vida e morte; transitório e eterno; justiça e injustiça; gozo eterno e sofrimento eterno; salvos e perdidos. A constatação de tais dualismos jamais levou o povo de Deus a concluir que o universo físico e o espiritual são governados por divindades iguais em poder e opostas entre si, à semelhança da cosmurgia e da metafísica da religião persa, mas que tudo existe por criação do Deus único e tudo acontece ou por sua ordenação direta ou por sua vontade permissiva.

A partir da queda dos primeiros pais, a humanidade cindiu-se em duas: uma constituída de eleitos, nem sempre fiel ao Redentor, mas por ele conservada na graça da eleição, chamada “povo de Deus”; a outra, de rejeitados, composta de alienados, rebeldes, incrédulos, idólatras e pervertidos. Por outro lado, as Escrituras não explicam, mas anunciam que houve rebelião no reino angélico de um grupo de anjos liderado por Lúcifer. Desqualificados e expulsos do céu, tornaram-se diabos, arregimentados em força maléfica contra Deus e seus eleitos. A malignidade diabólica, porém, não pode ir além do permitido pelo soberano Senhor do universo. O inferno e as potências infernais estão sob controle do supremo Rei. Estas coisas estão além do nosso entendimento; chegam-nos, contudo, por revelação divina registrada nas Escrituras, fazem parte da nossa experiência vital, afetam o nosso comportamento.

REVELAÇÃO DO AMOR E DA JUSTIÇA

A existência do bem e do mal, do forte e do frágil, do tentador e do tentado, do justo e do injusto leva-nos perceber, de um lado, a possibilidade tanto de perdição como de salvação e, de outro: o amor e a justiça divinos, os filhos de Deus e os do maligno. A depravação de anjos e homens ensejaram a revelação tanto dos vícios como das virtudes. Não conheceríamos a realidade do infinito amor de Deus sem a contundência e prolífera malignidade. Ser-nos-ia impossível ter consciência do Justo e da justiça à parte do conhecimento existencial do Maligno e de seu apego à injustiça, à perversidade.

LIVRE ARBÍTRIO

Os seres angélicos e os humanos foram criados à semelhança do Criador, mas não iguais a ele. Deus, embora livre para desejar e praticar o mal, não o deseja nem o pratica porque a sua natureza é incorruptivelmente boa. Lúcifer e suas hostes rebeladas, ao renunciarem a comunhão divina, tornaram-se essencialmente maus, incapazes de almejam o bem. A malignidade flui da fonte maligna. O homem, afastado da benignidade e da vida eterna pela desobediência, perdeu a legitimidade, a dignidade, a santidade e a justiça de seu “livre arbítrio”. Mesmo desejando praticar o bem, não o pratica. O “livre arbítrio” levou-nos à queda, mas não o conduz de volta ao Paraíso perdido. Somente a eleição divina efetivada e realizada em Cristo nos reconcilia com Deus.

Deus certamente sabia que a condição de subalternidade de anjos e homens com livre arbítrio, levaria alguns anjos à queda e derrubaria a humanidade. Aos anjos caídos não se lhes deu oportunidade de redenção: eram mais responsáveis. Da massa humana depravada Deus, mediante sua vontade soberana, elegeu alguns e os salva por e em Cristo Jesus. Sou pessoalmente responsável por meus atos pessoais e co-responsável com a humanidade pecaminosa de que sou parcela. O livre arbítrio me leva a pecar; a graça eletiva me salva em Cristo Jesus. Sou livre para errar, mas não sou livre, por incapacidade, para eliminar as cicatrizes morais do erro e zerar as suas conseqüências em mim e nos outros. Morrerei pecador, mas justificado em Cristo por sua infinita misericórdia. ***Perdido pelo livre arbítrio; redimido pela graça: eis a situação do eleito.***

CATECISMO MAIOR

EXECUÇÃO DOS DECRETOS

Pergunta 14: *“Como executa Deus os seus decretos?”*

Resposta: *Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência, segundo a sua presciência infalível e o livre e imutável conselho de sua vontade” (Dn 4.35;: Ef 1. 11; I Pe 1. 1, 2).*

COMPETÊNCIA DIVINA

O Deus trino, em virtude de seu ilimitado poder e onisciência, tem “especialidade” e “competência” em todas as áreas: ciência, tecnologia, planejamentos, projetos, execução, operação e manutenção. Auto-suficiente, o Criador, Governador, Preservador e Redentor, não dependeu nem depende de auxiliares e assessores para criar e recriar, produzir e reproduzir, especificar e determinar, governar e manter todas as coisas, as do universo físico e as do espiritual. Apenas em limitadíssimos espaços administrativo e operativo o Criador delega poderes às criaturas, anjos e homens, serve-se delas como servas, restringindo-lhes, naturalmente, o conhecimento, a competência e a autoridade, estabelecendo-lhes papéis, funções e ministérios determinados e específicos.

A CRIAÇÃO

Nada existe sem propósitos, sem objetivos, sem fins predeterminados. As preordenações divinas são executadas por leis naturais rigorosamente estabelecidas tanto no âmbito físico como no biológico. Sob ordenação e controle de princípios e padrões normativos da física, da química, da biologia, da energética, e da genética, estão as variadas microestruturas moleculares e atômicas bem como as macroestruturas dos gigantescos e imensuráveis sistemas estelares; tudo num encadeamento estrutural extraordinariamente integrado, encadeado e harmonioso, a ponto de se poder concluir que na natureza o filogênico contém e sintetiza o ontogênico. A energia universal, dinâmica, termodinâmica e potencial, criada por Deus, possibilita a isonomia conjuntural dos corpos siderais. No campo biológico, onde estamos inseridos, a vida seria impossível sem a morte. Alguns seres são destinados à nutrição de outros. Os restos mortais de todos transformam-se em matéria orgânica, depois de decompostos por microorganismos, formando a base nutriente dos vegetais e, por estes, dos animais. Na bioexistência, portanto, a morte viabiliza a vida. Este aparente conflito gera o equilíbrio ecológico indispensável à sobrevivência de todos os seres biofísicos. As coisas são assim segundo a destinação do Criador. O homem, corrompido e corruptor, exterminará o mundo, se continuar quebrando as predeterminações divinas da ordem natural.

O cosmo, do qual a nossa terra é minúsculo grão, não é apenas uma gigantesca e perfeita máquina funcional, trata-se de um complexo integrado sob o comando sapientíssimo do soberano Criador e administrador. Nada escapa ao seu controle. Deus preordena, cria e governa, tudo conforme os seus eternos e imutáveis decretos.

SOBERANIA DO CRIADOR

Pelo poder de Deus todas as coisas do nada foram criadas, são governadas, mantidas e sustentadas: *“ Só tu és Senhor. Tu fizeste o céu, o céu dos céus, e todo o seu exército, a terra e tudo quanto nela há, os mares e tudo quanto há neles; e tu os*

preservas a todos com vida, e o exército dos céus te adora”(Ne 9. 6). “ É ele quem muda o tempo e as estações, remove reis e estabelece reis; ele dá sabedoria aos sábios e entendimento aos entendidos”(Dn 2. 21). “Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo vosso Pai celeste as sustenta”(Mt 6. 26). “Não se vendem dois pardais por um asse? E nenhum deles cairá por terra sem o consentimento de vosso Pai. E quanto a vós, até os cabelos todos da cabeça estão contados”(Mt 10. 29 cf Sl 47. 7; 76. 10; 104. 14, 21; 134. 7; 147. 16, 17; Pv 16. 9, 33; Jó 5. 6; At 4. 27, 28; 14. 17; Tg 4. 15; Fp 2. 13; Rm. 11. 32).

SOBERANIA DO REDENTOR

Nos imutáveis planos divinos a queda estava eternamente permitida e a eleição preordenada. Deus elege. Os eleitos são salvos e preservados em Cristo Jesus, Eleito dos eleitos. Todos os escolhidos são justificados, regenerados e mantidos na graça pelo Salvador; tudo conforme seu beneplácito, soberana decisão e amor ilimitado. Nada no homem move Deus à misericórdia e à justiça. A incondicionalidade do decreto divino da eleição não permite cooperação dos limitados e inabilitados seres humanos. O livre arbítrio do eleito deriva-se do livre arbítrio de Deus. A vontade do servo subordina-se espontaneamente à de seu Senhor.

Desde toda eternidade cada eleito estava preordenado à redenção em Cristo Jesus.

CATECISMO MAIOR

CRIAÇÃO

Pergunta 15: “*Qual é a obra da criação?*”

Resposta: “*A obra da criação é aquela pela qual Deus, pela palavra do seu poder, fez do nada o mundo e tudo quanto nele há, para si, no espaço de seis dias, e tudo muito bom*” (*Gn 1.1ss; Hb 11. 3; Ap 4. 11; Rm 11. 36*).

CRIAÇÃO PELA PALAVRA

A palavra, base da linguagem humana, possui três poderes:

Comunicativo: Poder de transmissão de idéias e conceitos objetivos ou subjetivos; capacidade de expressão de que somos dotados para, com clareza e objetividade, articularmos, em linguagem oral, escrita ou simbólica, o que pensamos.

Interativo: Poder de interação, permuta de sinais, signos e símbolos, que podem ser: *Originais:* idéias e pensamentos mentalizados e articulados originalmente pelo comunicador: papel, principalmente, de filósofos. *Mediados:* informações culturais apreendidas e transmitidas sem alterações de conteúdo: missão de arauto. *Codificados:* informações recebidas, codificadas ou interpretadas para serem expressas com exatidão oralmente, por escrito, por imagens ou mapas referenciados: função de pedagogo. *Recodificados:* Informações, dados e símbolos captados pela mente, reinterpretados, repensados, modificados e recomunicados: missão de pesquisador.

Imperativo: Poder de legislação, de comando, de ordenação, de determinação: Ordem dada: Obedece-se, cumpre-se. A lei, por exemplo, tem caráter impositivo. As regras e as ordens administrativas são também imperativas, e quem as emite precisa ter autoridade para fazê-lo. A locução imperativa não pode sofrer modificações nem contestações; vem em forma cabal, final, indiscutível.

Sem os concursos da palavra e da linguagem a ciência estagnar-se-á, a humanidade se transformará em caos. A ordem e o progresso dependem da comunicação, e esta se centraliza na palavra.

A Palavra de Deus possui todas as qualidades e virtudes da palavra humana e mais: a imutabilidade, a santidade, a onipotência, a onisciência e, principalmente, os poderes: criador, recriador, restaurador, regenerador e salvador.

CREATIO EX NIHILO

A Igreja, serva de Deus, por ele agraciada com o do Espírito, que testifica com o nosso espírito que somos filhos do Pai celeste e nos fornece entendimento e conhecimento espirituais, afirma, fundamentada na revelação e na fé, a preexistência do Criador, a sua existência plena no tempo e na eternidade, alfa e ômega, princípio e fim. Ele é simplesmente eterno; era antes de haver matéria e seres; será depois que a atual ordem terminar. A palavra de um Ser imensuravelmente grande, inimaginavelmente poderoso, incredivelmente absoluto e imponderavelmente eterno, não precisava, como não precisou, de matéria preexistente para formar o cosmo: do nada criou todas as coisas pela dinâmica de sua Palavra criadora: “*creatio ex nihilo*”. Sustentamos, pois, a doutrina, não teoria científica, de que o universo é criação divina, que do nada fez todas as coisas, os imensos sistemas estelares, os grandes mamíferos bem como os pequenos seixos e os

invisíveis, a olho nu, microorganismos, tudo conforme revelam as Escrituras(Gn 1. 1; Pv 8. 21- 29; Rm 4. 17; Hb 11. 3; Jo 1.1-5). Antes da criação nada existia: energia, em qualquer de seus aspectos; matéria, sólida ou rarefeita; nenhum tipo biológico, nem sequer as primitivas formas unicelulares. A ausência de energia e de matéria inviabiliza a biovida.

CRIAÇÃO PARA DEUS. Deus criou o universo para si mesmo. Ele, portanto, é o proprietário de todas as coisas e de todos os seres visíveis e invisíveis, materiais e espirituais. Na terra, pequena unidade cósmica, Deus colocou o homem como seu mordomo. Este está fazendo coisas boas e ruins. O bem é seu dever; sobre o mal, será punido.

ESPAÇO DE SEIS DIAS. Os dias da criação, protótipos dos semanais, são seis etapas bem definidas e concluídas; pertencem à cronometria divina, não sendo, rigorosa e literalmente, idênticos aos dias estacionais, surgidos a partir do quarto dia da criação(Gn 1.16- 19). Nosso tempo é mensurável pelo movimento rotativo da terra; o de Deus, não: é ilimitado e imensurável.

TUDO, MUITO BOM. O ruim não se nomeia na ordem criada. O bom, o útil e o benéfico são os alvos finais da criação. Todos os seres criados são essencialmente bons e produzem o bem geral dentro do sistema ecológico inalterado. Somente o homem, quando escravizado pelo pecado, pode tornar-se mau, sendo sua vida danosa à sociedade e à natureza.

CATECISMO MAIOR

CRIAÇÃO DOS ANJOS

Pergunta 16: “*Como criou Deus os anjos?*”

Resposta: *Deus criou todos os anjos como espíritos,(Sl 104. 4; Cl 1. 16), imortais(Lc 20. 36), santos(Gn 1. 31), poderosos(II Ts 1. 7), excelentes em conhecimento(Mt 24. 36), para executarem os seus mandamentos e louvarem o seu nome(Sl 103. 20, 21), todavia sujeitos a mudança”(II Pe 2. 4).*

ANJOS, SERES CRIADOS

Os anjos, pelo que deles sabemos, informados pelas Escrituras, são seres criados e, como tais, inferiores ao Criador e a ele submissos. Todos, originalmente, à semelhança do homem, foram formados sem pecado, mas, diferentemente de nosso ancestral, foram feitos imortais, incorpóreos e, conseqüentemente, assexuados. O ser angélico, portanto, em virtude de sua criação e destinação diferentes é de natureza distinta à do ser humano. Por não terem sido dotados de capacidade reprodutiva: gerarem semelhantes, Deus criou-os em quantidade fixa, uma casta angélica.

Os anjos são inteiramente espirituais, dotados de muita sabedoria. Eles são, consideravelmente, menos limitados que os homens. O fato de serem espirituais e imortais confere-lhes maior liberdade temporal e espacial; porém, não se constituem em entes divinos. O topocentrismo e a mortalidade restringem, no estágio terreno, a liberdade do homem, limitações, embora temporais, que os anjos ao têm.

ANJOS CAÍDOS

Antes da queda terrestre, houve uma queda nos céus(Jd 6, cf II Pe. 2.4), origem dos anjos maus liderados por Lúcifer ou Satanás, opositores contumazes de Deus, de seu povo e de sua obra. Tais hostes angélicas do mal estão sob controle de Deus e já condenadas ao suplício eterno(Ap 20. 10).

MISSÃO DOS ANJOS

A palavra anjo significa: mensageiro, enviado, comissionado, ministro, portador de mensagem específica e determinada. O anjo não fala de si mesmo, não produz a mensagem; é um tipo de embaixador do Rei: comunica e executa com fidelidade as ordenanças divinas. A Reforma rejeitou a doutrina do “Anjo da Guarda”, e as igrejas históricas mantêm a rejeição. O crente é redimido e guardado por Jesus Cristo, Senhor do Céu e da terra, e que está conosco. Deus, no Velho Testamento, ou se manifestava como anjo ou dele se valia muitas vezes para revelar-se e revelar sua vontade aos homens. A revelação final, completa, perfeita e definitiva, porém, realizou-se no Filho, Deus conosco.

Os anjos servem a Deus em culto, louvor e glória nos céus, e são seus ministros na terra. Como servidores no trono celeste, recebem designações simbólicas de querubins(Gn 3. 24; Ex 25. 18; Sl 80. 1; 99. 1; 18. 10; Is 37. 15; II Sm 22. 11; Hb 9. 5). Dos comissionados ao mundo dois são bem conhecidos nominalmente: Gabriel(Dn 8. 16; 9. 21 cf Lc 1. 19, 26), e Miguel(Dn 10. 13, 21; 12. 1; Cf Jd 9; Ap 12. 7). Os apócrifos, que não merecem crédito, citam nominalmente, de maneira fantasiosa, mais três anjos: Rafael, Uriel e Jeremiel.

Os anjos estiveram com Jesus: no nascimento(Lc 1. 19, 16); na tentação(Mt 4. 11); no Getsêmane(Lc 22. 43); na ressurreição(Mt 28. 38); e estarão com ele no retorno(Mt 16. 27; 25. 31; Mc 8. 38). Ajudarão na triagem escatológica, separando os eleitos dos réprobos(Mt 13. 39; 41). Foram eles que conduziram Lázaro, após a morte física, para o seio de Abraão(Lc 16. 22).

ELEIÇÃO E SUBALTERNIDADE DOS ANJOS

Paulo fala de anjos eleitos(I Tm 5. 21), permitindo-nos concluir: a- Os caídos são réprobos(cf II Pe 2. 4). b- Os que permanecem firmes, e permanecerão para sempre, foram preordenados à fidelidade, à santidade, à submissão e à obediência ao Criador. Estes são livres para servir, não para serem servidos. No reino angélico não existe egocentrismo. Nenhum anjo deseja ser maior que os outros nem disputar o lugar de Deus. O corpo angelical, portanto, é harmônico, fraternal, igualitário, serviçal, santo(separado para Deus). Todos eles têm consciência de que se originaram de um ato criador do Pai e que por sua imensurável graça são preservados. O pecado não se faz presente no céu. Livres da influência e das conseqüências pecaminosas o ministério angélico de servir não enfrenta a necessidade social e psicológica de ser servido.

TRANSFERÊNCIA DE MINISTÉRIO

O ministério angélico foi substituído, na Igreja de Cristo, pelo do Espírito Santo, que não somente habita o regenerado, mas também o consola, conforta, ilumina, capacita, guarda, protege e guia. O Espírito é o revelador do Filho; este, o revelador do Pai. Se o Espírito, maior que os anjos, mora no crente, que necessidade tem este de um “anjo da guarda?” O Salmo 121 diz que o nosso guia e protetor é Deus. Quando se diz que “o anjo do Senhor acampa-se ao redor dos que o temem, e os livra”(Sl 34. 7 cf Zc 9. 8), entenda-se: O Senhor está presente com seus servos e os guarda.

CATECISMO MAIOR

CRIAÇÃO DO HOMEM

Pergunta 17: “Como criou Deus o homem?”

Resposta: *Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea(Gn 1. 27); formou-o do pó(Gn 2.7), e a mulher, da costela do homem(Gn 2. 22); dotou-os de almas viventes, racionais e imortais(Gn 2. 7; Mt 10. 28; Lc 43. 23)); fê-los conforme a sua própria imagem(Gn 1. 27), em conhecimento(Cl 3. 10), retidão e santidade(Ef 4. 24), tendo a lei de Deus escrita em seus corações(Rm 2. 14, 15), e poder para cumpri-la, com domínio sobre as criaturas(Gn 1. 28), contudo sujeitos a cair(Gn 2. 16, 17).*

HOMEM, OBRA PRIMA DO CRIADOR

A criação do ser humano encerrou os atos criadores de Deus. Ele, na verdade, era o objetivo, o alvo final, a coroa da ordem criada. Sua posição de dignidade e proeminência é sem paralelo: “Fizeste-o, no entanto, por um pouco menor do que Deus, e de glória e de honra o coroaste”(Sl 8. 5). Criado à imagem e semelhança de Deus, destinado à regência do mundo e à reprodução de semelhantes, quis o Criador estabelecer com o homem relação pactual de serviço firmada na fidelidade. A quebra dos termos pactuals traria conseqüências permanentes, irremediáveis e irreversíveis, pois implicaria em rompimento dos vínculos relacionais entre o Pai da criação e a sua principal criatura, formada à sua semelhança. O pacto foi rompido pelo homem, gerando os efeitos danosos do pecado e da alienação para o primeiro casal e todos os seus descendentes.

HOMEM, MACHO E FÊMEA

Os conflitos entre homem e mulher, esposo e esposa, resultam da perversão proveniente do pecado. Os dois seres eram, originalmente, complementares. As diferenças naturais não se contrastavam nem se opunham porque estavam equilibradas na profunda e íntima unidade conjugal. O pecado enfraqueceu e até, em muitos casos, eliminou a união consensual “marido-mulher”, fazendo ressaltar as “diferenças” nas individualidades e nos individualismos egocêntricos. O casal deixou de ser uma só carne, e o sexo se converteu em fonte de prazer originada na excitação sexual, e não no amor sincero e comprometido com a pessoa do cônjuge. Assim como o Pai, o Filho e o Espírito Santo são UM por natureza, identidade, essencialidade e consensualidade, o homem e a mulher foram criados para serem **um** na célula matrimonial e, a partir dela, toda a humanidade: um conjunto consensual e harmônico em que os “diferentes” seriam convergentes, jamais divergentes. Destruir a unidade conjugal é danificar a “imagem” que o casal é de Deus e de Cristo- Igreja. Aos dois absolutamente unificados Deus chamou de Adão(Gn 5. 2 cf Gn 1. 27). Quanto mais longe de Deus, mais separados e conflituosos tornam-se homens e mulheres, pais e filhos, irmãos e irmãs. Os que o Redentor une, o mundo não separa(Mc 10. 9). O amor conjugal é primário na raça, o primeiro a surgir no coração humano direcionado ao próximo do sexo oposto, projeção de seu próprio eu(Ef

5. 28, 29). O homem veio do pó; a mulher procedeu do homem. Os dois são idênticos em natureza, substância e espírito.

HOMEM, SER INTELIGENTE

O homem não nasce sabendo como acontece com os animais dotados de orientação instintiva: O castor possui engenharia fixa inata; o João-de-barro sai do ovo com o seu instinto arquitetônico. Todos os irracionais repetem, sucessivamente, a mesma “arte”. O homem, no entanto, vem ao mundo com imenso potencial para aprender, criar, produzir, progredir, mas tudo racionalmente. Os irracionais copiam as gerações anteriores. O homem caminha, avança, nas artes, na cultura, na sabedoria e na ciência. É com grande sacrifício que o ser humano se habilita para, competindo, contribuir com seu saber para o progresso humano. O homem inteligente é, conseqüentemente, responsável por seus atos e obras diante do Criador e perante seus conservos.

HOMEM, SER ESPIRITUAL

Os animais são seres biofísicos. O homem, além da biofísica, da mecânica empírica, da racionalidade, penetra o metafísico por sua inteligência inquiridora, subjetiva e abstrativa, e se capacita à espiritualidade por meio do espírito, “sopro divino”, que nele existe. Assim, ele é capaz de dialogar e interagir com os semelhantes, e equipado para receber os carismas espirituais, ter fé, crer em Deus e entrar em comunhão com ele. O cérebro humano, pelas vias dos sentidos, recebe informações, recodifica-as e as armazena, tornando-se culturalmente evoluído. O mesmo cérebro, por via revelacional, pode captar a mensagem espiritual, entender a vontade de Deus, respondê-la pela crença, pela submissão e pela consagração. Somente ele tem semelhante capacidade, pois é dotado por Deus de dupla dimensão, uma física e outra espiritual.

CATECISMO MAIOR

PROVIDÊNCIA

Pergunta 18. “Quais são as obras da providência de Deus?”

Resposta: *As obras da providência de Deus são a sua mui santa (Sl 145. 17), sábia (Sl 104.24; Is 28. 29) e poderosa maneira de preservar (Hb 1. 3) e governar todas as suas criaturas (Sl 103. 19), e todas as suas ações (Mt 10. 29,30; Gn 45.7; Sl 135. 6), para a sua própria glória (Rm 11. 36; Is 63. 14).”*

COMO DEUS GOVERNA TODAS AS COISAS

O homem, em virtude de sua finitude e limitação em conhecimento, compreensão e apreensão do universo no qual se insere, próximo e remoto, tornou-se incapaz e inabilitável para desvendar com precisão os mistérios de sua própria existência, perscrutar e avaliar o governo de Deus sobre o micro e o macro cosmo, da unidade à pluralidade, do indivíduo à sociedade, da família à humanidade. Uma coisa sabemos por revelação: Nada existe que não tenha sido criado por Deus. Do vírus ao elefante, do átomo à estrela, tudo é criação do Pai celeste e por ele governado. A natureza, o tempo, a história e a humanidade são o que Deus determina que sejam. Nós, apesar das limitações, criamos acontecimentos, e muitos, mas há numerosos, alheios às atividades humanas; todos, porém, nos envolvem, alteram nossos comportamentos, condicionam-nos, mudam nossos rumos, dominam-nos, superam-nos e nos transcendem. Quanto mais escalamos os degraus da superação tanto mais escravizados nos tornamos da ciência, que julgamos dominar. O homem pensa ser maior que realmente é, um ser dominante, quando, na realidade, não passa, confrontado com Deus, de mísero mortal. Criador e Governador, só e exclusivamente Deus, o único onisciente, onipotente, imutável e absolutamente perfeito: atributos que lhe dão as faculdades de criar, governador e preservar.

COMO DEUS PRESERVA TODAS AS COISAS

O mundo físico e astrofísico preservam-se por meio de leis prefixadas, ordenadas e mantidas pelo Criador.

As criaturas vivas, superiores e inferiores, Deus as sustenta por um sistema ecológico equilibradíssimo, funcional e miraculoso. Cada ser cumpre seu papel, entra no esquema vital da rede alimentar e dele sai pelas ocultas mãos do Criador. A interferência “sábia” do homem desgoverna e desequilibra a ordem natural, perfeitíssima em si mesma. Deus colocou o homem, sua imagem e semelhança, como administrador do jardim, isto é, do meio ambiente, com a recomendação de não tocar naquilo que era privativo do Criador: o controle do bem e do mal. Somos mordomos, não donos e nem deuses. Fomos criados como instrumentos do Criador para servi-lo no ministério governamental. O pecado, porém, nos levou ao estado de rebeldia, e isto nos induz e nos conduz às ações predatórias desequilibradoras da maravilhosa harmonia ecológica da natureza. A redenção em Cristo, além da concessão da vida eterna, restaura-nos a compreensão e a visão da idealidade original da criação, gerando em nós, filhos e mordomos do Criador, o senso de zelo responsável na manutenção e preservação do meio ambiente. Não amamos a natureza como “nossa mãe”, à semelhança dos materialistas,

amamo-la por ser criação de Deus, nosso Pai, e a nós entregue como berço e fonte de sobrevivência.

AÇÕES DIVINAS

Os atos, feitos e decretos de Deus são inexplicáveis à luz da lógica empírica ou racional, especialmente por serem inescrutáveis, poderosos e irrecorríveis. O governo divino, na ordem natural, estabelece-se por meio de leis físicas, químicas e biológicas rigorosamente exatas e permanentes. Na ordem social o mesmo acontece: normas, regras e princípios existenciais regem as sociedades, padronizando-as no essencial, independentemente da raça e da cultura. As variações giram em torno do eixo normativo e são controladas pela força padronizadora universal. Quando necessário, o Criador muda “as regras do jogo”, criando um tipo de anormalidade ou inaturalidade: o *milagre*, fenômeno extraordinário para nós, embora normal para Deus, o Governador, que pode alterar o curso dos acontecimentos, mudar os processos, interromper a normalidade fenomênica. O milagre é a prova de que o Deus soberano, criador, governador e mantenedor de todas as coisas está presente, mantém o universo e atua modificadoramente, quando necessário. Não há milagre desnecessário, desproposital, sem objetivos definidos. Deus não opera prodígios inúteis nem realiza portentos sob condicionamentos.

CATECISMO MAIOR

OS ANJOS E A PROVIDÊNCIA

Pergunta 19. “*Qual é a providência de Deus para com os anjos?*”

Resposta: *Deus, pela sua providência, permitiu que alguns dos anjos, voluntária e irremediavelmente, caíssem em pecado e perdição(Jd 6; II Pe 2. 4), limitando e ordenando isso, como todos os pecados deles, para a sua própria glória(Jó 1. 12; Lc 10. 17; Mt 8. 31), e estabeleceu os demais em santidade e felicidade(I Tm 5. 2; Mc 8. 38; Hb 12. 22), empregando-os todos, conforme lhe apraz, na administração de seu poder, misericórdia e justiça(Sl 104. 4; Hb 1. 14).”*

QUEDA DOS ANJOS

Deus não é autor do pecado; este resulta da falibilidade dos seres superiores, anjos e homens, que não foram capazes de impedir a penetração da cobiça e do espírito de grandeza em suas mentes e corações. O homem caiu porque foi tentado; alguns anjos, pelo que nos consta, não sofreram influência externa, não foram induzidos à tentação: a desobediência deles foi auto-gerada. Em decorrência da superioridade, da íntima comunhão com Deus e da responsabilidade, o pecado dos anjos revestiu-se de imensa gravidade. Sem os naturais desejos da carne por serem espirituais, tinham mais condições que os homens de preservarem a dignidade, a santidade e a fidelidade originais, e não o fizeram, tornando-se rebelados irrecuperáveis.

Os anjos, ao optarem pelo mal, escolheram uma nova maneira de ser, tornaram-se irrecuperável e permanentemente malignos. A malignidade, como veio acontecer posteriormente ao homem, fixou-se desastrosa e indelevelmente nos desobedientes, incompatibilizando-os com a santidade do ambiente celeste, com a honra e a sublimidade do ministério angélico: servidores do trono divino e mensageiros do Rei. Opostos a Deus, foram declarados corruptos e expulsos do céu.

Deus é o “bom” absoluto e dele flui o “bem” perfeitíssimo, o oposto radical e contundente do “mal” e do “mau”. O “bom” e o “mau”, o “bem” e o “mal” não se misturam, não se convergem: divergem-se sempre. O *homem pecador* vive em grande conflito interno porque nele convivem, em permanente contradição e oposição, o bem e o mal. No *anjo caído* há completa ausência de bem, razão pela qual se torna essencialmente maligno, sem qualquer censura consciente ou inconsciente à sua malignidade intrínseca. Os santos anjos não podiam continuar associados aos depravados e reprovados. Deus então expulsou os rebeldes pervertidos da convivência celeste. Eles, radicalmente alienados do Criador e despídos de benignidade, reúnem-se no anti-céu, o inferno, sob a liderança de Lúcifer ou Satanás, o príncipe dos demônios, fazendo sistemática e contumaz oposição a Deus, ao seu povo, à criação. O homem é a maior vítima das invectivas satânicas porque, sendo a imagem de Deus, destruí-lo representa uma inominável ofensa ao seu Criador, o que agrada o perverso absolutamente maligno.

BOM SÓ UM: DEUS.

As quedas dos anjos e dos homens demonstram que de todos os seres, celestes e terrestres, Deus, na triunidade, é o *único* infalível, inerrante, imutável, incorruptível.

Ele é o Rei eterno. Todas as tentativas de destroná-lo fracassaram. Qualquer que nos céus e sobre a terra arrogar-se igual a Deus ou pretender usurpar-lhe a autoridade régia tornar-se-á réprobo, obominável agente do mal. O que a nós, anjos e homens eleitos, nos compete é a irrestrita submissão filial, a gratidão sincera, a consagração em tudo, a servitude ministerial e litúrgica. A confiança em Deus promove a confiança própria, qualifica e dignifica o filho, que foi criado para amar o Pai superlativamente e amar o próximo intensamente.

ETERNO SÓ UM: DEUS.

A eternidade de Deus é original e essencial; a dos anjos e dos homens é procedente do Eterno por criação e concessão. Assim, o Demônio e seus anjos, como seres criados, não possuem a eternidade qualitativa: destinam-se à morte eterna no “lago de fogo”, onde estarão “morrendo eternamente”. Ter *vida eterna* é estar com Deus, matriz da vida e do bem; ser *morto*, é viver sem Deus e sem esperança. O céu é a plenitude da vida, do bem, do amor, da comunhão com Deus, da intensa fraternidade dos santos e da conseqüente felicidade eterna. A geena, cárcere tartárico, é a plenitude da morte, do mal, do desamor e dos padecimentos imitigáveis.

O dualismo da religião persa não se enquadra na escatologia bíblica. Lúcifer ou Satã não é uma potência independente ilimitada; teve princípio, está sob juízo e governo de Deus, e terá fim. Suas ações intermédias realizam-se sob o controle de supremo Rei, que lhe permite certa liberdade, mas lhe relativiza a autoridade e condiciona-lhe os atos(I Co 10. 13; Lc 8. 28- 32; Tg 2. 19; Jó 2. 6). Deus é o incriado Criador de todas as coisas e ingovernado Governador do universo e dos seres: angélicos, bons e maus, e humanos, eleitos e réprobos. Todos os atos divinos são perfeitos, objetivos e incondicionais, isto é, nada e ninguém condicionam as ações de Deus, especialmente inimigos espiritualmente desclassificados como as hostes angélicas do mal.

CATECISMO MAIOR

ESTADO ORIGINAL DO HOMEM

Pergunta 20. *“Qual foi a providência de Deus para com o homem, no estado em que foi criado?”*

Resposta: *A providência de Deus para com o homem, no estado em que ele foi criado, consistiu em colocá-lo no Paraíso, designando-o para cultivá-lo, dando-lhe liberdade para comer do fruto da terra(Gn 2. 8; Gn 2. 15, 16); pondo as criaturas sob seu domínio(Gn 1. 28); e ordenando o matrimônio para o seu auxílio(Gn 2. 18); em conceder-lhe comunhão com Deus(Gn 1. 27, 28), instituindo o dia de descanso(Gn 2. 3); entrando em pacto de vida com ele, sob a condição de obediência pessoal, perfeita e perpétua(Gn 2. 16, 17; Rm 5. 12- 14; Rm 10. 5, Lc 10. 25- 28), da qual a árvore da vida era penhor, proibindo-lhe comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, sob pena de morte(Gn 2. 17).”*

MORDOMO DE DEUS

O homem recebeu do Criador a incumbência de: lavrar o solo, cuidar do Jardim de sua residência, velar o território de seu domínio, exercer atividade agropecuária produtiva. Vegetais e animais são criações do Pai em seu benefício. Cumpre-lhe preservar as plantas naturais, cultivar as agriculturáveis, proteger os animais selvagens, domesticar os necessariamente domesticáveis, auxiliar a natureza no processo reprodutivo, na melhoria e perpetuação das espécies. Depredar e destruir é ofensa ao Criador. Somos servos e mordomos, não senhores e deuses. Temos contas a prestar a Deus sobre todas as nossas atividades no curso da presente existência.

A RECOMPENSA DO HOMEM

Da flora silvestre e da terra cultivada, da fauna selvagem e da criação de animais, o homem retira o pão cotidiano: Alimentação, vestuário, medicamentos, transporte, habitação. A relação homem-natureza é fundamental na vida biológica e auxiliar na espiritual. O ser humano maltrata-se, quando maltrata a natureza. Produzir sem destruir, eis o lema de quem foi criado à imagem e semelhança de Deus, constituído súdito do Rei, comissionado a servi-lo na preservação, manutenção, manuseio e exploração de plantas e animais. Muitos vegetais terrestres e aquáticos e animais, indomados e indomáveis, do mar e da terra, estão em via de extinção e incontáveis espécies já foram extintas. Cabe ao homem preservar os seres criados em seus ambientes ecológicos, onde Deus os colocou e lhes concedeu possibilidade de sobrevivência e reprodução.

A FAMÍLIA

A criação do homem e a instituição da família monogâmica ocupam considerável espaço nas narrativas da criação. O fundamento da vida conjugal é o companheirismo: *“Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea”(Gn 2. 18)*. O princípio da união prevalece sobre o da reprodução. A relação macho e fêmea, na unidade conjugal, subordina-se à de companheiro amigo e companheira amiga. Assim como há perfeição, igualdade, consensualidade e unidade na ordem trinitária sem anulação da personalidade, da individualidade e da especificidade de cada pessoa divina, Deus quis estabelecer unitarismo semelhante na biunidade conjugal monogâmica, célula máter da humanidade, na qual as diferenças congênicas e as funções distintas de cada um

se completassem e se realizassem: unidade de diferentes; igualdade na diversidade; convergência nas divergências. O ideal original tem sido realizado, embora com restrições, nos regenerados, novo povo de Deus. Entre os irregenerados a união conjugal é muito frágil, quando existe, pois o domínio do pecado sobre eles egocentriza-os, materializa-os, individualiza-os, elimina o equilíbrio salutar entre o sensorial e o espiritual e quebra o elo unificador entre o homem e a mulher; um se torna objeto do outro.

COMUNHÃO COM DEUS

O homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, vitalizado pelo Espírito Santo (Gn 1. 26,27; Gn 2. 7), habilitado para o diálogo com o seu Criador, dotado de racionalidade, inteligência, sensibilidade, criatividade e espiritualidade, para ter comunhão com Deus e com ele relacionar-se permanentemente. O pecado, porém, descaracterizou-lhe a imagem original, permanecendo nele, contudo, vestígios do que foi e do que deveria ser. O Filho de Deus, todavia, pela regeneração e pelo ressurreição corporal do eleito, restaura-lo-á à ideal comunhão do seu Criador.

DIA DO SENHOR

O homem é partícipe e usuário do patrimônio de Deus. Dos bens materiais e de consumo o Senhor requer do servo uma pequena parcela, o dízimo; do tempo, exige-lhe um dia em sete, que não poder ser “dia do homem”, mas do “Dia do Senhor”, isto é, consagrado a Deus. É o tempo reservado, livre das atividades materiais, ao culto, à meditação, ao estudo da Palavra de Deus, ao encontro social e litúrgico com seus irmãos, à proclamação do Evangelho de Cristo.

CATECISMO MAIOR

A QUEDA

Pergunta 21. *“Continuou o homem naquele estado em que Deus o criou no princípio?”*

Resposta: *Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, pela tentação de Satanás, transgrediram o mandamento de Deus, comendo do fruto proibido; e por isso caíram do estado de inocência em que foram criados(Gn 3. 6-8, 13; II Co 11. 3).”*

HOMEM, SER LIVRE

O homem, ser criado, não podia igualar-se ao Criador, dotado de livre arbítrio e dos atributos da imutabilidade, incorruptibilidade e inerrância. Se assim fosse, a criatura seria tão divina quanto o Pai celeste.

O fato de o homem ser incapaz de usar a dom da liberdade para sustentar-se como filho e aprofundar a fraternidade filial, demonstra a sua inabilidade para conduzir-se sob constantes desafios e tentações. Frágil, ele é sempre escravo: de Deus, se eleito regenerado, que o guia na trilha do bem moral e da santificação; de Satanás, se réprobo, que o conduz na estrada do mal e da perdição.

ESTADO DE INOCÊNCIA

Inocência é o estado do homem antes de pecar, quando se encontrava isento de culpa, de incredulidade e de malignidade, mas propenso à vaidade, ao egoísmo, à desobediência. Não se trata, pois, de idade pré-racional, estágio de simplicidade ingênua, infantilidade. O homem, segundo as Escrituras, saiu adulto e maduro das mãos de seu Criador: inteligente, racional, pensante, criativo, produtivo, virtuoso, liderante; “homo sapiens”, feito à “imagem e semelhança de Deus,” ser cognoscitivo e volitivo, perspicaz e responsável; capaz de tomar decisões livres e conscientes. A racionalidade, a maturidade e a consciência plena de seus atos, fizeram-no suficientemente responsável para firmar um pacto de fidelidade e serviçalidade com seu Senhor e Pai, o que uma pessoa psicologicamente imaturo, criança, inocente, não teria condições de fazer. Com a mesma consciência responsável com que os nossos primeiros pais firmaram aliança com Deus, quebraram-na, assumindo o ônus do rompimento pactual e de suas previstas conseqüências: exclusão da comunhão com Deus, corrupção e degradação da “imago Dei” neles existente, pecado, perdição e morte. Adão, portanto, foi traidor consciente do supremo Benfeitor. Sua penalização, portanto, foi justa. O pacto ab-rogado por ele envolveu os seus descendentes.

DE TEOCÊNTRICO A EGOCÊNTRICO

Antes da queda o homem centralizava-se em Deus e com ele mantinha afinidade, comungava objetivos imediatos, propósitos e vontade. O espírito do filho sintonizava-se, sem desarmonia conflituosa, com o do Pai. Todos os seus sentimentos e desejos confluíam para o seu Senhor. O ancestral da raça humana era teocêntrico. O tentador, por insinuação, conseguiu convencer o homem de que tinha tudo à mão para ser maior, igualar-se a Deus. A proposição satânica prevaleceu sobre a ordem do Criador, e os nossos ancestrais substituíram a fidelidade ao Criador pela obediência ao tentador, que os levou à rejeição do bem e à opção pelo mal. O ponto de convergência então deslocou-se

do “Tu” divino para o “eu” humano, transformando o homem em um ser individualista e egocêntrico, alienado do Criador e em conflito com o semelhante. Sem estrutura para suportar as cargas decorrentes da centralização no “ego”, desajusta-se, perde o auto-domínio, traumatiza-se, cai na bastardia e na depravação.

A TRANSGRESSÃO

O pecado não residia na árvore, mero instrumento de teste à fidelidade e à obediência, mas na transgressão do mandamento divino: “*De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás*” (Gn 2. 16, 17). O pecado foi, na sua origem, e continua sendo, *transgressão da lei de Deus*. A tentação despertou no homem o egoísmo, a cobiça e a incredulidade, vícios psicológicos e morais degradantes, que o levaram à insubmissão, à infidelidade, à traição e à rebeldia, resultando no rompimento do pacto estabelecido entre Deus e a humanidade.

Deus reservou para si apenas uma árvore frutífera. Todas as demais concedeu ao homem. Mas este desejou tudo para si, nada deixando para o seu Senhor. Tal materialismo prevalece. Como é difícil “convencer” o “servo de Cristo” a servi-lo com o seu dízimo, parece mínima que Deus requer daquele a quem tudo concede: existência, bens, saúde, família, filiação, justificação e vida eterna.

Conhecimento do bem e do mal. O homem finito jamais conhecerá completa e perfeitamente o bem e o mal. Somente Deus é onisciente, onipotente e onividente. Inteligente, aquele que se deixa dirigir pelo Criador e Salvador, que o colocou neste mundo, determinou o seu papel, o curso de sua peregrinação terrena e o seu destino final. O conhecimento do homem é restrito e relativo; o de Deus é absoluto e universal.

CATECISMO MAIOR

QUEDA DA HUMANIDADE

Pergunta 22: “*Caiu todo o gênero humano na primeira transgressão?*”

Resposta: *O pacto, sendo feito com Adão, como um representante, não para si somente, mas para toda a sua posteridade, todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária (At 17. 26), pecou nele e caiu com ele na primeira transgressão (Gn 2. 17; Rm 5. 12-20; I Co 15. 21, 22).*

HOMEM CORPORATIVO

Deus, ao tratar com os ancestrais humanos, lidava com a humanidade inteira, não somente porque esta se resumia no casal original, mas porque nele todas as criaturas humanas estavam genética e espiritualmente potencializadas e consubstancializadas. Descendemos física, social, moral e espiritualmente dos pais da raça; herdamos suas extraordinárias virtudes e carregamos seus defeitos e vícios. Como pósteros, fixamos, conservamos e perpetuamos a natureza essencial da semente. Estávamos nos troncos primevos; eles estão em nós. Procedemos de um núcleo matriz no qual potencialmente nos encontrávamos e do qual somos herdeiros. Nossos pais, ao assumirem compromissos pactuais com Deus, agiram por eles e por nós, seus descendentes. Ao desfazerem o pacto pela desobediência, agiram não somente em causa próprio e pessoal, mas em nome de toda a posteridade pela qual firmaram a aliança de submissão e obediência. O pecado corrompeu a base de origem, de sustentação e de propagação da humanidade. De tal célula máter alterada e degenerada somos descendência. Tal pai, tal filho. Adão e Eva não pecaram por nós, nós pecamos com eles por estarmos neles corporativamente. Por outro lado, nossos pecados atuais e pessoais, pelos quais seremos julgados, são de nossa inteira responsabilidade, mas os nossos descendentes sofrerão seus efeitos negativos. Do pecado original de nossos arquétipos recebemos mais que conseqüências, somos herdeiros, infelizmente; uma herança indesejável.

ADÃO E CRISTO

Estávamos espiritualmente em Adão, pessoa corporativa de nossa velha humanidade; agora estamos em Cristo Jesus, pai de nossa nova humanidade, segundo a soteriologia paulina: “*Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram*”. “*Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim também por meio da obediência de um só muitos se tornaram justos*” (Rm 5.12; 5. 19). Na mesma linha teológica o mestre dos gentios, aos coríntios, ensina: “*Como foi o primeiro homem, o terreno, tais são também os demais homens terrenos; e como é o Homem celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do que é terreno, devemos trazer também a imagem do celestial*” (I Co 15. 48, 49). Todos caímos em Adão; aos eleitos, porém, Deus lhes deu a oportunidade de serem regenerados em seu Filho, Jesus, o segundo Adão.

QUEBRA DO PACTO DE OBRAS

O pacto adâmico recebeu, na teologia reformada, a designação de *pacto de obras* por depender da fidelidade das partes pactuadas: Deus e homem. A fidelidade divina

jamais foi, nem poderia ser, quebrada em virtude da imutabilidade de Deus. A do homem, como criatura submissa e falível, e dependente do estrito acatamento e cumprimento de uma ordenança, não se manteve. E ele, obra prima da criação, perdeu o direito de continuar como *filho-servo* do Pai celeste. Dotado de livre arbítrio e em decorrência de sua formação como “*imago Dei*”, tinha todas as condições de opção pelo bem, mas, contrariamente, escolheu o mal, preferiu a desobediência, abandonou a verdade, submeteu-se à direção do Diabo, o mentiroso e essencialmente maligno. A proposta do pacto era, em síntese: *Eu serei teu Pai; tu serás meu filho para sempre*”. Satanás mudou os termos pactuais para: *Tu serás divino, igual ao Criador, e não meramente criatura e serva*. Agradou-lhe a divinização do ego; acatou a propositura satânica. Agora, nem Senhor nem servo: apenas um réprobo.

Conclusivamente reafirmemos: o pacto firmada por Deus com o homem na pessoa de Adão envolvia seus descendentes. Os pais, ao assinarem escrituras de compra ou de venda, estarão, por semelhantes atos, herdando ou deserdando seus descendentes atuais e futuros. O que enriquece, engrandece e enobrece os pais, enriquece, engrandece e enobrece os filhos; o que os desonra, afeta-os profundamente. Adão e Eva deserdaram-nos do Paraíso ao romperem o pacto de obras com o soberano Senhor.

Perdemos, porque Adão perdeu. Ganhamos, porque Cristo ganhou. A derrota de nossos primeiros pais foi a nossa derrota. A vitória de Cristo é a nossa vitória. Perdemos o paraíso de Adão: herdamos o de Cristo: *Ora, se somos filhos, somos também herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo; se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados (Rm 8.17 cf Hb 11.9; Tg 2.5; I Pe 3.7)*.

CATECISMO MAIOR

ESTADO DE PECADO E MISÉRIA

Pergunta 23: *“A que estado ficou reduzido o gênero humano pela queda?”*

Resposta: *A queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria”(Rm 5. 12; Gl 3. 10).*

ESTADO PECAMINOSO

Árvore má produz frutos maus. Igualmente não se pode esperar que de uma leoa nasça cordeiro. Por mais domesticado que seja o leão, não deixa de ser leão; sua natureza leonina e seu instinto carnívoro permanecerão, embora controlados ou adormecidos. Por mais santo, comportamentalmente falando, que seja o homem, no sentido de pureza moral, não se eliminará o seu pecado congênial: *“Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós”(I Jo 1. 10). “Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe”(Sl 51.5 cf Jr 17. 9; Gn 6. 5; I Rs 11. 9; Pv 6. 14; Ec 8. 7; 9. 3).* Um servo de Deus da dimensão moral de Paulo não se sentia isento de fraquezas e limitações causadas pelo pecado, a ponto de reclamar de sua falta de independência volitiva: *“Porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir, pois não faço o que prefiro, e, sim, o que detesto. Ora, se faço o que não quero, consinto com a lei, que é boa. Neste caso, quem faz isto não sou eu, mas o pecado que habita em mim. Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum: pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. Mas se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e, sim, o pecado que habita em mim. Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei que, guerreando contra a lei de minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte? Graças a Deus por Jesus Cristo nosso Senhor. De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente sou escravo da lei de Deus, mas, segundo a carne, da lei do pecado”(Rm 7. 15- 25).* Paulo não é exceção à regra geral. Todos os homens estão na mesma situação: a vontade de Deus, expressa em sua palavra, não encontra plena efetivação e realização na mente humana depravada, mas a vontade da carne, estimulada e direcionada pelo pecado, realiza-se, mesmo contra a lei de Deus. O estigma do pecado marca todos os seres humanos. A justificação em Cristo Jesus torna-nos filhos adotivos do Pai celeste já no curso da vida terrena; a regeneração garante-nos a ressurreição do corpo, penhor que nos dá o Espírito Santo; porém, tais inefáveis graças não nos livram dos sofrimentos físicos, morais, sociais e psicológicos(Gn 3. 16- 19) e nem do terrível cutelo da morte. A diferença entre o eleito e o réprobo está em que o redimido vive, sofre e morre sob o consolo do Espírito e a esperança da promessa, enquanto o reprovado, como filhos das trevas, sem qualquer certeza de vida eterna, é materialista e imediatista, orientando a presente existência pelo seu fim último: o prazer por todos os meios e formas. Semelhantes pessoas desesperam-se na velhice e nas enfermidades; sobre eles recaem pesadas angústias e horríveis expectativas. Geralmente buscam alívio em divindades panteístas ou em falsas esperanças místicas, emergentes em

tempos da calamidades pessoais. O inferno dos edonistas começa com a cessação dos prazeres sensoriais e libidinosos. Muitos evangélicos entendem que a mesma fé que trará o gozo celeste tem de, primeiro, propiciar o bem estar terrestre por meio da prosperidade material, da segurança social e da saúde física. Eles crêm que a bênção temporal é sinal, antecipação e prova da bênção espiritual, pois a regeneração, para eles, elimina a depravação e suas conseqüências. É o materialismo cristão.

ESTADO DE MISÉRIA

O homem depravado, mas senhor de si mesmo, caiu num deprimente estado de miséria moral e transformou o paraíso que lhe foi destinado num caos onde a luz se mistura com as trevas, a sanidade com a enfermidade, a misericórdia com a impiedade, o amor com o ódio, a justiça com a injustiça, o bem com o mal, a paz com a guerra, a vida com a morte. A ciência que beneficia e constrói, com a mesma eficiência contamina, destrói, extermina. A indústria bélica que equipa a defesa também arma o agressor. No campo moral, a mentira prevalece sobre a verdade, a infidelidade sobre a fidelidade, a desonestidade sobre a honestidade, a incredulidade sobre a fé. Quando a Palavra de Deus perde o valor para o homem, a do homem perde a confiabilidade, a autenticidade, a veracidade. Eis porque é “maldito o homem que confia no homem”, pois são todos igualmente pecadores, espiritualmente incapazes e moralmente corrompidos. “Bom, só um, que é Deus.”. Não há recurso humano capaz de retirar o homem de seu estado de depravação e miséria. Somente Deus em Cristo Jesus pode fazê-lo, e o faz por sua infinita bondade e inefável misericórdia.

CATECISMO MAIOR

PECADO

Pergunta 24: “*Que é pecado?*”

Resposta: *Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por ele dada como regra à criatura racional” (Rm 3.23; I Jo 3. 4; Gl 3. 10-12; Tg 4. 17).*

PECADO, ATO CONSCIENTE.

Pecado é sempre um ato consciente contra a vontade de Deus. Tal vontade pode estar expressa em mandamentos formais como, por exemplo, o Decálogo, ou contida em princípios morais do bem, do certo e do justo inculcados na consciência humana e, por meio dela, transmitidos à sociedade em forma de padrões comportamentais. Cremos que todas as normas morais de conduta, as estabelecidas em códigos escritos regulamentados e as mantidas nas tradições culturais, são procedentes do grande Legislador e Governador do universo e das civilizações e por ele mantidas. Assim, cremos, tanto é pecado matar, porque existe um mandamento escrito a respeito, como o são, por exemplo: poluir o ar e as fontes de água potável, fazer propaganda enganosa, discriminar as pessoas, ser orgulhoso, desonesto, infiel, incontinente, perdulário e pornógrafo. Os atos, em situações normais, refletem o estado interior de cada um: “*Porque do coração procedem os maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias*” (Mt 5. 19). O pecado antecede-se ao fato delituoso ou à atitude periculosa como fonte causal. A lei coíbe e reprime a conduta pecaminosa, mas deixa intocável o pecado arraigado no interior do homem, dominando toda a sua natureza, a essência de seu ego. Ordenando e condenando as exterioridades, a lei mosaica acabou permitindo o aparecimento de “santos formais” que, na realidade, eram pecadores reais, túmulos caídos. O formalismo legal pode produzir hipócritas: religiosos externamente irrepreensíveis e internamente corruptos. Não somos pecadores porque quebramos a lei; quebramo-la por sermos pecadores. O pecado corrompeu a vontade humana e fez a desobediência ser mais forte que a obediência. Neste caso, a lei funciona como mecanismo de controle do pecado, não como poder eliminador. O pecado, pois, é um estado natural do ser humano caído e, conseqüentemente, em situação de conflito com Deus. Tal estado de rebeldia pode ser manifesto em ações pecaminosas ou permanecer como câncer oculto no interior da alma pecadora. A lei pode funcionar como máscara de fingimento, mas a graça é sempre luz que revela o justo.

Podemos resumir o que se disse até aqui pela sentença: O ato é a expressão do mal; o pecado é o mal em si, nem sempre expresso. Eis porque os escribas e fariseus, legalmente inatacáveis, eram tão pecadores quanto a mulher adúltera (Jo 8. 1- 11).

Algumas definições de pecado:

Errar o alvo: não atingir o objetivo, desviar-se: conceito deduzida da palavra hebraica *hata'á*. Esta definição atribui o pecado à ação volitiva do homem, não levando em conta a tentação e a intrínseca perversão humana. O erro de Adão foi consciente, mas procedente de uma consciência induzida pelo tentador. A opção errada foi: Almejar ser deus; livrar-se da condição de servo. Aqui também temos de estabelecer a antítese: Não

somos pecadores porque erramos o alvo; erramo-lo por ser pecadores: “*Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe*”(Sl 51. 5).

Quebra da Lei de Deus: Sem dúvida, pecado é quebra da lei de Deus por disposição mental, pensamento e ação. Estabelece-se um ciclo vicioso: O pecado nos leva à transgressão; a transgressão gera e qualifica o pecado, deixando o pecador sob juízo por causa dos delitos expressos. O primeiro pecado da humanidade originou-se da quebra do pacto. A partir de então, todos os homens tornaram-se pecadores, isto é, de aliança rompida com Deus e espiritualmente corrompidos. As leis posteriores, portanto, foram dadas a um homem pecador, totalmente inabilitado e incapaz de cumpri-las.

Cobiça: Para Tiago, a origem do pecado é a cobiça: querer para si o que é do outro, desejar o que não merece: “ *Cada um é tentado pela sua própria cobiça, quando o atrai e seduz. Então a cobiça, depois de haver concebido, dá à luz o pecado; e o pecado, uma vez consumado, gera a morte*(Tg 1. 14, 15). A cobiça é uma anti-virtude, e só pode ser concebida por uma pessoa voltada para si mesma, egoísta e insatisfeita com o que é e com o que tem. Numa alma sadia, direcionada para Deus e para o próximo, a cobiça não se instalará. Portanto, ela é fruto da mente corrompida pelo pecado original.

Incredulidade: A crença em Deus leva à salvação; a incredulidade, à perdição(Mc 16. 16; Jo 3. 15, 16, 18, 36; At 16. 31). A matriz do pecado é a incredulidade. Incrédulo não é somente o que não crê na existência do Deus trino, Criador, Senhor e Governador do universo e Redentor dos eleitos, mas também o que, crendo, não o ouve, não lhe acata as ordens, não confia nele, não o serve. Tem-se, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, a ambigüidade: o “crente” confessional e o ateu prático, possibilitando uma religiosidade formal e permissiva. A constatação leva-nos a afirmar que há incontáveis religiosos ambíguos: piedosos na Igreja e ímpios no mundo. O farisaísmo realmente não morreu.

CATECISMO MAIOR

O HOMEM PECADOR

Pergunta 25: *“Em que consiste o pecado desse estado em que o homem caiu?”*

Resposta: *O pecado desse estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão (Rm 5. 12, 19; I Co 15.22), na falta de retidão na qual este foi criado e na corrupção da sua natureza pela qual se tornou inteiramente indisposto, incapaz e oposto a todo bem espiritual e inclinado a todo mal, e isso continuamente (Rm 5. 6; Ef 2. 1-3; Rm 8. 7, 8; Gn 6. 5; Rm 3. 10- 20; Sl 51. 5; Sl 58. 3); o que geralmente se chama pecado original, do qual procedem todas as transgressões atuais” (Tg 1. 14, 15; Mt 15. 19).*

MALIGNIDADE DO PECADO

O pecado é a quebra do pacto com Deus. Como o pacto abrangia a totalidade da existência, a integralidade da pessoa e a integridade do ser pactuado em todos os seus aspectos(material, social, psicológico, físico e espiritual), o homem ficou totalmente alienado de seu Pai celeste, desajustado, desorientado e perdido. E mais: a sua natureza espiritual, desvinculada da fonte original, ficou irremediavelmente alienada; alienação que atingiu a humanidade inteira. Todos os seres humanos, portanto, nascem no estado de pecaminosidade: *“Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe”*(Sl 51. 5).

PECADO PESSOAL

O pecado se origina, reforça-se e se expressa: na herança da transgressão do primeiro homem ou “pecado original”; na corrupção da natureza humana; na influência do meio social. O homem foi criado para ser uma unidade com Deus e com o próximo, ocupando a divindade o centro aglutinador do entrelaçamento: Deus-Eu-Tu. O pecado não somente interrompeu tal união, mas predisps o homem ao conflito com o Pai celeste e com seu semelhante.

Adão pecou conscientemente, por livre iniciativa, por arbítrio próprio e volição responsável. Assim também agem seus descendentes. Deus não o deixou sem lei. Determinou-lhe com clareza os limites entre o permitido e o proibido, entre o que era seu e o que pertencia ao seu Senhor, o que lhe seria uma bênção e o que lhe causaria a morte, a obediência e a desobediência, o bem e o mal, o sim e o não. Instruído e advertido, Deus ainda lhe prestava assistência por supervisão diária (Gn 3. 8). Nossos primeiros pais, portanto, não eram ignorantes e nem desassistidos. Não pecaram por falta de instrução, carência de apoio, abandono do Criador ou insuficiências vitais. Rebelaram-se sem qualquer motivo, pecaram consciente e responsabilmente. Chamado a prestar conta, Adão tentou incriminar o Justo por sua injustiça e deliberada rebeldia (Gn 3. 13). Como nosso ancestral, pecamos pessoal, responsável e livremente, sabendo distinguir o pecaminoso do virtuoso. Nossos pecados têm conseqüências desastrosas na nossa vida e na de nossos descendentes e circunstantes.

INFLUÊNCIA DO MEIO

Não há sociedade sem pessoas ao mesmo tempo individualizadas e socializadas. A responsabilidade de cada integrante produz a responsabilidade coletiva. Um povo

iníquo cria e mantém organizações iníquas. Os indivíduos sujam o meio e se sujam nele. As pessoas individualmente corrompidas corrompem as bases sociais e institucionais e são por elas corrompidas. Dizem que o indivíduo é produto do meio; mas o que é “meio” aqui referido? -É a soma de indivíduos criadores da cultura social. No organismo comunitário o mal é muito mais contagiante que o bem. E quanto mais depravada a sociedade, mais débil e restrito, o conceito de pecado, mais ampla a permissividade. A sociedade permissiva gera indivíduos permissivos, e estes reproduzem a moral que receberam. Somente a regeneração é capaz de quebrar o ciclo vicioso “indivíduo-sociedade; sociedade-indivíduo. A palavra de Deus, inserida no corpo social, inibe o desenvolvimento da malignidade. O pecado é parte da humanidade como a célula cancerígena o é do organismo humano; um e outro desenvolvem-se destruidoramente se não houver defesa orgânica, se o corpo não possuir anticorpos capazes de impedir-lhes a ação maléfica. A presença da verdade revelada e da ética bíblica têm impedido a completa deterioração social e a morte final do bem na terra.

O salvo, aquele que vence o mundo pela fé, não é “fruto do meio”, mas do Espírito. Este jamais se conforma com a sociedade alienada de Deus, pecaminosa, contaminada pelo mal, vencida pelo pecado (Rm 12.2). Assim, o mesmo tronco de onde sai um Caim, produz um Abel; a mesma humanidade que deu à luz um Saulo de Tarso, abortou um Nero.

INABILIDADE DO PECADOR

O pecado inabilita completamente o homem que, por si mesmo, não reverterá o quadro de perdição em que se encontra. Ele era importante, poderoso e grande porque e enquanto estava ligado ao supremo Redentor de quem recebia a potência mística e em quem se tornava proeminente, espiritualmente falando. A suficiência do homem reside na suficiência de Deus. Desligada do Criador, fonte originária e mantenedora da vitalidade essencial do espírito, a criatura perde a potencialidade, a autenticidade, a veracidade, e a real espiritualidade. Em suma: torna-se totalmente incapaz de qualquer volição positiva e eficiente de auto-salvação. Somente a misericordiosa intervenção de Deus pode livrá-lo do estado de perdição e depravação em que se encontra.

CATECISMO MAIOR

PECADO ORIGINAL: CONSEQÜÊNCIAS

Pergunta 26: “*Como é o pecado original transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade?*”

Resposta: *O pecado original é transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade por geração natural, de maneira que todos os que assim procedem deles são concebidos e nascidos em pecado*”(Sl 51.5; Jo 3.6).

TRANSMISSÃO POR SOLIDARIEDADE.

O *pecado original*, constataavelmente existente, no nosso entendimento, não se transmite de geração a geração à semelhança de um fator genético ou de uma doença hereditária; não se propaga como um fato cultural negativo, passando de pais a filhos; não se perpetua por atuação direta de Satanás em cada ser humano que nasce, fazendo dele um filho do pecado, propenso ao mal e refratário ao bem; ele é a conseqüência da quebra do pacto, por parte da criatura, da fiel comunhão com o Criador e irrestrita obediência a ele. A família humana, quando resumida no casal primevo, firmou uma aliança de respeitoso consórcio com Deus. E, por livre iniciativa, rejeitou-a, assumindo a responsabilidade de auto-gestão; estabelecendo, por si mesma, o que lhe convinha no campo opcional entre o bem e o mal. Em Adão, todos pecamos por pertencermos à humanidade insubmissa, que não desejou e nem deseja viver na condição responsável de serva de Deus. Seu alvo foi e é seu próprio “senhorio”, não a submissão; anseia servir-se de Deus, mas nega servi-lo; busca a coroa da glória, mas se recusa a tomar a cruz diária da renúncia, da servidão e do sacrifício. Podemos usar, como o faz o Catecismo, a expressão: “*por geração natural*”, compreendendo, porém, que a *transmissão do pecado* se dá por envolvimento solidário e prático da humanidade total, e nela cada ser humano, na *quebra do pacto original*.

PECADO ORIGINAL, FONTE DE PECADOS ATUAIS.

A raiz de todos os pecados atuais, ocultos e manifestos, é o pecado original que, por ser um estado, é inespecificável e ingraduável. A qualificação e a mensuração dos pecados factuais, enquanto atos sociais, morais e espirituais, é possível. O catolicismo medieval deu-se à tarefa até de quantificá-los e graduá-los para estabelecer-lhes e prescrever-lhes penas ou penitências cabíveis. A ética não encontra muitas dificuldades para definir, com razoável lógica, os limites de valor e desvalor entre o certo e o errado, o bem e o mal, o carnal e o espiritual. Porém, como o pecado penetrou a natureza humana e nela permanece, causando-lhe corruptibilidade genésica e corrupção histórica e existencial, somente se explica pelo rompimento do pacto inicial e geral com Deus de toda raça, então resumida e representada no primeiro casal. As Escrituras afirmam que o homem pecou e, em conseqüência, perdeu a comunhão com Deus e passou a fazer-lhe oposição, a denegrir-lhe a imagem. A humanidade, desde a rebelião edênica carrega, inapelável e irrevogavelmente, a herança pecaminosa de Adão, não como vítima passiva, mas como partícipe de sua rebeldia. O pecado, pois, não se propaga como uma infestação contagiosa, que passa de geração a geração pelo veículo reprodutivo à semelhança da sífilis. A contaminação física não ilustra ou explica a depravação espiritual. O material e

o espiritual são realidades deferentes, embora um se expresse no e por meio do outro. Há enfermidades e disfunções orgânicas que, realmente, passam de pais para filhos, mas o pecado não é um defeito genérico ou uma doença hereditária que se transmite de pecador a pecador; somos pecadores por *solidariedade*: nossos pais e nós, neles e com eles, quebramos o pacto, rompemos a comunhão com o Pai celeste, assumimos a condição de bastardos.

RESUMINDO:

A quebra do primeiro e essencial pacto implicou em:

- a- A queda de toda humanidade então existente, Adão e Eva. Da humanidade caída procedemos, e cada ser humana aprofunda as divergências com o seu Criador. Em nós, alienados de Deus, a malignidade supera a benignidade.
- b- Negação, por parte do homem, da paternidade divina. Tal filiação impunha ao filho as “restrições” do dever filial da obediência, do respeito, da submissão e da servitude.
- c- Desligamento da fonte da existência eterna. Deus é a vida absoluta, espiritualmente imortal. Fora dele, a morte para sempre. Sem vínculo com o Criador e Pai, o homem ficou entregue à morte.
- d- Afastamento da base e da raiz do bem primordial e perfeito: o Senhor, Criador e Governador do universo, Rei imutável, Ser eterno e Santo imaculável. Sem a qualidade intrínseca do **bem** e o poder controlador e diretivo do **Bom**, perfeito em si mesmo, o homem se deixa dominar externamente pelo maligno e internamento pelo mal que nele existe como parte de sua natureza, pois se tornou *filho da ira*.
- e- Egocentrismo no lugar do teocentrismo prevalente antes da queda. O homem, anteriormente voltado para Deus, voltou-se para si mesmo, egocentizou-se ao atribuir-se, mísero mortal, valores transcendentais e eternos, fazendo do temporal e do transitório o ideal de sua existência e o alvo de sua vida. O materialismo tem sido o maior inimigo do homem: fecha-lhe os olhos espirituais e o indispõe contra o Senhor da vida.

CATECISMO MAIOR

CONSEQÜÊNCIAS DA QUEDA

Pergunta 27: *“Qual a miséria que a queda trouxe sobre o gênero humano?”*

Resposta: *A queda trouxe sobre o gênero humano a perda da comunhão com Deus (Gn 3. 8,24), o seu desagrado e maldição, de modo que somos por natureza filhos da ira (Ef 2. 2,3), escravos de Satanás (II Tm 2. 26; Lc 11. 21,22; Hb 2. 14; Lm 3. 39) e justamente expostos a todas as punições, neste mundo e no vindouro” (Rm 6.23; Mt 25. 41,46).*

PERDA DA COMUNHÃO COM DEUS

O homem foi criado para ser um conjunto indiviso, *pneumo-soma*, tendo por finalidades essenciais e elevadíssima honra: viver em comunhão eterna com o Criador; servi-lo com dedicação exclusiva; submeter-se a ele incondicionalmente; louvá-lo e gozá-lo para sempre. Tudo isso em pleno estado de incorruptibilidade, sem o pecado, sem a conturbadora interveniência do mal e protegido da depravadora interferência do maligno, enquanto se manteve a fidelidade pactual. No período de vigência da primeira e fundamental aliança, os canais interativos e comunicativos, que vinculavam a criatura ao Criador, deixavam fluir livremente o amor agápico, o inefável prazer da santa convivência, o maravilhoso diálogo do filho amado com o Pai querido e respeitado. Adão, no entanto, homem inteligente, livre e racional, sem obrigação coercitiva de ser amigo de Deus, respeitá-lo e considerá-lo como Pai e servi-lo como servo, optou pela proposta do tentador, que lhe garantiu proeminência e insuperável elevação com a promessa de introduzi-lo no universo da divindade, igualando-o ao supremo Criador, promovendo-o de servo a senhor, de criatura a criador, de humano a divino, de “imagem” à realidade figurada. A tentação despertou no primeiro homem a cobiça e o egoísmo. Então, o inconformismo de ser “apenas servo” levou-o à rebeldia contra o seu Senhor, ao rompimento da aliança, comprometendo e envolvendo todos os seus pósteros. Rebelada em Adão em quem se potencializava, a humanidade rompeu-se com o seu Criador, perdeu-se, corrompeu-se. De filhos obedientes e acariciados pelo Pai na família da aliança e da fé, tornamo-nos rebeldes bastardos, incrédulos, desrespeitosos, renegados e materialistas.

ABORRECEDORES DE DEUS

Criado para glória do Criador, segundo os seus insondáveis e eternos propósitos, a mais perfeita e complexa obra da criação, o único no universo que, sendo espiritual, foi dotado de corpo físico expressivo, imagem de Deus, o homem, pela transgressão, transformou-se em pecador, indigno de ser chamado filho de Deus pois, rebelado e corrompido, não podia representar com dignidade e honra aquele que o criou. O sagrado profanou-se; o santificado maculou-se; o moral imoralizou-se; o cultuador do Pai paganizou-se; a bênção se fez maldição; o salvo se perverteu, perdeu-se. Quem foi criado para a fidelidade eterna e louvor sincero e permanente de seu Criador, destinado à paz, à felicidade e à segurança, agora geme e chora na alienação de bastardo mas, ao mesmo tempo, voltado para si mesmo, exalta-se, projeta a sua incredulidade e se conforma com seu estado pecaminoso. O homem perdido, em virtude de sua natureza bidimensional(*pneumo-soma*) tem sido universalmente religioso, mas por não ser guiado

pelo Espírito de Deus, sua adoração dirige-se a ícones, a divindades pagãs, não ao Deus vivo e verdadeiro, que detesta a idolatria.

MALDITOS FILHOS DA IRA

A humanidade, de objeto do insondável amor de Deus sem a tristeza temporal e eterna da justiça divina, passou a alvo permanente de seu justo juízo e de sua inescapável ira. Segregados do paraíso, amargamos no exílio os horrores dos renegados, as carências próprias da bastardia. Nascidos para gozarmos continuamente a proteção, os afetos e as bênçãos do Pai na paz da casa paterna, tomamos a iniciativa, na pessoa dos ancestrais, de deixar o convívio de Deus de quem éramos filhos e servos para sermos “livres”, numa liberdade sem paternidade, sem compromisso filial. Lançamo-nos na perdição, degradamo-nos e corrompemos o meio em que vivemos. Longe da pátria que nos foi destinada, peregrinos e forasteiros em terras alheias e estranhas, na condição de filhos traidores, estamos sob a ira de Deus e tudo nos é hostil: o clima, a terra, a natureza, a sociedade. Tudo nos ameaça: traumas e frustrações, acidentes e doenças, perigos e tragédias, calamidades e catástrofes, mutilações e morte, tentador e tentações. Ao sensual gozo da juventude segue a velhice; aos prazeres da mocidade sucedem as dores do fim da existência. O mal domina sobre o bem. O pecado expande-se; a justiça se encolhe. O material e o sensual predominam sobre o espiritual e o racional, sufocando o bem, o amor, a esperança e a fé. O maligno escraviza os réprobos e tenta forte e tenazmente os eleitos.

CATECISMO MAIOR

PUNIÇÕES DO PECADO

Pergunta 28: *“Quais são as punições do pecado neste mundo?”*

Resposta: *As punições do pecado neste mundo são: ou interiores como cegueira do entendimento(Ef 4. 18), sentimentos depravados(Rm 1. 28), fortes ilusões(II Ts 2. 11), dureza de coração(Rm 2. 5), remorso na consciência(Is 33. 14) e afetos baixos(Rm 1. 26); ou exteriores, como maldição de Deus sobre as criaturas por nossa causa(Gn 3. 17) e todos os outros males que caem sobre nós, em nossos corpos, nossos bens, relações e trabalhos(Dt 28. 15), juntamente com a morte(Rm 6. 21, 23).”*

PUNIÇÕES INTERIORES

CEGUEIRA DE ENTENDIMENTO. Antes do pecado, o homem, como imagem e semelhança de Deus, estava conectado interativamente à fonte do poder, da sabedoria, dos sentimentos puros, da espiritualidade, da vida eterna. A queda desligou tal conexão e o homem perdeu a maior parte do “conhecimento do bem”, e, existencialmente, comprometeu-se com o pecado, mal essencial que, imperativamente, o tem alienado da ciência e da consciência perfeitas existentes em Deus, o Pai das luzes. O ser humano, sem interação substancial, vital e espiritual com o onipotente, onisciente e onividente, fragilizou-se, conservando apenas sinais volitivos e cognitivos da verdadeira “imagem Dei” original. Privado da energia e da iluminação de seu Criador de quem era “semelhante” e ao qual se ligava, a obra prima da criação sofreu consideráveis desgastes causados pela corrupção psicossomática pessoal. Sua inteligência intelectual, perceptiva, sensitiva e emotiva tornou-se limitadíssima, especialmente no campo espiritual, dependente do conhecimento revelado. Quem muito sabe, ainda sabe muito pouco.

SENTIMENTOS DEPRAVADOS. O mal tem maculado os sentimentos, impedindo-lhes a autenticidade e a pureza. Os vícios impedem o afloramento das virtudes e as maculam, quando afloradas. Mesmo que se queira fazer o bem, a malévola impulsão interna e as pressões e os obstáculos externos não permitem a sua plena e perfeita execução. A carne milita contra o espírito e, nos réprobos, vence sempre. Os eleitos, porém, têm sido protegidos pela graça divina da derrota final nas tentações diversas intrínsecas e extrínsecas.

FORTES ILUSÕES. O sexo, o dinheiro e o “status” são fortíssimas ilusões, se considerados em si mesmos e mal usados. Para o mundo sem Deus os principais valores são carnis e materiais: o *sexo*, maior prazer. O *dinheiro*, maior conforto e segurança. “*Status*”, maior elevação do ego. Para o réprobo sem fé e sem esperança, egoísta e materialista, estas três coisas lhe são essenciais e fundamentais; nelas e por elas ele se julga realizar-se, pois são, no seu entendimento, os elementos constitutivos, quando associados, do seu paraíso terrestre. Os meios são transformados em fins. As coisas mais nobres e fundamentais, criadas para bênção do homem, o pecado deprava e degrada.

DUREZA DE CORAÇÃO. O pecado egocentizou o homem, fazendo-o voltar-se para si mesmo, o que o fez empedernido de coração, impiedoso, insensível, faccioso, cruel, desumano, belicoso, odiento e presunçoso, com grande dificuldade para amar, compreender e perdoar, e imensa propensão ao ódio, à vindita, ao menosprezo. As

peças sentem-se aliviadas quando descarregam as peças e as tempestades interiores sobre alguém, mas se constroem ao pedir perdão(ou até mesmo de perdoar), procedimento que requer humildade, humilhação e reconhecimento de falhas morais. É fácil ser mau; difícil é ser bom!

REMORSO NA CONSCIÊNCIA. O remorso é um incontrolável sentimento de culpa por ato que se praticou, por atitudes ofensivas e prejudiciais a alguém, por omissões ou ações que resultaram em danos irreversíveis ao praticante e ao próximo. Todos os seres humanos estão sujeitos ao remorso na presente vida e certamente o experimentarão intensamente, quando a totalidade de seus pecados e a dureza de suas realidades malélicas ficarem expostas à sua consciência e ao juízo de Deus no tribunal eterno. O remorso, na atual existência, é um tipo a punição psicológica.

AFETOS BAIXOS. São afetos baixos, deprimentes e degradantes: homossexualismo, narcisismo, pedofilia, zoofilia, masoquismo, sadismo, sadomasoquismo, impudicícias, avareza, ingratidão, desonestidade, infidelidade, perversidade e tantas outros males morais e vícios concupiscentes. O pecado, efetivamente, degradou a humanidade. Não há mal interior sem afetação da personalidade e do caráter e sem danosas consequências externas.

PUNIÇÕES NATURAIS, EXTERIORES.

O ambiente natural submete o homem a constantes riscos: terremotos, maremotos, temporais, secas, tempestades, tornados, vulcões, endemias, epidemias...A vida humana está sempre ameaçada; e a morte a todos atinge. O pecado não degenerou somente o pecador, mas trouxe consequências para toda ordem criada, que também aguarda o dia de sua restauração, quando haverá um novo céu e uma nova terra perfeitamente harmônicos e livres de calamidades, conturbações cósmicas, enfermidades, tentações, penúrias, tristezas, condenações e mortes. O conflito entre o homem e Deus, entre os próprios seres humanos e entre a criatura e a natureza não mais existirá. Retirado o pecado do mundo, a paz e a santidade voltarão aos corações.

CATECISMO MAIOR

PUNIÇÕES ETERNAS

Pergunta 29: *“Quais são as punições do pecado no mundo vindouro?”*

Resposta: *As punições do pecado no mundo vindouro são a separação da presença consoladora de Deus e os tormentos mais rigorosos na alma e no corpo, sem intermissão, no fogo do inferno para sempre”(II Ts 1.9; Mc. 9. 47, 48; Lc 16. 24,26; Ap 14. 11).*

RESPONSABILIDADE HUMANA

O homem foi criado como ser inteligente, livre, responsável, dotado de sabedoria espiritual revelada, capacitado para adquirir e aprofundar os conhecimentos empíricos de si mesmo, dos semelhantes e da natureza. Suas relações, portanto, com o Criador eram conscientes e racionais, além de sentimentais e espirituais. Suas vinculações com seu Senhor e Pai não eram automáticas, maquinais, firmadas nos princípios da infinita superioridade de Deus e da extrema inferioridade humana, na incontestável autoridade divina do Criador e na humilde e irrevogável submissão da criatura, mas no amor recíproco de Pai e filho. O homem, portanto, não veio ao mundo, trazido pelas mãos de seu Criador, para ser escravo, mas liberto, com capacidade de preferir e selecionar, de descartar e rejeitar. No uso de seu livre arbítrio, no entanto, abandonou o Genitor e Amigo, a paz e a luz, optando pelo inimigo e destruidor e pela intranquilidade das trevas, sabendo que a desobediência ao seu Senhor lhe causaria o rompimento dos liames paternos e lhe traria, segundo os termos pactuais, o castigo da morte. Ciente de tudo, assumiu o ônus da culpa. Em consequência, perdeu o convívio e a privacidade com Deus, aprofundou-se na alienação e na degradação, foi deserdado da herança eterna e castigado com a morte espiritual: separação da fonte da vida, Deus. Assim o homem, livre e conscientemente jogou-se na perdição, trazendo sobre si tanto o juízo temporal como o eterno. Tal opção pelo mal, quando tinha tudo para não fazê-lo, colocou a humanidade no caminho de outro destino, o mais indesejável: o inferno.

ETERNA SEPARAÇÃO DE DEUS.

O ateu, o idólatra, o falso cristão e o crente verdadeiro, no estágio da vida terrena, compartilham o mesmo universo, com nítidas vantagens para os incrédulos, materialistas e falsos cristãos. O afastamento de Deus, suprema fonte do bem, causa a degradação do indivíduo e da sociedade, a corrupção do caráter e, mais grave ainda, a perversão espiritual, redundando no materialismo desenfreado, na adulteração da palavra revelada e na profanação do santíssimo nome de Deus. Como resultado final de semelhante alienação da criatura de seu Criador, o homem degenerado entrega-se à desonestidade, à infidelidade, à avareza, à luxúria, ao egoísmo e à concupiscência. Em Deus o ser humano realiza-se, espiritualiza-se; desligado dele, brutaliza-se, animaliza-se.

A terra é, realidade constatada, o paraíso do perverso, o calvário do justo. Aqui se crucifica o Santo Nazareno e se liberta o marginal Barrabás; verifica-se o faustoso regalo do rico avarento e a desgraça do mendigo e faminto Lázaro; os maus triunfam pelo uso da mentira e da inescrupulosidade; os bons, apegados à verdade, sofrem a desleal concorrência dos desonestos. No outro lado da vida, no entanto, a situação se inverterá: o servo de Deus será recolhido no seio de Abraão, enquanto o escravo de si mesmo,

pecador irremisso, lançado no inferno, reunido a todos os réprobos, será submetido aos tormentos eternos, onde haverá tristeza inconsolável, choro permanente e persistente ranger de dentes, pois, figurativamente, em tal estado o fogo jamais se apaga e o bicho nunca morre. A ausência do Consolador provocará situação contínua de angústia e dolorosa condição de inconsolabilidade. Duro é estar com Deus no mundo dos ateus. Mil vezes pior é ficar sem Deus no Sheol, afastado do convívio dos eleitos e privado do mínimo de fé, de esperança e de amor. O desespero é tão grande que o rico da parábola, conta Jesus, pediu a Abraão que mandasse Lázaro molhar o dedo na água para refrescar sua língua. A presença dos santos na terra refrigera-a, torna-a suportável e possível a justos e réprobos. No inferno, porém, sem a companhia dos eleitos de Deus e sem o consolo do Espírito Santo, a solidão, o desespero, o paroxismo interminável do remorso, a infindável desesperança de livramento submetem o renegado a padecimentos insuportáveis e irremediáveis. Tudo isto agravado pela desagradável presença da horripilante figura de Satanás, o abominável inimigo de Deus e impiedoso carrasco dos perdidos. Quem deixa ou menospreza a paz com Deus, escolhe os intoleráveis e inescapáveis horrores do inferno.

O sofrimento ininterrupto e imitigável da alma sem Deus no estado intermediário agravar-se-á na vida ressurreta, corporificada. O corpo assumirá o impacto de todas as dores da alma não regenerada. A ressurreição do justo é bênção glorificante; a do injusto, intensividade penal do castigo eterno.

CATECISMO MAIOR

PACTOS: OBRA E GRAÇA

Pergunta 30: “*Deixa Deus todo o gênero humano perecer no estado de miséria e pecado?*”

Resposta: *Deus não deixa todos os homens perecerem no estado de pecado e miséria em que caíram pela violação do primeiro pacto comumente chamado o pacto das obras (I Ts 5.9); mas por puro amor e misericórdia livra os escolhidos desse estado e os introduz num estado de salvação pelo segundo pacto comumente chamado o pacto da graça” (Gl 3.10; Tt 3.4-7; Tt 1.2; Rm 3.20-22).*

PACTO DE OBRAS.

No pacto edênico, estabelecido por Deus com a humanidade na pessoa de Adão, tanto a continuidade como revogabilidade dependiam da fidelidade humana; e o homem não foi dotado com o atributo da impecabilidade, que somente à divindade pertence. Inábil para sustentar os termos da promessa, o homem, embora “*imago Dei*”, quebrou o pacto.

O sinal do pacto de obras. O marco, a prova, o objeto e o símbolo da primeira aliança foi a “*árvore do conhecimento do bem e do mal*” (Gn 2.17), uma propriedade exclusiva de Deus inserida no patrimônio destinado ao homem. A bênção da filiação preservar-se-ia pelo respeito e obediência ao Criador concretizados na guarda e manutenção de sua *árvore solitária* na floresta de Adão. Recebendo muito, quase a totalidade, o homem deveria contentar-se e não se apropriar do mínimo que o Criador reservou para si. No entanto, movido pela injustificável ganância de possuir e dominar, pelo egoísmo e pela idolatria, o homem tornou-se infiel, indigno de confiança, apropriando-se do que era privativo de seu Senhor. Rompido com Deus, a malignidade dominou sua mente e estabeleceu nele um “modo de vida”, no raciocínio e nas ações, contrário ao desejo do Criador. E assim, sua condição psíquica pecaminosa e sua cultura alienada passaram, como elementos constitutivos e formadores, à posteridade. Adão, portanto, caindo, levando com ele e nele a humanidade inteira. Em virtude da queda, o homem nasce sob o signo do pecado e, no curso da existência, degenera-se, perdendo a capacidade de auto-regeneração e, como participante de uma sociedade decaída, enfrenta os poderes do mal opostos ao bem, agindo interna e externamente, como imensa força indutiva do pecado. O ser humano tornou-se contumaz infrator da lei de Deus; culpabilidade lhe assinala a consciência.

A quebra do pacto de obras levou a humanidade a um estado de miserabilidade moral e espiritual.

PACTO DA GRAÇA

Da massa degenerada, entregue ao domínio do maligno e do pecado, Deus retira um remanescente por eleição de sua livre graça e o salva em e por seu Filho Jesus Cristo, o Eleito dos eleitos. A efetivação soberana da redenção dos escolhidos pela exclusiva obra do Cordeiro chama-se **Pacto da Graça**. A salvação realizada na cruz é graciosa para os eleitos, mas penosa, dolorosa e sacrificial para o Filho de Deus, que teve de guardar cabalmente as leis pactuais vigentes e ainda cumprir a sentença imposta à humanidade pela ab-rogação do pacto de obras (Gn 2.17), morrendo crucificado como se pecador

fosse. Para que a remissão se tornasse possível, Jesus padeceu o martírio e o sacrifício como vítima que se oferta e sacerdote ao mesmo tempo. Distinguem-se, portanto, no “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” as vozes do ofertante, do sacerdote e da vítima: “*O meu Pai me ama, porque dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou*”(Jo 10.17,18^a). “*Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?*”.

Deus se encarna. A encarnação é a humanização de Deus, mas não a divinização do homem. Ela representa a introdução do divino no universo humano para que a remissão dos pecados se torne possível e o redimido readquira sua verdadeira e plena humanidade perdida com a queda. Deus, após a encarnação, permaneceu o mesmo. O homem redimido, no entanto, passa a ser nova criatura. A encarnação viabilizou a redenção para todos os homens e a torna eficaz exclusivamente aos eleitos. O único meio de salvação para reconciliação com Deus é a graça conquistada no Calvário pelo Messias da promessa. No pacto de obras tudo dependia do homem, de sua vontade e fidelidade; no da graça, tudo depende exclusivamente de Deus. No pacto de obras, quebrado, e no da Lei o homem dependia de si mesmo, de seu livre arbítrio, da fidelidade e da obediência; no da graça, somos escolhidos e colocados no **caminho**, Jesus Cristo, e conduzidos pelo Espírito Santo. A livre agência leva o homem para perdição; a mão de Deus em Cristo Jesus o conduz à salvação.

Não firmamos pacto com Deus ou nele ingressamos pela crença pessoal e racional, mas pela fé carismática, dom de Deus, por meio da qual comungamos com o Redentor na fraternidade dos regenerados. Sem fé é impossível agradar a Deus. Portanto, a comunidade dos pactuados constitui-se de eleitos, os únicos agraciados com os dons da fé, da esperança e do amor. Todos os escolhidos são atraídos a Cristo Jesus e a ele conduzidos pelo Espírito Santo. Os réprobos, induzidos pelo maligno e entregues aos próprios desejos, de Cristo se afastam, renegam-no, traem-no. O evangelho da graça não comove e nem move os que não são escolhidos e vocacionados.

CATECISMO MAIOR

O PACTO DA GRAÇA EM CRISTO

Pergunta 31: “*Com quem foi feito o pacto da graça?*”

Resposta: *O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nele com todos os eleitos, como sua semente”(I Co 15. 22,45: Ef 1. 4; II Tm 1. 9; Is 53. 10,11; Hb 2. 10,11,14).*

A velha humanidade germinou-se e se derivou, por ação criadora de Deus, na e da cepa original, o primeiro Adão, criado à *imagem e semelhança do Criador*. A nova humanidade surgiu do e no segundo Adão, Jesus Cristo, o próprio Deus encarnado. De uma porção dos vasos quebrados, descaracterizados e desprezados, Deus, na pessoa de seu Filho amado, fez nascer a nova humanidade.

Os descendentes naturais do primeiro Adão, a semente reprovada, procederam de seu corpo na pessoa de Eva, a mãe original de todas as raças, gema de seres degenerados e perversos como Caim, Judas Iscariotes e Nero, mas também de pessoas eleitas e santas como Abel, Abraão e Jesus Cristo. No Filho do Homem, Verbo encarnado, verdadeiramente divino e verdadeiramente humano, a herança adâmica, para os escolhidos, perece na cruz, desce ao túmulo e ressurge regenerada e reconciliada com o Pai celeste. O primeiro Adão fracassou, envolvendo a posteridade de geração a geração. Porém, segundo a promessa, da semente da mulher nasceu o segundo Adão, o Cristo prometido, fiador do pacto da graça. Herdamos a carga negativa, pecaminosa, de nosso ancestral. Nele estávamos em comunhão com Deus. Ele, por rebeldia e desobediência, abastardou-nos. Tomamos o rumo do “ego”, retiramos a vontade de Deus do centro de nossa vida, perdemos os objetivos para os quais fomos criados. Cristo esteve e está no Pai; nós, unidos a ele, no seu corpo, comparecemos diante do Criador e nele permanecemos sem qualquer possibilidade de queda. Se o Filho, segunda pessoa trinitária, não cai, os que nele estão igualmente não cairão. Em Cristo os regenerados estão seguros. A segurança não está no homem, em si mesmo frágil, mas em Deus na pessoa do Filho. Firmados em Cristo, nada nos abalará, nenhum poder nos dominará, nenhuma força nos destruirá, nem mesmo a morte nos liquidará; o nosso arrimo, Emanuel, é inarredável, inabalável e indestrutível. A firmeza do tronco garante a segurança dos rebentos. Cristo não está sujeito à queda; logo, seus eleitos, a semente do pacto da graça, estão absolutamente seguros, inamovíveis, perseverantes no reino do Cordeiro, tanto os que militam na vida presente como os que passaram para a existência futura.

O pacto da graça, pois, realiza-se exclusivamente em Cristo Jesus de quem se cobrou obediência irrestrita ao Pai até à morte, e morte de cruz. A aliança de redenção, portanto, não se fez com pecadores reprovados por causa da dorrogação do pacto de obras, inabilitados por si mesmos a reatarem comunhão com Deus. O Eleito dos eleitos sofreu todas as conseqüências da pecaminosidade humana, assumiu e suportou o peso universal da culpa humana, cumpriu a sentença divina de morte por todos os escolhidos, expiando-lhes o pecado, mas pessoalmente não pecou, nem sequer por pensamento ou intenção. Nele não se achou delito algum. O primeiro homem fraquejou em condições favoráveis, livre dos impulsos internos dos desejos corrompidos, da tentação e da

influência social. Apenas um poder externo, o do tentador, existia. E este, apelando à vaidade, ao egoísmo e à ganância de nossos primeiros pais, fê-los cair. Caímos nele e com ele. A queda arremessou-nos longe do lar de nosso Pai e desgraçadamente nos alienou. Uma barreira humanamente intransponível levantou-se entre nós e Deus. Os méritos, os humanos recursos e as potencialidades do homem são insuficientes e impotentes para abrirem o caminho de retorno à comunhão com o Criador. Em Cristo retornamos à casa paterna, mesmo com a desagradável herança do pecado original, que nos causa fraquezas e insuficiência de submissão. O regenerado não é justo por si e em si mesmo: foi justificado por Cristo e nele permanece por sua misericórdia. Não dependem do eleito a reconciliação e a redenção, mas exclusivamente de Cristo. Nós, os redimidos, não culpamos o Criador pela queda na pessoa de primeiro homem com o qual somos solidários por meio de corrupção mental e de culpas fatuais. Somos pecadores por responsabilidade pessoal. Por outro lado, glorificamos o Redentor pela graça imerecida da redenção no Filho de Deus. Somos, os eleitos, de dupla natureza: uma natural e outra espiritual. A ancestralidade natural remonta a Adão e dele se origina; a espiritual emana de Cristo, nele se conserva e por ele se aperfeiçoa. Cristo, portanto, é o pai da nova humanidade reconciliada com Deus.

A graça opera por Cristo, apesar dos deméritos humanos. O Pai trata com o Filho; o Filho trata conosco. O Pai aceita-nos e nos recebe na pessoa do Filho, nosso genitor espiritual.

CATECISMO MAIOR

MANIFESTAÇÃO DA GRAÇA

Pergunta 32. “Como se manifesta a graça de Deus no segundo pacto?”

Resposta: *A graça de Deus é manifestada no segundo pacto em ele livremente prover e oferecer aos pecadores um Mediador(I Tm 2.5) e, por meio dele, a vida e a salvação(I Jo 5. 11,12); exigindo a fé como condição de interessá-los nele(Jo 3. 16; Jo 1. 12; Jo 3. 36), promete e dá o Espírito Santo a todos os seus eleitos, para neles operar essa fé, com todas as mais graças salvadoras(Jo 1. 12,13; Jo 3. 5,6,8; Gl 5.22,23), e para os habilitar a praticar toda a santa obediência(Ez 36.27), como evidência da sinceridade da sua fé(Tg 2.18,22) e gratidão para com Deus(II Co 5. 14,15) e como o caminho que Deus lhes designou para a salvação”(Ef 2.10; Tt 2. 14; Tt 3.8).*

SOMENTE DEUS.

Deus é o único planejador, promotor e executor unilateral do pacto da graça, competindo ao homem, se eleito, responder por meio do dom da fé salvadora, também uma graciosa concessão divina. A Trindade excelsa, desde toda eternidade, decretou, preordenou e providenciou salvar os escolhidos em Cristo Jesus. A operação redentora do Salvador independe da cooperação humana. O Mediador nos foi dado, a vida eterna outorgada, a perseverança dos salvos garantida, a santificação se realiza, tudo por livre e misericordiosa iniciativa e ação de Deus. Ao escolhido, predisposto e disposto pela graça, cabe receber a oferenda, agasalhá-la no ser, viver em função da nova realidade de agraciado em Cristo Jesus, produzir frutos espirituais.

O CARISMA DA FÉ.

A fé, que atrai para Deus e nos impulsiona para o testemunho, estabelece vínculos espirituais permanentes e indissolúveis entre o Criador e a criatura, o Salvador e o pecador. Ela, viabilizada pelo Espírito Santo e alimentada pela graça operante no regenerado, assegura-lhe a certeza de estar e permanecer em Deus e imprime-lhe a inabalável convicção de que luta hoje contra as forças do mal, mas com vitória garantida no porvir, na consumação dos séculos. O triunfo final e a glorificação do vencedor, porém, são concessões divinas, conforme o beneplácito eletivo do supremo Redentor, em nada dependendo do redimido: *“Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”(Ef 2. 8,9).* Semelhante fé, no entanto, como entende Tiago, é visível e atuante, expressando-se em obras místicas, beatíficas e caritativas. Suas marcas externas são, portanto, os frutos morais, sociais e espirituais. A fé e o amor, casados no interior do crente, frutificam abundantemente para a glória de Deus. As virtudes pias, os méritos pessoais e a justiça humana não conquistam a salvação; a fé, quando opção e efetivação racionais, também não gera merecimento para vida eterna. Os feitos cristãos, beneméritos e piedosos, somente são verdadeiros quando nascem da graça divina no predestinado. Pelos frutos se conhece a árvore que os produz e os qualifica. Somos salvos para servir, e não servimos para sermos salvos: *“E vos designei para que vades e deis frutos”.* O cristão autêntico não é bom com objetivo de receber recompensas divinas como prêmios à sua bondade; é a regeneração que produz nele qualidade moral elevada, santificação e submissão ao Salvador. Algumas pessoas entendem, erradamente, que é necessário ter fé para merecer a

graça. Graça merecida deixa de ser graça. Nenhum pecador possui, ou tem poder para possuir, qualquer virtude meritória que lhe dê direito ao perdão e à redenção. A graça é absolutamente incondicional: Cristo morreu pelos pecadores no meio dos quais não havia e não há sequer um justo. O pacto da redenção em Cristo Jesus, portanto, reveste-se de irrestrita unilateralidade: Deus na pessoa do Filho divino-humano.

A DÁDIVA DO ESPÍRITO SANTO

A promessa de derramamento do Espírito Santo sobre todos os eleitos regenerados cumpre-se no pacto da graça; e sua presença no corpo místico, a Igreja, e na pessoa dos membros reais viabiliza e alimenta a fé salvadora de todos e de cada um. É, em consequência, a habitação, no crente, do Espírito, o revelador de Filho de Deus, que lhe garante a compreensão e aceitação das Escrituras e também a submissão a Cristo e o crescimento espiritual. Não há regenerado que não seja eleito; não há eleito regenerado sem o Espírito Santo e, portanto, destituído de fé, um carisma espiritual. Ao Espírito compete o ministério do convencimento, da crença, da união em Cristo, da unidade dos salvos, da comunhão com Deus. O “Pneuma” é a força centrípeta que nos mantém agregados em Cristo, o poder centrífugo que nos impele ao mundo como missionários, testemunhas e ministros, fogo que santifica os escolhidos, consolo que nos preserva nas tribulações.

Resumindo: O Pacto da Graça operou os seguintes mistérios redentores:

A encarnação do Filho de Deus, segunda pessoa trinitário, pela qual o encarnado, sendo verdadeiro Deus, fez-se verdadeiro homem.

O Verbo feito carne tornou-se único Mediador entre Deus e os homens, e somente ele tem condições, por ser ao mesmo tempo Deus e homem, de mediar ente o pecador e o redentor.

Pela encarnação, o sacrifício e a ressurreição, Cristo concede aos eleitos a salvação e a vida eterna.

O Messias, segundo Adão, cria um novo povo, a Igreja, e a entrega ao ministério do Espírito Santo, que usa ministros e dota o rebanho de carismas para edificação, santificação e crescimento do corpo eclesial.

Os carismas fundamentais doados pelo Espírito são: O amor, a esperança e a fé.

CATECISMO MAIOR

ADMINISTRAÇÃO DO PACTO DA GRAÇA

Pergunta 33: *“Foi o pacto da graça sempre administrado de uma só maneira?”*

Resposta: *O pacto da graça não foi administrado da mesma maneira; mas as suas administrações no Velho Testamento eram diferentes das debaixo do Novo Testamento” (II Co 3. 6-9; Hb 1. 1,2; Hb 8. 7-13).*

Todos os diversos pactos vetotestamentários tinham como alvo, propósito e objetivo o pacto final, o da graça, designado pelo seu realizador, o Filho de Deus, de: Novo Testamento de meu sangue”. O pacto da graça no Velho Testamento existiu embrionariamente no seio de Israel para vir plenamente à luz em Jesus Cristo e expressar-se testemunhalmente no corpo pactual do Cordeiro, a Igreja. O pacto neotestamentário consumado, portanto, consubstancia, não na forma, mas no conteúdo, todas as alianças anteriores: a da criação em Adão, a da reconstrução da humanidade em Noé, a da geração de um povo em Abraão, a da constituição de Israel em Moisés, a do estabelecimento de um reino messiânico em Davi. Todas as relações pactuals de Deus com seu povo procederam da graça de maneira tão includente que os teólogos de Westminster puderam unificá-las em um só conceito: Concerto da Graça, variando de testamento para testamento o “modus faciendi”.

Dicotomizam-se a revelação e o gracioso plano redentor de Deus, inadequadamente, em duas operações divergentes: lei e graça. O Velho Testamento, afirmam, mostra-nos um Deus legalista, inflexível, implacável, de radical justiça. O Novo Testamento nos revela um Deus de puro amor e perdão ilimitados. Nada mais incorreto. A Bíblia inteira é o registro da proclamação reveladora e dos atos redentores graciosos de Deus. A graça é a essência das Escrituras. Vemo-la nos relatos das origens do homem, quando Deus lhe abre, depois da queda, a possibilidade de redenção, prevendo a derrota completa e final do maligno; quando lhe promete libertação e livramento na semente da mulher; quando assinala o fratricida Caim, livrando-o da merecida vingança de morte. Temo-la no pacto noético pelo qual Deus insiste com a depravada humanidade para que se converta e seja salva. Encontramo-la no pacto abraâmico, quando Deus escolhe um povo sem tradição e sem história, “um arameu prestes a perecer”, como raça eleita, nação santa, sacerdotal. Divisamo-la no Êxodo, quando Deus retira seu povo do Egito com mão forte e braço estendido, sustenta-o no deserto e o protege contra poderosos e ferocíssimos inimigos. Descobrimo-la no pacto mosaico, quando o Rei eterno estabelece seu reinado peculiar sobre Israel e lhe concede o decálogo, depois de salvá-lo da escravidão faraônica. A graça da escolha estabeleceu a responsabilidade da obediência e do respeito. Em tudo se vê a operosidade de Deus onde havia somente impotência e conseqüente inoperosidade humanas.

A GRAÇA DA LEI.

A visão parcial e dicotômica da revelação veto-neotestamentária tem causado distorções doutrinárias inconcebíveis como, por exemplo, a idéia de que o Deus do Sinai nada tem a ver com o do Calvário: o de lá mata por justiça e salva pela lei; o de cá morre por amor e salva pela graça. Necessário nos é lembrar: os judeus receberam a lei depois, muito depois, de serem libertos da opressão egípcia, quando já estavam sob o domínio e o

governo de Javé. Deus primeiro libertou o seu povo, propôs-lhe um pacto de relações mutuais permanentes numa nação da qual seria Rei e todos os cidadãos, seus súditos. Nada os judeus fizeram para “conquistarem” tal cidadania nem a receberam por quaisquer merecimentos. A lei é uma dádiva do Redentor aos seus eleitos redimidos, ordenanças do Pai aos seus filhos amados e recolhidos à casa paterna.

Muitos judeus e alguns cristãos entendem que não se chega à salvação exceto pelo exclusivo caminho da lei, e tentam provar semelhante doutrina citando textos mosaicos desvinculados dos ensinamentos de Cristo. Sem a visão integral e integrada, unificada e contextual da revelação não se entende corretamente a graça redentora. O parcialismo exegetico induz a crer-se que Deus, ao encarnar-se em Jesus Cristo, ou não é o mesmo ou mudou de opinião e de estratégia. Deus, porém, é imutável; nele não há variações.

Ninguém se regenera pela lei. Somos incapazes de cumpri-la. A regeneração é uma operação da graça em Jesus Cristo, que habilita o regenerado ao cumprimento da lei do amor e ao perdão de seus pecados. Na verdade, todos os passos em benefício do homem, todos os esforços para abertura das portas da redenção, todas as iniciativas reveladoras e redentoras partiram do volitivo beneplácito de Deus. É ele que sistemática e insistentemente busca o pecador eleito e lhe provê os meios necessários de salvação.

O mesmo Deus que não tolerava o pecado na velha dispensação, igualmente não o suporta na nova a tal ponto de vindicá-lo no seu próprio Filho pela crudelíssima morte de cruz. Sem o sacrifício do Cordeiro imaculado, a graça não se realizaria em nosso favor.

A lei é graça para os escolhidos tanto quanto a encarnação do Verbo e seu sacrifício vicário. A ação de Deus em toda história da redenção pode e deve ser designada de “obra da graça” ou “administrações do pacto da graça”.

CATECISMO MAIOR

PACTO DA GRAÇA NO VELHO TESTAMENTO

Pergunta 34: *Como foi administrado o pacto da graça no Velho Testamento?*

Resposta: *O pacto da graça foi administrado no Velho Testamento por promessas(Rm 15.8), profecias(At 3. 20,24), sacrifícios(Hb 10. 1), pela circuncisão(Rm 4. 11), pela páscoa(I Co 5. 7; Ex 12. 14,17,24) e por outros símbolos e ordenanças; todos os quais tipificam o Cristo que havia de vir e eram naquele tempo suficientes para edificar os eleitos na fé do Messias prometido(Hb 11. 13), por quem tiveram, ainda nesse tempo, a plena remissão do pecado e a salvação eterna(Gl 3. 7-9,14).”*

CRISTOCENTRISMO DO PACTO

A teologia catecismal ensina, corretamente, a unicidade da revelação, pois a enxerga centralizada no Messias, o revelador de Deus. É, portanto, à luz de nossa fé, incorreto ver, teologicamente, as Escrituras divididas em dois testamentos, um velho e outro novo, e, orientado por tal visão, imaginar o plano da redenção composto de dois pactos, um da lei e outro da graça. Não se dicotomizam as Escrituras. O calvinista crê num único Deus, o da graça, que realiza o seu projeto redentor não de fracassos em fracassos, mas de revelação em revelação, começando com o primeiro Adão e consumando-se no segundo, Jesus Cristo. O Messias é o centro unificador do pacto, seu conteúdo, princípio e alvo. A aliança pactual teve administrações diversas, mas o seu núcleo é invariavelmente messiânico. Cristo é a medula do processo redentor como sujeito, objeto e fim, e o exclusivo Salvador dos eleitos. As promessas, as profecias, imagens rituais e os símbolos do Velho Testamento assinalam e antecipam sua presença encarnada e seu ministério redentor bem como preconizam sua encarnação e seu sacrifício vicário pessoal, direto e definitivo.

PROMESSAS MESSIÂNICAS

Todas as promessas vetotestamentárias são messiânicas: **a-** As que se referem à salvação, conscientizando o homem de que o pecado e a morte não teriam sobre ele poder irremediável e indestrutível, pois um descendente da mulher esmagaria a cabeça da serpente. **b-** As que preconizam, prefiguram e antecipam, nas pessoas de Noé, Abraão e Moisés, imagens messiânicas proeminentes, a eleição de um remanescente escolhido de entre todos os povos reprovados. Inicialmente a esperança das promessas messiânicas restringia-se, embrionariamente, à fé no cumprimento do pacto. Essa fé esperançosa firmava-se na confiabilidade do Deus de Israel. O começo histórico de sua concretização deu-se na escolha de uma tribo peregrina inexpressiva, sem estrutura, sem tradição e sem pátria. Os forasteiros eleitos de Javé tornam-se escravos no e do Egito. Parecia o fim. Deus, no entanto, os tira de lá com poderosos e grandiosos feitos; leva-os ao Sinai; dá-lhes a lei; firma com eles um pacto de suserania; transforma-os em nação teocrática. As promessas ficam mais concretas, porém, inconclusas. Os povos possuem reis. Israel almeja o seu. Deus lho dá. A realeza se implanta. O orgulho nacional aparece e atinge o clímax com Davi e Salomão. O povo de Deus julga-se auto-suficiente, religiosamente

formal, mas praticamente insubmisso. A nação divide-se. Reis gentios a dominam. Segue-se longo cativo. Humilha-se a orgulhosa filha de Sião. Na voz dos profetas a esperança ressurgue, recriminando Israel pelas sucessivas infidelidades a Javé, e anunciando, agora claramente, a futura implantação de um reinado messiânico permanente por meio de um poderoso Rei, sucessor de Davi, que não reinaria somente sobre os judeus, mas sobre todos os povos.

No difícil período da diáspora, sem a terra da promessa e sem soberania nacional, o maior símbolo da promessa passou a ser a lei. Ela manteve no coração e na mente dos judeus dispersos e escravos de vários povos a identidade da raça eleita e a fé, segundo os termos do pacto mosaico.

OS SÍMBOLOS

Os sacrifícios, a circuncisão e a páscoa são sinais e símbolos figurativos antecessores da consumação do pacto em Cristo Jesus. São antecipações objetivas, o “já” do “ainda não” sacrifício vicário do Cordeiro. Poderíamos comparar os sinais do pacto da graça no Velho Testamento à aliança de noivado: símbolo de compromissos de amor exclusivo e fidelidade incondicional pré-conjugais. O Noivo da antiga noiva é hoje Esposo da Igreja; e o que era esperança, agora é realidade. Sem a graça antecedente não haveria a conseqüente. A circuncisão, os sacrifícios e a páscoa são ordenanças provenientes da consumação da graça e da morte redentora de Cristo de que o Batismo e a Ceia do Senhor são signos memorativos e recapituladores.

No Velho Testamento o pacto era administrado por: promessas, profecias, sacrifícios, circuncisão e páscoa. No Novo Testamento, a promessa, as profecias e os sacrifícios realizam-se consumadamente em Cristo Jesus. A circuncisão e a páscoa perdem seus aspectos tipológicos, transmudam-se em batismo e Ceia, passam a ser memoriais edificantes, meios de graça, do povo de Deus.

Na antiga dispensação a graça é aurora; na nova, fez-se dia pleno. A revelação, a eleição e a salvação caminharam de graça em graça até a consumação em Cristo Jesus, o Messias prometido. O Deus da graça, portanto, é o consumidor da fé. Ele é gracioso na criação do homem, na sua preservação, na revelação, nos pactos e na redenção.

CATECISMO MAIOR

PACTO DA GRAÇA NO NOVO TESTAMENTO

Pergunta 35. *“Como é o pacto da graça ministrado no Novo Testamento?”*

Resposta: *No Novo Testamento, quando Cristo, a substância, foi manifestado, o mesmo pacto da graça foi, e continua ser, ministrado na pregação da palavra (Mt 28. 19,20) e na celebração dos sacramentos do Batismo (Mt 28. 19) e da Ceia do Senhor (I Co 11. 23-26); e assim, a graça e a salvação são manifestadas em maior plenitude, evidência e eficácia a todas as nações”.*

O CORDEIRO SUBSTITUTO.

O que é de graça para os eleitos custou caríssimo para o primeiro homem da nova raça, o segundo Adão, Jesus Cristo. A sentença de morte, resultante da quebra do pacto original, recaiu sobre ele. Para que o imensurável e insondável amor divino nos atingisse, necessário foi, conforme o inescrutável propósito de Deus, o estrito cumprimento de sua justiça. Cristo não pecou, mas assumiu o pecado de todos os eleitos, morrendo por eles e, conseqüentemente, expiando-lhes os pecados. Da morte espiritual os regenerados estão livres. Sobre a morte física triunfar-se-ão pela garantida vitória da ressurreição; tudo por obra graciosa de Cristo Jesus.

OS MEIOS DE GRAÇA.

Não há nada que o homem tenha feito, esteja fazendo ou fará, nos campos da racionalidade, da virtuosidade e do merecimento, para chegar-se a Deus e dele obter a salvação. A perdição foi tão radical, que o pecador por ela foi arremessado a um abismo inescapável, a um estado de irreversível alienação, a uma condição de absoluta inabilidade. Sem a graciosa misericórdia de Deus, operante na eleição, ninguém se salvaria. Somente o poderoso Rei pode resgatar o perdido, o que faz pela sua inefável graça em Cristo Jesus, seu Filho amado. O plano de redenção e o fato redentor centralizam-se e se consomem em Cristo Jesus. Os meios de expressão, de vulgarização, de memorização e de atualização do pacto da graça sumariado no sacrifício vicário, “mutatis mutandis”, são idênticos em ambos os testamentos em virtude da coerente ação unificadora de seu realizador: o Deus eterno e soberano. Numa dispensação e noutra Deus chama, reúne, organiza, mantém e provê os meios pelos quais o eleito entra em diálogo com o Redentor na comunhão de seus conservedos. Do antigo concerto, a palavra, nas profecias e nos oráculos; os sacrifícios, veículos de culto à divindade; a circuncisão, sinal externo e físico da bênção interna e espiritual, memorial sacralizado da libertação do cativo faraônico, ficam todos mantidos no Novo Testamento, embora com dimensões mais profundas e mais amplas. As objetivações premonitórias de protótipos figurativos vetotestamentários cedem lugar às ordenanças sacramentais arquetípicas memorativos, didáticos e querigmáticos do pacto consumado no Messias. No primeiro estágio, o conteúdo e o escopo da revelação, com todos os seus signos, mensagens e símbolos, eram: *O Messias virá e implantará o seu reinado universal e eterno.* No segundo, a palavra, o culto e os sacramentos dizem: *Cristo veio, reina sobre os eleitos, e retornará para implantar seu domínio geral e permanente sobre todas as coisas, terrestres e celestes.*

Os sacrifícios cúlticos antecedentes concretizaram-se e se aperfeiçoaram no holocausto expiatório do Cordeiro de Deus. E a Igreja, filha da morte vicária de Cristo, por seu mandato, continuamente recapitula, na celebração eucarística, o pascal evento da cruz. A Ceia do Senhor é um poderoso meio de graça com dupla indicação: uma para o “alfa” da nova humanidade, o Calvário; outra para o “ômega” (telos) da consumação. O “alfa” dá origem e assegura o “ômega”. Sem a cruz não há coroa.

O Pai instituiu a circuncisão. O Filho, Deus conosco, o batismo. Um e outro são marcas externas e materiais do pacto da graça operante no interior do regenerado. A circuncisão não era, e o batismo não é, sacramento regenerador. O primeiro rito assinalava o ingresso do israelita na comunhão pactual de seu povo; o segundo estabelece a inserção do professante ou do filho menor da promessa na Igreja visível institucional. Sem batismo não se arrola no corpo histórico de Cristo, a Igreja. Ele é, portanto, um meio de graça indispensavelmente necessário. Ser batizado não significa ser salva, mas pertencer à Igreja militante. Todos os israelitas eram circuncisos, mas poucos foram salvos. Todos os membros da Igreja são batizados, mas nem todos serão salvos. Muitos são chamados, mas poucos, escolhidos.

A Palavra de Deus criou a Igreja e a recria sempre. É tão vital à saúde espiritual do corpo de Cristo como a água, as vitaminas e as proteínas o são para o organismo biológico.

Os meios de graça não são auto-operantes. O Espírito Santo é que os valida, dá-lhes significado e opera por meio deles a certeza, a firmeza e a esperança da fé.

CATECISMO MAIOR

MEDIADOR DO PACTO DA GRAÇA

Pergunta 36: “*Quem é o Mediador do pacto da graça?*”

Resposta: *O único Mediador do pacto da graça é o Senhor Jesus Cristo (I Tm 2.5), que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância do Pai e seu igual, no cumprimento do tempo fêz-se homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas e uma só pessoa para sempre (Jo 1. 1; Jo 10. 30; Fp 2. 6; Gl 4. 4; Cl 2. 9; Fp 2. 5- 11) ”.*

CRISTO, GERADOR DA GRAÇA.

Não se pode compreender adequadamente a mediação da graça sem entender o papel do Filho na economia da Trindade. Sendo divino, ele não somente exerce função privativa de mediador entre o terreno e o celeste, mas é o próprio Deus encarnada que se incorpora à humanidade e, conseqüentemente, a introduz na divindade. Jesus Cristo, Deus-homem, viveu na terra como verdadeiro filho da humanidade mas, por outro lado, jamais perdeu a condição de verdadeiro Deus. Vemo-lo, pois, mais que um mediador entre um servo e seu senhor, mas o Verbo feito carne, o espiritual no material, o eterno no temporal, o causal no fenomenal. Tudo isso para nós é um mistério, que somente a graça pode operar. Deus não encontrou outro caminho para a mediação senão o da encarnação.

CRISTO, O MEDIADOR.

A tese reformada de que *Cristo é o único Mediador da graça* era, na sua origem e época, e mais acentuadamente hoje, necessária e basilar na confissão evangélica. A sua adoção causou impacto nas monolíticas estruturas religiosas daqueles tempos, essencialmente clericais, pois três poderes “mediadores” havia entre os homens e Deus: A **Igreja**, o **clero** e os **santos**.

a- **A Igreja** arrogava-se detentora da palavra revelada e, o que era pior, reveladora de “novas verdades” e criadora de dogmas de fé. A comunhão dos santos, no pensamento católico, resumia-se estritamente à comunhão do romanismo, única agência pela qual Deus recolhia, protegia, abençoava e salvava os pecadores. A Roma eclesial julgava-se exclusiva agente redentora, mãe e mestra de todos os povos.

b- **O clero** oficiava, à moda vetotestamentária, os sacramentos e os sacrifícios. Cada padre em sua paróquia era um sacerdote mediador entre o Salvador e o pecador. Sem os ofícios sacerdotais nenhum católico chegaria ao reino eterno. A intermediação sacerdotal era imprescindível para que o leigo, filho perdido, se aproximasse de seu Pai celeste. O Papa, sacerdote dos sacerdotes, era chamado “**vicarius Christi**”, substituto de Cristo, e “**pontifex**”, construtor de ponte. A eficácia da morte de Cristo efetivava-se, e exclusivamente, na hóstia, divindade e humanidade de Cristo transubstanciadas.

c- **Os santos** mediavam, intercediam, protegiam e concediam graças, segundo o ensino clerical e a credence popular. Cada dia, cada fenômeno natural, cada cidade, cada estado, cada indivíduo possuía seu santo padroeiro, de proteção ou de devoção.

Deus diretamente não atuava; agia somente por meio de seus numerosos “mediadores credenciados”. A Reforma reduziu a nada todos estes supostos

intermediadores e restabeleceu no coração e na mente do povo a fé, a confiança e a esperança no único Mediador, Jesus Cristo.

A eclesiocentria e a eclesiolatria, a sacerdocentria e a sacerdolatria, a idolatria e a iconolatria cederam lugar à cristocentria, à bibliocentria, à fidecentria, isto é: *Solus Christus, Sola Scriptura e Sola Fides*. Os pilares externos de redenção ruíram ao irresistível embate da Reforma. Os internos, centralizados no homem, desapareceram perante soberano domínio de Deus e a salvação exclusivamente pela fé, dom gracioso do Salvador.

O pecador não pode operar a graça nem cooperar com Deus na sua operação. Em decorrência da depravação total a sua inabilidade é absoluta. Não há ascese e méritos que o ascendam a Deus. A redenção é obra de Cristo, o Redentor, o Mediador. Como Deus, sua encarnação, ministério, realeza e sacerdócio são efetivações e realizações da própria divindade no seio da alienada humanidade e no interior de cada regenerado. A consubstancialidade do Filho de Deus com seu Pai e dele, carne de nossa carne e osso de nossos ossos, com o ser humano credeciam-no a específico e insubstituível Mediador.

A obra de mediação do Cordeiro é completa, perfeita, eficiente, suficiente e eterna. A natureza humana, sem qualquer conflito com a divina, foi real em sua pessoa encarnada e continua plena no seu corpo ressurreto glorificado. O Cristo que está à direita de Deus Pai como Rei, Salvador, Intercessor e Mediador, é o mesmo que esteve fisicamente conosco e espiritualmente continua. A identidade final não se alterou. Qualquer mediador que se interpuser entre nós e nosso Deus não passará de insuportável e execrável ídolo: *“Não terás outros deuses diante de mim”*.

Cristo é o único Media entre Deus e os homens.

CATECISMO MAIOR

ENCARNAÇÃO DO VERBO

Pergunta 37: “*Sendo Cristo o Filho de Deus, como se fez homem?*”

Resposta: *Cristo, Filho de Deus, fêz-se homem tomando para si um verdadeiro corpo e uma verdadeira alma racional(Jo 1. 14; Mt 26. 38), sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, da sua substância e nascido dela(Lc 1. 31, 35-42), mas sem pecado(Hb 4. 15; Hb 7. 26)”.*

ENCARNAÇÃO, INICIATIVA DO FILHO.

Cristo não foi encarnado nem se deixou encarnar: encarnou-se. Coparticipante de todos os atos da Trindade, no da encarnação, não ficou passivo: “*Ele, subsistindo em forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz*”(Fp 2. 6-8 cf Jo 1. 1- 3, 14; Cl 1. 13- 19). Cristo, portanto, não é um homem em quem Deus colou o seu Espírito, é o próprio Deus que se introduziu na humanidade como ser humano verdadeiramente autêntico. Quando lemos nas Escrituras que Deus deu o seu Filho(exemplo: Jo 3. 16), devemos entender: *Deus a si mesmo se deu no seu Filho*, pois a Segunda Pessoa da Trindade não é hierarquicamente inferior à Primeira nem a ela subordinado. As pessoas trinas formam um todo unitário pela absoluta igualdade, consensualidade e consubstancialidade. Sendo a Trindade **um só** Deus, o Filho, eternamente gerado, é Deus pela perfeita integração na unidade trinitária. A iniciativa de cada pessoa da ordem trina é a de todas, por causa do elo interativo e consensual entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O Pai não obrigou o Filho a tornar-se humano e a submeter-se ao martírio em benefício da humanidade: tudo é obra do Deus trino e, portanto, com a participação livre e consciente do Filho. Sustentamos, pois, que Cristo é Deus encarnado e, como um de nós, entregou-se à morte vicária em favor de seus eleitos.

CRISTO ENCARNADO

Jesus Cristo não foi feito homem, fez-se. Por sua iniciativa, coadunada com a vontade e o sentimento do Pai e do Espírito, tomou para si um corpo material e um espírito humanos, isto é, tornou-se homem real, embora se diga, em contexto sacrificial de ofertório, que o Pai entregou-nos o Filho. Na qualidade de pessoa trinitária, ele não pode ser passivo em qualquer ato divino, especialmente o da encarnação. A Segunda Pessoa da divina trindade atuou na criação e atua no governo, na providência e na redenção, pois todas as coisas foram feitas por intermédio dele. Sem ele nada foi criado(Jo 1. 3; Cl 1. 13- 20). Ele escolheu o caminho da concepção, por meio do Espírito Santo, no ventre da Virgem, experienciando todo processo do desenvolvimento fetal intra-uterino, nascendo normalmente como as demais crianças, mas sem pecado original, sem subordinação hierárquica à sua genitora, sem subalternidade espiritual a ela e ao Espírito Santo, veículo de sua encarnação. Maria foi o instrumento pelo qual o Verbo se fez carne. Ela não é, e não pode ser, mãe de Deus: é filha do Criador por Jesus Cristo, o Verbo. Ela foi meio instrumental, não fim, dos propósitos divinos. Não percamos de vista os

conceitos basilares da fé cristã: Deus em Cristo é criador de todas as coisas e de todos os homens; governador e preservador da criação e da humanidade; salvador daqueles eternamente preordenados à redenção. Como Criador e Redentor, foi Cristo quem criou Maria, salvou-a e a ressuscitará no último dia(*): *“Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste”*(Cl 1. 15- 17). Ninguém vai ao Pai senão por ele(Jo 14. 6 in fine). Esse **ninguém** não admite exceção.

O MISTÉRIO DA ENCARNAÇÃO

A encarnação é um mistério e, portanto, inexplicável. As explicações teóricas e racionais não nos convencem. Eis algumas: a- **Kenótica:** *Cristo esvaziou-se de seus atributos divinos ao encarnar-se, mantendo, porém, a divindade.* Isto significa que o Verbo encarnado despiu-se da divindade. Sendo assim, a encarnação fica prejudicada. Seguem agora teorias que negam a veracidade da perfeita humanidade do Verbo: b- **Docética:** *Jesus foi apenas aparência de homem, pois Deus não pode ser, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, divino e humano. Ele foi homem real à nossa vista, mas não à vista de Deus.* c- **Adocionista:** Há duas modalidades de adocionismos: Primeira: **Apropriação pelo Verbo:** *O Verbo desceu sobre Jesus no dia do batismo, elevando-o à categoria de Deus.* Segunda: **Adoção:** *O homem Jesus chegou a um grau de pureza moral e de merecimento tão sublimes, que Deus resolveu adotá-lo como filho e elevá-lo à categoria de ser divino.* Divinização por merecimento. d- **Auto-consciência:** *Ele teve auto-consciência de sua divindade e, em conseqüência, proclamou-se divino.* Ele foi o homem que se divinizou. e- **Fideísta:** *Cristo é personagem, histórica ou não, que a fé da Igreja transformou em Deus.* É o Cristo da fé. As duas últimas teorias provieram da teologia liberal.

Fiquemos com a doutrina confessional: *Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem.* A encarnação é um fato revelado e, portanto, não se submete à lógica racional.

(*) Os dogmas: Perpétua Virgindade, Imaculada Conceição e Assunção de Maria não podem ser biblicamente comprovados e, portanto, não devem ser aceitos por aqueles que professam: “A Bíblia é a única regra de fé e norma de conduta”.

CATECISMO MAIOR

POR QUE DEUS-HOMEM?

Pergunta 38. “Qual a necessidade de o Mediador ser Deus?”

Resposta: *Era necessário que o Mediador fosse Deus para poder sustentar a natureza humana e guardá-la de cair debaixo da ira infinita de Deus e do poder da morte; para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, obediência e intercessão; e para satisfazer a justiça de Deus, conseguir o seu favor, adquirir um povo peculiar, dar a este povo o seu Espírito, vencer todos os seus inimigos e conduzi-lo à salvação(At 2. 24; Rm 1. 4; At 20. 28; Rm 3. 24-26; Ef 1. 6; Tt 2. 14; Jo 15. 26; Lc 1. 69, 71, 74; Hb 5. 9)”.*

A indispensabilidade da encarnação de Deus em Cristo Jesus, segundo o ensino catecismal, baseia-se nos seguintes objetivos:

- a- Sustentar a natureza humana, isto é, manter a humanidade segundo os eternos propósitos de Deus.
- b- Proteger os descendentes de Adão no conjunto remanescente eleito, restaurando-o da queda e evitando que sobre ele caia a ira de Deus.
- c- Vencer e destronar definitivamente a morte, a terrível inimiga do homem.
- d- Expiar o pecado dos eleitos mediante a morte vicária substitutiva.
- e- Conquistar para o Pai um novo povo, retirado de todos os povos.
- f- Triunfar na cruz sobre todos os inimigos de Deus e de seus escolhidos, principalmente sobre Satanás e seus exércitos.
- g- Garantir a ressurreição dos santos e dar a todos os redimidos um novo céu e uma nova terra.
- h- Estabelecer um altar no céu, onde o Sumo Sacerdote de nossas almas intercede por nós dia e noite.

PRESERVAÇÃO DO HOMEM.

O homem depravado e inabilitado não podia preservar-se a si mesmo, manter sua natureza original de imagem e semelhança de Deus, exercer o papel de servo para o qual foi criado e destinado. A sua reabilitação dependia de um poder superior, livre e misericordioso. Somente Deus, onipotente, onisciente, amor imensurável, pode realizar a semelhante obra: restauração humana, regeneração do pecador, reconciliação do filho perdido com o Pai eterno. Isto ele fez em Jesus Cristo, médico do enfermo, guia do perdido, advogado do réu, justificador dos humanamente injustificáveis.

EFICÁCIA REDENTORA.

A eficácia da obra redentora de Cristo, Deus encarnado, reside no binômio: *verdadeira divindade* e *verdadeira humanidade*. Sendo verdadeiramente divino e verdadeiramente humano ao mesmo tempo e na mesma pessoa, foi suficientemente forte para não pecar. Seus sofrimentos, portanto, não decorreram de quaisquer culpas nem de seu estado depravado. Nele não se encontraram misérias morais nem degradação espiritual. Foi tentado, mas não sucumbiu às tentações. A morte não lhe veio como salário do pecado. Tudo lhe ocorreu em decorrência do ônus da encarnação pela qual assumiu, sem reservas, a natureza humana, profundamente corrompida pelo pecado e o conseqüente mal da desobediência genérica. Portador de nossas fraquezas, tinha todos os

condicionamentos da queda, mas não caiu. A fortaleza divina sustentou a fraqueza humana, mas não sem muitos e imensuráveis sofrimentos. Sofrer sem culpa, imerecidamente, é infinitamente mais penoso.

Os que lhe são agregados pertencem a ele e estão salvos. Os que permanecem no primeiro Adão, continuam desvinculados dele e estão perdidos. Cristo, pois, embora idêntico a nós, é nosso único, eficiente e suficiente Salvador. A encarnação gerou insondável mistério: O Pai e o Filho são **UM**; o regenerado, por outro lado, tornou-se **um** no Filho. Jesus Cristo não é um “santo” que ascendeu ao nível da divindade; é Deus que desceu à miserável condição do homem, experienciando-lhe a dura realidade, elevando-lhe a honra, recuperando-lhe a dignidade, reconciliando-o com seu Senhor.

CRISTO, ORGANIZADOR DA NOVA HUMANIDADE.

Em Adão Deus criou a humanidade, que esteve toda com ele e nele antes da queda. Ao quebrar o pacto original e universal da criação, o primeiro casal matriz, voz, coração e razão de todos os pósteros, rompeu os elos relacionais com o seu Criador, protetor e guia, deixando a raça humana entregue a si mesma, desorientada, perdida e corrompida.

No Segundo Adão, Deus cria uma nova humanidade, utilizando-se da mesma massa insolvável, escolhendo, segundo os seus inescrutáveis propósitos, alguns para serem regenerados e salvos por seu Filho amado. Assim, nasceu e se desenvolve a humanidade regenerada e redestinada à privacidade do Criador, precariamente na terra e plenamente no céu, especialmente depois da ressurreição dos santos. Como Deus vitalizou o velho homem no Éden com o *Ruach de sua boca*, Cristo, igualmente, soprou sobre a Igreja das origens o *Pneuma* (Jo 20. 22). Este mesmo *Pneuma* caiu sobre todo o corpo eclesial em Jerusalém no Pentecoste. Esta nova humanidade gerada em Cristo é a verdadeira, agraciada pelo Criador e definitiva.

CATECISMO MAIOR

DEUS-HOMEM

Pergunta 39: *“Qual a necessidade de o Mediador ser homem?”*

Resposta: *Era necessário que o Mediador fosse homem para poder levantar a nossa natureza e obedecer a lei(Rm 5.19; Gl 4. 4, 5), sofrer e interceder por nós em nossa natureza(Hb 2. 14; Hb 7. 24,15), e solidarizar-se com as nossas enfermidades(Hb 4. 15); para que recebêssemos a adoção de filhos(Gl 4. 5) e tivéssemos conforto e acesso, com confiança, ao trono da graça(Hb 4. 14-16).”*

HOMEM RESPONSABILIZADO.

O pacto da criação estabeleceu acordo bilateral de parceria responsável entre o Criador e sua mais nobre criatura, o homem. Deus, proponente e signatário da proposta pactual, escolheu a *árvore do conhecimento do bem e do mal* como símbolo visível do acordo firmado e teste de fidelidade e de respeito propostos(Gn 2.7). O supremo, universal e imutável Rei permaneceu fiel. O homem, porém, quebrou o pacto original por meio de duas atitudes indignas de um pactuante em quem o Pai celeste havia depositado imensa confiança: trocou a verdade divina pela mentira de Satanás e transgrediu o mandamento legal da aliança, que o proibia de apropriar-se da única árvore do Senhor, sinal do convênio firmado. A responsabilidade de ab-rogação do pacto é estrita e exclusiva do homem. Sobre ele incidiu a sentença prevista e a ele, privativamente, cabia a reparação de sua injustificável infidelidade. A queda, no entanto, fragilizou-o profundamente e o inabilitou para o esforço pessoal de restauração e reconciliação com seu Senhor. Deus, no entanto, resolveu a questão, encarnando-se em Jesus Cristo e, desse modo, assumindo a nossa humanidade para então, como homem, reverter o processo, restaurando, por meio de nova aliança, a comunhão da criatura humana com o seu Criador. Imprescindível à salvação dos eleitos é, pois, a encarnação do Verbo.

RESTAURAÇÃO DO HOMEM

Deus fez o homem à sua imagem e semelhança para que fosse dotado de espiritualidade e habilidade para relacionar-se com o Criador e responsável pelos seus próprios atos, capaz de tomar consciência de si mesmo e dos outros mediante a razão, agregar-se por impulso social inato, ser criativo e inventivo por natureza. O pecado, porém, resultante da queda, conturbou a criação, estabeleceu o caos na ordem criada, degenerou a “*imago Dei*” no homem, corrompeu-lhe a consciência e aniquilou consideravelmente a sua espiritualidade, conservando-lhe sinais de religiosidade, mas desvinculados do foco gerador e receptor da verdadeira fé, o Deus trino. O caminho encontrado pelo Pai para reversão do processo foi exatamente o inverso: tendo criado o homem à sua imagem e semelhança, agora se faz imagem de sua principal criatura na pessoa do Filho encarnado, assumindo o seu estado pecaminoso para, como co-participante de sua humanidade alienada, expiar-lhe a culpa, regenerá-lo e reconciliá-lo. A nobilitação do homem só foi possível porque Deus se fez semelhante a ele em Jesus Cristo.

MEDIADOR PERFEITO

Deus, encarnando-se em Cristo Jesus, revelou a importância que o ser humano eleito tem para o seu Criador, mesmo no estado de rebeldia, alienação e depravação. Humanizando-se, a Segunda Pessoa da Trindade uniu o divino ao humano, estabeleceu um nexu interativo entre o Criador e a criatura impossível de ser imaginado por mentes finitas. E o fato de ele ter voltado por exaltação, depois de haver sido humilhado, à destra do Pai, explicita a realidade da eterna reconciliação entre o humano(representado pelos eleitos regenerados) e o divino. A mediação entre Deus e os homens só é possível porque pelo fato de Cristo ser, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Unicamente o Filho pode mediar, e efetivamente o faz, entre nós e nosso Pai celeste não somente pelo extraordinário milagre da encarnação, mas também porque ele enfrentou inomináveis sofrimentos por nós, além de defender-nos e proteger-nos contra todas as forças e poderes do mal. Seus padecimentos começaram na manjedoura, aumentaram no curso da vida, intensificaram-se na cruz, culminaram com a morte. Tudo para que o pecado, o mundo, o maligno e o inferno fossem vencidos. Assim, ele não é um mediador alheio às dores do mediado, mas sofredor com ele e até mais do que ele.

Resumo catecismal da necessidade de ser Cristo Deus-homem:

- a- Erguer, sublimar e dignificar a natureza humana.
- b- Submeter-se irrestritamente à lei estatuída de Deus, respeitar e obedecer a sua palavra, ser intransigentemente fiel ao Pai, fidelidade que Adão não teve.
- c- Identificar-se completa e perfeitamente com o homem, inclusive nas suas incertezas, agruras e necessidades múltiplas.
- d- Assumir e expiar os nossos pecados mediante morte vicária.
- e- Reconciliar-nos com Deus; restaurar o nosso corpo por meio da ressurreição; garantir-nos a vida eterna glorificada com ele.

CATECISMO MAIOR

VERDADEIRO DEUS, VERDADEIRO HOMEM

Pergunta 40. *Qual a necessidade de o Mediador ser Deus e homem em uma só pessoa?*

Resposta: *Era necessário que o Mediador, que havia de reconciliar o homem com Deus, fosse Deus e homem, e isto em uma só pessoa, para que as obras próprias de cada natureza fossem aceitas por Deus a nosso favor e que nós confiássemos nelas como as obras da pessoa inteira(Mt 1. 21,23; Mt 3. 17; I Pe 2. 6).”*

CUR DEUS HOMO?

Por que Deus se fez homem? É a pergunta que fizeram nossos pais e a que fazemos nós, sem qualquer resposta racional e logicamente satisfatória. O “porquê” não nos foi revelado, mas a realidade e os objetivos da vida e ministério do Deus encarnado são manifestos e cridos por meio do testemunho apostólico, pela certeza da fé e pela existência da Igreja. O eleito regenerado, identificado com a divindade e dela participante em Cristo Jesus, adquire dimensão extremamente elevada, pois o seu ancestral, pai de sua nova natureza, não é outro senão a Segunda Pessoa da Trindade, e está, com o corpo ressurreto que levou da terra, à destra de Deus Pai como nosso lídimo representante: Mediador e intercessor. As duas naturezas de Cristo, a divina e a humana, não o transformaram em um indivíduo de dupla personalidade. Ele foi, simultaneamente e na mesma pessoa unificada, “vero Deus et vero homo”. Portanto, nele se encontram a essência real da humanidade e a da divindade. Corporal, psicológica e espiritualmente era uma só pessoa na unidade “Deus-homem”, um ser ontologicamente estruturado para ocupar o ponto exato da fronteira entre o divino e o humano, e, desta maneira, tornar-se inquestionável e insubstituível Mediador entre o Criador onipotente de quem é parte e a humanidade impotente da qual participa. A Igreja aceita como dogma indiscutível de fé e como fato histórico consumado a encarnação de Deus em Cristo Jesus.

O caminho escolhido para salvação do homem foi o da encarnação do Filho no homem Jesus pelo processo natural de fecundação, gestação, nascimento e crescimento. As insondáveis e inescrutáveis razões que levaram o supremo Rei: a- criar o homem sujeito à queda; b- determinar que todos os seres humanos se originassem de um par exclusivo ao qual se vinculariam genética, moral e espiritualmente; c- permitir a queda, que depravou a semente e sua progênie; d- eleger da massa depravada alguns para serem salvos em Cristo; e- providenciar a redenção e a reconciliação dos eleitos pela encarnação, paixão e morte do Filho. O Criador não precisa explicar à criatura o que faz por ela na criação, no governo, na providência e na redenção. A nós, graciosamente escolhidos, nos é dada a graça de crer, a bênção de receber, a responsabilidade de obedecer.

Tem-se discutido muito sobre Jesus Cristo. Indagações e perquirições intermináveis a respeito de sua pessoa como: Cristo é Deus verdadeiro? É homem verdadeiro? Deus pode ser homem? Deus e homem, duas realidades distintas, subsistem na mesma pessoa? A natureza divina e a humana fundem-se? Deus perde

atributos na encarnação? Deus humaniza-se? O homem diviniza-se? Deus estando somente em Cristo, mas ausente encarnadamente dos demais homens, pode-se dizer que Cristo é humano como nós ou somos humanos como Cristo? Se não podia pecar, sendo Deus, como identificar-se conosco, pecadores? Tais questionamentos nunca foram e não serão racionalmente solucionados. A encarnação do Verbo escapa à nossa realidade empírica. É pura revelação. Deus em Cristo, segundo as Escrituras e a fé cristã, plenamente se encarna e perfeitamente se revela. Revelação não se assimila por entendimento intelectual; recebe-se pela fé, inefável dom de Deus. A entrada de Cristo no universo humano é inexplicável pela razão. A dolorosa via do sofrimento expiatório deixa-nos atônitos, perplexos. Deus quis assim, assim se fez, e tudo absolutamente correto e perfeito, tanto os meios como os fins. A Igreja sabe, por instrução bíblica e pelo convencimento do Espírito Santo, que Cristo, Deus encarnado, divino-humano, “vere Deus” e “vere homo” sem qualquer dicotomia, um ser uno no qual Deus e homem integram-se indissolúvelmente. Como em Cristo a natureza divina e a humana unem-se sem desfigurações, contradições e perdas não nos é possível entender. De uma coisa os cristãos eleitos estão cientes e certos: sem encarnação a mediação entre o pecador e o Salvador, entre o filho perdido e o Pai eterno, seria impossível.

Somos **um** em Cristo; e ele é **UM** no Pai; eis o que se realizou por nós, os redimidos, o mistério da encarnação do Verbo. Um homem, Adão, derrubou-nos e nos humilhou; um Homem, Cristo, levanta-nos e nos exalta.

CATECISMO MAIOR

JESUS, O CRISTO

Pergunta 41. *“Por que foi nosso Mediador chamado Jesus?”*

Resposta: *O nosso Mediador foi chamado Jesus, porque salva o seu povo dos pecados deles (Mt 1. 21, 23).*

ORIGEM DO NOME

O nome Jesus foi dado ao Messias por recomendação do Anjo do Senhor que disse a José: *“Ela dará à luz um filho e lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles.” (Mt 1. 21 cf Lc 1. 31).* O termo *“Iesous”* em grego, originário do hebraico *“Ieshua*, forma abreviada de *“Iehoshua”*(Jo 1. 1; Zc 3. 1), significa, generalizadamente, *“Deus é Salvador”*. O nome Jesus, segundo a tradição judaica de nomenclatura humana, prescreve e indica que o recém-nascido trazia a destinação e a incumbência ministeriais, preordenadas por Deus, de ser o Salvador dos eleitos. Jesus, o nome do ungido de Deus, era mais que o Messias esperado, pois a própria divindade, o Rei eterno, nele se encarnava, conforme a promessa: *“Eis que a Virgem conceberá, e dará à luz um filho, e lhe chamará Emanuel” (Is 7. 14).* E um escriba, certamente, interpreta a palavra Emanuel: *“Deus conosco” (Mt 1. 23 in fine).*

O nome *Jesus* cedo fundiu-se ao do título messiânico, *Cristo*; passando o Verbo de Deus a ser pessoal e universalmente designado e identificado como ***Jesus Cristo***; isto já no período testamentário (Mt 1.1; Rm 1.7; Hb 13. 8; Tg 1.1; I Pe 1. 1). Hoje, portanto, ***Jesus Cristo*** (Rei Salvador) é nome próprio confessional do Filho de Deus encarnado, mas seu reinado messiânico restringe-se à liderança e ao comando de seu povo recolhido pela graça de entre todos os povos e por ele salvo. O domínio universal do Filho de Deus diferencia-se em natureza, essência e propósito, de seu governo especial sobre a Igreja, corpo do qual é Salvador e Cabeça.

SUBLIMIDADE DO NOME

Jesus é nome pessoal do Messias para identificá-lo mais profunda e estreitamente com os cidadãos comuns de seu tempo e de sua gente original. A palavra não continha estrangeirismo nem sofisticação lingüística: era nome popular em Israel como João, no Brasil. O Rei dos reis, Deus conosco, assumiu a identidade das massas humildes e sofredoras para guindá-las ao mais alto grau de dignidade e honra. O que se assenta hoje no trono do Onipotente foi, no período encarnado, um homem comum, uma pessoa do povo, para tornar-se Soberano absoluto e Redentor eterno. Cada um de nós se sente elevado e sublimado no nome excelso de nosso representante maior, de mais perfeita santidade, de mais glorioso ministério: *“E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, **dado entre os homens**(negrito nosso), pelo qual importa que sejamos salvos” (At 4. 12).* A apropriação de um nome comum de pecador sem história, sem destaque, sem proeminência, realiza e objetiva a real humilhação do Verbo e ressalta a autenticidade da encarnação, deixando mais nítida a sua reglorificação pela entronização no trono celeste, reassumindo o seu posto de verdadeiro Messias, depois de vencer a morte pela ressurreição. Ninguém melhor que o teólogo dos gentios formulou, numa síntese perfeitíssima, a tese doutrinária da humilhação e exaltação do Filho de Deus: *Subsistindo em*

forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz. Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo o nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor (Kyrios), para glória de Deus Pai (Fp 2. 6- 11). O “andarilho” das estradas palestinas, filho de um carpinteiro, o que se assentava com pecadores e meretrizes para comer com eles a paupérrima e desprezível refeição dos renegados, ele mesmo rejeitado da nobreza judaica e odiado das autoridades civis e religiosas, crucificado entre dois marginais, zombado e escarnecido, agora, ressurreto e glorificado, Rei eterno, pode dizer: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra”.

CONTÚDO DO NOME

O nome, segundo o entendimento de Israel, transferia para o ser nominado o seu conteúdo natural e intrínseco, estabelecendo-lhe o desiderato, o ministério e o papel específico a que se destinava no contexto dos planos divinos para sua existência. O nome era um tipo de preordenação. Os judeus acreditavam que o Criador trazia ao mundo as criaturas previamente destinadas a ocupar posições e exercer funções individualizadas como membros do organismo social. O nome não gerava os dons, mas os preanunciava, especialmente quando procedente do próprio Deus. Cada ser humano tem um lugar determinado e intransferível no contexto da criação, tudo conforme os eternos planos do soberano Criador. O fim último de cada homem é servir a Deus. O mesmo Criador, que determina à criatura o espaço a ser ocupado, também a potencializa para o exercício da individual ocupação.

O nome marca indelevelmente o seu portador, não somente como signo identificador, mas como marca potencializadora de seu caráter, de sua personalidade e de seu destino. Quando Deus muda o rumo da existência individual, também lhe troca o nome, adequando-o à nova individualidade. Assim foi com Abraão, Jacó, Pedro e Paulo.

Resumo: “Javé salva”, eis o significado do nome Jesus, definitivamente registrado nos anais da história universal, um ser humano real e, ao mesmo tempo, Deus conosco. O mais popular nome judaico de seu tempo veio a ser o mais extraordinário e sublime nome na terra e nos céus.

CATECISMO MAIOR

JESUS, O CRISTO

Pergunta 42: “*Por que foi o nosso Mediador chamado Cristo?*”

Resposta: *O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida ungido com o Espírito Santo (Jo 3. 34; Lc 4. 18-31; e assim separado e plenamente revestido com toda autoridade e poder(Lc 4. 14; HB 4. 14; Mt 28. 18-20) para exercer as funções de profeta(At 3. 22; Lc 4. 18,19,21), sacerdote (Hb 5. 5,6; Hb 4. 15,16) e Rei da sua Igreja, tanto no estado da sua humilhação como no da sua exaltação(Ap 19. 16; Is 9.6; Sl 2.6)”.*

REALEZA DIVINA

A palavra rei (melek), no contexto da teologia hebraica, significa o poder absoluto e universal de uma pessoa transcendente, fora a acima de nossa realidade e, portanto, infinitamente superior ao ser humano: YHWH, Javé, “Melek”, Rei dos reis. O conceito prevalente no pensamento bíblico era o de que *toda poder e toda autoridade procedem de Deus, o Soberano; e ele mesmo os exerce por meio de homens especiais que escolhe, condicionada e dirige. Javé, o Rei (melek, basileus) supremo, institui os reinos e investe cada rei ou governante. O múnus real do universo pertence exclusivamente a Deus. Em Israel, povo peculiar do augusto Rei, ele instaurou a realeza humana dele derivada por meio de seus ungidos. O reino terrestre de Javé, limitado a um povo pequeno e fraco e circunscrito ao uma área geográfica no coração dos conflitos mundiais foi o protótipo do reinado messiânico de abrangência universal e de natureza essencialmente espiritual. Assim se preconizou o reinado do ungido de Javé sobre Israel: “O nosso rei poderá governar-nos, sair adiante de nós e fazer as nossas guerras”(I Sm 8. 20). Precisamente o que o Messias, Deus conosco, realiza: Dirige o seu povo, vai adiante dele no êxodo para os céus, luta a seu favor nas batalhas espirituais, vencendo todas as potestades.*

O NOME: CRISTO

Cristo é tradução grega do termo hebraico Messias, significando “ungido” e “rei”, especialmente “rei-sacerdote”. O Filho do Homem, ao ser nominado Cristo, recebeu a incumbência e atribuição, por eleição divina, do reinado geral da humanidade e do governo especial de sua Igreja. Toda autoridade, nos céus e na terra, está sobre seus ombros. Ele não somente foi chamado Cristo, mas também, e principalmente, aclamado Messias universal. Para isso ele se encarnou, peregrinou entre nós, morreu na cruz, ressuscitou ao terceiro dia, está entronizado no céu de onde voltará como juiz.

O MESSIAS JUDAICO

Israel esperava, e ainda espera, um sucessor literal de Davi, um soberano forte, conquistador militar e dominador implacável, fiel ao judaísmo, capaz de centralizar definitivamente em Sião a fé, a política e o comando mundial. Sob o cetro do Messias davídico Jerusalém seria a capital de todas as capitais, pois nela o trono dos tronos se instalaria eternamente. Tal dominação messiânica, porém, não se implantaria sem guerras extremamente sangrentas. Javé, o Senhor dos exércitos, batalharia ao lado e a favor do seu Ungido, Messias guerreiro, contra os gentios insubmissos e todos os incrédulos a serviço do mal e do maligno. Vitorioso, todos os joelhos dobrar-se-iam diante do poderosíssimo Rei judaico. O governo temporal, material e econômico do

Messias davídico, para os cristãos, não se cumpriu e jamais se cumprirá. Deus não escolheu um povo para dominação, mas para missão, que se não faz com a espada das reduções, mas com as armas da fé, do amor e do evangelho, para a salvação. O povo de Deus em Cristo Jesus é de natureza e propósitos sacerdotais com os ministérios da proclamação e da mediação. Cristo, Rei, encarnou-se para libertar os homens por regeneração e não submetê-los politicamente a um trono estabelecido sob bases de uma religião monárquica e racial.

O CRISTO ENCARNADO

Encontramos no Velho Testamento duas figuras messiânicas escatológicas bem caracterizadas: a do **Messias davídico** e a do **Messias-servo**. O **Messias davídico**, guerreiro conquistador, mantinha acesa a chama da nacionalidade, conservava os brios israelitas, preservava a esperança de uma realeza universal, estabelecida por meio de conquistas militares e diplomacia política. O **Messias-servo**, um anti-herói (Is 53), seria estritamente espiritual, um servo sofredor, um sumo-sacerdote incorruptível que se entregaria vicariamente em holocausto pelos pecadores para que a mediação entre eles e Deus realmente se efetivasse, um Senhor dos fiéis eleitos, dominando as consciências pela libertação do espírito e não por escravização dos corpos. O Messias neotestamentário, cumprida sua missão expiatória e redentora, assume ambos, segundo as promessas: *“Toda autoridade me foi dada no céu e na terra”* (Mt 28. 18). *“ Digno és de tomar o livro e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação, e para o nosso Deus os constituíste reino de sacerdotes; e reinarão sobre a terra”* (Ap 5. 9 cf Ap 17. 9). A Igreja crê que seu Senhor gerencia o universo e governa especialmente a Igreja, povo de Deus procedente de todos os povos, mas sem pátria distinta e permanente na terra. Os cristãos não são daqui, isto é, propriedades do mundo, são peregrinos e beneficiários transitórios da atual sociedade humana. A pátria deles, conforme a promessa, é a celeste, onde o pecado não mais existirá e a morte, eliminada para sempre.

Cada regenerado é um servo de Cristo, um súdito do Rei sob sua abençoada realeza e maravilhosa direção do Espírito Santo. Cristo reina de fato sobre seus eleitos. Ele é, de maneira absoluta e exclusiva, o Soberano do universo, o Profeta da dispensação da graça, o Sacertote-Rei da sua Igreja, tanto a que milita na terra como a que está no céu.

CATECISMO MAIOR

CRISTO, PROFETA

Pergunta 43: “*Como exerce Cristo as funções de profeta?*”

Resposta: *Cristo exerce as funções de profeta revelando à Igreja em todos os tempos (Jo 1. 4, 18), pelo seu Espírito e Palavra (II Pe 1. 21; II Co 2. 9, 10), por diversos modos de administração, toda vontade de Deus em todas as coisas concernentes à sua edificação e salvação (Ef 4. 11-13; Jo 20. 31).*”

PROFECIA E ADIVINHAÇÃO

Adivinhação e profecia não se confundem. O **adivinho**, no antigo mundo, previa futuros individuais, temporais restritos, geralmente, sempre sob consultas por escrito ou verbal de seus clientes. Sobre os assuntos propostos vaticinava ou emitia parecer, indicando o melhor procedimento e a suposta solução por meio de generalizações inconcludentes. O adivinho ou vaticinador é um “*mantis*”, palavra derivada de “*mainomai*”, que significa “enfurecer”, perder os sentidos”, “entrar em estado extático”. Nenhuma relação o “*mantis*” tem com a proclamação de verdades religiosas universais e permanentes. O **profeta**, figura caracteristicamente bíblica, corresponde, ideologicamente, ao “*nabhi*”, aquele que foi chamado, convocado, vocacionado para ser arauto de Deus, sem qualquer nexos com a adivinhação; tanto é que o primeiro a receber o título de profeta no Velho Testamento foi Abraão (Gn 20. 7; Sl 105. 15). O exemplo mais claro da desconexão entre o “*mantis*”, adivinho, e o *profeta (nabhi)* é que o profeta maior do Velho Testamento, príncipe e padrão de todos, foi Moisés, não relacionado com premonições, adivinhações e vaticínios (Cf Dt 18. 15-19; 34. 10). Ele foi *chamado* por Deus e, sem qualquer interferência de sua vontade pessoal ou de seu desejo, obedeceu (Ex 3. 1- 4; 17). O profeta, no sentido bíblico, é o convocado diretamente por Deus ao ofício e ao ministério da proclamação como instrumento e veículo da Palavra de Deus (Is 6; Jr 1. 4-19; Ez 1-3; Os 1. 2; Am 7. 14, 15; Jn 1. 1). Trata-se, portanto, de um *escolhido* de Deus para ser o revelador de sua vontade, nada tendo a ver com a escolha pessoal humana. A predição pode, eventualmente, fazer parte do conteúdo da profecia, mas longe está de representar sua essência, característica básica e raiz. O profeta não foi chamado para predizer, mas para anunciar o oráculo de Deus, este contendo, freqüentemente, ensino, advertência, orientação, proclamação e juízo. Acidentalmente, o profeta podia receber de Deus oráculo de premonição.

CRISTO, O PROFETA

O conceito de profecia nos relatos bíblicos, como descrito anteriormente, é o da revelação de Deus, manifestação de seus propósitos, implantação de suas ordenanças, clarificação de seus objetivos redentores. O profeta não se notabilizava, como já se viu, por vaticínios ou premonições, mas como anunciador fiel da Palavra de Deus. Ele era um arauto do supremo Rei. Como tal, não comunicava sua própria mensagem: repetia com absoluta fidelidade o que lhe era confiado transmitir. As informações premonitórias, divinatórias, quando existiam, integravam o conjunto da revelação recebida sem qualquer destaque proeminente, por não serem, em si mesmas, fontes definidoras do recado profético. O profeta, na qualidade de anunciador, não agia segundo os seus desejos, não fazia o que lhe

agradava, nem procurava agradar e satisfazer os destinatários da mensagem, pois, não falava de si mesmo; desempenhava a incumbência outorgada, sem acréscimos e sem distorções. Ouvi-lo e seguir-lhe a mensagem significava ouvir, acatar e seguir a palavra autoritativa de quem ele era porta-voz.

Cristo foi e é o Profeta na acepção mais completa da palavra. A vontade do Pai encontra ressonância e equivalência absoluta na sua; mesmo quando seu desejo pessoal e humano opunha resistência. O imperativo do Pai sempre prevaleceu. No Getsêmani a soberana determinação paterna triunfou sobre o seu instinto natural de preservação da vida física, eliminação do sofrimento e anulação da injustiça dos homens. A fidelidade ao Pai e à missão que lhe foi confiada vence-lhe as indisposições humanas; e ele mostra que ser profeta é permitir que Deus disponha de sua vida como instrumento revelador de sua vontade, provedor da redenção e mediador da graça. Quem fala por si mesmo e de si mesmo sobre assuntos supostamente outorgados por revelação é impostor, não mensageiro de Deus. A Igreja vê e ouve Deus na pessoa e mensagem de Cristo em quem Deus se revela perfeitamente: na integridade e integralidade de seu ser, na totalidade de seus atos, na globalidade de suas virtudes. O Verbo encarnado sumaria e significa a profecia existencial, concreta, definitiva e histórica. Como verdadeiro profeta, ele foi absolutamente fiel às determinações e revelações do Pai: *“A palavra que estais ouvindo não é minha, mas do Pai que me enviou”*(Jo 14. 24b cf Jo 3. 34). *“Eu nada posso fazer de mim mesmo; na forma que ouço, julgo. O meu juízo é justo porque não procuro a minha própria vontade, e, sim, a daquele que me enviou. Se eu testifico a respeito de mim mesmo, o meu testemunho não é verdadeiro”*(Jo 5. 30,31).

Como Profeta dos profetas, Cristo representou e representa eficiente e corretamente o Pai na existência, na proclamação, no ministério e no domínio sobre os poderes do mal. A palavra de Deus chega a nós com total fidelidade por meio de Jesus, embaixador do Pai e Rei nosso, Verbo encarnado, provedor da redenção, autor e consumidor de nossa fé.

Quem o vê, vê o Pai; quem o ouve, ouve o Pai.

CATECISMO MAIAOR

CRISTO, O SACERDOTE.

Pergunta 44: *Como exerce Cristo as funções de sacerdote?*

Resposta: *Cristo exerce as funções de sacerdote oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, sem mácula a Deus(Hb 9. 14,28), para realizar a expiação dos pecados de seu povo(Hb 2. 17) e interceder continuamente por ele(Hb 7. 25)."*

SACERDOTE E SACERDÓCIO

A palavra sacerdote originou-se do latim “*sacerdos*”, que significa: sacrificador, o que oferece sacrifício tanto para si mesmo como para outros. Então, no Velho Testamento, é um homem *separado*, santificado(hiereus, de hierós) para tal ofício. Na sua frente, portanto, devia portar o qualificativo de seu ministério: “*Santidade ao Senhor*”. Deus instituiu o sacerdócio para estabelecer a mediação litúrgica e o intercâmbio entre o pecador e Deus por meio do sacrifício e da intercessão. O autor da Carta aos Hebreus sobre o sumo-sacerdote, segundo a teologia sacerdotal do Velho Testamento, deste modo se expressa: “*Porque todo sumo sacerdote, sendo tomado dentre os homens, é constituído nas cousas concernentes a Deus, a favor dos homens, para oferecer assim dons como sacrifícios pelos pecados*”(Hb 5. 1 cf Hb 8. 3). Como ofertante o ofertado, Cristo é, para sua Igreja, o único, perfeito e eterno Sumo Sacerdote: “*Este(Jesus), no entanto, porque continua para sempre, tem o seu sacerdócio imutável. Por isso também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles. Com efeito nos convinha um Sumo Sacerdote, assim como este, santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores, e feito mais alto do que os céus*”(Hb 7. 24-26. Leia todo o cap. 7).

MINISTÉRIO SACERDOTAL

O sacerdote no Velho Testamento possuía três funções básicas interligadas:

01- **Representar o povo diante de Deus.** Javé comunicava-se com Israel por meio de seu ministro representante. Por sua vez, este incorporava os seus irmãos leigos e, em nome deles, comparecia diante de Javé no Santo dos Santos. Todos os pecadores que confiavam ao sacerdote as suas petições e confissões, faziam-se presentes nele perante o altar do Senhor, Adonai. Ninguém tinha acesso à divindade, a não ser pelo sacerdote, o mediador ungido para tão sublime ministério.

02- **Apresentar Deus aos eleitos.** Deus, o altíssimo, abscôndito, inacessível e inatingível, liturgicamente encontrava-se com o sacerdote no Lugar Santo, isto é, contatava-se com a humanidade por meio de um representante humano consagrado e devidamente qualificado. Cumpria-lhe mediar a confissão, receber o perdão, comunicá-lo ao confessante, além de transmitir o oráculo de juízo, misericórdia ou bênção aos fiéis. O elo entre Deus e o povo era o sacerdote, responsável por manter a ligação constante e viva entre o Salvador e o pecador penitente. O único meio de um pecador leigo ter acesso aos benefícios da graça, especialmente a do perdão de Deus, era o sacerdote. Da pessoa divina, porém, nenhum ser humano podia aproximar-se, porque o impuro e mortal não resistia a presença do puro e imortal, o Rei dos Reis. A aproximação dos contraditórios,

transcendente e imanente, santo e pecador, eterno e temporal, somente foi possível, embora seja misteriosa, no Verbo encarnado, Jesus Cristo.

03- **Ofertar os fiéis a Deus.** Quando o sacerdote, sacrificador credenciado, imolava, em holocausto, a vítima substituta do ofertante, o animal sacrificado não somente efetivava a vindicação do pecado, mas também, e igualmente fundamental, significava a oferenda da própria vida do penitente servo ao Supremo Rei, proprietário de sua existência. O derramamento de sangue sobre o propiciatório, tampa de ouro da arca, simbolizava a doação da vida do confessante ao seu Senhor. Para Israel, a vida estava no sangue; derramá-lo no altar era sinônimo de *dar a vida* ao Salvador(Lv 17. 11 cf Hb 9. 22). O pecador entregava-se ao sacerdote na vítima substituta; este, na mesma vítima, o dedicava ao Criador, derramando sua vida, quer dizer, seu sangue, sobre o propiciatório de Javé. O sacrifício, portanto, era uma *pena*, pois *o salário do pecado é a morte*, e também uma *oferenda*, a doação da vida. Abraão ofereceu em holocausto o Filho Isaque, mas Deus o recebeu em um Cordeiro substituto, isto é, um pecador substitutivamente morto, quite com a justiça divina e, portanto, aceito por Deus.

CRISTO, SACERDOTE E VÍTIMA.

Todos os procedimentos sacrificiais eram igualmente antecipações reais e tipológicas do que concreta e definitivamente se realizaria no Messias prometido. O sacerdote e os rituais sacerdotais do sacrifício eram protótipos de Cristo que foi, ao mesmo tempo, Cordeiro vicário e Sacerdote Mediador. Ele tomou sobre si a vida dos eleitos pecadores e representativamente a “derramou” na cruz ao verter seu próprio sangue, que também era o nosso, pois estávamos nele, no qual morremos e ressurgimos para uma nova vida: *“Sabendo isto, que foi crucificado com ele o nosso velho homem, para que o corpo do pecado seja destruído, e não sirvamos o pecado como escravos; porquanto quem morreu, justificado está do pecado. Ora, se já morremos com Cristo, cremos que também com ele viveremos”*(Rm 6. 6 - 8). Em Cristo, pois, estão todos os regenerados que, por sua morte, foram justificados, aceitos e recebidos como filhos de Deus. O Messias tipificado no Velho Testamento tornou-se, de fato, realidade no Novo, fez-se nosso único e eterno Sumo Sacerdote para ser então Mediador de todos os redimidos: Mediador da vida, da redenção, da revelação, da promessa e das orações dos santos, além de exercer a intercessão pessoal no trono da graça em favor de seus redimidos. Ele, e somente ele, é o caminho, a verdade e a vida; ninguém vai ao Pai senão por ele. Haverá Mediador mais perfeito?

CATECISMO MAIOR

CRISTO, REI

Pergunta 45: “*Como exerce Cristo as funções de Rei?*”

Resposta: *Cristo exerce as funções de Rei chamando do mundo um povo para si(Jo 10. 16, 27; Is 55. 5), dando-lhe oficiais(I Co 12. 28; Ef 4. 11, 12), leis(Mt 28. 19, 20) e disciplinas para visivelmente governá-lo(Mt 18. 17, 18 I Co 5. 4, 5; I Tm 5. 20; Tt 3. 10; dando a graça salvadora aos seus eleitos(At 5. 31); recompensando a sua obediência(Ap 22 12; Mt 25. 34-36; Rm 2. 7) e corrigindo-os por causa dos pecados(Ap 3. 19; Hb 12. 6,7); preservando-os por causa de seu estado pecaminoso; sustentando-os em todas as tentações e sofrimentos(II Co 12. 9,10; Rm 8. 35-39); restringindo e vencendo todos os seus inimigos(I Co 15. 25; At 12. 17; At 18. 9,10), e poderosamente dirigindo todas as coisas para a sua própria glória(Rm 14. 11; Cl 1. 18) e para o bem do seu povo(Rm 8. 28); e também castigando os que não conhecem a Deus nem obedecem ao evangelho(II Ts 1. 8; Sl 2. 9).”*

REALEZA NO MUNDO ANTIGO

Acreditava-se que toda autoridade regencial e todo poder real eram exercidos por Deus ou provinham dele. Para Israel, os reis não eram divinos, mas ungidos de Javé para, em seu nome, governarem o seu povo exclusivo. Deus governa o mundo, segundo as Escrituras, por meio de autoridades, que ele mesmo constitui: “*Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas*”(Rm 13.1). Com o advento de Jesus, o Rei dos reis e supremo regente do universo(Mt 28. 18), o reinado das nações não sofreu solução de continuidade, mas o seu povo, a Igreja, passou a ser-lhe o reino especial, uma “*crisocracia*” direta; e ele a rege por meio de ministros eleitos e vocacionados: “*E ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres*”(Ef 4. 11). Cristo, portanto, é: Regente do universo, Imperador de todos as impérios, Rei e Cabeça de sua Igreja.

CRISTO, REI DE SEU POVO.

Há os que sustentam que Jesus apenas reinará sobre a Igreja na era milenária porvir, depois de livrá-la de todos os inimigos. Pelos textos confessionais reformados, pela liturgia, pelo diuturno testemunho histórico e pela pregação, a Igreja atesta e proclama a presente e permanente realeza de Cristo sobre si e sobre as potências mundiais. Cristo reina de fato, visivelmente, sobre o corpo eclesial universal e sobre cada comunidade, dando-lhe oficiais, leis, ordenanças e regulamentos para dirigi-la e normatizar-lhe a existência concreta. Os escolhidos e unificados em Cristo, por suas qualidades e virtudes espirituais e morais, recebem de Deus a incumbência de comunicarem à sociedade secularizada em que vivem as normas, os padrões e os valores éticos e morais do imaculado Rei de quem são súditos e servos. Cristo, o Verbo encarnado, equipa seu reino particular, a Igreja, com a graça salvadora, a fraternidade indestrutível e a edificante dádiva do Espírito Santo que, iluminando cada um de seus membros, possibilita-lhes o conhecimento adequado e suficiente das

Escrituras Sagradas e a capacidade de segui-las como única regra de fé e norma de conduta bem como comunicá-las aos irregenerados.

Deus criou a sua Igreja e concede a ela, por sua irrefutável autoridade e infinda graça, os seguintes tesouros de educação, formação e disciplina:

a- **As Escrituras Sagradas.** Elas iluminam e revitalizam o pretérito: o caminhar da revelação até o advento de Cristo; os eventos, mensagens e instruções apostólicas do período formador da Igreja; a missão dos cristãos nos meios judaicos e no mundo gentílico. O conteúdo comunicado e transmitido é irretocável, suficiente, eficiente, edificador e santificador. Fora da Bíblia, ensino concedido à Igreja, não há verdade revelada permanente.

b- **Um Mestre efetivo: O Espírito Santo.** Ele é o instrutor dos eleitos(Jo 14. 16); o mantenedor da memória viva dos feitos e ensinamentos de Cristo(Jo 14. 26); o convencido do pecado, da justiça e do juízo(Jo 16. 8-11); o consolador da Igreja padecente(Jo 16. 6,7); o produtor, em cada crente, da oração verdadeira, especialmente nos momentos de fraqueza espiritual(Rm 8. 26,27); o guia à verdade sagrada em Cristo Jesus(Jo 16. 13). Sem o Espírito Santo, a obra expiatória e redentora de Cristo não se efetivaria nos corações regenerados.

c- **Um governo especial.** Os que governam a Igreja de Cristo o fazem por eleição e vocação divinas: pastores, presbíteros e diáconos. A tais oficiais concederam-se: a administração da Palavra e dos sacramentos; a gerência espiritual e moral; a aplicação da disciplina aos que quebram os mandamentos de Deus, desrespeitam as Escrituras, desobedecem as autoridades constituídas, desconformam-se da ética bíblica e dos princípios comunitários.

As qualificações dos pastores, docentes e regentes, podem ser encontradas em I Tm. 3. 1-13.

O súdito de Cristo é recompensado por sua obediência; disciplinado por suas faltas; mantido em sua condição de servo, mesmo quando fraqueja à semelhança de Pedro; sustentado e protegido pelo Rei, quando perseguido e tentado. Cristo, portanto, governa e defende a sua Igreja de tal modo que as portas do inferno não prevalecem contra ela e os anticristos não a iludirão.

CATECISMO MAIOR

HUMILHAÇÃO DE CRISTO

Pergunta 46: “*Qual foi o estado de humilhação de Cristo?*”

Resposta: *O estado de humilhação de Cristo foi aquela baixa condição na qual, por amor de nós, despindo-se da sua glória, ele tomou a forma de servo em sua concepção e nascimento, em sua vida, em sua morte e depois até à sua ressurreição”*(Fp 2. 6-8; II Co 8. 9; Gl 4. 4).

HUMILHAÇÃO: ESTADO E CONDIÇÃO.

Estado é uma situação inescapável de vida, uma situação intrínseca da qual o indivíduo por si mesmo não se livrará.

Condição é um modo de vida decorrente do **estado**. Exemplo: Um assassino, pelo fato do crime, experimenta um **estado** permanente de *criminoso*, mas pode, eventualmente, estar preso ou em liberdade, ser condenado ou absolvido. Um homicida condenado e recolhido à prisão fornece-nos o seguinte quadro: Seu **estado**: criminoso. Suas condições: a- *Condenado*. b- *Preso*. Estabelecendo analogias relativas, podemos afirmar que: a- **O estado de humilhação de Cristo** é a sua humanidade, pois, para se tornar humano, teve de abrir mão de sua glória divina, não de sua divindade: “*Pois ele, subsistindo em forma de Deus não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz*”(Fp 2.6-8). b- **Condições da humilhação de Cristo:** **b.1- Submissão à lei**, uma obrigação, decorrente do pacto com Deus, estritamente humana. **b.2- Sentimentos e sofrimentos humanos.** **b.3- Mortalidade física.** Em decorrência de seu estado humano, enfrentou a morte, e humilhante morte de cruz. O **estado** é a base e a fonte da **condição**. A encarnação, humanização do Verbo, constitui natural humilhação, pois o Criador torna-se criatura, o Santo toma a condição de pecador, o Imortal assume a mortalidade biológica, o divino torna-se humano, incorporando todas as emoções, paixões e sentimentos naturais do ser humano. Do ponto de vista da lógica racional o essencialmente espiritual é incompatível com o puramente material; entretanto, o Deus incorpóreo encarna-se, tomando um corpo genuinamente físico, sujeito ao óbito. Conforme o plano redentor divino, tal humilhação era necessária à salvação dos eleitos.

CRISTO HUMILHOU-SE; NÃO FOI HUMILHADO.

O Filho, sendo Deus, ninguém e nada estão além e acima dele. Inteligência alguma pode influenciá-lo, poder nenhum é capaz de forçá-lo a mudar de opinião em decorrência de seus atributos: imutabilidade, impecabilidade, santidade, onisciência e onipotência. A Segunda Pessoa da Trindade humilhou-se pela encarnação por decisão própria sem interferências externas. Paulo, em Fp 2. 6-8, mostra que a vontade pessoal de Cristo prevaleceu na decisão de encarnar-se. Destaquemos as expressões que evidenciam as suas inequívocas atitudes individuais de humilhação encarnacional: “*Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura*

humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz.” Não se pode e não se deve minimizar o “escândalo” ou “paradoxo” da encarnação, pensando que a Segunda Pessoa da santíssima Trindade ocupava posição subalterna na unidade trina. As Escrituras nos garantem que ele é Deus. Alistemos alguns textos probatórios: *“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez”*(Jo 1. 1-3). *“Ninguém jamais viu a Deus: o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou”*(Jo 1. 18). O “Deus unigênito” aqui é Jesus Cristo. *“Pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste”*(Cl 1. 16, 17). *“Também sabemos que o Filho de Deus é vindo, e nos tem dado entendimento para conhecermos o verdadeiro, e estamos no verdadeiro Deus e a vida eterna”*(I Jo 5. 20). *“Quem vê a mim, vê o Pai; como dizes: Mostra-nos o Pai”*(Jo 14. 9 cf Jo 5. 23; I Jo 2. 22, 23; II Jo 9). Cristo é, pois, Deus encarnado, esvaziado de sua glória divina, mas não de sua divindade.

A distância entre o divino e o humano encurtou-se pela encarnação. A distância entre Deus e o homem foi eliminada pela humilhação da Segunda Pessoa da Trindade. O Verbo encarnado não somente esteve entre nós fisicamente: ele está conosco espiritualmente, segundo a promessa: *“Respondeu Jesus: Se alguém me ama, guardará a minha palavra; e meu o amará, e viremos para ele e faremos nele morada”*(Jo 14. 23). *“Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles”*(Mt 18. 20). *“E eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século”*.

Pensemos no mistério da encarnação e conseqüente humilhação de Cristo: a- O Filho de Deus, divino como o Pai, era espírito puro e exclusivamente divino no estado pré-encarnado; agora, em virtude de sua humanização, tornou-se Deus-homem, possui um corpo humano com o qual está à destra do Pai. b- Um Deus que, na condição humana, teve paixões, sentimentos, ira, compaixão e, especialmente, um varão de dores; que o digam o Getsêmani e o Calvário. c- Uma divindade perfeita, absoluta, não subordinada e não subordinável, ter de cumprir rigorosamente a Lei de Deus. d- Um Deus imortal assumir a mortalidade e morrer como malfeitor na cruz. Nossa mente é pequena demais para compreender os decretos, segredos da Trindade e a encarnação do Verbo, Jesus Cristo, Emanuel.

CATECISMO MAIOR

CRISTO, HUMILHADO NA ENCARNAÇÃO

Pergunta 47: “*Como se humilhou Cristo na sua concepção e nascimento?*”

Resposta: *Cristo humilhou-se na sua concepção e nascimento, em ser, desde toda eternidade, o Filho de Deus no seio do Pai, quem aprouve, no cumprimento do tempo, tornar-se Filho do Homem, nascido de uma mulher de humilde posição, com diversas circunstâncias de humilhação fora do comum(I Jo 1. 14, 18; Lc 2. 7)”*.

DIVINDADE DA SEGUNDA PESSOA TRINITÁRIA

Cristo não é uma divindade que se reduziu à humanidade, perdendo os seus atributos naturais e essenciais, rompendo a unidade trinitária, mesmo durante a encarnação. Ele é o Deus encarnado, mantendo intactas e íntegras todas as características e qualidades intrínsecas de um ser essencialmente divino: *vero Deus*. Não se pode imaginar o Deus das Escrituras sem a eterna e imutável unidade trina: Pai-Filho-Espírito Santo. A Segunda Pessoa da santíssima Trindade é eternamente Filho de Deus; logo, o Pai é eternamente Pai. A imutabilidade da união trina não nos permite concluir que Cristo passou a ser Filho de Deus no momento da concepção, e que o Pai eterno assumiu “parceria” de sua filiação com uma mulher, reduzindo Jesus a “Filho de Deus por Maria”. Esta lógica, nada teológica, tornou-se responsável pela conclusão: *Maria é Mãe de Deus*. Ora, Maria, como todos os seres criados, foi “criada por Jesus Cristo”, o Verbo eterno: “*No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez*”(Jo 1. 1-3). “*Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele(Cl 1. 15, 16).*” Cristo, portanto, não foi gerado no ventre da Virgem por uma vontade e um poder externos a ele. A concepção de seu corpo é um ato de sua livre e soberana iniciativa: “*E o Verbo se fez carne*”. Não se pode isolar um ato da Terceira Pessoa trinitária da ação consensual e participativa da Segunda, Cristo Jesus, pois a Trindade é absolutamente una e inequívoca.

HUMILHAÇÃO NA CONCEPÇÃO

A humanização do divino é, por si mesma, humilhação, pois um ser infinitamente superior nivela-se a outro, incomparavelmente inferior. Não se deve imaginar que a concepção de Jesus tenha alterado o processo geracional e interrompido as leis da reprodução humana; que o óvulo não tenha sido fecundado regularmente por intervenção do Espírito Santo. Se assim fosse, o Filho do Homem não seria verdadeiramente humano com todas as cargas genéticas, biofísicas e psicossomáticas do homem normal. Uma concepção inatural e um nascimento anormal não nos permitiriam afirmar, confessionalmente, que Jesus é *verdadeiro homem*.

Deus, que operara o milagre da criação original, realizou o da concepção do Verbo, originando a encarnação. A *semente* masculina cedeu lugar ao poder criacional do Deus trino, e isto sem afetação ou mudança do sistema reprodutivo humano. Num

momento exato, um *kairós* da graça, um óvulo transforma-se em ovo por obra de Deus, e a Virgem concebe o Messias. A natureza divina penetra a humana pelo caminho natural da concepção. A Segunda Pessoa da Trindade encarna-se. Cumpre-se a profecia: “*Eis que a Virgem conceberá, e dará a luz um filho, e lhe chamará Emanuel*” (Is 7. 14).

Mitificar a concepção, o desenvolvimento intra-uterino e o nascimento de Jesus é negar-lhe a encarnação, docetificá-lo e rejeitar-lhe a realíssima natureza humana. O primeiro Adão Deus o fez da terra; a mulher o Pai criou-a do homem. Ambos sem intervenção espermática. O Filho do Homem corporificou-se por meio de uma mulher, tomando a forma humana via geracional, prescindindo da semente masculina, mas respeitando as leis da concepção humana. Jesus, pois, foi homem absolutamente completo e perfeito, em tudo semelhante a nós, menos no pecado.

HUMILHAÇÃO NO NASCIMENTO

Os evangélicos, que não falseiam a encarnação, ensinam que a concepção, a gestação e o parto do Menino Jesus foram normais e naturais, resguardando o milagre da fecundação. Cristo não é um Salvador mítico, docético, mas real, *verdadeiro Deus e verdadeiro homem*. Como todo ser humano, começou na concepção e se tornou histórico no nascimento.

A doutrina romana da perpétua virgindade de Maria desumaniza a Virgem e transforma Jesus em Messias docético, um tipo de *camuflagem* divina, uma figura beatífica alienada, uma *aparência humana* sem qualquer inserção real na duríssima realidade do pecador. Humanidade irreal na origem, irreal será na existência, nos meios e nos fins. Cristo, ao contrário, compartilhou sua vida com a nossa, pois viveu rigorosamente como vive qualquer ser humano, inclusive experimentando os horrores da morte física.

Jesus fez derivar seu corpo da substância de Maria, mas não a sua divindade, que é antecedente, incriada e imutável.

CATECISMO MAIOR

HUMILHAÇÃO EXISTENCIAL DE CRISTO

Pergunta 48: “*Como se humilhou Cristo na sua vida?*”

Resposta: *Cristo humilhou-se na sua vida, sujeitando-se à lei (Gl 4. 4), a qual perfeitamente cumpriu (Mt 3. 5; Jo 19. 30; Rm 5. 19), e lutando contra as indignidades do mundo (Hb 12. 2,3; Is 53. 2,3; Sl 22. 6), as tentações de Satanás (Mt 4. 1-11) e as enfermidades da carne, quer as comuns à natureza do homem, quer as procedentes dessa baixa condição (Hb 2. 17,18; Hb 4. 15; Is 52. 13,14). ”*

HUMILHAÇÃO E ENCARNAÇÃO

A humilhação existencial de Cristo decorre de sua humanidade. Ao admitirmos que ele foi, e continua sendo, *verdadeiro homem*, portador de natureza humana autêntica pelo mistério da encarnação, somos levados a crer na realidade antropológica de sua existência, tanto a terrena, período de sua humilhação, como a celeste, onde se encontra glorificado e exaltado, mas com o corpo humano ressurreto e incorruptível. Ele é o **humano**, imagem sem retoques do Pai, como deveriam ser todos os homens, tanto em sua vida humilhada como na exaltada. Eis porque se pode afirmar, como o fez o apóstolo: “*Cristo, primícias dos que dormem*” (Cf I Co 15. 20, 23). Ele foi humano real aqui para que seus eleitos sejam reais nele nas moradas eternas.

CRISTO E A LEI

O mesmo Cristo que teve autoridade divina para reformular e aprofundar a lei de Deus (Mt 5. 17 – 48) podia dizer: “*Não vim para revogar, vim para cumprir*”. Isso fez por ser, ao mesmo tempo e na mesma e única pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

A Lei de Deus, outorgada no contexto factual, tem por objetivo: a- estabelecer normas comportamentais e de fé, segundo a vontade do Redentor, para os escolhidos, libertos e retirados do cativeiro faraônico e constituídos em nação santa; b- viabilizar relações diretas, sem conflitos insuperáveis, entre a criatura e o Criador; c- firmar postulados morais e parâmetros legais individuais e comunitários para a raça eleita; d- estabelecer princípios litúrgicos e rituais para o culto correto devido ao Senhor, Deus único e exclusivo da fé e da adoração de seus redimidos; e- criar e manter um monoteísmo radical capaz de enfrentar e sobrepujar a cultura politeísta e panteísta das sociedades circundantes. As determinações do código mosaico e as recomendações éticas dos profetas destinam-se a servos e súditos falíveis, a humanos, pecadores por natureza e por ações, jamais ao supremo, justo e infalível Legislador. Cristo, portanto, sendo Deus antes, durante e depois da encarnação, não podia dobrar a cerviz, como realmente fez, diante da *Torah* e das leis naturais. Trata-se de humilhação sem paralelo, inexplicável racionalmente. O malfeitor na cruz interpreta a situação corretamente, falando pela humanidade: *Nós, na verdade, com justiça, porque recebemos o castigo que os nossos atos merecem; mas este nenhum mal fez*” (Lc 23. 41). O Filho de Deus, divino-humano, embora sem pecado, esteve sob a lei de Deus e a dos homens como o pior dos seres humanos; isto porque ele foi entre nós um dos nossos: *verdadeiro homem*. A humanidade de Cristo é tão real, que muitos desavisados chegam duvidar de sua divindade, e algumas seitas heréticas, a negá-la.

CRISTO E O MUNDO

Cristo lutou tenazmente contra todas as manifestações do maligno e do mal, especialmente as que aconteciam nos campos da moralidade e da espiritualidade: a mentira, a hipocrisia, a usura, a impiedade, a intolerância, o desamor, o formalismo religioso, a idolatria, a discriminação, o sectarismo e o racismo judaico. Ele não apenas pronunciou-se contra as injustiças sociais, também condenou os maus procedimentos e as corrupções pessoais, inserindo, por testemunho e ensino, na sociedade um novo modo de vida, despido de prepotência, de vaidades e de egocentrismo. Sem dúvida Cristo foi um ser humano sem jaça, de honestidade absoluta, de sinceridade e confiabilidade nas palavras e nos atos. Sendo imaculado e imaculável ele podia conviver com as mais pecaminosas pessoas de seu tempo, como publicanos e meretrizes. A imundície dos impuros não lhe podiam manchar o caráter incorruptível tanto quanto a sua pureza não o afastava dos pecadores. Os extremos tocaram-se: O Santo e o pecador comungaram-se na pessoa do Filho do Homem; Criador e criatura nele e por ele se unem.

CRISTO E O MALIGNO

O Cordeiro, Leão da tribo de Judá, não somente batalhou contra o pecado, encravando-o na cruz, mas enfrentou também o arquiinimigo do homem, Satanás, e o derrotou para sempre, não somente por fazer a vontade do Pai, mas implantando o reinado messiânico nos domínios de Deus usurpados por ele. Da Igreja de Cristo e de cada regenerado o Demônio está definitivamente exorcizado, pois o Espírito Santo, que habita a Igreja e cada um de seus verdadeiros membros, não coabita, em hipótese alguma, com o maligno.

CRISTO E A REJEIÇÃO

Ele, o Bom Pastor, foi rejeitado pela sociedade, por sua família(Mc 6. 4). Levou uma vida de peregrino pobre: “ *As raposas têm seus covis e as aves do céu, ninhos; mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça*” (Mt 8. 20). O desamparo, porém, mais doloroso ele sofreu, como Cordeiro vicário, no Gólgota: “*Deus, Deus meu, por que me desamparaste*(Mc 15. 34). Quer humilhações maiores que a rejeição dos homens e o abandono do Pai na pior hora da existência, a da morte? Tudo por nossa causa.

CATECISMO MAIOR

HUMILHAÇÃO NA MORTE

Pergunta 49: “*Como se humilhou Cristo na sua morte?*”

Resposta: *Cristo humilhou-se na sua morte, tendo sido traído por Judas(Mt 27. 4), abandonado pelos seus discípulos(Mt 26. 56), escarnecido e rejeitado pelo mundo(Lc 18. 32,33), condenado por Pilatos e atormentado pelos seus perseguidores(Mt 27. 26; Jo 19. 34; Lc 22. 63, 64), tendo também lutado contra os terrores da morte e os poderes das trevas, tendo sentido e suportado o peso da ira de Deus(Lc 22. 44; Mt 27. 46;Rm 8. 32), ele deu a sua vida como oferta pelo pecado(Rm 4. 25; I Co 15. 3,4; Is 53. 10), sofrendo a penosa, vergonhosa e maldita morte de cruz(Fp 2. 8; Hb 12. 2).”*

NASCIDO PARA MORRER

Cristo, como todos os seres humanos, nasceu com o signo da morte. Ele recebeu, na encarnação, um corpo físico marcado pela mortalidade natural, exatamente por causa da humanidade verdadeira que assumiu. O nascimento é o *alfa*, e a morte, o *ômega* de qualquer ser biofísico. O Filho de Deus encarnado, e para não quebrar a lei universal da vida, destinava-se à morte. E efetivamente morreu, mas não no fim do ciclo normal da existência, pois o curso de sua vida terrena encerrou-se, não por morte natural, mas violenta. O melhor cidadão do mundo foi condenado ao sacrifício por meio de processos injustos e tribunais iníquos. Sua execução na cruz se fez de maneira crudelíssima. Antes de Cristo, o nascimento era a doce esperança; o passamento, trágico fim. Por sua morte e depois dela, o óbito de seus servos passou a ser a *transferência* para a vida eterna, pois o poder destruidor do “thanatos”(morte) foi destruído. A morte de Cristo matou a morte: “*Tragada foi a morte foi a morte pela vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte o teu aguilhão*”(I Co 15. 54b,55).

TRAÍDO E ABANDONADO

A humilhação do Filho de Deus na morte foi consequência da sua natural mortalidade física, herança da encarnação, efetivada e consumada na traição, na condenação judaico-romana e na crucificação. O traidor, Judas Iscariotes, foi um dos apóstolos participantes da primeira ceia eucarística que, valendo-se da intimidade com o Mestre, vendeu-o, ímpia e inescrupulosamente, aos seus fanáticos algozes. Ele exerceu, na verdade, o papel de primeiro anticristo da comunidade emergente. Era um suposto servo de Deus, pois desejava servir de fato o deus Mamom. Judas e Pilatos encarnaram, respectivamente, o espírito da besta religiosa e o da besta política de que nos falou, posteriormente, Apocalipse 13, onde se sustenta que os dois mais perigosos e potentes inimigos do reino messiânico, mancomunados, emergiriam de áreas opostos: a secular e a religiosa. Antecipadamente, um falso apóstolo, aliado a sacerdotes indignos, acólitos do poder político representado pelo indeciso e frágil Pilatos encarnam tais poderes opostos ao Messias e ao seu povo.. Os traidores internos são mais perigosos e

danosos que os externos. A punhalada do ingrato é mais dolorosa e compungitiva que a do inimigo.

No auge da crise a fraqueza humana revela-se. Os discípulos não tiveram forças para orar com o angustiado Filho do Homem diante do prenúncio da delação e do espectro da morte. O estado de angústia profunda do Rei no Getsêmani levou-o a suplicar ao Pai que o livrasse daqueles terríveis momentos: a vitória dos injustos sobre o Justo; a vitória da morte, embora momentânea, sobre o Imortal. Seus poros epiteliais, em virtude da fortíssima tensão depressiva e extrema agonia, transudavam sangue em abundantes gotas. Deus submetido a tal condição de sofrimento é inimaginável; e tudo sem qualquer consolo humano. O valente e intrépido Pedro, que lhe garantira fidelidade e apoio até à morte, traiu-o vergonhosamente. Impotentes, todos os discípulos acovardaram-se: Era mister o Cordeiro vicário padecer sozinho, mas em lugar de todos. Eis porque nosso Rei, com ridícula coroa de espinhos na cabeça e sob imensa zombaria da multidão, deixou-se crucificar como um criminoso comum na infamante cruz erguida entre marginais no horripilante Monte das Caveiras. A crueldade humana jamais produziu quadro mais terrível. Em nome do ódio e da mentira sacrificaram-se o amor e a verdade. Na frente sacrossanta do Emanuel cravaram-se dolorosos espinhos. Perfuraram cruelmente os benditos pés do Profeta dos profetas, opor terem palmilhado o caminho acidentado dos pecadores. Dilaceraram a marteladas sobre toscos cravos as divinas mãos do Salvador pelo crime de servirem, abençoarem, guiarem e protegeram os perdidos. E assim, o mais humano dos humanos, isolado e execrado, agonizou no madeiro vil entre renegados sociais. O imortal morreu. Pode a mente humana apreender e compreender semelhante humilhação?

CRISTO PAGOU O SALÁRIO DO PECADO

A desobediência de Adão causou-lhe o rompimento com Deus, consequenciando-lhe a morte espiritual. O peso do óbito físico torna-se mais dramático com o ônus da morte espiritual. O falecimento biológico destrói nosso corpo, priva-nos do mundo, separa-nos dos parentes. É muito ruim. A morte espiritual é pior e causa mais danos: desliga a criatura de seu Criador; rompe todos os elos de fraternidade; retira totalmente a esperança. O morto espiritual, ou réprobo, na eternidade fica em condição irreversível, em estado irrecuperável. Ao morto físico se lhe dá a certeza da ressurreição, recuperação de seu corpo, mas imortal e incorruptível. Cristo experimentou a morte corporal, mas como Eleito dos eleitos, ressuscitou de entre os mortos para ser glorificado e exaltado.

O Filho do Homem, humilhado na morte; exaltado na ressurreição.

CATECISMO MAIOR

HUMILHAÇÃO NA MORTE

Pergunta 50: “*Em que consistiu a humilhação de Cristo depois de sua morte?*”

Resposta: *A humilhação de Cristo depois de sua morte consistiu em ser ele sepultado(I Co 15. 3,4), em continuar no estado dos mortos e sob o poder da morte até o terceiro dia(Mt 12. 40); o que, aliás, tem sido expresso nestas palavras: “Desceu ao inferno(hades).”*

MORTE DO CORDEIRO

A morte do Filho de Deus foi muitíssimo dolorosa e incalculavelmente penosa em virtude de pressupostos da profecia messiânica: 01- *Sobre ele recairiam as dores de todos os seres humanos.* Jesus não foi apenas um indivíduo representativo; foi, antes de tudo, uma pessoa corporativa. Seus padecimentos na cruz representaram a soma dos padecimentos de cada pecador. Portanto, não se há de comparar o suplício do Cordeiro vicário com a crucificação de um condenado qualquer, levado à execução por seus crimes individuais. 02- *O Justo pagaria pelos injustos.* Individualmente, Jesus era inocente. Pessoalmente não devia nada à justiça humana e à divina, mas morreu como pecador substituto, pois nele estavam todos os condenados por Deus, os renegados no primeiro Adão por ocasião da queda. 03- *Ele seria o Cordeiro de Deus para tirar o pecado do mundo.* Cristo, sendo Deus humilhado na morte, seus padecimentos são de dupla natureza e bidimensionais: natural e espiritual, humano e divino. Nele padeceram, ao mesmo tempo, na mesma vítima e na mesma cruz, o *Criador* e a *criatura*, o *Juiz* e os *condenados*. Eis porque a natureza enlutou-se no seu passamento: houve trevas da hora Sexta à nona(Mt 27. 45), e a bastardia feriu-lhe a alma. Esteve, no momento da morte, duplamente abandonado: pelo Pai eterno e pelos homens(Mt 27. 46). Jamais houve dor tamanha, tão concentrada e tão universal! Em Cristo não somente morreu o velho homem, mas também a velha ordem criada.

Creemos, pelas Escrituras e por nossa confissão credal, que Jesus é *verdadeiro Deus e verdadeiro homem*. Assim sendo, afirmamos: Deus em Cristo morreu fisicamente na cruz, fazendo a espada da condenação voltar-se contra si mesmo; foi sepultado; permaneceu sob o poder da morte durante três dias e três noites e, ao terceiro dia, ressuscitou de entre os mortos

CRISTO NA SEPULTURA.

Atestado o óbito do Filho de Deus(Jo 19. 33- 37), José de Arimatéia requereu-lhe o corpo para sepultamento digno. A tristeza gerada por um cadáver de pessoa amiga sepultado humana e honrosamente é menos dolorosa que a causada por um falecido insepulto e execrado entre marginais no *Monte das Caveiras*. Nicodemos ofereceu aromas para o seu embalsamamento(Jo 19. 39-40). Terminados os funerais, supultaram-no próximo ao local do sacrifício(Jo 19. 41, 42). O Sábado aproximava-se; por isso, seu corpo foi rapidamente depositado no mausoléu novo do rico Arimatéia. A preparação do divino corpo sem vida e o seu sepultamento deixaram claro, aos olhos incrédulos, que

realmente não se tratava do Messias prometido; “mas a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens” (I Co 1. 25b).

É inimaginável, à luz da razão humana, conceber o Deus-homem morto, sendo manipulado por mãos de míseros mortais, embalsamado, levado ao túmulo e lá deixado, como todos os mortos, entregue ao *sheol*, ao poderoso reino da morte.

JESUS NO DOMÍNIO DA MORTE.

Cristo, por ter assumido e incorporado o pecado alheio, morreu como pecador, pagando o salário do pecado, a morte(Rm 6. 23). O Credo Apostólico diz: “Desceu ao *hades*”, expressão que contém a idéia de: estar sepultado, penetrar o mundo dos mortos, cair nos escuros, silenciosos e tristes domínios tartáreos. *Hades* é a tradução grega do *sheol* hebraico. Estar no *sheol*, segundo o Velho Testamento, significa: alienado, privado de liberdade, incomunicável, desligado de Deus, despido da graça divina, privado de esperança, impedido de cultuar o Criador. No *sheol*, portanto, a solidão é absoluta. Os que nele estão enfrentam abandono total: esquecidos por Deus e separados, irremediavelmente, dos vivos(vejam Jó 7. 9,10; Jó 38. 17; Is 38. 10, 11; Sl 6. 6; Sl 30. 10; Sl 88. 11-13; Sl 115. 17; Is 38. 18; Gn 3. 3, 19 cf Lc 16. 19- 31).

Deus sentenciou o homem à morte, quando ele, conscientemente, quebrou o pacto edênico. Agora, encarnado em Cristo, verdadeiramente humanizado, o supremo Juiz coloca-se sob a sua própria lei, fazendo-se vítima de uma culpa transferida do pecador para o Redentor. Assim, Deus se humilha por amor àquele que ele criou à sua imagem e semelhança e o livra da morte, morrendo e descendo ao *hades* em seu lugar.

A morte e os mortos são contaminadores, a pior das imundícias, exatamente por representarem o estado de depravação final(Nm 9. 6; 19. 16). Penetrar o escabroso império da morte pelas tenebrosas portas do falecimento foi, para o Senhor da vida, terrivelmente penoso e humilhante. Encerrado nas masmorras necróticas durante três dias, Cristo realmente submeteu-se a inominável e abominável humilhação. Depois da única e incomparável derrota de Deus, a morte, veio a vitória das vitórias, um triunfo cabal sobre as potências tartáricas. A ressurreição do Salvador garante a nossa, seus escolhidos regenerados.

CATECISMO MAIOR

EXALTAÇÃO DE CRISTO

Pergunta 51: *Qual é o estado de exaltação de Cristo?*

Resposta: *O estado de exaltação de Cristo compreende a sua ressurreição(I Co 15. 4), ascensão(Lc 24. 51; At 1. 9-11), o estar assentado à destra do Pai(Ef 1. 20), e a sua segunda vinda para julgar o mundo(At 1. 11; At 17. 31)”.*

EXALTAÇÃO, VOLTA AO ESTADO ANTERIOR?

Exatamente, não. No que concerne ao estado de glória e à condição expressa de realza universal, sim. Porém, ao humanizar-se, o Filho do Homem introduziu, por consenso e iniciativa das pessoas da Trindade, a natureza humana no corpo trinitário. Antes da encarnação, o Filho de Deus era puro e genuíno espírito; agora, continua genuíno espírito, mas corporificado no humano corpo ressurreto, o mesmo que recebeu na encarnação, mas despido nas naturais fraquezas do homem e revestido para sempre de imortalidade física. Não se há de esquecer que a Segunda Pessoa da unidade trina jamais deixou de ter os atributos próprios da divindade: Santidade, eternidade, espiritualidade plena, imortalidade, eternidade, onipotência, onividência e imutabilidade. A encarnação do Verbo não se constituiu em mudança de Deus, apenas representou a execução de um plano eterno de redenção, governo e juízo. Ao entendimento humano haurido da revelação bíblica, a vida do Filho de Deus se nos mostra no seguinte quadro: Verbo criador: antes da encarnação; Cordeiro vicário: durante a existência terrena; Redentor e intercessor: no atual estado intermediário; Supremo Juiz: no juízo final; Vencedor final: na eternidade com os seus eleitos ressurretos.

HUMILHAÇÃO E EXALTAÇÃO

O Filho de Deus, humilhando-se pela encarnação, viveu conosco todas as nossas circunstâncias pecaminosas, alienantes e limitadoras, sem abdicar, e nem podia fazê-lo, a posição de eterna Segunda Pessoa da unidade trinitária. Encarnação não significa mutabilidade, mas realização de um decreto eterno da divindade. Não há como Deus abrir mão de sua condição: ser, natureza, substância e essência. Cristo é divino, eternamente Filho de Deus, não criado nem gerado. O atributo da imutabilidade não se quebrou. Encarnação não é mutação ou metamorfose. Humilhado, sim; desqualificado, não. A humilhação do Verbo não pode ser vista como rebaixamento; também não se entenderá a exaltação como promoção. Tanto a encarnação como a ressurreição devem ser compreendidas pela Igreja, e tem sido, à luz do específico contexto da plena revelação de Deus em Cristo Jesus e de sua misteriosa obra redentora. A humanidade, que ainda não tinha contemplado o Criador em forma física e segundo as suas categorias mentais de aferição e julgamento, pode vê-lo na manjedoura, na família, na oficina de carpintaria, nas poeirentas estradas da Galiléia; também o viu desamado, incompreendido, privado de bens materiais, perseguido, preso, crucificado, morto, embalsamado e sepultado. Seus discípulos, porém, puderam mirá-lo ressurreto e creem na sua ressurreição, receberem o dom do Espírito segundo a promessa, presenciarem sua ascensão e experimentarem o poder de sua presença na irresistível expansão da Igreja. Diante do fato revelado da ressurreição do Cordeiro, de sua subida aos céus, de sua

entronização à destra do Pai, do poder que lhe foi conferido como Senhor do mundo físico e do universo espiritual, não se conceberá outra idéia, conforme nossa lógica empírica, senão a de maravilhosíssima exaltação. A Igreja é gloriosa noiva porque o seu imaculado Noivo é extremamente exaltado e glorificado. Cristo é hoje o que anteriormente foi: Verbo divino, Salvador dos eleitos. Ele está agora onde sempre esteve: no comando da criação e da revelação(Jo 1. 1- 3; Jo 1. 18; Jo 14. 9- 11; Cl 1. 15- 17). A Segunda Pessoa da Trindade não mudou, mas o pecador, depois de sua encarnação, peregrinação na terra, paixão, martírio, morte, ressurreição e exaltação, não é o mesmo: Os que o rejeitam, permanecem julgados e condenados; os que o aceitam, são justificados e salvos. Os regenerados passam de um estado de morte para um estado de vida, ingressam no reino eterno do Redentor, adquirem cosmovisão por meio de uma pneumovisão jamais experimentada. A humilhação e a exaltação de Cristo, pois, não lhe modificaram o ser imutável, não lhe alteraram os atributos incomunicáveis, mas a humanidade nele se exaltou; um Rei universal assenta-se no trono celeste com um corpo retirado de nosso mundo, saído do túmulo de Arimatéia pelo milagre da ressurreição, tornando-se primícias dos que dormem. No Verbo encarnado não seremos o que fomos em Adão.

Cristo possui o grau máximo de perfeição e santidade. A humanidade ocupava o extremo oposto: depravação total. Nem o Messias pode ser promovido; nem o homem podia depravar-se mais. Eis porque se contemplam a humilhação e a exaltação de Cristo no estrito campo da encarnação para a redenção dos pecadores, à vista da complexa e paradoxal, mas inegável, declaração confessional: “Verdadeiro Deus e verdadeiro homem(*Vere Deus et vere homo*).

FASES DA EXALTAÇÃO:

a- Ressurreição: Vitória sobre a morte e retomada do corpo liberto das limitações naturais. Foi para Cristo e será para os seus redimidos a passagem do transitório para o definitivo, a exaltação final. **b- Ascensão:** Retorno triunfante ao seio do Pai, levando os lauréis do dever cumprido, as glórias do esmagador triunfo sobre todas as potências do mal. A subida corporal do Filho de Deus aos céus, entronizando o humano no corpo trinitário, estabeleceu um nexos experiencial e essencial entre o trono universal e os súditos de Cristo. **c- Assento à destra do Pai:** Cristo assume definitivamente, na qualidade de Messias, o governo da Igreja, dos povos e do universo. Ele veio para reinar, e reina. **d- Segunda vinda:** A volta de Cristo para nós é uma certeza firmada na esperança, mas para ele é uma realidade estabelecida e já em processo de realização. Com a primeira vinda Cristo inaugurou o reinado messiânico, gerando os tempos do fim. A Igreja é povo de Deus, mas como peregrina na marcha do êxodo sob o comando de Messias. O reino porvir é uma promessa, mas o novo Israel é uma realidade espiritual e histórica, sendo Cristo o seu Rei, protetor e guia. É a presença do “já” no “ainda não”.

CATECISMO MAIOR

EXALTADO NA RESSURREIÇÃO

Pergunta 52: *“Como foi Cristo exaltado na sua ressurreição?”*

Resposta: *Cristo foi exaltado na sua ressurreição em não ter visto a corrupção na morte(pela qual não era possível que ele fosse retido)(At 2. 24; Sl 16. 10), e o mesmo corpo em que sofrera, com suas propriedades essenciais(Lc 24. 39)(sem a mortalidade e sem as enfermidades comuns a esta vida), tendo realmente unido à sua alma(Ap 1. 18), ressurgiu dentre os mortos ao terceiro dia, pelo seu próprio poder(Jo 10. 18), e por essa ressurreição declarou-se Filho de Deus(Rm 1. 4), por haver satisfeito a justiça divina(Rm 4. 25; I Co 15. 17, ter vencido a morte e aquele que tinha o poder sobre ela(Hb 2. 14; Ap 1. 18), ser o Senhor dos vivos e dos mortos(Rm 14. 9). Tudo isto ele fez na sua capacidade representativa(I Co 15. 21, 22), como cabeça da sua Igreja(Ef 1. 22, 23; Cl 1. 18), para a justificação(Rm 4. 25) e vivificação dela na graça(Ef 2. 5, 6; Cl 2. 12), apoio contra os inimigos(I Co 15.25, 26; At 12. 17; At 18. 9, 10), e para lhe assegurar a sua ressurreição dos mortos no último dia(I Co 15. 20; I Ts 4. 13- 18).”*

MORTE, SUPREMA HUMILHAÇÃO

A ressurreição representou o maior fato exaltatório de Cristo porque, no extremo oposto, morrer foi-lhe a suprema humilhação. Lembremos que a morte é o salário do pecado(Rm 6. 23). Ela atingiu o homem porque este quebrou o pacto de vida com Deus(Gn 2. 17), causando um rompimento inexorável da criatura rebelada com o seu Criador. Não sabemos se o homem antes da queda era imortal, se a sua constituição orgânica diferenciava-se da dos animais superiores, se suas funções metabólicas e reprodutivas eram específicas. No caso de a mortalidade fazer parte de sua vida natural, não seria ela uma bênção, um ponto de transferência entre o temporal e o eterno? Não foi o pecado que deu à morte conteúdo de dor, alienação, corrupção e depravação? Mesmo com poucas informações bíblicas, sabemos que a morte(biofísica e espiritual), é penalidade divina imposta ao homem por causa do pecado. Morremos porque estamos sob o juízo de Deus. Julgados e condenados fomos todos, mas Deus cobrou em Cristo o que a nós nos destinava: a morte do corpo. A alienação do homem, um estigma do pecador, foi temporariamente experimentada pelo Filho de Deus.

EXALTAÇÃO NA RESSURREIÇÃO

Cristo desceu à masmorra de todos os derrotados; foi cativo no cativeiro dos proscritos; amargou a tragédia dos vencidos; sofreu a injustiça dos homens. Sobre ele caiu o inclementíssimo gládio da condenação divina, pagando o Justo pelos injustos.

A ressurreição do divino Salvador redundou-se em vitória imensurável porque inconcebível foi a sua morte, por duas razões extraídas da lógica racional: Primeira: ele não pecou e, portanto, não estava, judicialmente falando, incurso na pertinente legislação pactual. Segunda: Cristo, sendo Deus, uma das pessoas da unidade trina, não podia, encarnado, experimentar a morte. O seu sacrifício foi, à luz da percepção

humana, um imenso paradoxo e uma humilhação terrível. Retornar do Sheol e sair do túmulo são milagres indescritíveis e de conseqüências cósmicas e espirituais imensuráveis. À derrota impingida pela morte correspondeu a retumbante vitória da ressurreição. No caso de Cristo, o pó não retornou ao pó, como acontece com todos os mortos. A corruptibilidade física não pode atingi-lo, pois o nexó entre corpo e espírito é profundo, e espiritualmente o Filho de Deus sempre foi incorruptível.

CONSEQUÊNCIAS DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Seu Corpo não viu a corrupção.

Eis a sentença bíblica que relata o decreto do falecimento do ser humano seguido de decomposição orgânica: “*Tu és pó e ao pó tornarás*” *Ec 12. 7 cf Ec 3. 20 e Gn 3. 19*). Isto não se aplicou a Jesus Cristo. A deterioração orgânica e a decomposição da matéria em seus elementos originais e básicos, fenômenos iniciados imediatamente após o falecimento, não se verificaram em nosso Senhor.

Ressurreição é recriação do homem. Consiste em retirar do pó o corpo sepultado, mas inteiramente renovado e com destinação definitiva em estado de incorruptibilidade material e espiritual. A morte levou o Senhor da Vida, mas não o reteve nem a terra lhe consumiu o santo organismo.

Senhor de vivos e mortos.

Ao entrar no ventre da morte e aí permanecer três dias e três noites, Cristo completou o ciclo humano: nascer, crescer, lutar contra a morte, ser vencido por ela, morrer. Foi, no entanto, além do ciclo ao ressurgir. E mais, pela ressurreição recriou do mesmo barro um vaso novo perfeito e valorizado, incontaminado e incontaminável, qualificado e adequado à nova ordem da vida humana ressurreta da qual é semente e primícias(I Co 15. 14, 20). O velho homem morreu com Jesus; o novo nasceu com a sua ressurreição. Cristo é, pois, o Segundo Adão, isto é, pai da nova humanidade composta de todos os redimidos. A Igreja militante pode ser comparada a uma criança no ventre materno: já foi gerada, já possui paternidade e maternidade, já tem seu lar, mas ainda não viu a luz do mundo ao qual se destina, não tomou posse plena e consciente do que realmente possui. Assim, fomos regenerados para um universo de natureza espiritual, e nele, depois da atual gestação, ingressaremos.

Cristo não ressuscitou apenas para glorificar-se a si mesmo, mas para estabelecer e executar o princípio universal da ressurreição e exaltar com ele e para ele os seus eleitos. Assim como nosso Senhor ressurgiu e foi exaltado, em conseqüência de sua ressurreição e exaltação, nós, seus servos, também ressuscitaremos e seremos exaltados e glorificados .

CATECISMO MAIOR

CRISTO EXALTADO NA ASCENSÃO

Pergunta 53: “Como foi Cristo exaltado na sua ascensão?”

Resposta: *Cristo foi exaltado na sua ascensão em ter, depois da sua ressurreição, aparecido muitas vezes aos seus discípulos e conversado com eles, falando-lhes das coisas pertencentes ao seu reino(At 1. 2, 3), impondo-lhes o dever de pregarem o Evangelho a todos os povos(Mt 28. 19), e em subir aos mais altos céus, no fim de quarenta dias, levando a nossa natureza e, como nosso cabeça, triunfando sobre os inimigos(Hb 6. 20; Ef 4. 8, 10; At 1. 9), para ali, à destra do Pai, receber dons para os homens(Sl 68. 18), sublimar os nossos afetos(Cl 3. 1, 2) e preparar-nos um lugar(Jo 14. 2, 3) onde ele está e estará até a sua segunda vinda no fim do mundo(At 3. 21).”*

Ministério do Cristo Ressurreto.

Podemos distinguir cinco fases bem marcadas da presença do Messias entre nós: 01 *Do nascimento aos doze anos*, quando, no templo, sua idoneidade perante a lei foi declarada. A partir dessa data, o circunciso Jesus passou a ser responsável perante os postulados do pacto mosaico. 02- *Do templo, entre os doutores sacerdotais, ao batismo de João Batista no Jordão*: período formativo dedicado à vida doméstica e ao trabalho manual na carpintaria da família, cumprindo o seu dever de filho e de cidadão comum. 03- *Do batismo ao deserto*, onde enfrentou o tentador e triunfou sobre as tentações durante quarenta dias. O velho povo de Deus sucumbiu às mesmas tentações e ao mesmo tentador no inóspito e árido caminho do Êxodo; Cristo, porém, venceu, e com ele os seus eleitos. No deserto o Rei prometido encontrou-se com o rei usurpador. Não houve, nem poderia haver, acordo entre eles; a luz não combina com as trevas. As posições radicalizaram-se, e a batalha messiânica virtualmente começou. Cristo e Satanás declararam-se em guerra, mas o maligno sabia que já estava vencido. 04- *Do deserto à ressurreição*, período caracterizado por numerosas vitórias pontilhadas contra o Demônio, culminando com o triunfo final, a ressurreição, depois de aparente derrota pela morte. 05- *Finalmente, da ressurreição à ascensão*, quando o Senhor ressurreto, por espaço de quarenta dias, demonstrou aos apóstolos e discípulos a realidade e a finalidade de sua ressurreição: vencer o tentador, o pecado e a morte; implantar o seu reinado por meio de uma Igreja fiel e missionária; conscientizar os eleitos de sua presença no meio deles, do seu senhorio direto sobre todos os seus súditos; anunciar a sua volta fundamentada na sua ascensão. As diversas aparições do Cristo ressurreto, portanto, visavam a:

Comprovar a ressurreição. Ao mundo alienado de Deus e a ele oposto não interessava a ressurreição do Cordeiro, mesmo se a pudesse compreender. Incomodava-lhe o Cristo redivivo. A Igreja nascente, porém, necessitava de provas testemunhais concretas, que fundamentassem o ministério redentor de seu Sumo Sacerdote, consolidassem a sua esperança e embasassem a sua fé. Tais comprovações Cristo proporcionou-lhes convincentemente, criando no coração de seus servos uma alegria irreprimível, uma certeza inabalável, uma convicção inarredável. Assim, o

Ressurreto habilitou a sua Igreja para a missão, para a proclamação redentora, para os embates duríssimos contra as hostes inimigas, para o enfrentamento de adversários hábeis e implacáveis. Não bastavam à Igreja o túmulo vazio e o testemunho das mulheres, embora tenham sido basilares; a verdade anunciada da ressurreição do Messias carecia de maior contundência elucidatória e probatória: aparecimento a todos os apóstolos e ascensão visível depois do pleno convencimento de que a ressurreição do Redentor, para os cristãos, era realidade inegável e indisputável(Cf At 1. 3; At 1. 9-11).

Inaugurar os tempos do fim. Imediatamente após o ascenso de Cristo, dois anjos disseram aos apóstolos: “*Varões galileus, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu, assim virá do modo como o vistes subir*”(At 1. 11). Inaugurado estava o “tempo do fim”, a era escatológica, o período de expectativa. O Espírito Santo fixa e aprofunda no corpo eclesial e no interior de cada membro a esperança do retorno do Cordeiro. A Igreja vive o espaço temporal e histórico, *aqui e agora*, do reino inaugurado, mas não implantado. Ela percebe e experimenta as conseqüências sociais, morais e teológicas do reinado messiânico, sob o ministério do Paráclito, no “**já**” da redenção e no “**ainda não**” da consumação. O “*regnum Christi*” militante é essencialmente escatológico. O anúncio da volta de seu Rei confere-lhe uma esperança firmada na veracidade da promessa e na certeza da fé.

Fortificar a Igreja. Nos quarenta dias, da ressurreição à ascensão, Jesus preparou a Igreja, consolidou-lhe a fé e a comissionou como testemunha do Cristo vivo e mensageira do Evangelho.

Entronizar-se e entronizar seus redimidos. Cristo levou intacto e incorruptível seu corpo humano para o trono trinitário, entronizando, desta forma, a nossa natureza num universo diferente e além do nosso, o celeste. O céu não é mais inacessível ao ser humano. Em Cristo Jesus antegozamo-lo aqui e o plenigozaremos depois, ao término da existência terrena. Quem está com Cristo aqui, certamente estará com ele no outro lado da existência, pois espiritualmente não há descontinuidade entre o temporal e o eterno.

Triunfar sobre os inimigos. Cristo venceu. Subiu aos céus. Assumiu o reinado sobre os homens e o universo. Colocou-se como cabeça de sua Igreja. O seu povo, embora a batalha seja acirradíssima e sem tréguas, ostenta sempre a bandeira da vitória, mesmo nas aparentes derrotas, pois nada poderá separá-lo de seu Senhor, o “*Chistus victor*”(Ver Rm 8. 31-39). Em Cristo Jesus somos mais que vencedores.

CATECISMO MAIOR

O FILHO À DESTRA DO PAI

Pergunta 54:- “*Como Cristo é exaltado em assentar-se à destra do Pai?*”

Resposta: *Cristo é exaltado em assentar-se à destra do Pai, em ser ele, como Deus-homem, elevado ao mais alto favor de Deus o Pai(Fp 2. 9), tendo toda a plenitude de gozo(At 2. 28), glória(Jo 17. 5) e poder sobre todas as coisas no céu e na terra(Ef 1. 22; I Pe 3. 22); em reunir e defender a sua Igreja e subjugar os seus inimigos; em fornecer aos seus ministros e ao povo dons e graças(Ef 4. 11, 12) e em fazer intercessão por eles(Rm 8. 34)”.*

CRISTO ENTRONIZADO.

A Segunda Pessoa da Trindade, antes da encarnação, ocupava os ofícios, segundo a revelação de: a- agente criador(um tipo de arquiteto da Trindade); b- mensageiro(Anjo de Javé) ou arauto do Rei supremo; c- Verbo do Criador, Redentor e Governador do universo e da humanidade. Com tais funções fez-se carne e habitou entre nós: “*No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por intermédio dele, e sem ele nada do que foi feito se fez... E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como a do unigênito do Pai*”(Jo 1. 1- 3, 14). Depois de cumprido o ministério da expiação como Cordeiro vicário, ressurgiu de entre os mortos e assumiu, como Messias realizado, o gerenciamento dos reinos natural e espiritual. O Filho de Deus, na verdade, jamais perdeu o estado de glória, o “*kabhôdh*” eterno. A expressão desta glória, conhecida como “*shekinah*” vislumbrada nas teofanias, é que se manifestou na ressurreição, na ascensão e na entronização.

CRISTO E O PODER DIVINO.

O homem não pode entender o mistério de Cristo senão pelas imagens, categorias, signos e símbolos de seu universo cultural empírico. O “*estar assentado à destra de Deus*” é um antropomorfismo didático necessário à compreensão do reinado do Messias. Tal imagem foi retirada da experiência vivencial de potestades terrenas. Não se deve, pois, literalizar a expressão, imaginando um Cristo estático, inoperante, apenas gozosamente refestelado à direita do Pai. Aliás, Estêvão, em sua maravilhosa visão cristofânica, viu o Messias em pé à destra de Deus(At 7. 55, 56), em posição de vigília e comando.

Jesus, encarnando-se, cumpriu a justiça divina. Ressuscitando, venceu o maior, mais poderoso, mais temível e o mais implacável inimigo dos pecadores, a morte. Ascendendo aos céus, estabeleceu a interativa linha de comunicação entre nós, humanos, e o além de nós, o divino. Assentando-se à direita do Pai, assumiu explicitamente o reinado sobre a Igreja em particular e sobre o mundo em geral. O Cristo rejeitado, condenado e sacrificado pelos homens, e porque foi assim martirizado, tornou-se o “*Kyrios*” (Senhor) e “*Christos*” (Rei) da humanidade(At 2. 34- 36: 5. 29- 31).

Estar à direita de um rei, naqueles tempos de realezas potentes, não era simplesmente ocupar o primeiro posto na ordem de vassalagem, mas, e principalmente,

incorporar-se ao trono, co-reinar, compartilhar o poder e o mando dominial. Cristo, pois, não é o mais sublime dos homens na escala de valores, nem um super arcanjo, nem um “segundo deus” na suposta hierarquia trinitária, mas o Deus unigênito, igual ao Pai em substância, essência, natureza, santidade, dignidade, honra e majestade. Ele é Deus revelado e o revelador do Pai: “*Ninguém jamais viu a Deus: o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou*”(Jo 1. 18). “Estar no seio do Pai” equivale a “estar à destra de Deus”, isto é, integralizado indissolivelmente no corpo interativo, inequívoco e unitário do Deus trino.

CRISTO, SENHOR E REI DA IGREJA.

O Filho de Deus, no contexto trinitário, ocupa a co-regência de todas as coisas e a regência da Igreja. Ele é Rei dos eleitos na dispensação da graça não de maneira nominal e teórica, mas real e objetivamente, pois assumiu efetivamente o reinado ao entronizar-se como Deus- homem à destra do Pai no trono onipotente. O verdadeiro servo reconhece-lhe o domínio incondicional sobre os escolhidos, e a ele submete-se, bem como tem nítida consciência de sua absoluta e eterna soberania sobre o universo. O Cristo de quem se tornou vassalo é muito mais que um “homem sublimado” ou “um deus humilhado”: o seu Senhor é Deus-homem, Criador, Rei universal, Salvador, santíssimo, sapientíssimo, essencialmente bom, compassivo, perfeitoíssimo em suas obras, benevolentíssimo em seu amor perdoador e corretíssimo em sua justiça.

CRISTO HONRADO.

Não se duvida, mesmo partindo de nossa concepção social, de que o privilégio de estar à destra de Deus, o Pai, representa elevadíssima honra e profundíssima comunhão do Filho com as demais pessoas trinitárias, assim como “estar à esquerda” conotava desonra, desqualificação, rejeição, oposição e inimizade(Ec 10. 2; Mt 25. 33,41). A Igreja, pois, interpreta a representação de “*Cristo assentado à destra de Deus*” como figura de seu estado de eterna e exaltada honra e de seu permanente reinado sobre ela especificamente e sobre o cosmo de modo geral. Ela também reconhece, por outro lado, que a entronização de Cristo à destra do Pai atesta claramente: a- A sua indiscutível divindade consensual e igualitária na economia trinitária. Ele é, aos olhos de seus regenerados, *Deus-Filho* e, ao mesmo tempo, Deus-homem. b. A sua excelência e excelcitude em glória e majestade, verdadeiro Senhor dos senhores e Rei dos reis. c. A sua condição e capacitação únicas de Mediador e Intercessor.

A Igreja se curva aos pés de um Salvador-Rei augusto, majestoso e glorioso. Não há quem, nos céus e na terra, se lhe compare em grandeza e o supere em misericórdia. Ele é Deus; e Deus é amor.

CATECISMO MAIOR

CRISTO, O INTERCESSOR

Pergunta 55. *“Como faz Cristo a sua intercessão?”*

Resposta: *Cristo faz a sua intercessão, apresentando-se em nossa natureza continuamente perante o Pai no céu(Hb 9. 24), pelo mérito da sua obediência e sacrifício cumpridos na terra(Hb 1. 3), declarando ser a sua vontade que ela seja aplicada a todos os crentes(Jo 17. 9,20,24), respondendo a todas as acusações contra eles(Rm 8. 33,34); adquirindo-lhes paz de consciência, não obstante as faltas diárias(Rm 5. 1.2; I Jo 2. 12), dando-lhes acesso com confiança ao trono da graça(Hb 4. 16) e aceitação das suas pessoas(Ef 1. 6) e seus serviços(I Pe 2. 5).”*

O CORDEIRO ENTRONIZADO

A vicariedade de Cristo e principalmente o seu sacerdócio não se encerraram na cruz. Tanto o sacrifício como o ministério sacerdotal do Filho de Deus são contínuos e sempre eficazes. Nosso Senhor Jesus Cristo, ocupando o lugar que lhe é devido no trono do Onipotente, sublimou, consumou, perpetuou e aperfeiçoou o triplo ofício que exerceu na terra: O de Rei universal, o de Profeta dos profetas como Verbo exaltado(ministério que exerce por meio do Espírito Santo), e o de Sumo Sacerdote de seu povo. Na qualidade de Sacerdote eterno, entrou no *Santo dos Santos* perfeitíssimo, o seio da Trindade, para, não somente reinar poderosamente, mas, e especialmente, mediar entre os redimidos e o Deus redimidor supremo: “ Há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem”(I Tm 2. 5). O Cordeiro à mão direita de Deus o Pai ministra por nós e por nós intercede continuamente(Cf Zc 6. 13; Hb 4. 14; Hb 7. 24, 25; Hb 8. 1-6; Hb 9. 11-15, 24-26; Hb 10. 19-22; I Jo 2. 2). Sobre o ministério do Cristo entronizado Berkhof assim se expressa: *“Cristo está apresentando continuamente o seu sacrifício consumado ao Pai como base suficiente para a concessão da graça perdoadora de Deus. Ele está aplicando constantemente a sua obra sacrificial e fazendo-a eficaz na justificação e santificação dos pecadores, Além disso, ele está sempre fazendo intercessão pelos que lhe pertencem”*(Berkhof, Louis, em *Teologia Sistemática*, pág. 353/4, Luz Para o Caminho, trad. De Odayr Olivetti, 1ª Ed., 1990, Campinas, SP).

CRISTO, O INTERCESSOR

Deus na pessoa do Filho ingressou na história humana a partir da encarnação. Sendo recenseado como um dos nossos, em tudo semelhante a nós, exceto a sua impecabilidade. Ao ressurgir, ascendeu ao céu, levando consigo, imaculada, a nossa humanidade. À destra do Pai assentou-se, colocando no trono celeste, e para sempre, a natureza humana dos eleitos por ele regenerados. Assim, as novas criaturas em Cristo, na sua pessoa representativa e inclusiva, nossa fonte de origem(fons et origo), encontram-se perenemente representadas no trono da Trindade e definitivamente ligadas à divindade trina. Deus em Cristo habita conosco e em nós. Incorporados no Deus-homem subimos aos céus e estamos em Deus. Eis porque ele é nosso intercessor natural, garantindo-nos por um lado: *“Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles”*(Mt 18. 20) e, por outro: *“Naquele dia conhecereis que estou em meu Pai e vós em mim e eu em vós*(Jo 14. 20). E mais: *Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens*

dado, para que sejam um, como nós somos um; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste, e os amaste como também amaste a mim. Pai, a minha vontade é que onde eu estou estejam comigo os que me deste”(Jo 17. 23, 24, 26).

A presença do Filho junto ao Pai se faz pela presença do *Homem real* no qual a humanidade é perfeita e integralmente assumida. Cristo, antes inteiramente espiritual, humanizou-se para reentronizar-se, depois da ressurreição, como Deus-homem(Cf Jo 16. 28). Desta maneira, ele está habilitado a mediar entre o transcendente e o imanente, o justo e o injusto, o puramente espiritual e o humano: corpo e espírito. Exclusivamente o Cristo mediador e intercessor podia prometer: *“Vou preparar-vos lugar. E quando eu for e vos preparar lugar, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que onde eu estou estejais vós também”*(Jo 14. 2b,3). *“Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim*(Jo 14. 6).

A personalidade humana, incluindo a criaturalidade, incorpora-se por meio de Cristo Jesus na personalidade de Deus, o “ser em si”, conferindo ao homem uma dimensão inimaginável e racionalmente inadmissível. A condição de divino-humano do Filho de Deus concede-lhe a prerrogativa única e indisputável de Mediador. Um dos papéis da mediação é a intercessão. Há muitos, porém, que, desprezando o Cristo onisciente, onipotente, onipresente e mediador, buscam mediação e socorro em pessoas vicárias falíveis, em beatos desqualificados, em sacerdotes impuros e mortais, em ícones diversos, que nada são. O nosso Sumo Sacerdote exerce ministérios mediador e intercessor de inegáveis eficiências em decorrência de sua inatingível qualificação: *“Porque Cristo não entrou em santuário feito por mãos, figura do verdadeiro, porém, no mesmo céu, para comparecer, agora, por nós, diante de Deus”*(Hb 9. 24). E Paulo, na mesma linha, escreve: *“Quem nos condenará? É Cristo Jesus quem morreu, ou antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós”*(Rm 8. 34). E João, com sua maneira carinhosa de ensinar, diz: *“Filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo”*(I Jo 2. 1). O ministério sacerdotal de Cristo começou na cruz e se consuma nos céus, no “Santo dos Santos”, à destra de Deus.

CATECISMO MAIOR

CRISTO EXALTADO NO RETORNO

Pergunta 56. *“Como há de ser Cristo exaltado em vir segunda vez para julgar o mundo?”*

Resposta: *Cristo há de ser exaltado na sua segunda vinda para julgar o mundo em que, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus, virá segunda vez no último dia com grande poder e na plena manifestação da sua glória e da de seu Pai, com todos os seus anjos, com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus, para julgar retamente o mundo(At 3. 14, 15; Ap 1. 7; Mt 24. 30; Lc 9. 26; I Ts 4. 16; At 17. 31; Mt 25. 31; Sl 85. 13; Sl 96. 10-13)”*.

REGRESSO: ESTÁGIO FINAL DA EXALTAÇÃO

O regresso do Messias marcará o estágio complementar de sua exaltação, pois seu reinado será visível e universalmente manifesto, além de concreta e definitivamente efetivado. O retorno de Cristo, no nosso entendimento, não é o ponto culminante de sua exaltação, pois este se deu na entronização à destra do Pai, mas representará, certamente, a execução de seu ministério judiciário, a concretização e a consumação de sua obra redentora, a implantação definitiva e universalização de seu reinado. No período intermediário, entre o “alfa” e o “ômega” do ministério redentor de Cristo, somente ele goza a inefável graça da ressurreição, isto é, viver no estado pneumossomático permanente, antecipação do reino escatológico. A sua volta promoverá a nossa ressurreição para sermos exatamente como ele é e estarmos onde ele está. O que a nós nos acontecerá no último dia, em termos de ressurreição, ao Cordeiro de Deus já aconteceu, tornando-se ele a primícia de todos os seus redimidos. E então o veremos como Rei exaltado e perceberemos que, por sua graça, fomos transformados em suas imagens e semelhanças.

DE RÉU A JUIZ

“Não julgueis para que não sejais julgados, disse Jesus. Falava de juízo moral, social e jurídico, incluindo falsos testemunhos, de pessoas não credenciadas e não separadas para o ofício do juiz, que se capacita para a interpretação e aplicação da lei com isenção, retidão e bom senso. A vida, porém, de quem julga deve ser limpa aos olhos de Deus e diante dos homens. Os pecadores, no entanto, julgaram o Justo, cravaram-no, impiedosamente numa cruz, expuseram-no à execução pública. Indefeso, expirou entre malfeitores. Sua morte foi decretada por tribunais eclesiásticos e civis tendenciosos, viciados e injustos. O Filho de Deus, por meio da pena de morte, foi fisicamente excluído da humanidade por julgadores e executores indignos: crime histórica que todos repudiam. No entanto, ainda hoje, continua sendo menosprezado, marginalizado, colocado na periferia dos interesses individuais e coletivos. Milhões, na verdade, crucificam-no diariamente, isto é, excluem-no de suas vidas.

Cristo, quando ocupa o centro do regenerado, desloca o “ego”, elimina o culto ao “eu”. O regenerado, em consequência de sua transformação, prioriza a pessoa de Deus, o que os irregenerados não admitem e não suportam. A rejeição, sendo exclusão do Salvador da consciência e das emoções do homem, constitui-se na mais perversa

forma de julgamento: *O julgamento é este: que a luz veio ao mundo, e os homens amaram mais as trevas do que a luz; porque as suas obras eram más*” (Jo 3. 19).

Cristo julgado e condenado, tornou-se juiz de seus julgadores. “*Quem julga será julgado*”, afirmou. Não há dúvida, segundo as Escrituras, que os sentenciados à perdição eterna pelo Supremo Juiz são os que o eliminam de suas vidas e sociedades pelo julgamento da recusa, da incredulidade. Os despronunciados, reunidos à destra do Filho, formam a multidão dos arrependidos; dos que reconheceram a inominável injustiça contra o Cordeiro; dos que creram nele e a ele se entregaram como servos; dos que, eleitos, jamais se apostatarão: “*Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porque não crê no nome do unigênito Filho de Deus*” (Jo 3. 18).

O JULGAMENTO FINAL

Os redimidos, embora pecadores e também participantes da humanidade que condenou Jesus Cristo, livram-se da imputação de pecados, pois o Salvador concede-lhes a bênção do perdão em resposta fiel à fé salvadora, um dom da graça, infundida neles pelo Espírito Santo, que lhes habita o ser. Os réprobos condenadores do Messias, os que pessoalmente lhe cuspiram a sacrossanta face, tanto quanto os seus sucessores substitutos, todos que lhes repetiram e lhes repetem as ignomínias, a incredulidade, os vícios, a idolatria e os delitos, já estão julgados e condenados, restando-lhes a sentença final, com absoluta justiça, na consumação dos séculos. O Cristo que derrotaram, ou julgaram derrotar, em seus tribunais psicológicos, sociais, morais, mentais e jurídicos, impondo-lhe humilhações públicas horríveis, culminando com a desumana crucificação, sem a menor comiseração, compaixão e consideração; ato acompanhado de pronunciamentos aleivosos, infames, injuriosos, reforçados com atitudes e gestos infamantes e degradantes, ingratidões e injustiças repetidas por gerações de réprobos, que se afundam no pecado, na desobediência, na rejeição contumaz e na apostasia, todos, inapelavelmente, comparecerão perante o tribunal do mesmo Cristo que condenaram e injuriaram para ouvirem a sentença: “*Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos*” (Mt 25. 41). O grande poder e a imensa glória com os quais o Messias retornará ao mundo representarão, para os reprovados, o tremendo e doloroso juízo. No entanto, para os eleitos redimidos, a volta do Rei estabelecerá a glorificação final da Igreja e a consumação da obra redentora do Verbo encarnado. Nesse dia jubiloso para os salvos, o Redentor convocá-los-á: “*Vinde benditos de meu Pai, entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo*” (Mt 25. 34).

Para os perdidos, Cristo retorna como Juiz. Para os salvos, volta como majestoso, glorioso e misericordioso Rei exaltado acima de tudo e de todos.

CATECISMO MAIOR

BENEFÍCIOS MEDIATÓRIOS DE CRISTO

Pergunta 57. “*Quais os benefícios que Cristo adquiriu pela sua mediação?*”

Resposta: *Cristo, pela sua mediação, adquiriu a redenção, juntamente com todos os mais benefícios do pacto da graça”(Hb 9. 12; I Co 1. 30; Rm 8. 32; II Co 1. 20).*

CRENCIAIS DO MEDIADOR.

Cristo não é um dentre muitos mediadores nem o principal deles, mas o único(I Tm 2. 5), e isto pelas seguintes verdades reveladas na Palavra de Deus e nos fatos históricos eclesiasticamente constatados e aceitos pela fé:

a- *Rei prometido.* Ele nasceu segundo a promessa e em cumprimento às profecias messiânicas para ser o Rei do povo de Deus. Como sua gente é prioritariamente de natureza espiritual, seu reinado não se identifica com nenhum poder político. Há, porém, milhares, procedentes de todas as raças, na terra e no céu, sob seu governo, domínio e proteção, devotando-lhe submissão e fidelidade absolutas.

b- *Identidade perfeita.* Ao encarnar-se, a Segunda Pessoa da Trindade tornou-se verdadeiramente humano, sem perder a identidade divina. A Igreja corretamente professa que Cristo é, ao mesmo tempo e na mesma pessoa psicossomática, “*verdadeiro Deus e verdadeiro homem*”. Nenhum vínculo entre o Criador e a criatura é mais real e mais profundo que o estabelecido por Cristo mediante a encarnação.

c- *Morte expiatória.* Jesus ofereceu-se ao Pai em sacrifício vicário, sendo, ao mesmo tempo, vítima substituta e Sacerdote ofertante. Como Cordeiro vicário, morreu uma só vez para expiar os pecados de muitos, isto é, dos eleitos. Como Sacerdote, entrou no Santo dos Santos, onde permanece intercedendo pelos santos.

d- *À Destra do Pai.* O Cristo ressurreto, levando, portanto, a natureza humana, assentou-se à destra do Pai, isto é, no trono corpo trinitário. O elo entre Deus e o homem estabeleceu-se de maneira perfeita: a humanidade está em Deus; Deus está na humanidade na pessoa do Filho.

e- *Primogênito.* Cristo é o unigênito do Pai e o primogênito da nova humanidade gerada nele, o Segundo Adão. Como nosso primogênito, transfere para nós a herança que, por direito lhe pertence.

Somente Cristo possui tantas e tão eficazes credenciais para ser o “*Único Mediador entre Deus e os homens*”.

MEDIAÇÃO VICÁRIA

Os sacerdotes da antiga aliança não se sacrificavam a si mesmos em favor dos pecadores penitentes; matavam animais imaculados substitutos, que se ofertavam à divindade em lugar dos pecadores confessantes. Apenas simbolicamente, conclui o autor de Hebreus, a vida animal se vitimava em holocausto pela vida humana. Um animal, em virtude de sua irracionalidade, não pode pecar; logo, não se lhe imputa pecado e, logicamente, não se lhe transfere culpa, pois, se não responde por si, como responderá pelo homem? O impecável por impotência, incondicionalidade e irresponsabilidade, morria pelo pecador potencial, responsável cognitiva e volitivamente. Eis o protótipo, a figura, do martírio vicário de Cristo: o inimputável e imaculável por essência e natureza,

em virtude de sua divindade, sacrificado vicariamente por seres intrinsecamente pervertíveis e fatalmente pervertidos. O Justo paga pelos injustos; o essencialmente puro e incontaminável assume o essencialmente impuro, contaminável, contaminado e contaminante. Os benefícios de Cristo são dádivas graciosas aos que se tornam filhos do novo pacto. Esses, pela misericórdia de Deus, são feitos santos, isto é, libertados do egocentrismo e da egolatria, separados do mundo, introduzidos num universo, que não lhes pertencia, entronizados nos céus, colocados na presença de Deus em comunhão espiritual inimaginável e humanamente irrealizável. A nossa reconciliação com Deus dá-se na cruz, no momento exato da morte do Cordeiro.

MEDIAÇÃO POR IDENTIFICAÇÃO CONOSCO

A mediação de Cristo não se processa pela aplicação de sua infinita autoridade nem por seu onipotente poder. Também não o faz por meio da “misericórdia paternal”, isto é, por obra caritativa emanada da benevolência do superior em benefício do inferior. Não, “*ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens, e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz*”(Fp 2. 6-8). O Filho de Deus, para ser nosso Cordeiro vicário e Mediador, tornou-se um de nós pela encarnação, assumindo nossa existência real de pecadores sentenciados à pena capital: nascimento, crescimento, socialização, problemas familiares, lutas, conflitos éticos, políticos, religiosos, padecimentos, prisão, condenação, crucificação, morte e sepultamento. A partir da sepultura, e vai além de nós e nos leva com ele à vitória final: ressurreição, ascensão, exaltação e promessa de retorno. Por meio de seu Espírito, no Pentecoste, instituiu a Igreja, comissionando-a mensageira do Evangelho e sua testemunha universal. A mediação de Cristo começa, portanto, na manjedoura; realiza-se no Calvário; culmina na ressurreição, consuma-se na entronização à destra do Pai.

Sabemos que Cristo Jesus único Mediador dos eleitos, adquirindo tal condição como encarnado, morto vicariamente, ressurreto e exaltado. O modo como tudo aconteceu, não compreendemos exatamente. Há diversas opiniões. Uns dizem: por *redenção*, quer dizer, por resgate. Éramos escravos do maligno, do pecado e da morte, e fomos resgatados por Cristo. Outros: por *satisfação*: O Filho do Homem, ao morrer injustamente pelo homem, satisfez a justiça divina e eliminou a sua ira contra os que aceitam a sua morte substituta. Ainda há os que defendem a tese da “*conquista*”: Cristo, pela encarnação, vida paixão, morte e ressurreição, venceu os poderes do mal que escravizavam o homem, libertando-o e assumindo o senhorio sobre ele. Sustentamos, neste trabalho, a doutrina da *substituição*: O Cordeiro vicário morreu em nossos lugar.

Todas as teorias remetem-se às Escrituras com alguns fundos de verdade. O “modus operandi” da salvação, entretanto, é insondável e inescrutável mistério. Suficiente é sabermos que efetivamente estamos reconciliados com Deus em Cristo Jesus.

CATECISMO MAIOR

OS BENEFÍCIOS DE CRISTO

Pergunta 58: *“Como nos tornamos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu?*

Resposta: *Tornamo-nos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu, pela aplicação deles a nós, que é especialmente a obra do Espírito Santo” (Jo 1. 12; Jo 3. 5, 6).*

ELEITOS, OS BENEFICIÁRIOS.

Cristo, sendo Deus, é auto-suficiente, absolutamente santo, sem pecado e sem possibilidade de pecar. Por que então se sujeitou à miserabilidade da existência humana decaída, alienada de Deus e naturalmente propensa ao mal moral e espiritual, conflitada com o semelhante e com o Criador, desajustada no meio natural? Tudo ele fez, segundo o seu beneplácito, por causa de seu irrestrito e incondicional amor aos homens. Ele não ama por condicionamento interno: necessidade psicológica; nem por condicionamento externo: permutação de amor com seus eleitos. Deus, o Criador, por ser perfeito e completo em si mesmo, não depende de reciprocidade agápica com as criaturas para realizar-se. A mutualidade sentimental responsiva é uma carência humana, não divina. O Supremo Senhor não ama por ser amado; nem ama para ser amado. Nada podemos fazer em benefício da divindade, mas ela pode fazer tudo por nós. Somos individualmente imperfeitos e incompletos. O significado e o estado do “príncipe da criação”, “imago Dei”, procedem de sua convergência com Deus, base de sua divergência com o mundo, e apoio de sua convivência com os semelhantes. Em suma: o nosso “eu” realiza-se na comunhão com Deus e na interação com o próximo. A divindade, porém, é auto-suficiente.

BENEFÍCIOS DE CRISTO

A Igreja, corpo dos eleitos, é uma conquista de Jesus Cristo e existe exclusivamente nele e para ele. Ele, o Cabeça do organismo eclesial e o Senhor de cada servo(doulos). Os escravos(douloi) do pecado, ao serem conquistados por Cristo mediante resgate, são por ele incluídos no seu reino(Regnum Christi), transformados em súditos, não em senhores. O privilégio do servo é o serviço ao seu Senhor. O homem, em virtude de sua origem, destinação e papel, não pode ocupar a covarde posição de neutralidade. Obrigatoriamente, tem de optar: viver com Deus ou sem ele; submeter-se serviçalmente ao Criador onipotente ou ao seu oponente, o inimigo dele e nosso, Satanás. Também temos de escolher entre o bem e o mal. Fazendo o bem, tornamo-nos úteis a Deus e ao semelhante. Praticando o mal, ofendemos o Pai celeste e agredimo-nos a nós mesmos e os outros. A natureza humana é corrompida. Impossível seria colocar o homem sob o controle do Salvador antes de se eliminar de sua essência a incontrolável e indesejável propensão à desobediência, ao pecado. O miraculoso benefício de Cristo, o mais presente na vida da Igreja, razão de sua existência, é a regeneração. Ela capacita o salvo a submeter-se espontaneamente ao Salvador, a subordinar o seu “ego” à direção do Espírito, a direcionar o seu amor para Deus e para o conservo. Isto é possível porque o velho homem deixou de existir; em seu lugar surgiu uma nova criatura cujo tendência dominante é a prática do bem, o respeito a Deus, a consideração a todos os seres humanos.

Os conquistadores reduzem inimigos a “amigos” por meio de sofisticados processos psicológicos. Há também seqüestrados que se tornam passivos e dóceis, verdadeiros “pacientes” dos seqüestradores. E assim, são “reduzidos” em simpatizantes da “causa inconfessável” de seus algozes. Tais vítimas não se reconhecem como tais, pois sofreram reversão do sistema emotivo e sentimental, inverteram o juízo de valor. É o que o mundo, o tentador e o pecado têm feito com numerosas pessoas. A conversão, maravilhoso benefício de Cristo, não é lavagem cerebral: é mudança de mente, de natureza, de propósitos, de objetivos. O pecador, ao ser atingido pela graça redentora, sofre profunda e irreversível transformação

de personalidade e de caráter via reestruturação radical da consciência, permitindo a primazia da espiritualidade sobre a materialidade, da cosmovisão sobre a visão, da fé sobre a incredulidade, da esperança sobre a incerteza, da paz sobre o desespero, do amor sobre o ódio, do perdão sobre a intolerância. O novo nascimento, operação da misericórdia de Deus no eleito, é obra do Espírito Santo, que se insere no conjunto de uma extraordinária tríade beatífica: arrependimento, conversão, regeneração.

A irreversibilidade da regeneração baseia-se na perfeição de Deus e na imutabilidade de seus atos. A lavagem cerebral pode ser revertida pela psicoterapia, pois a mudança que causou não atingiu a “essência do ser”, apenas afetou o “modo de ser”. O benefício da regeneração dá início ao da santificação. A partir do novo nascimento, começam, por intervenção do Espírito, o crescimento e o desenvolvimento espirituais. A ordem é: Deus nos regenera em Cristo; o Espírito Santo promove o nosso crescimento, vitaliza-nos, fortifica-nos, unifica-nos no Filho e nos agrega no corpo eclesial e nele nos sustenta e nos mantém. O redimido, pois, sempre por ação misericordiosa de Deus, é objeto de todos os benefícios continuados do Senhor e Salvador Jesus Cristo.

O recém-nascido, e ao longo de todo o desenvolvimento, recebe o amor, o carinho, o sustento e a proteção de seus pais; e tudo se faz unicamente em cumprimento do dever paternal. Igualmente, guardadas as devidas proporções, o regenerado merece as benesses do Pai celeste e delas se beneficia na condição de filho, não por méritos próprios. Tornamo-nos, pois, participantes dos benefícios de Cristo, por ele conquistados pela sua encarnação, vida terrena, fidelidade absoluta ao Pai, entrega de si mesmo à morte vicária, ressurreição e exaltação. E tais benefícios, dentre outros, são: conversão, regeneração, recepção dos dons carismáticos(amor, fé, esperança e outros), santificação, comunhão com Cristo, unidade familiar dos regenerados, “salvação presente”(penhor da que virá), certeza da redenção, perseverança, herança da vida eterna, garantia da ressurreição do corpo, estado final, ressurreto, no reino do Redentor.

CATECISMO MAIOR

PARTICIPANTES DA REDENÇÃO

Pergunta 59. *“Quem são feitos participantes da redenção adquirida por Cristo?”*

Resposta: *A redenção é aplicada e eficazmente comunicada a todos aqueles para quem Cristo a adquiriu(Jo 6. 37, 39;Jo 10. 15; Rm 8. 29, 30; os quais são, nesta vida, habilitados pelo Espírito Santo a crer em Cristo conforme o Evangelho(I Pe 1. 2; II Ts 3. 13)”*.

VOCAÇÃO EFICAZ.

O Filho de Deus, ao encarnar-se, assumiu a natureza humana, passou a fazer parte da humanidade e morreu como homem e por eles. Porém, segundo as Escrituras e os parâmetros confessionais reformados, somente os eleitos beneficiam-se da salvação, que o Filho de Deus trouxe ao mundo. Sobre a doutrina da eleição e vocação eficaz, assim se expressa a Confissão de Fé de Westminster: *“Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua Palavra e pelo seu Espírito, tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação em Jesus Cristo(Rm 11. 7; II Ts 2. 13, 14; Rm 8. 2; II Tm 1. 9,10). Isto ele faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as cousas de Deus para a salvação(At 26. 18; I Co 2. 10-12), tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne(Ez 36. 26), renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom(Ez 11. 19, 20; Ez 36. 27; Fp 4. 13; Dt 30. 6) e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo(Jo 6. 44, 45), mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça(Jo 6. 37)”*.

SALVAÇÃO DOS ESCOLHIDOS.

Conforme a declaração confessional e as referências bíblicas nas quais se apoia, Cristo morreu por todos, mas somente os eleitos, dirigidos pelo Espírito Santo, aceitam-no e são por ele redimidos. O livre arbítrio que move o escolhido à graça, à crença em Cristo, à submissão a ele, nasce da operação divina no predestinado à salvação, conformando a vontade do salvo à de seu Salvador. Diferente é a vontade livre do pecador que, induzida pelo espírito maligno, leva-o, pelo caminho do pecado, à perdição. Por constatação, verifica-se que, de fato, há, no mesmo ambiente cultural, duas classes de pessoas: a- crentes piedosos, de boa índole, irrepreensíveis moralmente, de ilibado caráter, e b-incrédulos contumazes, perversos incorrigíveis, devassos, corruptos e criminosos de incrível periculosidade, irrecuperáveis. A Bíblia não nos deixa em dúvida sobre eleitos e réprobos: *“Então, dois estarão no campo, um será tomado, deixado o outro; duas estarão trabalhando num moinho, uma será tomada, e deixada a outra”(Mt 24. 40, 41)*. Deus não possui unanimidade no mundo; e até dentro da Igreja, no “Regnum Christi”(trigo e rebanho do Senhor), existem joio e bodes, havendo possibilidade de serem maioria. A divisão dicotômica da humanidade entre servos de Cristo e servos do pecado não se fundamenta em pressupostos

infectíveis, mas em irrefutáveis e dolorosas realidades. Deus em seu Filho oferta a destra ao homem; o Espírito Santo toma a débil e suja mão do pecador eleito e a coloca em contato com a de Cristo; e isto ele o faz pelo dom da fé salvadora (Ef 2.8, 9). Ninguém, pois, pode dizer que Cristo é Senhor senão pelo Espírito Santo. A eleição em si não opera a redenção. Quem salva é o Eleito dos eleitos, Jesus Cristo. Os preordenados à aceitação do Salvador são a ele atraídos, por ele salvos e nele incluídos pelo Espírito Santo, que permanece agindo em suas vidas continuamente, consolando-os, animando-os, preservando-os, instruindo-os, conduzindo-os, santificando-os e impulsionando-os ao testemunho cristão.

Eleitos e réprobos sentem-se agentes livres de suas ações, direitos e opções; mas o predestinados, livremente, voltam-se para Cristo; os rejeitados, deliberadamente ficam como e onde estão, até pioram.

SEGUNDO O EVANGELHO.

O Evangelho é a palavra salvadora de Deus, a mesma que agiu na eleição, na criação, e age na preservação, na revelação e na redenção. Na antiga dispensação, foi verbalizada por Cristo pela boca dos profetas; na nova, encontra-se encarnada no Filho do Homem, o Verbo de Deus, consumando a revelação e estabelecendo a verdade completa e final dos fatos redentores: *“Pois não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê, primeiramente do judeu, e também do grego; visto que a justiça de Deus se revela no Evangelho de fé em fé, como está escrito: “O justo viverá pela fé” (Rm 1. 16,17).* As Escrituras não só comunicam as verdades reveladas, mas também, sendo a Palavra de Deus, delas emanam poderosíssimas forças recriadoras, transformadoras, capazes de remover a perversão, exorcizar o maligno, converter pecadores, reanimar corações, suscitar esperanças, criar vida nova; isto, no entanto, se dinamizada pelo Espírito Santo, que a inspirou e a ilumina (I Ts 1. 5; Cl 1. 6; Ef 1. 13; Ef 6. 17; Cl 1. 5, 23; II Tm 1. 10). *“Nem só de pão vive o homem, mas de toda a Palavra que sai da boca de Deus”*, disse Jesus. O Espírito Santo agiu na Palavra de Deus, e atua permanentemente por ela na vida do redimido.

CATECISMO MAIOR

IGNORÂNCIA POR DESCONHECIMENTO

Pergunta 60. *“Poderão ser salvos, por viver segundo a luz da natureza, aqueles que nunca ouviram o Evangelho e, por conseguinte, não conhecem a Jesus Cristo nem nele crêem?”*

Resposta: *“Aqueles que nunca ouviram o Evangelho e não conhecem a Jesus Cristo, nem nele crêem, não poderão salvar-se(Rm 10. 14; II Ts 1. 6-10; At 4. 12; Rm 1. 18-22), por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas à luz da natureza(I Co 1. 21), ou às leis da religião que professam(Jo 4. 22; Fp 3. 4-10); nem há salvação em nenhum outro, senão em Cristo(At 4. 12), que é o único Salvador do seu corpo, a Igreja(Jo 8. 39, 40; Jo 17. 9)”*.

A PALAVRA DE DEUS E O SALVADOR

Preliminarmente podemos afirmar, segundo as Escrituras: a- Há um só caminho para a salvação: a Palavra de Deus: *“Como, porém, invocarão aqueles em quem não creram? E como crerão naquele de quem nada ouviram? E como ouvirão, se não há quem pregue?”(Rm 10. 14cf I Co 1. 21).* b- Existe somente um Salvador, Jesus Cristo, o Filho de Deus: *“E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos”(At 4. 12 cf Jo 14. 6).* O Evangelho, lido ou proclamado, é o exclusivo meio de se levar Cristo aos pecadores. Os escritos sacros são originalmente inspirados pelo Espírito Santo e sempre por ele iluminados. Contudo, para se tornarem eficazes agentes de conversão e regeneração necessário se faz a atuação interna do Espírito em quem os lê ou os ouve. Deus mantém no mundo agência missionária, a Igreja, na qual coloca fiéis e consagrados profetas. É missão da Igreja pregar o Evangelho, traduzir e distribuir bíblias a todos os povos. São poucos os ouvidos ao quais não chega o Evangelho de Cristo.

EVANGELHO, CHAMADO DOS ELEITOS

O mesmo que elege os fins, elege também os meios. Cristo veio para os escolhidos, e a boa nova lhes atinge por ordenação divina. Quem fez o milagre maior: a encarnação; fará, certamente, o menor: pregação dos feitos redentores realizados por e em Cristo Jesus. Os instrumentos da mensagem salvadora são os profetas ungidos, consagrados e comissionados, os mecanismos de tradução, produção e distribuição das Escrituras e o testemunho interno do Espírito Santo no coração e na mente de quem recebe a mensagem salvadora. Pelo Evangelho Deus chega ao eleito; pela fé, um dom preordenado, este é vinculado ao Salvador. O Evangelho comunica o feito redentor de Deus em Cristo Jesus. A fé, vencendo a incredulidade e a rejeição, introduz e fixa no escolhido a graça redentora; tudo, porém, sob a direção ministerial do Espírito, sem o qual as bênçãos da justificação não chegam aos eleitos. Eleição, vocação e redenção correlacionam-se pelo princípio de causa e efeito. O eterno decreto da escolha inclui o chamamento e a remissão. Não há escolhidos que não sejam chamados; não existem chamados que não sejam justificados: *Aos que predestinou, a esses também chamou; aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou”(Rm 8. 30).* Deus em Cristo produz o

Evangelho. O Espírito Santo o faz chegar à mente do escolhido, dá-lhe plena ciência da revelação, inculca em sua consciência a necessidade da aceitação, promove-lhe a conversão, a regeneração e a santificação. O Espírito disponibiliza o Evangelho e predispõe o eleito a ouvir a voz do Pastor, submeter-se ao seu comando, transformar-se em ovelha submissa(Cf II Tm 1. 9; Hb 9. 15; Rm 1. 16; Ef 1. 13; I Co 7. 17- 24; I Co 15. 1, 2). O Paráclito é o Ministro de Cristo, arauto do Evangelho, que o retira da revelação geral e universal e o aplica, individualizadamente, ao coração do eleito. Os meios utilizados pelo Espírito para que a palavra redentora e a fé atinjam o preordenado à salvação não nos compete saber ou prever; são competências do soberano Redentor. O fato de ninguém ter falado pessoalmente de Cristo a uma pessoa, não significa que seja ignorante da revelação salvadora. Paulo declara: *“Faço-vos, porém, saber, irmãos, que o Evangelho por mim anunciado não é segundo o homem; porque não recebi nem aprendi de homem algum, mas mediante revelação de Jesus Cristo(Gl 1. 11, 12).* A regra geral é a graça salvadora ser comunicada mediante a pregação do Evangelho, papel da Igreja por delegação divina(Mt 28. 19; Mc 16. 15; Mc 13. 10; At 1. 8; Jo 20. 21): *“Se anuncio o Evangelho, não tenho de que me gloriar, pois sobre mim pesa essa obrigação; porque ai de mim se não pregar o Evangelho”(I Co 9. 16, 17).* Os excepcionais casos abraâmico e paulino, no entanto, mostram que essa regra não é absoluta. A ação de Deus não se limita nem se submete à exclusividade da proclamação da Igreja. Assim como de maneira inusitada, não convencional, Deus agiu com Abraão, o pai de nossa fé, e com o apóstolo dos gentios, o teólogo da graça, poderá agir com outros. O processo normal e usual, conforme a revelação explícita, é a notícia da eleição e a semente da redenção chegarem aos ouvidos e ao coração do eleito via o Evangelho. Contudo, Deus é livre para agir com ou sem a colaboração humana. O reinado de Cristo será proclamado, querendo ou não, podendo ou não, os homens: *“Se eles se calarem, as próprias pedras clamarão”(Lc 19.40).*

Eleição e vocação não se dissociam; ambas compõem o eterno propósito da redenção pela graça em Cristo. Todos os predestinados são eficazmente chamados, redimidos, regenerados, santificados, preservados e glorificados. O que Deus determina há de se cumprir. Aos eleitos chegam os benefícios da salvação em Cristo Jesus ou por ministério direto da Igreja, recurso logicamente previsto, ou por intervenção especial do Espírito Santo. O certo é que o eleito não morre sem Cristo, para o qual foi destinado desde a eternidade(consultar Cap. III, 6 da C. F. de Westminster).

Ignorância absoluta não existe. Todos os seres humanos são dotados da graça comum, pois foram criados à imagem e semelhança de Deus. Não há, pois, inocentes inculpáveis, inimputáveis(Rm 1. 19, 20 cf Gn 3. 22).

CATECISMO MAIOR

COMPOSIÇÃO DA IGREJA VISÍVEL

Pergunta 61. “*Serão salvos todos os que ouvem o evangelho e pertencem à Igreja?*”

Resposta: *Nem todos os que ouvem o Evangelho e pertencem à Igreja visível serão salvos, mas unicamente aqueles que são membros verdadeiros da Igreja invisível (Rm 9. 6; Mt 7. 21; Mt 13. 41, 42)”*.

COMPOSIÇÃO DA IGREJA

O corpo socio-religioso da Igreja, segundo a fé reformada, compõe-se de duas partes, aparente e humanamente inseparáveis, comumente denominadas de: **Igreja Visível** e **Igreja invisível**. a- **A Igreja visível** é a instituição com seu patrimônio físico, acervo documental e histórico, sistema de governo, cânones, jurisdição, corpo administrativo, rol de membros. As manifestações e decisões teológicas, sociais e políticas da Igreja visível caracterizam a sua natureza e revelam o tipo de cristianismo expresso, provocando “adesões” dos simpatizantes e “rejeições” dos divergentes. A tendência dessa Igreja é “trabalhar” a religiosidade do povo, norteadas por princípios e valores como: milagre, simpatia, aplauso, popularidade, status, finanças. b- **A Igreja invisível**, aquela que se oculta ao juízo humano, mas é a única que está *visivelmente* diante de Deus. Essa nega-se a si mesma e toma diariamente a cruz de seu Senhor, Jesus Cristo; tem a Escritura Sagrada como sua exclusiva regra de fé e norma comportamental; não se conforma com o mundo; não busca posições sociais; não se submete a Mamom; firma-se no prodígio dos prodígios: encarnação, vida, morte, ressurreição e exaltação de seu Senhor, Rei e Salvador.

A Igreja universal visível, tanto quanto suas comunidades locais, pode ser mais ou menos cristã se mais ou menos fiel a Cristo e à Palavra de Deus. Não se mede, pois, a cristianidade da Igreja pelo número de seus membros, mas por sua maior ou menor fidelidade ao Redentor, à revelação e ao testemunho apostólico. A invisibilidade do corpo, não de cada membro, pode ser detectada na clareza de sua doutrina, na submissão a Cristo, na obediência ao preceitos escriturísticos, na proclamação do Evangelho, na disciplina, na liturgia e na fraternidade.

TRIGO E JOIO; BODES E OVELHAS.

O Evangelho tem sido pregado às multidões; minoria, porém, o recebe. Muitos aderem ao cristianismo; poucos realmente são cristãos. A existência de Deus é mentalmente aceita. Freqüente e livianamente, invoca-se o seu nome por meio de frases gratulatórias ou jaculatórias do tipo: “graças a Deus”, “louvado seja Deus”, “se Deus quiser”. Em virtude de tal deísmo popular e dos acidentais e superficiais vínculos da massa com a Igreja em batizados, casamentos e falecimentos, denomina-se a civilização ocidental, especialmente a do Brasil, de cristã. Trata-se, entretanto, de cristianismo divorciado das Escrituras, da ética bíblica, da comunhão dos santos, da submissão ao Filho de Deus, do exercício da fé verdadeira e da exclusividade do amor a Deus e ao próximo. Esses religiosos nominais e livres, filhos alienados e descompromissados, recriminam a Igreja submissa de Cristo, preferindo uma religiosidade egocêntrica, presentista e materialista; religião que conceda direitos e elimine deveres, ministre perdão

e olvide a justiça divina, seja pródiga de bênçãos e nula de exigências, proclame a liberdade de crer sem a obrigação de servir. Por outro lado, numerosos cristãos nominais, irregenerados, ingressam na Igreja de Cristo e até participam de sua administração e ministério, adulterando, não raro, seu código de doutrina, disciplina, governo e liturgia, com seríssimo comprometimento de sua autenticidade e identidade, gerando um quadro semelhante ao pintado pela Confissão de Fé de Westminster: *“As igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo”*(CFW, XXV, 5). Dentro ou fora da Igreja, com alguma disciplina eclesiástica ou sem ela, professante ou não do cristianismo, o reprovado é sempre o mesmo. A força do Verbo de Deus foi capaz de criar o universo com sua natureza, leis, harmonia e vida; no entanto, o poder redentor da mesma potentíssima palavra não tem nenhuma eficácia regeneradora no coração dos réprobos que, em decorrência da reprovação, são refratários à penetração e à ação transformadora do Evangelho, que continua forte, mesmo numa Igreja fraca. Os credenciados intérpretes das Escrituras, profetas de Deus, falam da parte do Espírito Santo. Esta comunicação poderosa, ao penetrar o eleito, receptáculo da graça, produz conversão verdadeira e regeneração externamente comprovada pela manifestação da fé, da esperança, do amor, da servitude, da piedade, da comunhão fraternal e da fidelidade. As Escrituras podem entrar na mente do réprobo, mas não penetram o seu ser. Assim, o chamado e o comando do Supremo Pastor, Jesus Cristo, ecoa em incontáveis ouvidos, mas somente as suas ovelhas ouvem-lhe a voz e o seguem respeitadas e submissas(Jo 10. 26-29). Jesus informa-nos que muitos se deixam influenciar, chegando a experimentar temporárias transformações causadas pelo impacto emocional resultante de: mudança de ambiente, pregação da Palavra, moralidade cristã e convívio com os redimidos(Cf Mt 13. 19- 30).

A presença de réprobos na comunidade dos eleitos é um realidade comprovada biblicamente e facilmente constatável. Para pertencer ao velho povo de Deus necessário se fazia receber o sinal do pacto, a circuncisão. Nem todos os circuncidados, porém, eram eleitos. Jesus pronunciou sobre circuncisos, escribas e fariseus, os terríveis “ais”(Mt 23. 13). O Mestre contou-nos também a Parábola do Trigo e do Joio(Mt 13. 24- 30, 36-43). A cultura do trigo é patrimônio de Deus; o Semeador é o próprio Cristo; a boa semente são os filhos do reino(semeados por Cristo) e o joio são filhos do maligno. Até no pequeno grupo apostólico havia Judas Iscariotes, o traidor, voltado para si mesmo, não para Deus. Em qualquer comunidade do povo de Cristo há eleitos e reprovados.

CATECISMO MAIOR

QUALIFICAÇÃO DA IGREJA VISÍVEL

Perguntas 62 e 63

Pergunta 62: *“Que é Igreja visível?”*

Resposta: *A Igreja visível é uma sociedade composta de todos quantos, em todos os tempos e lugares do mundo, professam a verdadeira religião(I Co 1. 2; I Co 12. 12, 13; Rm 15. 1- 12)), juntamente com seus filhos(Gn 17. 7; At 2. 39; I Co 7. 14; Mc 10. 13-16)”.*

Pergunta 63: *“Quais são os privilégios Igreja visível?”*

Resposta: *A Igreja visível tem o privilégio de:*
estar sob o cuidado e governo especial de Deus(I Co 12. 28; Ef 4. 11, 12; At 13. 1, 2);
ser protegida e preservada em todos os tempos, não obstante a oposição de todos os inimigos(Mt 16. 18);
gozar da comunhão dos santos, dos meios ordinários de salvação(At 2. 42; Rm 3. 1, 2) e das ofertas da graça por Cristo a todos os membros dela, no ministério do Evangelho, testificando que todo o que crer nele será salvo(Sl 147. 19, 20; Rm 9. 4; At 16. 31; Ap 22. 17), não excluindo ninguém que queira vir a ele(Jo 6. 37)”.

UNIDADE INSTITUCIONAL DA IGREJA VISÍVEL

A Igreja visível, pelo fato de não ter meios de impedir a infiltração de irregenerados no seu corpo eclesial, não se perverte doutrinariamente nem deixa de ser o povo histórico de Deus. Os não eleitos, que nela se incluem e se mantêm, somente o fazem pela externa profissão da fé comunitária e pela submissão ao seu governo e à sua disciplina, embora muitos reprovados têm causado males de natureza moral e ética irreparáveis ao rebanho de Cristo. Exemplo: Judas Iscariotes. A Igreja visível, porém, mesmo tendo consciência de sua macularidade social(ovelhas verdadeiras e ovelhas falsas na mesma unidade), preserva sua identidade corporativa de povo de Deus. Com a Igreja de Cristo acontece o que aconteceu com Israel: muitos chamados e poucos escolhidos. Nem todos os que professam o “cristianismo verdadeiro” são “cristãos de fato”. Há, na Igreja visível, crentes reais e crentes formais. E todos admitidos pelo batismo, sinal distintivo do membro da Igreja visível.

O QUE É ENTÃO A IGREJA VISÍVEL?

A Igreja visível é a totalidade dos cristãos formalmente batizados tanto no âmbito geral como nos setores denominacionais, estabelecendo a presença no mundo do cristianismo social e legalmente reconhecido. Há, porém, um aspecto restrito, evidenciado na autenticidade, biblicidade, cristocentricidade e veracidade da fé professada pela comunidade institucionalmente organizada, que pode ser definida assim: Reconhece-se como Igreja visível de Cristo aquela que professa, como corpo eclesial, a verdadeira fé cristã, conforme os seguintes parâmetros reformados: a- Cristo é o único e suficiente Salvador. b- As Escrituras Sagradas como única regra de fé e norma de conduta. c- Deus uno na Trindade excelsa: Pai Filho e Espírito Santo. d- Justificação pela graça mediante a fé. e- Perseverança dos salvos em Cristo. f- Ressurreição do

corpo, juízo final e vida eterna. g- Sacerdócio universal de todos os crentes. h- Dois sacramentos instituídos por Cristo: Batismo e Ceia do Senhor. i- Culto somente a Deus. j- Mediação exclusivamente por Cristo. k- Cristo é o Sumo Sacerdote da Igreja, representado na terra pelo Espírito Santo. l- Igreja livre num Estado livre, pois a comunidade eclesial tem dupla dimensão: material e espiritual, isto é, está no mundo, mas não é dele. Tal estrutura credal caracteriza a verdadeira Igreja universal de Cristo, independentemente dos seus vários grupos denominacionais. Todos os que lhe professam o credo e estão inclusos no seu rol, sejam salvos ou perdidos, pertencem a ela, à vista da sociedade secular. Igreja visível, portanto, é aquela que é cristã na sua ordem social, institucional, confessional e canônica, mas pode ter, e efetivamente tem, membros não regenerados. Esta é a que o mundo vê, considera e julga por suas decisões comunitárias oficiais, por sua liturgia, pelo seu exemplo e pelo testemunho de seus membros. Maus testemunhos, somos constrangidos a dizer, podem ser dados, eventualmente, até por regenerado, em virtude de sua natureza humana e de suas fraquezas naturais. Do joio inserido nela, no entanto, não se espera fidelidade sincera ao Salvador, comunhão honesta com seus irmãos, e comportamento rigorosamente cristão no mundo. É essa Igreja visível, sadia teológica e doutrinariamente, mas fragilizada no seu organismo por infestação de réprobos, que se manifesta aos olhos das civilizações e se expressa por meio de organizações eclesíásticas; manifestações culturais, sociais, políticas e religiosas; visibilidade de sua adoração; disciplina eclesíástica; liturgias cerimoniais; magistério; ministério pastoral; diaconia clerical e leiga; “munus” gerencial e espiritual.

PRIVILÉGIOS DA IGREJA VISÍVEL

À Igreja visível, apesar de suas falhas, Deus concedeu, além dos mencionados na resposta à pergunta 63, os seguintes privilégios: a- Ser o Corpo de Cristo na terra. b- Portadora da mensagem redentora de Cristo Jesus. c- Ter o “munus” de ligar e desligar pelo poder da Palavra autoritativa de Deus. d- Apresentar-se diante do mundo como “eleita de Deus” e propriedade exclusiva de Cristo. e- Salgar e fermentar a sociedade por infiltração, persuasão, participação e cooperação. f- Implantar a ética bíblica na sociedade, evitando a depravação total, cujos primados são: amor, perdão, tolerância, compreensão, dignidade, fidelidade, honestidade, companheirismo e fraternidade. g- Manter, priorizar, estruturar e defender a família, instituição divina, fonte originária da cidadania, da honra, da disciplina e da unidade social.

Por maior que seja a alienação da Igreja visível e mais profundos, seus desvios, ainda assim é a melhor das corporações sociais e o mais eficaz mecanismo controlador da devassidão moral dos indivíduos e da sociedade. Ela tem o dever de excluir o mundanismo, não o mundo; o pecado, não o pecador; a injustiça, não os injustiçados; a escravidão, não os escravos; a veiculação do mal, não a mídia; a infidelidade conjugal, não o casamento; a concupiscência, a lascívia, o adultério e a prostituição, não o sexo.

Outro grande privilégio da Igreja visível é o seu aspecto inclusivo, por um lado, e seletivo, por outro. Esta dimensão da Igreja confere-lhe indispensável ministério educacional e indiscutível força agregadora.

CATECISMO MAIOR

A IGREJA INVISÍVEL

Pergunta 64. *“Que é a Igreja invisível?”*

Resposta: *A Igreja invisível é o número completo dos eleitos, que têm sido e que não de ser reunidos em um corpo sob Cristo, a Cabeça(Ef 1. 10; Ef 1. 22, 23”; Jo 11. 52; Jo 10. 16).*

Pergunta 65. *“Quais são os benefícios especiais que gozam por Cristo os membros da Igreja invisível?”*

Resposta: *Os membros da Igreja invisível gozam por Cristo da união e comunhão com ele em graça e glória(Jo 17. 21; Ef 12. 5,6; I Jo 1. 3; Jo 17. 24)”.*

DUPLA DIMENSÃO DA IGREJA INVISÍVEL

A Igreja invisível é a soma total de todos os eleitos regenerados e salvos por Cristo Jesus. Essa totalidade, além de ser universalmente abrangente, ultrapassa os limites terrenos, incluindo os irmãos, que morreram em Cristo e com ele estão nos céus sob a proteção de seu altar, e aguardam, como nós, o glorioso dia do juízo final e da ressurreição, quando almas justificadas retomarão seus corpos incorruptíveis. Portanto, a morte não estabelece solução de continuidade entre o reino terrestre de Cristo e o celeste, pois o povo é um só, e o Rei, que se assenta à destra do Pai, governa os de lá e os daqui. A identidade espiritual dos salvos é a mesma, tanto a dos que partiram quanto a dos que ainda peregrinam neste mundo. Os que passaram pelo vale da sombra da morte livraram-se da pecaminosidade; nós, os vivos, ainda sofremos os males do pecado e freqüentemente pecamos, mas temos garantida a nossa redenção em Cristo.

SINAIS EXTERNOS DA IGREJA INVISÍVEL

Os sinais externos da Igreja Invisível surgem da sua capacidade de manter íntegros, no nosso entendimento, os seguintes princípios confessionais básicos: a- Toda revelação de Deus aos homens encontra-se nas Escrituras, razão porque a tomamos como única regra de fé e norma comportamental. b- O único Salvador e Mediador entre Deus e os homens é Jesus, o Filho do Homem: fora dele não há salvação e não existe mediação. c- A adoração ou veneração se deve exclusivamente a Deus. d- A salvação é somente pela graça mediante a fé; e esta, um dom de Deus. e- Deus é uno em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. f- A Igreja é o Corpo de Cristo; unidade de iguais perante o Salvador. Não há, pois, um clero privilegiado com intransferíveis responsabilidades mediatárias sobre o laicato. Uma Igreja assim, solidamente firmada na Palavra de Deus, mesmo com a presença de réprobos no seu rol histórico, dá sinais claros de sua invisibilidade.

Para a Igreja Romana a invisibilidade, sem qualquer restrição, reside na instituição eclesiástica, mais especificamente no clero(Papa, Bispos e Padres), representante de Cristo na terra, segundo ordenação apostólica sucessorial. A Igreja que se vê no corpo sacerdotal é a única que Deus possui no mundo, infalível pela infalibilidade de seu clero, especificamente expresso na figura sacratíssima do Papa, divinizado com os títulos: Pai, Santíssimo Padre, Sumo Pontífice, Vigário de Cristo. Portanto, no conceito romano, a Igreja real é a que se apresenta visivelmente no

ministério clerical. São os sacerdotes, e somente eles, que levam Cristo ao fiel leigo mediante os sacramentos. São eles os portadores dos múnus: **Sacerdotal:** mediação da graça salvadora ao leigos. **Ministerial:** Pregação e ensino da revelação que se encontra, segundo crêem, na tradição, nas Escrituras e no magistério sacerdotal. **Pastoral:** condução das almas a Cristo e manutenção delas na Igreja. **Governamental:** o poder e a capacidade que a Igreja tem de reger-se a si mesma e de exercer influência direta ou indireta nos governos temporais. Entendem os teólogos romanos que Cristo é de fato o Cabeça espiritual e invisível da Igreja, mas tal autoridade visibiliza-se no clero, especialmente no Papa, lídimo representante de Cristo na terra.

Calvino, observando a degradação da igreja institucional de seu tempo, a falência espiritual do sacerdócio, a falibilidade dos “infalíveis” e a corrupção de numerosos clérigos, rejeitou a tese vaticana da “Igreja Verdadeira” contida no clero sucessor “infalível”, mas não ousou negar a cristianidade de muitos de seus membros, especialmente no laicato. Tal constatação levou-o a admitir eleitos no seio da Igreja histórica, mantendo inquebrável o liame do pacto redentor. Tais eleitos constituiriam o “remanescente fiel” da Igreja.

Pelo que já ficou esquematizado anteriormente, a Igreja invisível torna-se visível pela: fidelidade a Deus e à sua Palavra; cristocentricidade de sua fé, mensagem e liturgia; condição profética de proclamar as Escrituras; ministração e recepção dos sacramentos bíblicos, diaconia; coionia; testemunho cristão. Os reprovados aderentes, pela vigilância do Espírito Santo, são incompetentes para destruir por desqualificação, desvirtuamento e corrupção a igreja invisível de Cristo, embora lhe cause sérios danos. Isto porque seu núcleo, composto de membros realmente regenerados, geram-lhe força centrípeta, mantendo-a firme em Cristo Jesus.

Os regenerados, diferentemente dos não regenerados, possibilitam a existência da Igreja e a fluência de seus benefícios aos falsos membros. Dizer-se deve, todavia, que somente os eleitos participam efetivamente da natureza de Cristo e experimentam o gozo interno da redenção, da filiação e do consolo do Espírito Santo. Sem a Igreja invisível de Cristo, a visível não existe. Diretamente ligados a Cristo estão os regenerados; ligados aos regenerados, mas não a Cristo, estão os reprovados religiosos. À gema preciosa do diamante aderem-se cascalhos. Para a fé reformada, fora de Cristo não há salvação(Extra Christum nulla salus). Para o romanismo, fora de sua grei, não existe salvação(Extra Ecclesiam Romana nulla salus).

Conclusão: a Igreja invisível é a causa da visível.

CATECISMO MAIOR

UNIÃO EM CRISTO

Pergunta 66: “Qual a união que os eleitos têm com Cristo?”

Resposta: *A união que os eleitos têm com Cristo é a obra da graça de Deus(Ef 2. 8), pela qual são eles espiritual e misticamente, ainda que real e inseparavelmente, unidos a Cristo, seu Cabeça e Esposo(I Co 6. 17; Jo 10. 28; Ef 5. 23, 30); o que se efetua na sua vocação eficaz(Jo 15. 1- 5; I Co 1. 9; I Pe 5. 10).”*

IDENTIDADE COM CRISTO

A humanidade divide-se em duas partes: uma, a dos que se identificam com Jesus Cristo, o Segundo Adão, e outra, a dos que se identificam com o primeiro Adão. Os que se identificam com Jesus Cristo pensam, vivem e procedem impulsionados pela nova natureza adquirida em e de seu arquétipo ancestral, o Filho do Homem. É a nova criatura, que não chegou à “novidade de vida” por meios próprios ou por terapias psicológicas, mas por regeneração; e esta procede estrita e exclusivamente da graça divina. Os que vivem conforme a velha natureza adâmica, seguem natural e instintivamente o velho antecessor de quem procedem e ao qual se assemelham. Quando cometem pecados em pensamentos e atos ou manifestam incredulidade pragmática e dialética, fazem o que é próprio, o que lhes emana da essência corrompida. Os eleitos, mutuamente afins em decorrência da eleição, ao agregados a Cristo pela Espírito Santo. Os réprobos, sem afinidade básica e geral, separam-se, divergem-se e se opõem pelo egocentrismo e por obra do espírito maligno que atua nos filhos da desobediência.

PROCEDÊNCIA DA UNIÃO COM CRISTO

A união com Cristo não se constrói por vontade irremediada, não se organiza por leis sociais ordinárias, não se estabelece por atração de idênticos, não se estrutura por consensualidade, não se fundamenta no instinto gregário, não se gera por necessidade de proteção e defesa, não aflora da racionalidade, não eclode do sentimentalismo: é obra de Deus. Em Cristo o Criador elegeu-nos e, em consequência da eleição, fomos transformados e regenerados. Sobre o preordenado o Espírito Santo atua por ação interna e por orientação externa por meio da Palavra de Deus, de tal modo que ele “suspira pelo Deus vivo” e é irresistivelmente atraído para o Salvador Jesus Cristo e nele unificado na inter-relação com seus irmãos. Cristo e seus eleitos redimidos formam um corpo de eterna consistência. É nesta comunhão corporativa que estamos, nela permanecemos, morreremos, ressuscitaremos e viveremos para sempre. Os liames agápicos estabelecidos pelo glorioso e maravilhoso Filho de Deus são indissolúveis e indestrutíveis, exatamente porque não dependeram de nós para existir e não dependem para permanecer: são sustentados pela graça mediante operação do Santo Espírito de Deus. O amor a Deus e ao próximo são as duas forças carismáticas internas que nos ligam a Cristo e nos agregam aos conservos. O amor a Deus gera, conseqüentemente, o amor aos próximos. Que diz amar a Deus e menospreza seu irmão, é mentiroso. Jesus Cristo, ao entrar em nossa vida, infunde em nosso ser profundíssimo senso de irmandade, irresistível fraternotropismo. O dom da fraternidade elimina o egocentrismo, direcionando o ego e suas potencialidades para a pessoa do irmão sem qualquer expectativa de retorno compensatório ou reciprocidade. O verdadeiro servo de Cristo caminha com seus irmãos, sob direção do Espírito Santo, a jornada dos forasteiros sem outros objetivos senão os da submissão a Cristo e do companheirismo fraternal. Assim, além de meu fardo próprio, ajudo a conduzir as cargas dos irmãos. Participei, há anos, de um almoço familiar. A decana do clã distribuiu as tarefas: cada filha ou nora levaria um tipo de comida, feito segundo suas habilidades culinárias. O banquete ficou rico, variado e saborosíssimo. Deus distribuiu dons e responsabilidades, conforme a vocação individual, para o

bem comum da fraternidade. Onde cada um contribui com o talento e dons, a Igreja realiza-se, confraterniza-se, edifica-se, cresce e se enriquece espiritualmente.. A união fraternal é a soma de irmãos com seus pendores e dotes individuais.

Os valores da Igreja visível são sustentados e preservados pelo núcleo formador e vital, a Igreja invisível, sem o qual a sua visibilidade existencial, sempre conturbada por nucleamentos acidentais, preferenciais, ideológicos e circunstanciais, não existiria e, existindo, extinguir-se-ia ou se perverteria totalmente. O Corpo de Cristo no mundo, apesar de inúmeras denominações, de antagonismos entre elas e conflitos internos em cada uma, é a marca da real presença dos santos, o local onde se encontram os eleitos de Cristo, o trigo no meio do joio, as ovelhas entre os bodes. A Igreja invisível ligada a Deus, existencializa, visibiliza internacionaliza historicamente a visível, conhecida e reconhecida em por suas múltiplas famílias denominacionais. A Igreja histórica universal, cujo centro vital é a invisível, ao peregrinar entre os povos, mesmo sob escárnios e menosprezos, hostilidades e perseguições, recebe a adesão de irregenerados de todos os tipos: idealistas, revolucionários, liberais, carentes sociais e psicológicos, místicos inconversos, religiosos sentimentais, imploradores de bênçãos imediatas e materiais, falsos profetas. Tais aderentes, à semelhança do joio, abafam os regenerados e colocam-se à frente exatamente para serem vistos. O mundo vê o desprezível cascalho, e não pode enxergar o preciosíssimo brilhante. A sociedade, não raro, julga a Igreja pelos defeitos e barulho dos irregenerados, esquecendo-se dos verdadeiros servos, modestos por natureza. Eis a Igreja visível concreta, a que a sociedade conhece, mas inautêntica na sua totalidade aparente, embora verdadeira na sua essencialidade intrínseca. A união em Cristo materializa-se e se mostra na existencialidade e corporalidade eclesial da sociedade observável e objetivada perante os homens. A conversão programada e tecnicamente conseguida, enche a Igreja de membros, mas não necessariamente de eleitos redimidos. Dentro da Igreja inchada, multitudinista, sectária, moralmente tolerante, relapsa na fidelidade a Cristo e às Escrituras, Deus mantém os seus eleitos, o "*coetus fidelium electorum*", remanescente fiel do Cordeiro, responsável pela unidade transcendente e perpetuidade do povo de Deus, pois seus valores ultrapassam os limites da temporalidade, da sociabilidade, do psicológico, do sensitivo, do emotivo, do místico e do cultural.

Aquele Que Deus elege, chama e regenera, este o Espírito conduz a Cristo e o irmana na família da fé.

CATECISMO MAIOR

VOCAÇÃO EFICAZ

Pergunta 67: *Que é vocação eficaz?*

Resposta: *Vocação eficaz é a obra do poder e graça onipotente de Deus(Ef 1. 18- 20; II Tm 1. 8, 9), pela qual(do seu livre e especial amor para com os eleitos e sem que nada neles os leve a isto)(Tt 3. 4, 5; Rm 9. 11) ele, no tempo aceitável, os convida a atrai a Jesus Cristo pela sua Palavra e pelo seu Espírito(II Co 5. 20; II Co 6. 2; Jo 6. 44; II Ts 2. 13, 14), iluminando os seus entendimentos de uma maneira salvadora(At 26. 18;), renovando e poderosamente determinando as suas vontades(Ez 11. 19), de modo que eles, embora em si mortos no pecado, tornam-se por isso prontos e capazes de livremente responder à sua chamada e de aceitar e abraçar a graça nela oferecida e comunicada(Jo 6. 45; Fp 2. 13)”.*

CHAMADO PARA SERVIR

Deus pode chamar qualquer pessoa, eleita ou não, para prestar-lhe serviço. Todos os seres humanos estão sob o seu governo. Os escolhidos ele os convoca e congrega-os, firme e permanentemente, na comunidade dos redimidos. Esses são o seu contingente efetivo. Eventualmente, porém, podem ser recrutados “trabalhadores temporários” para executarem funções especiais no seu reino peculiar e particular. Exemplo: Ciro(Kores = pastor), rei persa, secular como quaisquer outros, chamado por Deus de “meu servo”; serviu-lhe de instrumento para reunificar seu povo na Terra da Promissão e reconstruir o templo.

De modo geral, todos os seres humanos são, uns mais outros menos, “servos de Deus” no sentido amplo do termo, para, pelo trabalho diretivo, executivo e criativo, promover o bem-estar social e a ordem universal.

CHAMADO COLETIVO

Deus chamou Israel para ser a sua nação santa, firmando com ele um pacto bilateral cujos compromissos mútuos foram estabelecidos num código legal e cerimonial. Nem todos os judeus, contudo, incluídos no “chamado geral”, inclusive alguns juizes, profetas e reis, eram, efetivamente, predestinados à salvação. A história no-lo revela inequivocamente. O mesmo observado em Israel, observa-se na Igreja: muitos são chamados; poucos, escolhidos. As duas dimensões da Igreja, visível e invisível, notam-se na velha e na nova dispensações. Ao chamado externo muitos não eleitos atendem, e alguns até prestam serviços à Igreja, mas nunca passarão de “aderentes”, pois não fazem parte do corpo dos eleitos de Deus.

A VOCAÇÃO EFICAZ

Vocação eficaz é, para os eleitos, o irresistível chamado de Deus. Os não eleitos, ouvindo o mesmo chamado, podem atender ou não. Atendendo, apenas filiam-se à Igreja visível, mas tal filiação não lhes incorpora no corpo redimido, porque a ele não se destinam. Os escolhidos, esses sim, e somente eles, são eficaz e irresistivelmente chamados, em virtude da eterna preordenação. Os preordenados, em tempos oportunos, recebem a vocação, segundo os meios e os propósitos do Espírito Santo, e a ela não se furtam, não por coação externa ou incontida emulação interna, mas por habilitação e condicionamento naturais, à semelhança dos seres fototrópicos, que são normalmente

direcionados para a luz. Os eleitos já nascem preparados para captarem a vocação divina, assimilarem-na, conduzirem-se por ela e dela se beneficiarem, tudo por ação do Espírito Santo que, agindo pela Palavra de Deus, remove o eleito de si mesmo, retira-o do mundo, move-o para Jesus Cristo, o Eleito dos Eleitos, no qual se insere e regenera-se. Deus é autor, agente e aplicador da vocação eficaz, segundo as Escrituras e a nossa doutrina. O pecador eleito é o abençoado beneficiário da graça. A proclamação do Evangelho redentor, portanto, age eficazmente de maneira seletiva: a uns, pela iluminação do Espírito Santo, transforma e recolhe no redil sacrossanto do Salvador; a outros revela justiça e juízo pelo anúncio de julgamento e condenação final: *“O julgamento é este: A luz veio ao mundo, mas os homens amaram mais as trevas do que a luz, porque as suas obras eram más. Pois todo aquele que pratica o mal, aborrece a luz e não se chega para a luz, a fim de não serem argúidas as suas obras”*(Jo 3. 18, 19). A vocação efetuada pela Palavra de Deus aplicada pelo Espírito é sempre eficiente: para redenção dos eleitos; para juízo dos réprobos. Os preordenados à justificação Deus os condiciona e os equipa para serem receptivos ao chamamento: *“Vós não credes porque não sois das minhas ovelhas. As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão”*(Jo 10. 26-28). Ovelhas falsas há que, não ouvindo de fato a voz do Pastor, seguem, no entanto, o curso do rebanho por algum tempo, levadas por intuição social impulsiva, instinto gregário, religiosidade externa, misticismo psicológico, externamento de emoções, explosão de prazeres reprimidos. Os irregenerados aderem-se aos eleitos por chamamento comum, emulados por interesses ou necessidades humanas de natureza pessoal. A Igreja visível, pois, caracteriza-se por uma periferia de aderentes ordinariamente chamados e um núcleo vital, constituído do corpo dos eleitos(coetus electorum) ou comunhão dos santos(communio sanctorum): a Igreja invisível. As Escrituras e, conseqüentemente, a doutrina da eleição afirmam que todos os eleitos são eficazmente chamados para Jesus Cristo e nele eternamente preservados. A vocação eficiente de Deus não depende do escolhido e não é condicionada às suas virtudes, à sua moral, à sua raça, ao seu sexo, à sua fé racional: é ato da exclusiva misericórdia de Deus tanto no que se refere à irresistibilidade do chamado como no que concerne à regeneração, à santificação e à perseverança decorrentes. Cristo é o Salvador dos destinados à salvação. Os meios próprios e naturais da veiculação da graça salvadora são: as Escrituras Sagradas e o Espírito Santo agindo nelas e por elas. Sem a Palavra de Deus o pecador não conhece Jesus Cristo. Fora de Cristo não há salvação. À margem da operação do Espírito o Redentor não se descobre ao pecador e este não se convence de seus pecados, não aceita o Filho de Deus, não se regenera, não se santifica, não persevera na fé, não se torna súdito e servo do Rei, não se transforma em adorador da divindade trina.

CATECISMO MAIOR

O CORPO DOS ELEITOS

Pergunta 68: “*Os eleitos são os únicos eficazmente chamados?*”

Resposta: *Todos os eleitos, e somente eles, são eficazmente chamados (At 13. 48; Jo 6. 39, 44; Jo 17. 9); ainda que outros o possam ser, e muitas vezes são, exteriormente chamados pelo ministério da palavra (Mt 12. 14) e tenham operações comuns do Espírito Santo (Mt 13. 20, 21; Hb 6. 4- 6); contudo, pela sua negligência e desprezo voluntário da graça, que é oferecida, são justamente deixados na sua incredulidade e nunca vêm sinceramente a Jesus Cristo (Sl 81. 11, 12; Jo 12. 38- 40).”*

ARMINIANISMO E CALVINISMO

Os arminianistas (seguidores de Tiago Arminius), apresentaram ao governo holandês cinco teses sobre a doutrina da eleição: 01- Vontade livre do homem (livre arbítrio): o homem é livre para aceitar ou rejeitar a salvação em Cristo. 02- Eleição condicional, baseada na fé preveniente: Deus, desde toda eternidade, sabe quem crerá ou não. 03- Expição universal: Cristo morreu por todos os homens: a salvação está à disposição de todos. 04- Graça resistível: a graça universalmente oferecida pode ser resistida ou não recebida. 05- Graça rejeitável: a graça, depois de recebida, pode ser rejeitada. Como se vê, no sistema arminiano, a vontade do homem decide o seu destino eterno.

O Concílio de Dort, oficialmente convocado pelo Estado para dirimir a questão (1618), respondeu as teses doutrinárias do arminianismo, estabelecendo os “cinco pontos” do calvinismo: 01- Depravação total (Total depravity). 02- Eleição incondicional (Unconditional election). 03- Expição limitada (Limited atonement). 4- Graça irresistível (Irresistible grace). 05- Perseverança dos santos (Perseverance of saints).

Devemos entender os postulados calvinistas de Dort assim:

Depravação total: total alienação de Deus, inabilitando o homem a, por si mesmo, retornar à comunhão com Deus. A *imago Dei*, porém, não sofreu dano absoluto: ficou prejudicada, distorcida, danificada, mas não completamente destruída. Quanto ao ser humano em si, o dano foi profundo, mas não total, restando-lhe a consciência de criatura, a racionalidade, a sensibilidade, a compaixão, a familiaridade, a religiosidade subjacente e a potencialidade da fé.

Eleição incondicional: Não há no eleito nada que justifique a sua eleição, mesmo porque ela antecede a sua existência, constando dos *Eternos Decretos de Deus*. As virtudes e os méritos posteriores, por mais nobres que sejam, não alteram e não mudam o decreto eletivo.

Expição limitada: Expição restrita aos eleitos, isto é, Cristo morreu pelos preordenados à salvação, e exclusivamente por eles. O povo de Deus não resulta de uma escolha arbitrária de perdidos após a queda, mas de eleição eterna.

Graça irresistível: Todos os eleitos são habilitados e condicionados psicologicamente e espiritualmente à recepção da graça, e infalivelmente a recebem. O título: *Graça Eficaz* é mais adequado, pois ela pode, eventualmente, ser resistida, porém, jamais vencida,

recusada ou abandonada. O livre arbítrio do eleito pode ser instrumento de aceitação e recepção, mas não de rejeição.

Perseverança dos santos: Deus não desfaz a graça, não retira do redimido a bênção da remissão. Não há possibilidade de um *regenerado* por Cristo, novo homem, retornar à condição de homem velho. O novo nascimento é único e, sendo operação divina, é definitivo. O regenerado em Cristo pelo Espírito Santo jamais se degenera.

A COMUNHÃO DOS ELEITOS

O homem, por origem e natureza, não pode ser insulado em guetos socioculturais, individualidades, solitarismo e espaço. Ele procede de antepassados próximos e remotos dos quais herdou acumulada herança e aos quais se liga por vínculos genéticos, históricos e antropológicos indissolúveis. Cada homem é a soma de seus ancestrais e a base potencial da posteridade. Cada indivíduo é um traço de união entre seus ascendentes e descendentes, um ponto convergente de seus antecessores e a fonte da geração futura. Portamos a natureza adâmica e, em conseqüência, transmitimo-la aos sucessores biológicos. Dessa maneira, as marcas da filogênese racial aparecem na ontogênese individual. O pecado, penetrando a essência original do ser humano, atingiu a humanidade inteira. Todos somos pecadores por comprometimento geral com a humanidade degenerada e por culpas pecaminosas pessoais. Ninguém merece o céu. Não é, pois, culpa de Deus a livre escolha da desobediência por iniciativa do homem, nem injustiça divina, a correspondente punição. A opção de rebeldia e de incredulidade de nossos primeiros pais tem sido a nossa também. Todos herdamos o pecado original; todos pecamos responsabilmente. Não temos apenas uma cultura pecaminosa: somos pecadores por natureza, pois a humanidade originou-se de troncos pecadores e formou-se no pecado. Os que Deus salva, salva-os pela graça, uma dádiva que o Criador concede a quem lhe apraz conceder, segundo a sua soberana vontade. Deus opera nos eleitos tanto o desejo de servi-lo como o efetivo exercício da fé (Fp 2. 13). Quem se perde, perde-se por si mesmo no conjunto dos perdidos, conforme a radical inclinação inata para a incredulidade e para o mal, introduzida na essência dos réprobos pela quebra da relação inicial com Deus. A perdição é culpa do homem, hábil para perder-se; a salvação é graça divina, pois o pecador é inábil para salvar-se. Uma pessoa pode decidir saltar do vigésimo andar de um edifício. Consumada a decisão de seu livre arbítrio, efetuado o salto, mesmo sob o mais sincero arrependimento no curso da queda, não pode interrompê-la, evitando a tragédia. A livre vontade permite-lhe a execução do ato suicida, mas não o livra da fatalidade da morte. Foi o que aconteceu ao casal primevo: decidiu livremente sair do comando de Deus e entrar no domínio do pecado. Realizado o propósito, a reversão tornou-se impossível, a não ser que Deus intervenha por agência de sua misericordiosa vontade.

A depravação é geral e universal; a salvação é eletiva e seletiva. Somente os eleitos são eficazmente chamados, vinculados a Cristo e congregados no corpo dos redimidos, a Igreja. Não há eleição sem vocação: o mesmo Deus soberano que elegeu, estabeleceu os meios para que o chamado infalivelmente ocorra. A união dos eleitos em Cristo constitui o núcleo vital da Igreja visível e a totalidade santa da invisível, o *coetus electorum*. A Igreja, portanto, não é a comunidade de religiosos que se unem convencionalmente; é a família dos que Deus elegeu, chamou e reuniu em Cristo Jesus, seu Filho Amado. Fora da Igreja visível não há salvos, mas dentro dela pode haver irregenerados. Na Igreja invisível não há perdidos.

CATECISM MAIOR

COMUNHÃO COM CRISTO

Pergunta 69: *“Que é comunhão em graça que os membros da Igreja invisível têm com Cristo?”*

Resposta: *A comunhão em graça que os membros da Igreja invisível têm com Cristo é a participação da virtude da sua mediação, na justificação(Rm 8. 30), na adoção(Ef 1. 15), na santificação e tudo o que nesta vida manifesta a união com ele(I Co 1. 30)”.*

COMUNHÃO

Comunhão significa: ter parte em, ser componente de um consórcio grupal, gozar dos direitos e privilégios de alguém, estar integrado num corpo comunitário, ter direito de assentar-se à mesa de, inter-relacionar-se, compartilhar, pertencer a uma família, participar de um grupo coadunado. O crente regenerado está em comunhão real com o seu Salvador. O Filho do Homem, ao encarnar-se, assumiu a natureza humana para que todos os humanos ligados a ele mediante a redenção tornem-se participantes da natureza divina, estabelecendo estrita comunhão entre Deus, o Criador e a criatura, sua imagem e semelhança. Tal estreitíssima comunhão é uma dádiva do Redentor e, neste caso, bênção exclusiva dos escolhidos, chamados e salvos por Cristo. Assim, o Deus encarnado identifica-se estreita e profundamente com os seus escolhidos pelo gracioso mistério da humanização da Segunda Pessoa da Trindade e pela inefável graça da regeneração. Pela encarnação do Verbo e pela comunhão os eleitos tornam-se participantes da vida de Cristo e, conseqüentemente, das suas divinas virtudes. Ter o Filho é ter a vida eterna. Não tê-lo, é estar despido da vida(I Jo 5. 12). O Filho, porém, é Pai de uma família, onde todos os seus regenerados são irmãos e, portanto, em comunhão fraterna(I Jo 1. 6, 7). O mesmo Espírito Santo que nos une a Cristo, une-nos uns aos outros de tal modo que nos tornamos um só corpo nele. Semelhante união é essencialmente espiritual, embora se manifeste social, moral e psicologicamente de maneira consistente e permanente(At 2. 42).

O não eleito, por afinidades naturais e culturais, identidades psicológicas, carências gregárias e atrações afetivas pode integrar, socialmente, o povo de Deus, comportar-se como cristão, segundo os parâmetros éticos e morais da comunidade eclesial, conformar-se com a sua doutrina, submeter-se ao seu governo e à sua disciplina; contudo, ajuntar-se aos eleitos e conviver com eles na Igreja visível não lhe muda o estado de réprobo, não lhe garante a salvação, não o inclui na comunhão dos santos. Portanto, pertencer à Igreja militante, para o reprovado, não implica em reconciliação com Deus em Cristo Jesus. Estar verdadeiramente em Cristo é estar na sua Igreja; mas estar na Igreja, não sendo eleito, significa pertencer à sociedade eclesiástica, mas não à comunhão dos santos. A Igreja visível existe por causa do redimidos. Sua existência, porém, atrai muitos irremidos.

A comunhão com Cristo, causa da essencialidade e da consistência fraternal do corpo eclesial, emana de Deus e nele se fundamenta. O homem, por suas potencialidades virtuosas não se une a Deus; é o próprio Deus que, por sua ilimitada

soberania e infinita bondade elege-o, chama-o, regenera-o e o coloca na comunhão de seu povo. Não temos uma Igreja; tem-na Jesus Cristo. E ele inclui nela somente os preordenados à redenção. Podemos afirmar, baseados nas Escrituras, que a Igreja invisível compõe-se exclusivamente dos escolhidos e salvos em e por Cristo Jesus, os filhos da promessa, perfeita e integralmente identificados com o Salvador. A comunhão dos santos, pois, é uma só, a Igreja invisível. A sua expressão histórica, visível, configura-se na instituição. Esta contém, certamente, o rol da invisível, sua razão de ser e de existir, mas também comporta numerosos aderentes, uns mais outros menos adaptados ao seu governo, à sua disciplina, à sua doutrina e à sua ética. O mundo vê e julga a Igreja visível, onde os falsos misturam-se aos verdadeiros. A interação entre o eleito e seu Redentor, nosso Senhor Jesus Cristo, é tão estreita que Paulo, o inolvidável irmão, podia dizer: "*Já não sou eu mais quem vive, mas Cristo vive em mim*"(Gl 2. 20).

CARACTERÍSTICAS DA COIMUNHÃO DOS ELEITOS

a- Comunhão do filho com o Pai. Sendo privativa do regenerado e filiado a Deus por Cristo, o bastardo fica excluído, mesmo sendo membro da comunidade visível dos salvos. Não somos filhos por nossa vontade, mas pelo soberana vontade do Pai celeste.

b- Comunhão dos santos. Todos aqueles que Deus elegeu desde a eternidade, ele chama, salva em Cristo Jesus e congrega no corpo dos eleitos, a Igreja.

c- Comunhão santificadora. Nascido de novo e vinculado ao Salvador, o salvo cresce espiritualmente sob direção vivificante do Espírito Santo. A santificação é consequência e seqüência da regeneração, segundo o querer de Deus. Nele somos mais que vencedores. O salvo não retrocede: cresce continuamente por obra do Espírito Santo que nele habita. O autêntico redimido está crucificado com o Messias para o mundo, o pecado e a morte mas, por outro lado, nele ressurreto para a vida eterna(Rm 6. 5, 8; Rm 8. 17; II Co 1. 7; Fp 3. 10; I Pe 4. 13). Deus o Pai, identifica-nos em seu Filho unigênito, nosso primogênito e Cordeiro vicário.

d- Comunhão vinculadora. Os ramos, ligados ao tronco da videira, recebem dele a mesma seiva e, conseqüentemente, produzem frutos idênticos. Os que o Espírito liga a Cristo ficam, naturalmente, ligados uns aos outros, à semelhança dos rebentos inseridos na árvore-mãe. A unidade não reside objetivamente nos galhos, que mantêm a individualidade sem perder a essencialidade, mas no tronco matriz. Estamos unidos uns aos outros porque estamos vinculados a Cristo e dele herdamos a essência e a natureza.

CATECISMO MAIOR

JUSTIFICAÇÃO

Pergunta 70: “*Que é justificação?*”

Resposta: *Justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores, no qual ele os perdoa, aceita e considera justas as suas pessoas diante dele(II Co 5. 19, 20; Rm 3. 22, 24, 25; Rm 4. 5), não por qualquer coisa neles operada ou por eles feita(Ef 1. 6, 7; Rm 3. 28), mas unicamente pela perfeita obediência e plena satisfação de Cristo a eles imputadas por Deus(Rm 3. 24, 25; Rm 5. 17, 18, 19; Rm 11. 6- 8) e recebidas só pela fé(Rm 5. 1; At 10. 43; Gl 2. 16; Fp 3. 9)”.*

JUSTIFICAÇÃO EM CRISTO

Justificar(*sadeq; dikaioo*) é, nas Escrituras, um termo forense pelo qual o juiz lavra a sentença de pronúncia, declarando o acusado “inocente” do crime a ele imputado ou, após o cumprimento da pena, o termo de quitação com a justiça, concedendo-lhe o alvará de soltura. Portanto, justificar, segundo a literatura bíblica, significa: Inocentar por falta de provas; declarar justificado mediante cumprimento da lei; dar ao criminoso, depois do cumprimento da pena, o atestado de “nada consta” conta ele na justiça.

A justificação torna-se, para o pecador condenado à pena de morte eterna, um ato da livre graça de Pai que, em seu lugar, condena seu Filho amado, o Justo, e o leva ao sacrifício cruento da cruz. A sentença capital que pesava sobre nós foi cobrada em Cristo Jesus, o Cordeiro substituto. Todos os que, pela fé, crêem nele e a ele se entregam, são declarados justos, isto é, justificados, não por inocência, por auto-justificação ou por penalização vindicativa correcional, mas pela justiça divina realizada na Segunda Pessoa trinitária, o Filho do Homem. O homem efetivamente é culpado, sendo sentenciado pelo Supremo Juiz à prisão perpétua no Hades. Do pronunciamento da justíssima condenação divina o cristão livra-se, não por sua bondade ou penitência, mas pela morte vicária e substituta de seu Redentor, que está diante do Pai, advoga-lhe a causa, justifica-o e por ele intercede. Cristo é justo por natureza, por justiça própria, por impecabilidade; o pecador regenerado é justo por justificação graciosa de Deus.

Pelo que ficou exposto, a justificação é um ato legal de julgamento, uma sentença absolutória do tribunal divino sobre o eleito, julgado e condenado à morte em Cristo Jesus, mas nele ressurreto para a liberdade e a vida eterna. O Supremo Juiz, o mesmo que sentenciou a humanidade em Adão à alienação e à perdição, também, e no posto de eterno e soberano Árbitro, depois da satisfação penal em Cristo, o novo e representativo Adão, declarou o eleito, anteriormente reprovado, livre das imposições judiciais, reconciliado em seu Filho com o Pai ofendido, recolocado no caminho da eternidade, restaurado à comunhão paterna. A justiça de Deus cumpre-se cabal e rigorosamente na pessoa do Filho do Homem. Somente pela fé, um dom da graça divina, o escolhido apropria-se da misericórdia justificadora operada substitutivamente no e pelo Cordeiro vicário. Ressaltemos: Mortos e ressurretos em Cristo, tornamo-nos partícipes da natureza divina, identificamo-nos com o Salvador, temos nele a nossa condenação eterna anulada, recebemos a absolvição, somos restaurados à condição de filhos de Deus e agraciados com a herança do reino paterno; tudo imerecidamente. Cristo, portanto, satisfaz a justiça

divina, canalizando para nós, míseros e ignóbeis, a maravilhosa bênção da justificação salvadora. O Pai vindicou no Filho inocente e inculpável a culpa da humanidade herdada do primeiro homem e também os pecados fatuais de cada ser humano. Portanto, a redenção, a regeneração e a conseqüente santificação são obras da estrita misericórdia de Deus em Cristo Jesus, o ancestral corporativo do novo, único e último povo de Deus. Fora do Filho o pecador permanece onde a queda o colocou: reprovado em Adão, transformado em legionário da rebeldia contra o Criador, depravado natural, segundo o curso da velha natureza.

A fé conduz-nos ao Gólgota e nos encrava na cruz, pois estávamos e estamos no Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, submetendo-nos nele à irrecorrível condenação como pecadores inabilitados e incompetentes, distantes da proteção, do consolo, da companhia do Criador. Sacrificados em Cristo, partícipes de seus sofrimentos e de sua agonia, com ele e nele fizemos o mais profunda e contundente clamor ao Pai: *“Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste? O nosso sacrifício em Cristo é contínuo. Cada dia tomamos a sua cruz e nossa cruz, arcamos com o peso do madeiro sacrificial por causa de nossos pecados anteriores e das nossas culpas diárias. Morremos cada dia para o pecado e para o mundo e ressurgimos para o amor, a esperança e a fé. Cada espaço caminhado na rota preordenada da santificação significa para o servo de Deus maior submissão e mais intensa consagração a Cristo Jesus, nosso Rei. Pela graça de Deus e atuação do Espírito Santo somos mais e mais identificados com nosso Salvador tanto na sua vida como no seu ministério, tornando-nos ministros dele como ele é ministro do Pai: “Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os envio ao mundo” (Jo 17. 18).*

A justificação, além de ser integração indissolúvel e identidade existencial com Cristo, gera no justificado o impulso irresistível e responsável de incondicionalidade diacônica e ministerial, e faz germinar e crescer no servo de Cristo o amor agápico ao Redentor e ao irmão.

A justificação é recebido pela fé salvadora, um dom Deus. Esta não se alista, entre as virtudes racionais do homem, e não é capaz de levá-lo, mediante consciente e deliberado exercício, ao merecimento do beneplácito divino. Deus escolhe-nos, aceita-nos e nos justifica exclusivamente pela graça, não por fé intelectual, opção consciente ou obras meritórias. Não nos justificamos; somos justificados.

CATECISMO MAIOR

JUSTIFICAÇÃO PELA GRAÇA

Pergunta 71: *“Como a justificação é um ato da livre graça de Deus?”*

Resposta: *“Ainda que Cristo, pela sua obediência e morte, prestasse uma verdadeira satisfação real e plena à justiça de Deus a favor dos que são justificados, é de livre graça para eles, desde que Deus aceite a satisfação de um fiador, a qual podia ser exigida deles; e proveu este fiador, seu único Filho, imputando-lhes a justiça deste e não exigindo deles nada para a sua justificação senão a fé, a qual também é dom de Deus (Mt 20. 28; Rm 5. 8-10, 19; I Tm 2. 5, 6; Is 53. 5, 6; Hb 7. 22; Rm 8. 32; II Co 5. 21; Rm 3. 25; Ef 2. 8; Ef 1. 7).”*

PREÇO DA JUSTIFICAÇÃO

Gratuidade e graciousidade justificadoras não existem para Deus. Ele pagou caro, caríssimo, a dívida humana da transgressão. O débito, humanamente irresgatável e insuportável, era a exclusão da convivência divina e as mortes física e espiritual. A culpa que pesava inexoravelmente sobre o pecador, o próprio Deus assumiu-a de maneira absolutamente real, fazendo-se verdadeiramente homem pela encarnação da Segunda Pessoa da Trindade, sem deixar de ser autenticamente divino. Portanto, Deus cobrou, no Filho do Homem, nossas transgressões, levando-o à cruelíssima e ignominiosa morte de cruz. E assim, segundo Paulo, a redenção nos veio pela justiça de Cristo como a perdição nos atingiu pelo pecado de Adão: *“Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida. Porque, como pela desobediência de um só homem muitos se tornaram pecadores, assim também por meio da obediência de um só muitos se tornaram justos”* (Rm 5. 18, 19).

O homem, escravo do pecado e à mercê de Satanás, era, por si mesmo, irremível. Cristo, com o derramamento de seu imaculado sangue, resgatou-o, justificou-o, recolocou-o na comunhão com Deus, deu-lhe a vida eterna. Tudo de graça para ele, mas penoso e doloroso para Jesus Cristo. A justificação, porém, é uma bênção destinada aos eleitos em Cristo, Os reprovados são deixados na perdição onde os aprisionam o pecado original e os pessoais.

O HOMEM JUSTIFICADO

O homem não é justo por natureza. O mal não lhe é simples “sujeira” por afetação extrínseca quer de ordem moral ou espiritual. Não nasceu puro, incontaminado, sendo corrompido pelo meio ambiente por um lado e impulsionado ao pecado por forças demoníacas por outro, casos em que não seria responsável por seus atos nem culpado pelos seus pecados. Ele permuta cumplicidade com a sociedade em que se insere: recebe influências positivas e negativas e também influencia positiva e negativamente. O filho pode ser pior ou melhor que seus pais: do tronco original nasceram Caim e Abel; e não havia sociedade para corromper e deformar moral e espiritualmente o fratricida Caim. O pecado não procedeu da cultura, mas da direta relação pactual com Deus. O Criador não imergiu a criatura na lama ambiental, ele é que se atirou, livre e responsável, ao lamaçal, rebelando-se contra o seu supremo Senhor. Todos os homens são pecadores porque

pertencem a uma humanidade caída e alienada. E cada homem, além do delito original que o macula, comete pecados pessoais. Certo estava Isaias ao exclamar: “*Sou homem de lábios impuros e habito no meio de um povo de impuros lábios*”(Is 6. 5). Não somos pecadores por desvio educacional causado pela família ou sociedade; nascemos pecadores: “*Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe*”(Sl 51. 5). A educação e o lar efetivamente contribuem para a formação do homem, mas não são capazes de plasmarem cidadãos e cidadãs espiritualmente imaculados, de gerarem e regenerarem servos de Deus. A salvação é dádiva da graça, não resultado cultural. Ser pecador, em síntese, é ser humano, estar sob a justiça e a graça divinas. Somos justos por justificação, não por educação ou religiosidade tradicional, mística e ambiental.

TEORIAS DA JUSTIFICAÇÃO.

Preço do resgate pago ao Diabo . Acreditava-se, até o aparecimento de Anselmo (1. 033- 1.109), que o homem, ao pecar contra Deus, tornou-se escravo do maligno. Cristo ofereceu-se em pagamento, derramando seu sangue resgatador para libertá-lo. Assim, o justo preço do resgate foi pago, e o pecador tornou-se propriedade de Cristo e, portanto, justificado perante o Pai.

Teoria do engodo. Esta teoria, explicação da anterior, diz que, ao aceitar a permuta de Cristo pelo homem, o Diabo foi ludibriado pela divindade “escondida no Filho do Homem”: Satanás libertou o seu escravo, entregando-o a Deus, mas não recebeu em troca o Cristo, pois o próprio Deus estava nele. Ilustrava-se tal doutrina com o exemplo do “anzol e a isca”. Anzol = Espírito de Deus. Isca = Carne ou corpo de Cristo, no qual o anzol (Espírito de Deus) ocultava-se. Ao apropriar-se do corpo de Cristo, o Diabo foi “fisgado pelo anzol”, não só perdendo a presa, mas ele mesmo tornando-se presa da divindade.

Justificação por substituição. Anselmo ensinava que o Pai cobrou no Filho as penas eternas da sua inapelável sentença. Desta maneira, Cristo satisfaz não somente a justiça(dikaiosyne) de Deus, mas também aplacou a sua ira(orgê). O homem, dizia Anselmo, é escravo do pecado, não do Diabo; embora por emulação do tentador, o casal primevo tenha caído, fazendo-o, no entanto, por sua própria responsabilidade. Foi o homem que, por seu livre arbítrio, deixou-se levar pela tentação e quebrou o pacto com o seu Criador. O Cristo encarnado não foi o corpo no qual o Espírito divino se ocultava, mas verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Por ser vero Deus e, ao mesmo tempo e na mesma indivisível pessoa, vero homem, tornou-se o único capaz de pagar as dívidas do pecador e reconciliá-lo o com o seu Criador. O Cristo encarnado identifica-se plenamente com Deus e perfeitamente com o homem, tendo livre trânsito nos céus e na terra.

CATECISMO MAIOR

FÉ JUSTIFICADORA

Pergunta 72: “Que é fé justificadora?”

Resposta: *A fé justificadora é a que salva(Hb 10. 39), operada pelo Espírito Santo e pela Palavra de Deus no coração do pecador(Rm 10. 14, 17; II Ts 2. 13) que, sendo por ambos convencido do seu pecado e miséria e da sua incapacidade, e das demais criaturas, para restaurá-lo do estado de perdição(Jo 16. 8, 9; At 16. 30; At 2. 37; Ef 2. 1; At 4. 12; Rm 7. 9), não somente aceita a verdade da promessa do Evangelho(Rm 10. 8-10), mas também recebe Cristo e confia nele e na sua justiça, que lhe são oferecidos no Evangelho para o perdão de pecados(At 10. 43; Gl 2. 15, 16) e para que sua pessoa seja aceita e reputada justa diante de Deus para salvação(Fp 3. 9; At 15. 11).”*

INCONDICIONALIDADE DA FÉ

A fé, sendo um dom de Deus, uma graça imerecida, incondicional e incontestável, não carece, para existir, de verificação racional e de comprovação material. Tomé, o apóstolo, pensava que se não houvesse prova substancialmente concreta do Cristo ressurreto, a crença na ressurreição lhe seria impossível. Ele não deu crédito à comunicação verbal de seus colegas apóstolos, que lhe afirmaram, mediante prova visual, ter Cristo ressuscitado. Sua crença requeria o teste da concretude material: “*Se eu não vir nas suas mãos o sinal dos cravos, e ali não puser o meu dedo, e não puser a minha mão no seu lado, de modo algum acreditarei*”(Jo 20. 25). Cristo, na aparição seguinte, oito dias depois, possibilita-lhe a comprovação pessoal(Jo 20. 27), mas lhe dá uma incisiva advertência: “*Porque me viste, creste? Bem-aventurados os que não viram, e creram*”(Jo 20. 29). A eleição condiciona o eleito à fé; a fé abre-lhe a mente à recepção da Palavra de Deus; esta aponta objetiva e exclusivamente para Jesus Cristo, o Salvador e Regenerador. Tudo se efetua mediante o ministério do Espírito Santo, o Comunicador de Deus e o Intérprete do Filho. Fixemos, pois, o seguinte: Fé salvadora não é obra humana; é graça divina.

TIPOS DE FÉ

As evidências, as experiências e a constatação permitem-nos a identificação da vários tipos de fé, alguns dos quais abaixo mencionados:

a- **Fides Informis.** A Igreja de Roma, herdeira da escolástica, prega que a fé existente fora de seus limites jurisdicionais não passa de “Fides Informes”, isto é, crença vaga e incerta na divindade, e até no Deus dos cristãos. Esta “teognose” mal formada ocorre por causa da desvinculação com o centro e a fonte da fé, o romanismo, único lugar em que a efetiva ligação com a verdadeira religião estabelece-se e onde se entra em contato com os autênticos e credenciados sucessores de Cristo, os componentes do magistério eclesiástico. Fora da comunhão romana a fé, quando existe, é completamente desestruturada, fragilizada e informal. Os “crentes” desligados de Roma, apenas possuem e demonstram uma fé velada, inconsistente, inoperante. Melhor, contudo, ponderam, uma “fides informis” que a incredulidade.

b- **Fides formata.** A *Fides formata*, conforme a teologia da Santa Sé, é aquela gerada e comunicada pelo seu ministério magisterial e recebida, aceita e professada

pelos fiéis, submissos espiritualmente à Igreja com todos os seus dogmas e múnus clerical. A *fides formata*, argumenta o corpo sacerdotal, é uma grande virtude teológica, o elo que liga o fiel à Igreja e o vínculo que nela o mantém. Esta fé pode ser: a- *implícita*: aceitação dos mandamentos da Igreja, de seus sacramentos e de seu ministério, sem compreensão formal, racional. b- *explícita*: crença capaz de distinguir os fatos e os objetos da fé. A prática, no entanto, não faz distinção entre ambas. Resumindo: fé em Deus fora do romanismo é apenas *Fides Informis*, pois ninguém, acreditam seus teólogos, pode ter comunhão real com Deus sem a sua indispensável mediação sacerdotal e eficiência sacramental. Tudo se resume no aforismo: Crer na Igreja Católica Apostólica Romana é crer em Deus.

c- **Fé Racional.** Os racionalistas puros não crêem nos fatos revelados e, portanto, rejeitam tanto a fé carismática como a salvadora. Não aceitam a intervenção divina em quaisquer decisões humanas. A idéia de dom divino, para eles, é inaceitável, pois implica em intromissão do além nas escolhas e nos desejos humanos; e isto é violação do livre arbítrio do homem. O misticismo, argumentam, procede da expectativa do transcendente, do fascínio do desconhecido, da ânsia de previsão e antecipação do porvir, do inconformismo com a morte, do desejo irreprimível de eternização. Fé mística existe para e nas pessoas simples, indotas, sem fundamentação racional. Os intelectuais são racionalistas; neles a razão preside as emoções. Fé, concluem, é confiança em si mesmo; é certeza do real, do concreto, do observável, do experienciável; é aceitação das conclusões científicas, dos atos comprovados, dos fatos verdadeiramente históricos, das causas verificadas, das conseqüências lógicas. Fé, no entendimento materialista, é apenas um dom racional.

d- **Fé religiosa.** Muitos pensam que a fé é uma virtude humana, pois o homem é um ser religioso por natureza. Tal fé habilita-o à crença em Deus, estabelecendo a condicionalidade da salvação: Aquele que crê e permanece crente até a morte, entra na possessão eterna. Portanto, a salvação está condicionada à fé pessoal, que é mística e racional ao mesmo: nasce da índole humana e se exercita segundo o seu livre arbítrio. A redenção, conforme este conceito, depende das obras da fé, sendo um privilégio de quem pensa, podera e decide.

e- **Fé psicológica.** É a necessidade que o ser humano tem de crer e confiar, sem dúvida racional, em seres, magias e objetos, pessoa carismática, credos, ícones, fetiche, entes divinizados. Por um processo de transferência, semelhante fé pode “produzir” milagres e efetuar curas psicológicas, não importando a qualificação e a dignidade do objeto da fé.

f- **Fé carismática ou milagrosa.** Esta, embora seja um carisma, possui fortíssimo conteúdo psíquico. Centralizada em Cristo(I Co 12. 9), está a serviço da Igreja, exercida na corporalidade eclesial, segundo a vontade de Deus e a ministração do Espírito Santo. Este tipo de fé, equipamento carismático do povo de Deus, habilita alguns, sob a vontade divina, para os ministérios do milagre e da cura de doenças físicas e psicológicas(I Co 12. 9, 10). O regenerado, cristocêntrico por definição e por essência, recebe do Paráclito os carismas fundamentais da fé, da esperança e do amor. Nele, porém, a fé carismática necessariamente procede da fé salvadora; sem a segunda, a primeira não existe. O crente equipado com a fé capaz de remover as montanhas da Igreja é o menos egoísta e o mais consagrado de todos.

g- **Fé justificadora.** Esta é aquela que, doada por Deus ao seu eleito, leva-o à crença em Cristo Jesus, à submissão e à consagração a ele. Esta fé é despertada no escolhido pela Palavra de Deus e pelo Espírito Santo. Sem ela, em si mesma uma graça divina, nenhum pecador aceita Jesus Cristo nem entende, capta e pratica as Escrituras Sagradas. Ela é o olho espiritual que permite ao predestinado enxergar o Salvador, reconhecê-lo e tornar-se um de seus servos. Todo o preordenado à salvação em Cristo é galardoado com o dom da fé justificadora ou salvadora.

CATECISMO MAIOR

JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

Pergunta 73: *“Como a fé justifica o pecador diante de Deus?”*

Resposta: *A fé justifica o pecador diante de Deus, não por causa das outras graças que sempre a acompanham, nem por causa das boas obras, que são frutos dela (Gn 3. 11), nem como se fosse a graça da fé, ou qualquer ato dela, que lhe é imputado para justificação (Tt 3. 4- 7; Rm 4. 5- 8); mas unicamente porque a fé é o instrumento pelo qual o pecador recebe e aplica a si Cristo e a sua justiça (Fp 3. 9)”*.

FÉ, DOM PREORDENADO.

Deus equipa o eleito desde a eternidade com o dom da fé, instrumentalizando-o à aceitação de Jesus Cristo. Nenhum escolhido, pois, tem motivo de vangloriar-se da fé justificadora; e isto, por dois motivos: 01- É um dom concedido por Deus ao seu predestinado sem qualquer merecimento do beneficiado; não dependendo, pois, de sua capacidade, esforço, consagração ou disposição. O destinado à salvação já nasce com o dom da fé justificadora, a qual nada tem a ver com virtudes naturais e gerais de que todos os seres humanos são dotados. 02- É uma fé sem graduação, concedida igualmente a todos os eleitos; diferente da fé carismática, que uns redimidos podem tê-la e outros não (I Co 12. 9); muito diversa da fé religiosa, ligada à psique do crente: esta pode ser aumentada ou diminuída, conforme o estado espiritual do fiel. Ninguém é mais ou menos justificado ou mais ou menos regenerado: ou é, porque podia ser, caso do eleito; ou não, por impossibilidade de ser: situação do reprovado. Por isso, o dom da fé justificadora é único e igual para todos os escolhidos de Deus, sem qualquer graduação de qualidade ou de intensidade.

FÉ JUSTIFICADORA, INSTRUMENTO DA GRAÇA REDENTORA.

A fé justificadora é uma dádiva instrumental da graça divina implantada no interior essencial do eleito com o objetivo de capacitá-lo a responder e a corresponder ao chamamento de Deus em Cristo Jesus. Este dom, agindo no homem como se fosse emergente de sua própria consciência, procedente de sua racionalidade, constitui a parte que o Salvador concede graciosamente ao salvo no plano eterno de sua salvação. Semelhante fé, distinta de crença racional e de confiança mística, não é, contudo, cega nem irracional, pois se origina da revelação, meio que Deus usa para conferir ao seu escolhido o conhecimento dos fatos espirituais, ampliando o seu sistema cognitivo e redirecionando sua vida, segundo os propósitos do Criador.

A fé justificadora, sendo um dom preordenado, incluso no eterno decreto da eleição, segundo os planos do soberano Redentor, leva o homem a ser objeto da graça, não sujeito dela; conseqüentemente, não produz boas obras para a salvação, isto é, não atua salvadoramente mediante a caridade ou méritos pessoais. O que se faz por merecimento, por recompensa ou favor divina não se qualifica como fé, mas venalidade; e o que se recebe em troca não é graça imerecida, mas compensação ao mérito. Deus não transaciona com o homem; este não nada é, e coisa nenhuma tem para oferecer ao Senhor de tudo. Sua própria vida não lhe pertence. A dívida da transgressão, que o deixou em estado deplorável de miserabilidade, é irredimível. O

homem não é capaz de controlar a sua chegada ao mundo, de determinar o tempo e a qualidade de sua existência, de estabelecer qualquer previsão de seu estado eterno além da morte física. O futuro não lhe pertence. A incapacidade de salvar-se é absoluta. Desprovido de quaisquer recursos, resta-lhe apenas a misericórdia de Deus, e esta lhe vem pela dádiva da fé em Cristo, o Escolhido dos escolhidos; o eternamente Eleito para os eleitos. O carisma da fé salvadora é a única força que move os preordenados à vida eterna em direção ao Salvador, nosso Senhor Jesus e os vincula indissolavelmente a ele. Tal potencialidade, natural nos escolhidos e inexistente nos renegados, embora se desponte como virtude humana, é, no entanto, uma dom divino: *“Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus”* (Ef 2. 8). O Espírito Santo, agente da redenção conquistada por Jesus Cristo, desperta no eleito o carisma da fé justificadora, que em si mesma não nos justifica, mas é o exclusivo meio, provido por Deus, de acesso do pecador à fonte remidora, o Filho de Deus. A fé leva a Cristo. Cristo, por sua morte vicária, justifica o pecador. O pecador justificado é regenerado, isto é, transformado em nova criatura. A nova criatura, boa por natureza e não por educação ou esforço beatífico, produz as obras conforme os propósitos e o beneplácito do soberano Rei.

EFETOS DA FÉ JUSTIFICADORA.

A fé, no entendimento de Lutero, produz no salvo três efeitos sucessivos e ao mesmo tempo simultâneos: 01- Consciência da excelsa grandeza e santidade de Deus e da inevitável condição pecaminosa do homem (semper peccator). Esta visão de Deus cria um novo autoconhecimento. O fiel se prostra diante do Salvador movido por duplo impulso: O da adoração e o da confissão. Deus é tudo. Sem ele o ser humano nada é. 02- Paz indescritível de ordem e de origem espirituais. O verdadeiro crente não vive atemorizado, temeroso, apreensivo. Sabe que a morte física atua progressiva e inexoravelmente no seu corpo. Reconhece que sem lutas, sofrimentos e dores não se vive. Apesar de tudo, sente-se amparado, protegido e consolado por Cristo de maneira indiscutivelmente real. São a certeza e a segurança da fé. 03- Ódio ao mal em si mesmo e nos outros. O pecado passa a “doer” no fiel, exatamente por ter ciência de que não se livrará de sua presença e de suas conseqüências no curso da atual existência. As inevitáveis malignidades social e pessoal, incomodam-no diuturnamente, mas os remédios do perdão e da graça mantêm-no espiritualmente vivo e sob controle, evitando-lhe danos permanentes e irreversíveis. A fibra do crente para as lutas diárias contra o pecado é gerada pela fé justificadora, dom divino, nele ativada e operacionalizada pelo Espírito Santo. Sem fé, a revelação não atua, sendo impossível o verdadeiro conhecimento de Deus.

A fé justificadora não é crença ou confiança em fatos, atos ou objetos verídicos; é entrega incondicional a Jesus Cristo, estado que introduz o crente na dimensão espiritual, conferindo-lhe a certeza da verdade revelada, a convicção de que as promessas de Deus em Cristo são absolutamente reais, o conhecimento de que o reino de Cristo do qual faz parte tem um estágio temporal, mas sua plena realização se dará na eternidade. A fé justificadora coloca o eleito em comunhão com Cristo e seu povo.

CATECISMO MAIOR

ADOÇÃO

Pergunta 74: “Que é adoção?”

Resposta: *Adoção é um ato da livre graça de Deus(I Jo 3. 1) em seu único Filho Jesus Cristo e por amor dele(Ef 1. 5; Gl 5. 4, 5), pelo qual todos os que são justificados são recebidos no número dos filhos de Deus(Jo 1. 12), trazem o seu nome(Ap 3. 12), recebem o Espírito do Filho(Gl 4. 6), estão sob o seu cuidado e proteção paternas(Sl 103. 13; Pv 14. 26; Mt 6. 32), são admitidos a todas as liberdades e privilégios dos filhos de Deus, feitos herdeiros de todas as promessas e co-herdeiros com Cristo na glória(Rm 8. 17)”.*

CONCEITO DE FILIAÇÃO

O Velho Testamento não conhece o processo formal, social e jurídico de adoção, pois entendia, prioritariamente, que o filho só existe por meio de procedência paterna. O que determinava e caracterizava a filiação era a paternidade. Uma pessoa não consanguínea, mesmo sendo escrava, podia integrar o “clã”, mas não núcleo familiar. Rigorosamente falando, a filha de Faraó, na verdade, não se tornou mãe de Moisés, mas sua protetora(Ex 2. 10). Ele foi criado por sua genitora.

A doutrina da adoção no Novo Testamento vem do conceito de “geração espiritual” em Cristo Jesus. O homem velho morre e renasce(renascer é paralelo de ressuscitar) no Filho de Deus. Somos, pois, filhos no Filho. O Pai, ao receber no trono seu Filho ressurreto humanizado, recebe nele e com ele todos os que nele se incorporam. E assim como a velha humanidade identifica-se com Adão de quem descende, a nova identifica-se com o Segundo Adão, de quem procede espiritualmente. A nossa filiação ao Pai estabelece-se no Filho em que somos regenerados. Assim, os que estão em Cristo podem clamar, e efetivamente o fazem: “Abba. Pai(Gl 4. 6). Dessa maneira, a Igreja não tem mãe, a Virgem Maria, como entende o romanismo, pois Deus somente a identifica, aceita-a e lhe concede a herança da filiação eterna em Jesus Cristo, o Filho, Segunda Pessoa da Trindade. A primeira humanidade começou com a paternidade divina, não maternidade. A nova, origina-se, realiza-se e se consuma no Filho do Homem, o Messias. Deus em Cristo não nos adota simplesmente: mata o nosso velho homem e o faz renascer. Deus não nos adota para criar e reeducar: recebe em cada convertido um recém-nascido, nova criatura, um filho totalmente seu para, pelo Santo Espírito, promover o seu crescimento em graça, santificá-lo. A filiação por divina adoção começa na regeneração.

ADOÇÃO SALVADORA

Na queda, o homem abdicou a paternidade de Deus, preferindo a bastardia humana à filiação divina. A parábola do Filho Pródigo ilustra bem o entendimento do homem representado no seu arquétipo, Adão: Ser filho, submeter-se à autoridade paterna, mesmo sob sua proteção e sustento, significava inaceitável submissão, intolerável subtração do direito individual de dispor de si mesmo, injustificável eliminação da liberdade de auto-gestão pessoal. Pensando assim, o filho mais novo rompeu os laços filiais e legais com seu velho e bondoso pai, levando consigo o seu ego e sua herança. Entregue a si mesmo, sem lar e sem amparo paternal, perdeu-se, depravando o orgulhoso

“eu” e reduzindo a zero o que levava da casa paterna. Agora, somente a misericórdia do Pai poderia restaurá-lo à condição de filho. Vê-se, por esta maravilhosa parábola do Mestre, que *adoção* implica em novo nascimento e salvação: “*Este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi achado*”. O homem, em nome da libertação, da afirmação, da independência e da faculdade de livre escolha de seu universo significativo e relacional, rompe relação com Deus pela ruptura dos laços filiais e pactuais, passando a ser o seu próprio gestor, supondo dispor irrestritamente de sua vida e de seu destino. Sem o balizamento divino, na bastardia absoluta, o ser humano vaga no mundo sem referencial: não sabe de onde veio, onde está, qual o real objetivo de sua existência, para onde vai, o que o aguarda no além. Carecemos da paternidade, da autoridade paterna, da direção de quem nos trouxe ao mundo, preparou-nos para a vida, dirigiu nossos passos, deu-nos o aconchego de seu regaço. A orfandade biológica é ruim; mil vezes pior é a espiritual.

Voltemos ao caso do filho pródigo: Refiliação, no sentido de puro retorno aos direitos paternos não lhe era mais possível. Jesus colocou-lhe nos lábios a seguinte e significativa proposição confessional: “*Levantar-me-ei e irei ter com meu pai e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores*”(Lc 15. 19, 19). Servo, não filho. Somente a misericórdia de Deus, agindo pela graça regeneradora, ressuscitadora, pode restabelecer-lhe a filiação: “*Este meu filho estava morto e reviveu*”. Sua nova condição no lar paterno não mais se estabelecia com base na prerrogativa do nascimento, mas na adoção, e isto por estrita benevolência do pai. A iniciativa de romper os vínculos com o Pai foi exclusivamente do filho; mas a sua restauração à condição de filho foi uma concessão paterna, firmada no amor e não na lei. Como o jovem da parábola estão todos os homens: perdem-se por ato próprio, por livre exercício da vontade, mas somente são salvos pela soberana e graciosa decisão divina em Cristo Jesus.

FILHO DE DEUS.

Israel. Deus foi Pai de Israel por meio de dois procedimentos soberanos: 01- **Redenção:** Os seus eleitos, escravos de Faraó, foram por Ele retirados poderosa e miraculosamente da escravidão e colocados sob seu senhorio, comando e cuidados. 02- **Pacto:** Deus firmou um pacto de fidelidade mútua com os resgatados do Egito pelo qual, e enquanto mantido, seria o Pai de Israel e este lhe seria filho. Os termos pactuais estão no Decálogo. A paternidade divina, no caso, estabeleceu-se por libertação e por aliança. O indivíduo beneficiava-se por inclusão racial, por obediência e por servitude(liturgia).

Igreja. A Igreja, corpo de Cristo, é a comunhão de todos os escolhidos, individualmente eleitos e chamados. Enquanto em Israel o indivíduo fundia-se na comunidade e nela se perdia ou se redimia, na Igreja, ele é chamado e libertado **para** a comunidade. O velho povo de Deus foi retirado da escravidão, mas sua permanência dependia da obediência coletiva. No reino de Cristo entra-se por conversão e regeneração, obras da graça. A perseverança da Igreja e de cada um de seus membros depende exclusivamente da misericórdia de Deus. Somos transformados em filhos de Deus para pertencermos à família de Cristo e não por sermos descendentes de Abraão.

CATECISMO MAIOR

SANTIFICAÇÃO

Pergunta 75: “Que é santificação?”

Resposta: *Santificação é a obra da graça de Deus, pela qual os que Deus escolheu antes da fundação do mundo para serem santos, são, nesta vida, pela poderosa operação do Espírito Santo, aplicando-lhes a morte e a ressurreição de Cristo, renovados no homem interior, segundo a imagem de Deus(Ef 1. 4; I Co 6. 11; II Ts 2. 13; Rm 6. 4-6; Fp 3. 10; Ef 4. 23, 24), tendo os germes do arrependimento que conduz à vida e de todas as outras graças salvadoras implantadas em seus corações(At 11. 218; I Jo 3.), e tendo essas graças de tal forma excitadas, aumentadas e fortalecidas(Jd 20; Ef 3. 16-19; Cl 1. 10, 11), que eles morrem cada vez mais para o pecado e ressuscitam para novidade de vida(Rm 6. 4, 6, 14)”.*

SANTIDADE DE DEUS.

Deus é santo nos seguintes absolutos atributivos, entre outros: **01- Bondade absoluta:** na divindade não houve, não há e não haverá o mínimo sinal ou vestígio de maldade. O bem é a sua essência e seu objetivo; o bom é a marca de seus atos e de suas obras. Por causa de sua intrínseca bondade, a fidelidade, a honestidade e a sinceridade são lhe qualidades indissociáveis. A bondade divina é ilimitada: ele é benigno, paciente, tolerante e longânimo. **02- Moralidade absoluta:** Deus é um ser moral; suas palavras, atos e obras são revestidos de profunda moralidade. Ele é o limite da perfeição. Contradições éticas não se verificam em Deus. Jesus Cristo, que revelou o Pai ao mundo, agiu sempre coerentemente com a dignidade de sua própria pessoa, normatizou seu comportamento segundo os parâmetros mandamentais das Escrituras: veracidade, obediência, amor incondicional a Deus e ao próximo. O Filho do Homem jamais foi pego em qualquer ilícito. Ninguém jamais o acusou de erros e pecados: foi realmente um cidadão terrestre e celeste sem mácula. Por ele se conclui que Deus, a quem revelou aos homens, é moralmente imaculado. **03- Deus é absolutamente outro.** A distância entre o Criador e a criatura é imensurável. O universo de Deus não se identifica, por natureza e essência, com o do homem. Compreendendo a insignificância do ser humano e a magnificência divina, Isaías escreveu: *“Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos os meus caminhos, diz o Senhor; porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus caminhos mais altos que os vossos caminhos e os meus pensamentos mais altos do que os vossos pensamentos”*(Is 55. 8, 9). O homem, na condição de criatura, é frágil e falível; sujeito à falência moral. Deus, no entanto, é inerrante, verdade no que é e verdadeiro no que fala e faz; nele não há mentira(Nm 23. 19; Hb 6. 18). Ele é santo em si mesmo. Santidade lhe é atributo real, essencial. Ele não peca nem pode pecar, por ser infenso ao pecado, inatacável pelo mal, estruturalmente incorruptível. O pecado entrou no céu, derrubou anjos, mas não atingiu a divindade em virtude de sua perfeição, santidade, imaculabilidade e inatacabilidade. Em suma: Deus é absoluta e incorrupivelmente santo. Santidade é um de seus atributos, que o faz completa e distintamente outro.

SANTIDADE NO HOMEM.

O homem, frágil, corruptível, falível, torna-se, por natureza, maculável e efetivamente maculado. A santidade, não lhe sendo qualidade natural, não se lhe constitui fonte causal de incorruptibilidade. Nenhum ser humano pode ser chamado de “*sua santidade*”, pois somente torna-se “santo” pela misericórdia de Deus mediante a eleição e a vocação em Cristo Jesus. Embora separado e adotado como filho, ele continua sujeito a falhas morais e espirituais, isto é, pecador. O escolhido é santo no sentido de “separado para Deus” de entre os demais seres humanos. Santo, portanto, em se tratando do servo de Cristo, não significa estar puro moralmente, mas selecionado pelo Pai para pertencer ao Filho, que não veio chamar justos, mas pecadores ao arrependimento. A santificação do eleito tem origem exclusivamente na graça salvadora: Primeiro, na eleição da livre iniciativa de Deus. Segundo, na santidade do Criador e Redentor: “*sede santos por eu sou Santo*”. A santidade de Deus gera a santidade de seus “santos”, aqueles que estão vinculados a ele por intermédio de seu Filho. Terceiro, pela obra santificadora do Espírito Santo, agindo interna e externamente no crente por decisão do Pai e ordenação do Filho.

Os não eleitos poderão ter seus deuses, clamarem a eles, penitenciar-se perante seus ícones, serem abstinente sexuais e praticantes de rigorosos preceitos morais e, em nome da crença, exercerem extensiva e intensiva caridade, mas santos não serão, e muito menos santificados; pois santificação não é prática caritativa, não é fé iconolatra, não é exercício extático ou dom extra-sensório. Santificação é a interação cada vez mais intensa entre Salvador e salvo, entre o membro e a comunidade dos eleitos, obra da graça por meio do Espírito Santo, sistemática e contínua conscientização do regenerado de seu novo estado em Cristo Jesus, de seus compromissos com Deus, de seu dever inalienável de servo de Cristo, de sua gratidão progressiva, expressa na adoração ao seu Salvador, de sua necessidade, como criatura, de submissão ao Criador e prostração diante da Majestade divina, de sua obrigação impostergável de testemunhar Jesus Cristo e anunciar o Evangelho redentor.

Sem reconciliação com Deus não há santificação; e o mesmo Deus que reconcilia, santifica: a geração, a regeneração e o crescimento são obras da graça de Deus. Ser santo, pois, é ser tomado por Cristo da bastardia absoluta e transformado em filho de Deus, co-herdeiro de Cristo. Santo e santificar-se são decorrências da eleição e conseqüências da inserção na comunhão dos redimidos, produzindo a harmonização interna e a harmonia externa com o irmãos, Sendo assim, conclui-se que santificação inexiste fora do corpo de Cristo, não sendo jamais um meio de salvação ou de ingresso na comunhão dos santos. Não se santifica para salvar-se; O salvo santifica-se por ser regenerado.

CATECISMO MAIOR

ARREPENDIMENTO

Pergunta 76: “*Que é arrependimento que conduz à vida?*”

Resposta: *O arrependimento que conduz à vida é uma graça salvadora(II Tm 2. 25, 26; Lc 24. 47), operada no coração do pecador pelo Espírito Santo e pela Palavra de Deus(At 11. 18, 20, 21; Zc 12. 10; At 2. 37), pela qual, reconhecendo e sentindo, não somente o perigo(Ez 18. 30, 32; Lc 15. 17, 18; Os 2. 6, 7), mas também a torpeza e odiosidade dos seus pecados(Ez 36. 31; Ez 16. 61, 63; Is 30. 22), e apreendendo a misericórdia de Deus em Cristo para com os arrependidos(Lc 22. 61, 63), o pecador tanto se entristece pelos seus pecados e os aborrece(II Co 7. 11), que se volta de todos eles para Deus(At 26. 18); Ez 14. 6; I Rs 8. 47- 50; I Sm 7. 3), tencionando e esforçando-se a andar constantemente com Deus em todos os caminhos da nova obediência(Sl 119. 59, 128).”*

ARREPENDIMENTO, GRAÇA SALVADORA.

Sendo o arrependimento uma graça salvadora, conclui-se, logicamente: a- O homem não se arrepende por decisão própria, por ato efetivado por uma consciência movida pela vontade pessoal autônoma, por frustração, por decepção moral ou por pressão emocional irresistível. b- O arrependimento real somente é possível aos eleitos, objetos da misericórdia de Deus e destinados à salvação. c- Para haver arrependimento, é necessário que o Espírito Santo, aplicador da graça, atui no escolhido mediante a Palavra de Deus. Portanto, o Evangelho, ao ser comunicado ao predestinado à justificação, encontra nele, e exclusivamente nele o solo fértil adredemente preparado por Deus. d- O arrependimento acontece quando o pecador reconhece o seu estado pecaminoso, recapitula os pecados fatuais e “entra em crise” de infidelidade, desonestidade e ofensa ao seu Senhor com o qual acaba de ser contundentemente confrontado e diante do qual exposto. e- Quem convence o pecador eleito de seu pecado(especialmente o da incredulidade), da corretíssima justiça divina na obra da redenção, da vocação dos eleitos e do julgamento do maligno é o Espírito: “*Quando ele(o Consolador) vier convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo*”(Jo 16. 8). *Mundo* aqui deve ser entendido como: os escolhidos de entre todos os povos. Os réprobos, locais e internacionais, jamais se convencerão de seus pecados.

A palavra *arrependimento* no Novo Testamento(metanoia – metaneo e seus sinônimos apistrepho e metamelomai) denota reversão de rumo, de atitudes, de propósitos, de convicções e de fé. Comparado à mudança de direção, significa um volta de cento e oitenta graus, não implicando, todavia, em retrocesso, mas progresso espiritual. Tal mudança de estado pode ocorrer lenta ou repentinamente, segundo os propósitos de Deus. Arrependimento e conversão associam-se, embora não se confundam, à semelhança da vela e da chama: enquanto a vela arde a chama brilha e ilumina. À destruição do velho homem corresponde o nascimento do novo. Poderíamos, então, comparar o arrependimento à dor do parto: um sofrimento que a esperança faz suportável e a alegria do de se ter o recém-nascido supera as angústias pré-natais e natais. Não se deve confundir arrependimento salvador com simples mudança de

opinião, troca de projeto de vida, retorno ao pondo de origem, caminhando de volta a mesma estrada que se percorreu por engano, informação falsa ou teimosia. Não se há de compará-lo à lastimação dos decepcionados, à lamúria dos derrotados, ao falso arrependimento dos criminosos capturados, presos e condenados. Não se deve confundilo, nem de longe, com o desespero do remorso, próprio dos reprovados, que cometem crimes hediondos, indignidades psicológica e moralmente insuportáveis. Exemplo mais conhecido: Judas Iscariotes. O homem sob o peso do remorso encontra-se diante de um conflito interno sem solução: Não se perdoa a si mesmo; não se julga merecedor do perdão do ofendido ou não há mais como recebê-lo; o feito delituoso e suas conseqüências são irreversíveis; não implora a comiseração divina por carência da graça e ausência da fé sem as quais a misericórdia celeste do consolo, do perdão e da remissão não lhe chegarão à alma aflita e perdida. A consciência da desesperança destrói a capacidade de resistência; o sentido da vida se esvai totalmente; a luz se apaga; tenebrosa noite envolve-lhe o ser. É o fim de tudo.

Arrependimento é a tristeza segundo Deus(II Co 7. 10): dá-se quando o santíssimo e retíssimo Juiz confronta-se com o pecador, moral e espiritualmente indigno e sujo. Nesse momento, freqüentemente, aflora o choro, a lastimação pelo seu deplorável estado de miséria e perdição e pela depravada situação em que se encontra a humanidade da qual faz parte. O exemplo típico é o de Isaias, quando viu o Senhor no seu exuberante e sublime trono, revestido de santidade, poder e glória, louvado no céu e exaltado na terra: *“Ai de mim! Estou perdido! Porque sou homem de lábios impuros, habito no meio de um povo de impuros lábios, e os meus olhos viram o Rei, o Senhor dos exércitos”*(Is 6. 5). A luz da presença divina somente é percebida quando o Espírito Santo abre os olhos espirituais dos escolhidos. Os olhos físicos ocultam-nos a face, e indicam as dos semelhantes; os espirituais revelam-nos exatamente o que somos e como somos, mostrando que o nosso ego realmente não é o deus que imaginávamos ser; pelo contrário, causa-nos aborrecimento e lástima, tal a sua condição de sujidade e miserabilidade. Despido de orgulho, egocentrismo e egolatria, nosso eu, que antes se refugiava em si mesmo, volta-se exclusivamente para Deus. À consternação do arrependimento soma-se o incontido e irreprimível desejo, emulado pela fé, estimulado pela Palavra de Deus, suscitado pelo Espírito Santo, de confissão sincera de pecados, de submissão irrestrita e incondicional a Jesus Cristo, agora seu único caminho, única verdade e única possibilidade de vida. Eclode no arrependido, por outro lado, o irrepreensível impulso de adoração ao seu Salvador.

Resumindo: Arrependimento é a obra do Paráclito no eleito do Pai, produzindo inflexão capaz de descobrir a nudez do eu e, em conseqüência, a contrita penitência diante do Redentor. Nesse ponto, o litígio entre o carnal e o espiritual acirra-se; o psíquico e o somático conturbam-se; o sensório empírico e o insensório transcendente tocam-se; do meio da turbulência ecoa a voz do benigno Redentor: *“Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei”*(Mt 11. 28-30). Arrependimento é o glorioso momento em que Deus nos descobre, toca-nos, chama-nos e nos acolhe em seus braços.

CATECISMO MAIOR

JUSTIFICAÇÃO E SANTIFICAÇÃO

Pergunta 77: “*Em que difere a justificação da santificação?*”

Resposta: *Ainda que a santificação seja inseparavelmente unida com a justificação(I Co 6. 11; I Co 1. 30; Rm 8. 30), contudo, elas diferem nisto: Na justificação, Deus imputa a justiça de Cristo(Rm 4. 6, 8; Fp 3. 8, 9; II Co 5. 21), e na santificação o seu Espírito infunde a graça e dá forças para exercê-la(Ez 36. 27). Na justificação, o pecado é perdoado(Rm 3. 24, 25); na santificação ele é subjugado(Rm 6. 6, 14); a justificação liberta a todos os crentes igualmente da ira vindoura de Deus, e isso de modo perfeito nesta vida, de maneira que eles nunca mais caem na condenação(Rm 8. 1, 33, 34); a santificação não é igual em todos os crentes(I Co 3. 1, 2; Mc 4. 28) e nesta vida não é perfeita em crente algum(I Jo 1. 8, 10), mas vai crescendo para a perfeição(II Co 7. 1; Fp 3. 12- 14; Ef 4. 11- 15)”.*

DIFERENÇA SEM CONTRADIÇÃO

Embora tanto a justificação como a santificação sejam obras da exclusiva graça de Deus, e a segunda, necessariamente, seqüência e conseqüência da primeira, ambas se diferenciam na operacionalidade e no grau de resultados, mantendo a essência comum.

Justificação(dikaiosis - dikaios) é a imputação da justiça de Cristo ao pecador. O Pai, Supremo Juiz de todos os homens, levou a totalidade de seus eleitos ao tribunal da cruz e condenou cada um, individualmente, na pessoa de seu Filho encarnado, Jesus Cristo. Pelo carisma da fé salvadora, o escolhido é levado ao Justificador e este, tomando-o para si, exhibe-o ao Soberano Magistrado, que o declara justo, pois seu pecado foi devidamente cobrado no Cordeiro Vicário, e o readmite como beneficiário do pacto da nova aliança: graça conquistada para o injusto crente mediante o sacrifício do Justo.

Santificação(hagiastos – hagiozo). O Espírito Santo, colocado por Cristo como tutor do justificado, promove-lhe o crescimento, educa-o na Palavra de Deus, aumenta o seu amor e a sua dedicação a Cristo, guia-o no caminho da verdade e da justiça, consolida-lhe cada vez mais a comunhão com o Salvador e a união com os irmãos conservos. A santificação procede da justificação e lhe dá continuidade. O Deus que justifica, também regenera e santifica, isto é, apropria-se do regenerado, retirando-o dos domínios do mundo e incluindo-o no rol de seus servos, na fraternidade de seus redimidos, nos limites de seus domínios. A verdadeira santificação somente ocorre nos justificados, não podendo ser confundida com moralismo, acetismo, misticismo, penitencialismo e abstencionismo. A justificação é a condição básica; a santificação é o processo de desenvolvimento do justificado; tudo, entretanto, emana da graça divina.

JUSTIFICADO E SANTIFICADO

Pela justificação somos declarados justos na pessoa de Jesus Cristo, transformados de bastardos em filhos de Deus e, pelas mãos salvadoras do Messias, tomados de nós mesmos, do mundo e do tentador, e colocados na herança da família real sob a paternidade, autoridade e proteção do augusto e divino Rei, nosso Redentor. O pacto estabelecido com Deus por meio de Jesus Cristo é irrevogável. A justificação, portanto,

além de promover a adoção, é de caráter permanentemente eterno. Justificados, Deus nos adota eternamente como filhos, processando em nós uma transformação profunda por regeneração e por santificação: transformação e reorientação de nossa vida e de nossa destinação. Na verdade, a justificação santifica-nos no sentido bíblico, isto é, separa-nos para Deus, transforma-nos em “douloi”, servos de exclusiva propriedade de Cristo, e este nos entrega ao gerenciamento do Espírito Santo, encarregado de adestrar-nos para a servitude e harmonizar-nos continuamente com o nosso Senhor. Os ministérios(carismas) podem variar de um eleito para outro, aparentemente uns podem ser julgados maiores e mais importantes conforme a proeminência externa, julgados pelos padrões de aferição de nossa moralidade social, psicológica e religiosa, transfundo cultural de onde extraímos o conceito geral de santidade. Deus, contudo, nos vê a todos como filhos eleitos e redimidos em seu Filho amado. Nenhum salvo em Cristo Jesus morre com a sua santificação incompleta, necessitando completá-la no Purgatório por meio de padecimentos pessoais e mediações intercessórias da Igreja. Ninguém é salvo por atingir um grau elevado de autopurificação. Um regenerado não se torna mais santo que os outros por obras meritórias ou atos beatíficos: Somos justificados e santificados pela misericórdia de Deus. Por outro lado, quando, no grande e glorioso dia, o Senhor vier buscar o seu povo, nenhum escolhido salvo ficará para depois, ocupará o último lugar ou herdará uma herança inferior, menos glorificante, por não ter alcançado o nível ideal e exigível de santificação para “merecer” a salvação. Perante o trono do Cordeiro todos os seus eleitos, chamados e salvos são iguais, pois os méritos e a justiça são dele; nós ocupamos a posição de pecadores agraciados e eternamente agradecidos. A graça nivela todos os remidos.

Santificação não é um crescimento espiritual em direção a Deus ou um *andar rumo aos céus*, mas a contínua tomada de consciência, promovida pelo Espírito Santo em nós, de que pertencemos ao Rei, somos seus súditos, herdeiros das possessões celestes e, como cidadãos dos céus e príncipes, embora militando na terra, temos de viver, comportar e testemunhar como tais. Santificação significa aperfeiçoamento ministerial dos salvos, jamais meio de salvação. A justificação tira-nos do mundo e insere-nos em Cristo. A santificação aprimora continuamente a nossa comunhão com Deus, nossa fraternidade com os irmãos, nossa adoração a Deus, nossa capacidade de amar e servir, nossa interação no corpo eclesial, nosso poder de comunicar o Evangelho redimidor. A santificação capacita-nos a amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos.

Santificação como esforço para não pecar, ou, pecando, limpar-se por mortificações penitenciais, obras meritórias, atitudes pias ou purificações purgatoriais são equívocos de muitos, sacrifícios inócuos, pois sem a misericórdia de Deus não há salvação. O homem não vai a Deus via santificação: Deus que vem a ele por Jesus Cristo e o salva pela graça mediante o dom da fé justificadora.

Quem nasce, cresce. O mesmo Cristo que nos regenera, promove o nosso crescimento em graça diante de Deus e perante os homens. Santificação não é perfeição moral, mas habilitação espiritual para melhorar e aperfeiçoar nossa submissão e consagração a Cristo, aperfeiçoar nossa interação fraternal e aprofundar nossa filiação ao Pai celeste. O ideal, porém, jamais será alcançado, pois à perfeição não chegaremos.

CATECISMO MAIOR

SANTIFICAÇÃO IMPERFEITA

Pergunta 78: *“Como a santificação dos crentes é imperfeita?”*

Resposta: *A santificação dos crentes é imperfeita por causa dos restos do pecado que permanecem neles, e das perpétuas concupiscências da carne contra o espírito; por isso são eles muitas vezes arrastados pelas tentações e caem em muitos pecados(Rm 7. 18, 23), são impedidos em todos os seus serviços espirituais(Gl 5. 17; Hb 12. 1), e as suas melhores obras são imperfeitas e manchadas diante de Deus(Ex 28. 38)”.*

IMPERFEIÇÕES NATURAIS

Creemos que a imperfeição do crente origina-se do fato de ser criatura e da condição de receptor e beneficiário dos bens morais, todos provenientes do ato criador de Deus. Os carismas beatíficos são dádivas do Espírito Santo. A fonte das perfeições está no Criador, puro por natureza, eternamente Santo. O crente não possui a essencialidade da justiça e da pureza. Mesmo antes de pecar, estava sujeito ao pecado e por isso o cometeu. A impecabilidade é atributo de Deus, santíssimo e imutavelmente incontaminável e incorruptível. Enquanto a fortaleza é da essência do Criador, a fraqueza é própria da criatura. O homem não chega à perfeição por causa de “resto de pecado que permanece nele”, pois isto deporia contra a irretocabilidade do perdão divino e a perfeição do sacrifício de Cristo no Calvário por ele, mas porque a sua santificação restringe-se aos limites de sua humanidade. O ideal humano e o divino não se tocam. O mundo do Criador e o da criatura são diversos. Não há transportabilidade ou transponibilidade do universo humano para o divino(Is 55. 8, 9). A divindade é inatingível pelo ser humano. Deus se fez homem, mas o homem não se faz Deus. O crente é santo por concessão divina, jamais por auto-aperfeiçoamento, pois a santificação é obra do Espírito Santo no regenerado. A fragilidade natural do homem restrito e finito, subordinado ao Criador, é, no nosso entendimento, a causa de sua imperfeição e de sua incapacidade de aperfeiçoar-se, galgando o topo da idealidade beatífica.

O conflito entre o material e o espiritual, descrito no Catecismo Maior como *“perpétuas concupiscências da carne contra o espírito”*, decorre da própria constituição do homem: matéria animada pelo “sopro divino”(Ruach de Javé). Desta maneira, suas carências e seus alvos bidirecionados: sócio-corporal no tempo e “pneumo-hagios” na eternidade. Em decorrência da biunidade, o crente regenerado tem de equilibrar seu duplo desejo: carnal e espiritual, situação que lhe impõe terríveis dificuldades.

SANTIFICADOS PELA GRAÇA

Somos santos porque Deus, pela sua insondável e inescrutável misericórdia, escolheu-nos, separou-nos para si e nos justificou em Cristo Jesus. Estamos sendo justificados, perdoados e salvos pelo Cordeiro de Deus mediante o contínuo ministério do Espírito Santo em nossa vida. A nossa humanidade, porém, não se transubstancia em divindade. Continua com suas naturais deficiências, limitações, fraquezas e mortalidade. Justo, Santo, Imaculado, somente um: Deus. A suficiência para perseverança na fé e progresso santificador, bênçãos que os eleitos em Cristo experimentam, procede do Salvador, de quem recebemos a vida eterna. A debilidade humana, incapacidade de

manter-se irrepreensivelmente fiel ao Senhor, são realidades incontestáveis nas Escrituras, verificáveis na vida de todos os heróis da fé e observáveis na prática, pois todos, incluindo os eleitos, são defeituosos e falíveis. Bom e Infalível só um: Deus. O salvo é santo porque seu Salvador é Santo. A santificação do redimido é levado pelo Espírito Santo até o limite preordenado pelo Redidor. A “estatura de varão perfeito” de que nos fala Paulo significa: o servo ideal segundo os propósitos de seu Senhor, jamais um homem divinizado. O Salvador, pela santificação, aproxima-nos dele, coloca-nos em seu reino, mas não nos transforma em seres super-humanos ou extra-humanos. A santificação, sem dúvida, é a incansável marcha para a perfeição e para maior e mais estreita comunhão com Cristo, conforme os padrões éticos do Criador. Idealidade beatífica e imaculabilidade absolutas, porém, existem unicamente em Deus, o Perfeitíssimo. Nós, os eleitos salvos por Cristo, somos santos porque Ele é Santo, mas nunca seremos como Ele é. Eis porque a nossa santificação, quer entendida como separação para Deus quer como crescimento espiritual do salvo, restringe-se aos horizontes humanos. A imperfeição do homem advém de sua humanidade por um lado e da queda por outro. Aliás, o pecado original veio do desejo carnal, emulado ou criado pela tentação. Ultrapassar a humanidade, isto é, divinizar-se, foi e é total impossibilidade humana. Depois da queda, no entanto, voltar à idealidade humana perdida tornou-se impossível ao pecador. Exclusivamente a graça faz isto na vida dos eleitos, reconciliando-os com o Pai mediante o Filho. A ânsia de ser igual a Deus não é virtude santificadora, é sinal de pecaminosidade. Santo é o que se humilha aos pés do Salvador, reconhecendo-se pecador, indigno de sua misericórdia, carente sempre de seu perdão. Quem assim procede, Deus o santifica pelo beneplácito de sua graça. A santificação de cada dia dos escolhidos não se verificará e não se efetivará sem a diária confissão sincera de pecados.

O satélite recebe do planeta de que se originou e ao qual se liga a energia, o calor e a luz. Assim é o salvo procedente de Deus e ligado ao seu Filho Jesus Cristo.

CATECISMO MAIOR

PERSEVERANÇA DOS SANTOS

Pergunta 79: “*Não poderão os crentes verdadeiros cair do estado de graça, em razão das suas imperfeições e das muitas tentações e pecados que os surpreendem?*”

Resposta: *Os crentes verdadeiros, em razão do amor imutável de Deus—(Jr 31. 3; Jo 13. 1) e do seu decreto e pacto de lhes dar a perseverança(I Co 1. 8; Hb 13. 20, 21; Is 54.10), da união inseparável entre eles e Cristo(I Co 12. 27; Rm 8. 35-39), da contínua intercessão de Cristo por eles(Hb 7. 25; Lc 22. 32), do Espírito e da semente de Deus que habitam neles(I Jo 2. 27), nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados pelo poder de Deus, mediante a fé para a salvação(Jr 32. 40; Jo 10. 28)”.*

A PERSEVERANÇA RESIDE EM DEUS:

O mesmo Deus que elegeu, chamou e salvou em Cristo, garante a perseverança do salvo pelas seguintes razões reveladas:

01- O salvo foi preordenado para salvação desde a eternidade. E o que Deus preordena, também ordena e realiza plena e absolutamente. Os decretos de Deus são imodificáveis e irrevogáveis.

02- O amor de Deus ao seu eleito e justificado em Cristo é absolutamente perfeito, não sofre variações circunstanciais nem mutações passionais, não aumenta ou diminui conforme a resposta do ser amado. A mutabilidade do homem não interfere, positiva ou negativamente, na imutabilidade de Deus. Deus não ama a quem merece ser amada; ama por sua livre, graciosa e soberana escolha.

03- O salvo é regenerado para uma nova vida de santidade com Cristo. O *velho homem* em Adão, pela regeneração, torna-se *novo homem* no Segundo Adão, o Filho de Deus. O novo estado do justificado, herdeiro do Pai e co-herdeiro de Cristo, é irreversível.

04- Não é o salvo que se sustenta na posição de redimido; é o próprio Salvador que nele habita pelo seu Espírito Santo e pela sua Palavra redentora nele implantada que o mantém e o preserva.

05- Salvação é obra de Deus, e tudo que Deus faz é bom, completo e perfeito. No que se refere à redenção do homem, além de ser obra perfeitíssima de sua misericórdia, é de caráter eterno, pois o salvo é destinado à vida com Cristo no reino escatológico.

06- O homem não possui eternidade em si mesmo. A vida eterna é uma dádiva de Cristo ao seu servo, e este não a conquistou e não tem poder de rejeitá-la. A operação divina da redenção não dependeu do redimido, nem dele depende a perseverança: são graças permanentes do Salvador.

O SALVO PRESERVADO.

O homem, sendo pecador, é tentado, imperfeito e inabilitado para redenção. Alguns, porém, os eleitos, são salvos por Cristo, reconciliados com Deus e regenerados. A regeneração possui a qualidade óbvia da irreversibilidade. A justificação e a salvação em Cristo não eximem o justificado e salvo da pecaminosidade, mas lhe garantem a eterna filiação divina e, conseqüentemente, a herança imperecível da comunhão com

Deus. O pecador justificado pode errar, e efetiva e constantemente erra, mas reconhece sempre a sua culpa como ofensa direta e injustificável ao seu Pai Salvador. Tal reconhecimento sistemático e contínuo leva-o a um estado permanente de confissão de seus pecados e contrição perante o santíssimo Redentor, que o fortalece para não cair ao ser tentado e o ergue nas eventuais e acidentais quedas, pensa-lhe as feridas e o recoloca no caminho da justiça.

O eleito redimido, segundo a revelação bíblica, é *pecador, tentado e imperfeito*, mas, apesar de tudo, justificado, regenerado e salvo por Cristo:

Pecador: *“Todos pecaram e carecem da glória de Deus”*(Rm 3. 23). *“Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós”*(I Jo 1. 8). *“Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós”*(I Jo 1. 10). O pecado, portanto, instalado no homem pela queda, não pode ser eliminado no curso da existência terrena nem vencido pelo homem em tempo algum. Somos, como pecadores regenerados, em Cristo admitidos por Deus. Não nos tornamos justos, mas justificados. Somos incapazes de atingir a plena justiça: o Justo nos justifica.

Tentado: *Os inevitáveis desejos* de possessão e projeção fragilizam, desorientam, cegam, corrompem e desumanizam o homem, estabelecendo conflitos auto-insuperáveis e permanentes com o seu Criador e seu semelhante. Eis pequena amostragem:

A gustação polivalente e requintada prende-o à mesa dos finos manjares, criando contraste discriminador e injusto entre o "prato" do rico e a "lata" do mendigo. Um e outro não se tocam, não se confraternizam, embora o faustoso e o miserável sejam, ambos, criados à imagem e semelhança de Deus. Enquanto uns esbanjam, muitos morrem de fome. A glotonaria é pecado.

A permanente e insaciável libido induz os fracos e incontinentes à depravação sexual pela concupiscência, pela venalização carnal e pela impudicícia, consequenciando o enfraquecimento do amor sincero, gerando infidelidade conjugal, desorganizando a família, imoralizando as pessoas, depravando a sociedade.

A religiosidade inata do ser humano, quando desviada do Criador para criatura, dá origem à desenfreada idolatrização dos homens. Então a paganização acirra-se pela iconolatria, idolatria, santolatria, egolatria, antropolatria, cosmolatria, diabolatria.

O materialismo escraviza o homem aos bens materiais. Os materialistas elege-mo Mamom rei da vida, objeto da esperança e objetivo da existência.

A tentação nos vem de todos os lados: do Eu, da sociedade, do maligno. Cristo mandou que orássemos para não cair, quando tentados.

Imperfeito: O ser humano ocupa, individualmente, um ínfimo espaço na imensurável e insondável amplidão cósmica. E mesmo a microárea de sua terrena militância ele não a conhece perfeita e profundamente; ignora-a quase completamente. Por isso, a cosmovisão do homem é pequena e inadequada.

Limitado. O tempo da nossa existência biofísica é muito curto. “Tudo passa rapidamente, e nós voamos”. O nosso diminuto “*kairós*” na dimensão temporal ocupada e controlado por Deus, é quase nada. Não determinamos nem dominamos o espaço, o tempo e a vida. Não decidimos a nossa entrada aqui nem a saída. Tudo, absolutamente tudo, está em Deus e dele depende; inclusive, e principalmente, a nossa salvação e a nossa permanência no reino de Cristo: *Se Deus é por nós, quem será contra nós?* É o

Salvador que nos conserva salvos, protegidos, amparados e abençoados. Ele permite a tentação de seus redimidos como permitiu a de seu Filho Amado, mas não admite que sejamos tentados além de nossas forças.

Os salvos por Cristo tornam-se filhos de Deus para sempre. Poderão escorregar, e até sofrer quedas temporárias, mas jamais serão vítimas permanentes do fracasso, pois o Pai não os abandona, especialmente nas crises.

CATECISMO MAIOR

CERTEZA DA SALVAÇÃO - PERSEVERANÇA DOS SALVOS

Pergunta 80: *“Poderão os crentes verdadeiros ter certeza infalível de que estão no estado da graça e de que neste estado perseverarão até a salvação?”*

Resposta: *Aqueles que verdadeiramente crêm em Cristo e se esforçam por andar perante ele com toda a boa consciência, podem, sem uma revelação extraordinária, ter certeza infalível de que estão no estado de graça, e de que neste estado perseverarão até a salvação, pela fé baseada na verdade das promessas de Deus e pelo Espírito Santo que os habilita a discernir em si aquelas graças às quais são feitas as promessas da vida, testificando aos seus espíritos que eles são filhos de Deus(I Jo 2. 3; I Co 2. 12; I Jo 4. 13, 16; I Jo 3. 14, 18- 21, 24; Hb 6. 11, 12; Rm 8. 16; I Jo 5. 13; II Tm 1. 12)”*.

CERTEZA E PERSEVERANÇA

A perseverança, em princípio, gera a certeza, mas não necessariamente; pois enquanto a perseverança depende exclusivamente do direito e condição de posse do Salvador sobre o salvo, do Senhor sobre o servo, e isto por eleição e remissão, a certeza, embora seja obra do Espírito e da Palavra no redimido, possui um aspecto psicológico que não deve ser menosprezado. O não eleito pode ser profundamente místico em busca de segurança e vantagens, podendo até mesmo possuir alguma “certeza” de fundo cultural de que é filho de Deus e de que, por seus esforços beatíficos, “merece” a salvação. Semelhante “certeza” é mais uma “convicção” religiosa que uma verdadeira “segurança” espiritual. A certeza do eleito é consequência de sua regeneração por um lado e obra do Espírito Santo em sua mente e coração por outro. As eventuais dúvidas dos verdadeiros crentes nascem de suas fraquezas humanas, naturais de todos os pecadores, mas sempre contribuem para o seu crescimento espiritual e fortalecimento de sua fé. O escolhido pode escorregar, mas Deus não o deixa cair; se lhe permite a queda, erguê-lo-á e lhe pensará as feridas do acidente. O estado de graça do servo de Cristo é de natureza permanente pelo fato de ser obra do Deus imutável. Eis porque a perseverança dos escolhidos e justificados em Cristo é bíblicamente indiscutível. A certeza, que também se origina do estado de graça, é algo que, para expressar-se, depende do psiquismo individual de cada um e do estado emocional do redimido. Neste, contudo, a operação interna do Espírito Santo não permite a fixação da incerteza e a destrutibilidade da dúvida. Deus sustenta em seus braços os filhos redimidos independentemente de passageiras oscilações em sua fé psicológica.

A CERTEZA DO SALVO

O crente verdadeiramente renascido não só pode ter, mas efetivamente tem real certeza de sua redenção, independentemente de suas acidentais fragilidades. O Catecismo fala da “salvação” como situação final no reino escatológico de Cristo. Ela começa, no entanto, na eleição, realiza-se na justificação em Cristo, objetiva-se na regeneração, confirma-se na santificação, concretiza-se na consumação, quando o nosso corpo mortal e corruptível revestir-se de imortalidade e incorruptibilidade e a esperança converter-se em definitiva realidade. Hoje, na existência transitória, vivemos em Cristo Jesus a salvação

prometida e garantida sob o ministério do Espírito. Na glória eterna dos ressurretos experimentaremos o gozo perfeito da direta e íntima convivência com o Salvador na comunhão de todos os redimidos. A eficácia causal do penhor da redenção e da vida eterna, que o Espírito Santo outorga aos regenerados, o Catecismo Maior chama-a de “estado de graça”, que é a condição da nova criatura redimida, livre da dominação do pecado e da natureza do homem velho(Cl 3. 9, 10; Gl 5. 24). Salvação já; plenitude, ainda não. O salvo, embora continue sofrendo as pressões do pecado, as tentações naturais e espirituais, os sofrimentos do mundo em que vive e as suas dores pessoais, possui antecipações extraordinárias e objetivas das bênçãos e da herança do reino porvir. Ei-las:

a- Garantia da eterna permanência em Cristo Jesus: *“Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão”*(Jo 10. 28 cf Rm 1. 29; Fp 1. 6; II Ts 3. 3; Tm 1. 12; 4. 18). Tenho certeza da paternidade divina e me sinto seguro em seus braços como estou certo da paternidade biológica e da proteção que meu pai terreno me dá.

b- Objeto de perene intercessão, no Tabernáculo Celeste, pelo Sumo Sacerdote, nosso Senhor Jesus Cristo: *“Por isso também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles”*(Hb 7. 25). *“Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu, ou antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós”*(Rm 8. 24).

c- Presença permanente e consoladora do Paráclito, que habita o redimido, confirmando-lhe a fé em Jesus Cristo, dando-lhe conforto, esperança, convicção, conhecimento revelado, segurança e paz: *“Eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco, o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê, nem o conhece; vós o conheceis, porque ele habita convosco e estará em vós”*(Jo 14. 16, 17). *“Acaso não sabeis que o vosso corpo é o santuário do Espírito Santo que está em vós, o qual tendes da parte de Deus, e que não sois de vós mesmos?”*(I Co 6. 19). *“Quando vier, porém, o Espírito da Verdade, ele vos guiará a toda a verdade”*(Jo 16. 13^a). E o Pneuma de Deus veio, conforme a promessa(Jo 16. 7), assumiu o comando da Igreja e o da vida de cada membro do corpo de Cristo.

d- Agraciado por Deus. Somos servos salvos por intermédio de Cristo, e isto por inteira graça e beneplácito de Deus. Nada fizemos, pois coisa alguma podíamos fazer, para ser o que somos: justificados, regenerados, redimidos e dotados de esperança, fé e amor. Entramos na eternidade por meio do Eterno, Jesus Cristo. Estamos no caminho onde ele nos colocou. Caminhamos sob seu comando. Professamos e expressamos a verdade que existe essencialmente nele e nos é comunicado pelo seu Espírito.

e- Pactuados com Deus em e por meio de Cristo Jesus e incluídos no povo da promessa e da aliança, e isto de modo definitivo e em termos irrevogáveis. Nada disso dependeu de nós, mas da infinita e majestosa graça de Deus. A nós nos compete: gratidão, respeito, obediência, submissão, servitude, louvor e adoração.

CATECISMO MAIOR

CERTEZA DA SALVAÇÃO

Pergunta 81: *“Têm todos os crentes sempre a certeza de que estão no estado da graça e de que serão salvos?”*

Resposta: *A certeza da graça e salvação, não sendo da essência da fé, crentes verdadeiros podem esperar muito tempo antes de consegui-la(Is 50. 10; Sl 68); e depois de gozar dela podem sentir enfraquecida e interrompida essa certeza por muitos perturbações, pecados, tentações e deserções(Sl 31. 22; Sl 73. 1- 12; Sl 30. 6, 7; Sl 51. 8, 12); contudo, nunca são deixadas sem uma tal presença e apoio do Espírito de Deus, que os guarda de caírem em desespero absoluto(Jó 13. 15; Sl 73.13- 15)”.*

CERTEZA DA SALVAÇÃO E CRESCIMENTO ESPIRITUAL.

O Catecismo diz que a certeza não é da “essência da fé”, certamente em virtude das contingências humanas gerais e das circunstâncias pessoais de cada crente. Não se deve confundir a doutrina bíblica estabelecida da “perseverança dos santos” com a afirmação teológica da “certeza da salvação” em caráter universal, permanente e irrevogável. Há crentes imaturos, verdadeiras crianças em Cristo, ainda não levados pelo Espírito Santo ao estado de maturidade espiritual. Desses não se exigirá permanente “certeza do estado de graça”, mas não se lhes duvidará da redenção, pois esta não depende da condição do salvo, mas da graça salvadora de Deus. Paulo não nos deixa em dúvida sobre a “meninice” de alguns santos que, em consequência, são espiritualmente frágeis: *“Eu, porém, irmãos, não vos pude falar como a espirituais; e, sim, como a carnis, como a crianças em Cristo. Leite vos dei a beber, não vos dei alimento sólido; porque ainda não podíeis suportá-lo. Nem ainda agora podeis, porque, ainda sois carnis”(I Co 3. 1, 2).* E a que tipo de pessoas o mestre dos gentios dirige-se? Eis como os qualifica na introdução da carta: *“Paulo, chamado para ser apóstolo de Jesus Cristo, e o irmão Sóstenes, à Igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados para ser santos, com todos os que em todo lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso”(I Co 1. 1, 2).* As incertezas podem ocupar as mentes dos crentes imaturos, mormente em tempos de crises. O crescimento espiritual, ou santificação, vai eliminando as dúvidas e confirmando a convicção até o ponto de o eleito salvo em Cristo não mais duvidar de sua salvação.

A CERTEZA DA SALVAÇÃO

O crente verdadeiro, aquele a quem Deus realmente elegeu, chamou e justificou em Cristo Jesus, quem o mantém, por meio do Santo Espírito, no caminho da santificação. No início da vida cristã, quando a confiança do servo em si mesmo é maior do que a depositada no Salvador, quando o “ego” ainda predomina a mente e a fidelidade está sob a dependência do emocional, muitas interrogações e questionamentos afloram. O redimido, porém, guiado e dominado pelo Espírito, chega a um estágio de entrega total, de submissão irrestrita, de certeza inabalável de que realmente se encontra em “estado de graça”, definitiva e inabalavelmente reconciliado com Deus e na posse da herança eterna da redenção. Este, quando verdadeiramente santificado, não mais experimenta dúvida. E isto porque, ao incorporar o conhecimento revelado de que a salvação é obra da inteira

misericórdia de Deus, sendo de caráter permanente por ser dádiva do Eterno, ele adquire a segurança, também obra do Espírito, de que o Redentor é infalível em seu ser, propósitos e atos. E assim, a remissão trazida por ele é, por natureza, garantida, imodificável, perfeita, cabal, final. Um crente, pois, com esse grau de maturidade, possui uma fé sólida, uma esperança convicta, um amor irrepreensível. Quem passa a confiar absolutamente na autoria de Deus da revelação, da expiação, da regeneração e da redenção, não mais confia em si mesmo, na sua capacidade de autojustificação e de escolha do destino eterno.

O santíssimo e potentíssimo Ser divino, ao confrontar-se com o homem, este se vê despido diante dele, seus pecados emergem, atingem a sua consciência, projetam-se diante de seus olhos e ele não tem outra saída senão reconhecer o seu estado de miserabilidade, como fez o profeta Isaías: *“ai de mim! Estou perdido! Porque sou um homem de lábios impuros, habito no meio de um povo de impuros lábios, e os meus olhos viram o Senhor”* (Is 6. 5). O sentimento de fragilidade de quem se descobre perante o Senhor é necessário, e nada tem a ver com incerteza ou dúvida, mas produz o conhecimento de si mesmo e, em consequência, a descoberta de suas limitações e pecaminosidade. O pecador, ao ver-se frente a frente com o Deus santíssimo, o seu “ego” destrona-se, e ele se enxerga como realmente é, não como supunha ser. Percebe seu estado de criatura e se conscientiza de que sem o Criador sua vida fica totalmente à deriva, absolutamente despida de sentido e objetivo. Aí, em vez de confiar em si mesmo, deposita sua confiança, seu destino e existência nas mãos do Salvador, que lhe perdoa os pecados e o conserva em seu regaço. A fraqueza trazida à tona pela luz da presença numinosa, penetrante e majestosa de Deus, leva o agraciado a sentir-se como criança nos braços do pai. A salvação é um dom do Salvador infalível ao pecador falível, não uma conquista do homem, por natureza incompetente e inabilitado. O crente verdadeiro pode, eventualmente, duvidar da salvação, mas nunca duvidará do Salvador, pois quem dele duvida, dele não pode ser.

RELIGIOSIDADE MAL DIRECIONADA

O **ateu**, não tendo em quem depositar sua credulidade, centraliza a confiança no “eu”, egocentrizando-se. A divinização do “ego”, não raro, transmuda-se em culto ao homem genérico, à cultura, à natureza, a arquétipos endeusados, a estereótipos sociológicos, a símbolos ideológicos, a movimentos libertários, a idealizações utópicas. O fanatismo é o filho primogênito da egolatria. O incrédulo troca a religião revelada pelo realismo dos fatos concretos o objetivismo dos eventos sociais e históricos: crença no imediato.

Os **permutantes** esperam salvar-se por meio de boas obras, colocando os merecimentos humanos como produto de negociação com Deus, pensando “trocar” o bem meritório, que supostamente praticam, por graças e perdões. Esperam recompensa divina a cada ação social e espiritualmente benéfica. Para eles, as virtudes pessoais são indispensáveis e fundamentais à “conquista” dos favores celestes. Os permutantes estão mental e psicologicamente convencidos de que por suas boas obras alcançarão a graça. É a segurança no inseguro, a certeza no incerto, a fé no perecível, a esperança no inexequível.

CATECISMO MAIOR

O TEMPO DA GLÓRIA

Pergunta 82: *“Em que tempo se realiza a comunhão em glória que os membros da Igreja Invisível têm com Cristo?”*

Resposta: *A comunhão em glória que os membros da Igreja Invisível têm com Cristo realiza-se nesta vida(II Co 3. 18), e imediatamente depois da morte(Lc 23. 43), e finalmente aperfeiçoada na ressurreição e no juízo final(I Jo 3. 2; I Ts 4. 17; Ap 22. 3- 5)”.*

OS ESTÁGIOS DA GLÓRIA EM CRISTO.

O eleito, e somente ele, está preordenado e, conseqüentemente, condicionado à remidora união com e em Cristo Jesus. Por força dessa eterna e irrevogável identidade, o escolhido no e para o Redentor, este se unirá a ele irresistivelmente, tornando-se seu “doulos” e, pela regeneração, uma nova criatura. A comunhão do predestinado, chamado e justificado em Jesus Cristo jamais se interromperá, mas passará pelos seguintes estágios:

1- **O da vida terrena** em que, apesar da fé, da esperança, do amor, da habitação do Espírito Santo, da instrução e consolação da Palavra de Deus e da integração no corpo fraternal da Igreja, continua sujeito ao pecado, e freqüentemente peca, permanecendo exposto a todos os sofrimentos decorrentes do seu estado natural, de sua condição de ser social, e de suas fragilidades pessoais. Nas mesmas condições, não se comparará a situação interna do servo de Cristo, amparado pela graça, com um réprobo, pois a “comunhão em glória” é uma bênção restrita aos justificados.

2- **O do estado intermediário**, onde o redimido, imediatamente após a morte, entra sem o seu corpo físico, e aí, no seio de Abraão e na presença de Cristo, livre do pecado, do maligno e da morte, espera o dia da ressurreição, quando o Criador lhe devolverá o corpo revestido de incorruptibilidade e de imortalidade. Assim, a idealidade humana, conforme os eternos propósitos de Deus, concretiza-se; e a unidade “pneumossomática” jamais se desfará.

3- **O do estado final**, ouvida a sentença justificadora do Supremo Juiz, o santo da promessa, aperfeiçoado com a ressurreição pela eterna e santa unidade “corpo-espírito”, plenamente preparado para a nova e gloriosa condição de vida, ingressa definitivamente no reino celeste para o beatífico convívio com todos os salvos e com todos os anjos: é a glória final dos crentes pela qual o Rei tanto lutou e tanto sofreu na peregrinação terrena.

Podemos, pois, afirmar que o tempo da glória do cristão verdadeiro começa no encontro com Jesus Cristo; prossegue sob sua proteção e misericórdia; continua no estágio intermediário; culmina no estado final, tempo da gloriosa e ideal restauração da unidade eterna: corpo-espírito.

O ESTADO GERAL DE GLÓRIA

A santa comunhão dos salvos em Cristo Jesus, estabelecida pela relação Pai-Filho-regenerado é de natureza eterna, embora tenha origem na existência biofísica do homem falível, corruptível e mortal. A glória da redenção e da filiação impõe ao eleito redimido um ônus pesado e doloroso, mas compensado mais que satisfatoriamente por

graças não experimentadas pelos irremissos: Testemunho interno e obra do Espírito Santo: ministérios da consolação, da proteção, da iluminação, da edificação, da condução, da santificação e da unificação dos justificados; os carismas da fé, da esperança e do amor; habilitação para o serviço ao salvador; sustentação da Igreja. A conversão não gera um converso sem problemas internos, não cria um ambiente paradisíaco para o crente, sem enfermidades, sem pecaminosidade, sem conflitos, sem mortalidade. Jesus coloca os seus libertos da escravidão do pecado, do mundo e do maligno na liberdade do caminho, isto é, marcha com eles a duríssima jornada do êxodo para a Terra da Promissão, a Jerusalém Celeste. Todos os cristãos sabem pela revelação bíblica e por meio dos instrumentos carismáticos da esperança e da fé, que são herdeiros da promessa reservada para eles ao término da peregrinação. No percurso, o servo de Cristo enfrenta constantes e pertinazes oposições da sua própria condição humana, da natureza hostil, da sociedade desviada da graça, do maligno, adversário de Deus e nosso, da morte que tenta destruí-lo. Em tudo, porém, ele é mais que vencedor.

Toda a glória do justificado em Cristo Jesus reside na unidade Senhor-servo: *“Eu lhes tenho transmitido a glória que me tens dado, para que sejam um como nós o somos; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste, e os amaste como também amaste a mim”* (Jo 17. 22, 23).

Os piores traumas do homem não lhe são causados pelas batalhas diárias na conquista do pão, da habitação, da educação, da profissionalização, da seguridade, da defesa; as dores mais profundas e traumatizantes são aquelas que lhe ferem a alma pela solidão, pela ingratidão, pela bastardia, pelo desamor. O menosprezado sente-se como prisioneiro na “solitária”. Não o aliviam as lágrimas pessoais. O alívio vem-lhe somente quando o seu choro lacrima os olhos dos parentes e dos amigos. Desespero maior, entretanto, é o do isolamento espiritual, o da ausência da paternidade, o da desesperança, o da insegurança do espírito. Todos os remidos são guiados pelo Espírito, mesmo nos sofrimentos. Estes, ao passarem “o vale da sombra da morte, não temem nenhum mal, pois a vara e o cajado do Sumo Pastor dirige-os, protege-os e os consolam. O mesmo não acontece com o réprobo. O crente sabe que marcha para a glória, porque o seu Rei está com ele e não o abandonará: *“Eis que estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos.”* A glória do eleito em Cristo Jesus reside no fato de ele ser filho de Deus, herdeiro do Pai e co-herdeiro com o Filho, e nele habitar o Espírito Santo. A estrada é acidentada; a jornada é dura; mas quanto mais difícil e penosa a caminhada, maiores e mais intensas a fé, a esperança e a certeza da chegada no lar eterno.

CATECISMO MAIOR

ATUAL COMUNHÃO COM CRISTO

Pergunta 83: *“Qual é a comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam nesta vida?”*

Resposta: *Aos membros da Igreja invisível são comunicadas, nesta vida, as primícias da glória com Cristo, visto serem membros dele, o Cabeça, e, estando nele, têm parte naquela glória que na sua plenitude lhe pertence(Ef 2. 5, 6); e como penhor dela experimentam o amor de Deus(Rm 5. 5; II Co 1. 22), a paz de consciência, o gozo do Espírito Santo e a esperança da glória(Rm 5. 1, 2; Rm 14. 17). Do mesmo modo, o sentimento da ira vindoura de Deus, o terror da consciência e uma terrível expectativa do juízo são para os ímpios o princípio dos tormentos, que eles hão de sofrer depois da morte(Gn 4. 13; Mt 27. 3- 5; Hb 10. 27; Mc 9. 43; Rm 2. 9).”*

ANTECIPAÇÃO DO REINO

A Igreja de Jesus Cristo, núcleo terreno e base do seu reino escatológico, é a única instituição visível que atesta, apesar de suas falhas, que Deus atua na terra por meio de um povo exclusivamente seu, o qual se dedica essencial e prioritariamente à adoração de seu Senhor, ao testemunho da fé cristã, à pregação do Evangelho, à unidade dos santos, à santidade de seus membros. O corpo eclesial de que Cristo é o Cabeça, não é uma organização meramente social, não emerge da vontade humana nem permanece por meio dela; deve sua existência, essência e permanência exclusivamente ao Filho de Deus em quem se firma e a quem pertence. A Igreja peregrina, comunhão dos santos em Cristo, pode e deve ser entendida como antecipação real do reino ideal e consumado do Cordeiro na eternidade, onde o material cederá seu domínio ao espiritual. A luz do porvir já ilumina o caminho do servo de Cristo.

Dentro da Igreja, antecipadora do domínio escatológico final do Messias, cada membro verdadeiramente regenerado experimenta sinais, marcas, sentimentos, esperanças, virtudes, antevisões, consolações e antecipações do que lhe está reservado e garantido no reino vindouro. A iluminação do Espírito permite a recepção dos fatos revelados nas Escrituras e gera a proveitosa interação entre o coletivo e o individual, entre o membro e o corpo.

O INVISÍVEL NO VISÍVEL

Os membros da Igreja invisível não são facilmente distinguíveis dentro da instituição eclesiástica histórica. Eles, humanos normais como todos os outros, participam de uma humanidade pecadora e são igualmente falíveis, cúmplices e vítimas da queda. A diferença entre o santo, separado para Deus, e o reprovado, aquele que se separa para si mesmo e se afasta cada vez mais de Deus, é que o eleito reconhece seus pecados, evita o mal e quando, por irresistência às pressões humanamente irresistíveis, erra contra o próximo ou contra Deus, arrepende-se, entristece-se muito, confessa, e procura o socorro divino para não repetir faltas, que considera sempre ofensas ao Salvador, Senhor e Pai. O perverso, por outro lado, desconhece a sua pecaminosidade, o seu estado de depravação e, em consequência, não tem consciência de sua natureza pervertida, de sua propensão para a rebeldia contra o seu Criador. O pecado, para ele, inexistente, porque Deus foi eliminado

de sua mente, excluído de seus planos, anulado nas suas relações pessoais. Faltando-lhe a verdadeira fé, os atos pecaminosos se lhe apresentam normais, e até necessários, no seu entendimento, à realização social e econômica. Quanto a mais a luminosidade divina nos atinge e nos descobre, mais se nos revela a culpabilidade; quanto mais comunhão com Cristo, mais nos reconhecemos pecadores, mais intensamente confessamos nossos pecados, mais nos submetemos ao soberano Rei, mais nos dedicamos ao seu serviço. Quando, pois, a graça desnuda a nossa alma perante o Santíssimo, mais o pecado nos aflige. Então o Espírito Santo induz-nos à confissão. E aí, superabunda em nós a misericórdia do perdão do Pai mediante o Filho: sentimo-nos ingratos e injustos, mas não abandonados, rejeitados e órfãos; procuramos a harmonia com o Redentor no seio de sua Igreja, onde nos irmanamos com os conservos. Não sabemos exatamente quais são os escolhidos e os não escolhidos na comunidade eclesial, mas procuramos viver em paz com todos eles, amá-los cordialmente, respeitá-los, considerá-los e ajudá-los em tudo que nos for possível, na medida de nossa fé e segundo os parâmetros da Palavra de Deus. O gozo do cristão verdadeiro é o da própria comunhão com Deus, que lhe traz a certeza de que a sua filiação divina em Cristo Jesus não será jamais interrompida. Ser filho de Deus é o maior dos privilégios e o mais nobre e intenso de todos os prazeres.

A comunhão em glória do servo com seu Senhor, embora a peregrinação terrena seja duríssima, reside basicamente nas seguintes concretíssimas antecipações:

Ele está em marcha, sob o comando de Jesus Cristo e direção do Espírito Santo, para o Reino celeste, sua morada final. Ainda não chegou ao destino final, mas já saiu do mundo e caminha sob a posse e proteção do Salvador.

A presença de Cristo em sua vida é fato experienciado diariamente, não importando as circunstâncias: agráveis ou não.

Sua comunhão com Cristo promove e mantém seu fraternal relacionamento com seus conservos na Igreja militante, o Reino de Cristo na terra, o que lhe é bênção inefável.

A Igreja, Corpo de Cristo, da qual é membro, é sua família espiritual. Dela recebe os meios de graça para a sua edificação, crescimento e fortificação. Nela compartilha com seus irmãos os dons da fé, da esperança e do amor; cultua o Salvador como partícipe de sua liturgia comunitária; na sua santa unidade se integra, numa prévia antevista da Igreja triunfante.

A obra do Espírito Santo na Igreja e em sua vida garante-lhe a permanência na graça, mantém-no consolado e confortado nos momentos de crise pessoal e de conflitos sociais.

Finalmente, o servo de Deus recebe de seu Salvador uma paz interna de origem divina, uma dádiva de Cristo, nada comparável à paz que o mundo promete oferecer.

O salvo, membro da Igreja invisível na visível, antegoza, mas de maneira intrinsecamente indiscutível, os benefícios do reino porvir, aguardando esperançoso a sua concretização, que certamente acontecerá, segundo a promessa.

CATECISMO MAIOR

A MORTE

Pergunta 84: *“Morrerão todos os homens?”*

Resposta: *A morte, sendo imposta como salário do pecado(Rm 6. 33), está decretada a todos que uma vez morram(Hb 9. 27), pois todos são pecadores(Rm 5. 12).*

A MORTE NA ORDEM NATURAL

Pela morte física passam todos os seres vivos: animais e vegetais. Na ordem natural, a vida não se perpetua no indivíduo, mas na espécie por meio da “semente” fecundada. A natureza encarrega-se de selecionar os mais capazes, mais resistentes e mais fortes para a perpetuação da espécie. O humano, sendo integrante da vida geral do universo, está sujeito às mesmas leis existenciais e vitais de todos os seres viventes: é gerado, amadurece, produz a “semente”, reproduz, sustenta e protege a prole, envelhece, morre. Eclesiastes 3. 19, 20 evidenciou essa realidade constatada: *“Porque o que sucede aos filhos dos homens, sucede aos animais; como morre um, assim morre o outro; todos têm o mesmo fôlego de vida, e nenhuma vantagem tem o homem sobre os animais; porque tudo é vaidade. Todos vão para o mesmo lugar; todos procedem do pó, e ao pó tornarão.”* Para o animal, porém, o fim da vida é a morte. Para o homem a morte física, que o equipara aos animais, é consequência do juízo divino: *“Disse ainda comigo: É por causa dos filhos dos homens, para que Deus os prove, e eles vejam que são em si mesmos como os animais”(Ec 3. 18).* Na flora e a fauna a morte física põe fim ao indivíduo que, sendo capaz, já garantiu a continuidade nos descendentes. O homem, pessoalmente, transcende a morte porque possui uma vida procedente da fonte eterna: *“Então formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra, e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente”(Gn 2. 7).* A procedência do corpo é a mesma de homens e animais, mas a da vida é diferente. É esta diferença que faz do homem “*imago Dei*”.

REFLEXÕES SOBRE A MORTE

Morte, fim das oportunidades. A morte é o ponto final de um lindo, impressionante e majestoso conto ligeiro em que o clímax se faz pelo primeiro verbo, “nascer”, e o anticlímax pelo último, “morrer”. A morte biológica, embora natural e universal, jamais, em qualquer tempo e lugar e por qualquer povo, foi e é recebida naturalmente ou aceita como epílogo glorioso da existência. Quanto mais eminente e mais útil o vivente, mais pranteado e lastimado o seu funeral. A consciência rejeita e repele a inexorável dissolução do corpo pelo processo de decomposição orgânica.

A maternidade é o local do riso e da esperança; o necrotério, o das lágrimas; o cemitério o das saudades. O berço e a urna mortuária são extremos que, embora conflitantes, necessariamente limitam um período de vida e se conectam entre si. Paradoxalmente, porém, os dois não se harmonizam. O primeiro introduz a felicidade do princípio, o último, a dolorosa compunção do fim. O autor de Eclesiastes, no entanto, afirma que a veracidade da vida manifesta-se no velório, não no berço natalício ou nos momentos festivos: *“Melhor é a boa fama do que o unguento precioso , e o dia da morte melhor do que o dia do nascimento. Melhor é ir à casa onde há luto do que ir à casa onde há banquete, pois naquela se vê o fim de todos os homens; e os vivos que o tomem*

em consideração. Melhor é a mágoa do que o riso, porque com a tristeza do rosto se faz melhor o coração”(Ec 7. 1-3). O sentido da morte reside no significado da vida. Quem vive para Deus e o próximo, morre com nobreza, na paz do dever cumprido e na esperança de perpetuidade futura. É na existência terrena que o homem tem a oportunidade de receber a vida eterna em Cristo Jesus e tornar-se servo de Deus. Portanto, o estágio físico é, para o ser humano, importantíssimo. Aqui se decide o seu destino final.

DEUS, SENHOR DA VIDA E DA MORTE

O único que tem a posse de todo bem e possui domínio sobre todo mal é Deus. O homem, ao apropriar-se de tais prerrogativas, avocando a si, por desobediência, atributos que não lhe são próprios e, por isso mesmo, demasiadamente pesados, não somente rompeu relações com o Criador, a fonte da vida, caindo em estado de perdição e mortalidade, mas também criou uma situação de conflitos humanamente insuperáveis entre o que se destinava a ser servo e o Senhor eterno, exclusivo Pai da eternidade. Dono de si mesmo e com poderes de domínio sobre a natureza, o homem tornou-se um mortal mortífero, destinado à morte mas com incrível capacidade de destruição do semelhante e dizimação dos seres inferiores. Pela queda, o direito que o Senhor a si se reservava de manter sua obra prima nas sendas da justiça, da verdade e da bondade, bem como protegê-lo, imaculável, da perversidade, da malignidade e da impiedade foi usurpado. E o caos instalou-se na ordem criada; a morte foi além de destruir o corpo, encerrou o homem no Sheol, isto é, separou-o do Senhor da vida, impondo-lhe a mais terrível condição de alienação e miserabilidade.

Resumindo: o homem, ao apropriar-se da “arvore da ciência do bem e do mal” com a preconcebida intenção de igualar-se a Deus em potência e privilégios absolutos, atraiu sobre si o cutelo da morte; a vida se lhe escapou, ficando-lhe a *ciência* como espada bigúmea: servido o mal e o bem com igual eficiência, isto é, benéfica e maléfica. Com todos esses poderes, o homem não passa de mísero mortal, um pobre escravo do pecado, perdido, sem qualquer possibilidade de retorno à fonte da vida. Somente a misericórdia de Deus efetivada em Cristo Jesus pode reverter a sua humanamente irreversível situação.

A inescapabilidade da morte física é a mais dura realidade da vida, mas a promessa da ressurreição do corpo feita por Cristo aos eleitos, a mais gloriosa das esperanças: vitória final sobre as mortes física e espiritual.

CATECISMO MAIOR

A MORTE DOS JUSTOS

Pergunta 85: “*A morte, sendo salário do pecado, por que não são os justos poupados dela, visto que todos os seus pecados são perdoados em Cristo?*”

Resposta: *Os justos no último dia serão libertados da própria morte, e no ato de morrer estarão isentos do aguilhão e maldição dela(I Co 15. 26, 55- 57; Hb 2. 15), de modo que, embora morram, contudo, isto lhes vem do amor de Deus(Is 57. 1, 2; II Rs 22. 20), para os livrar perfeitamente do pecado e miséria(Lc 16. 25; II Co 5. 1 – 8) e os tornar capazes de maior comunhão com Cristo na glória, na qual eles imediatamente entram(Lc 23. 43; Fp 1. 23).”*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para entendermos a morte física do justo precisamos ter em mente três coisas:

Primeira: O perdão de Deus em Cristo Jesus elimina os pecados fatuais, mas não nos purifica do genérico ou “pecado original”, pois os perdoados pelo e no Filho de Deus continuam participando da humanidade de que procedeu por nascimento e na qual encerrará seu ciclo de vida biofísica pela morte. Todos os redimidos, no curso da presente existência, continuam sujeitos ao pecado em virtude da semente do mal existente neles e da sociedade em que vivem, embora protegidos da perdição pela graça divina. A propensão ao mal, mesmo no eleito, demonstra a permanência de um resto de malignidade no interior dos servos de Cristo. É por esta causa que ele tem de vigiar, orar e confessar sistematicamente. Quando, pois, morre um crente verdadeiro, falece um pecador perdoado, um justificado por Deus em Cristo, mas não um ser absolutamente sem pecado no sentido moral e espiritual. Irrepreensivelmente Bom e Santo somente um, Deus. **Segunda:** A obra redentora de Cristo efetiva-se na regeneração, mas a santificação continua até o fim da peregrinação terrena. Isto significa que a batalha contra o pecado somente cessa com o fim da existência física. Portanto, o óbito interrompe a guerra contra o mal, o mundo, o maligno e a morte. O salvo então é recolhido por Deus e fica aguardando a retomada de seu novo corpo ressurreto incorruptível, imortal e glorioso, quando a morte não mais existirá na ordem natural. **Terceira:** Cristo venceu a morte para os seus escolhidos, o que levou Paulo a exclamar: “*Tragada foi a morte pela vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte o teu aguilhão?*” O cristão autêntico passa pelo vale da sombra da morte sem temer mal algum, porque o Senhor da vida, o Bom Pastor, está com ele.

A MORTE DOS JUSTOS

A morte biológica do justo, mesmo com a esperança da ressurreição, tem sido traumatizante, pois a exclusão de um membro da família produz consternação, carências afetivas e dolorosas saudades. A do injusto é muito mais consternadora por deixar nos entes queridos a incerteza e a desesperança. Partir sem Cristo é terrível. No caso do servo que Deus transfere do mundo material para o espiritual, os parentes e amigos ficam consolados pela certeza da salvação em Cristo Jesus, pelo consolo do Espírito Santo que lhes habita os corpos, pela esperança no cumprimento da promessa do

Salvador de que os santos ressuscitarão imortais e incorruptíveis no último dia, pela firme convicção do reencontro na existência futura. Tais realidades reveladas e experienciadas pelos verdadeiros regenerados são forças tonificantes que transformam a dor da separação em confortadora esperança. Os militantes da Igreja peregrina sob o comando do Messias sabem que os louros finais estão garantidos, pois a derrota do último inimigo, a morte, está definitivamente decretada tanto pela ressurreição do corpo como pela liquidação da mortalidade, da tentação e do tentador: *“Então a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago do fogo. Esta é a Segunda morte, o lago do fogo”*(Ap 20. 14). Mesmo na presente vida, os redimidos recebem do Espírito Santo o convencimento inabalável de que os poderes tartáricos são incapazes de dividir o Corpo de Cristo, de separar o salvo do Salvador: *“Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada? Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro. Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores por meio daquele que nos amou. Porque eu estou bem certo de que nem morte, nem vida, nem anjos, nem principados, nem coisas do presente, nem do porvir, nem poderes, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus nosso Senhor”*(Rm 8. 35 – 39). Os crentes que estão com Cristo aqui, estarão com ele no além. Os réprobos, porém, que o rejeitam, prática ou racionalmente, nesta vida, serão rejeitados por ele na existência futura. Para esses, a morte física é passaporte da perdição eterna, pois o destino final deles, segundo as Escrituras, é a Geena, lugar de padecimentos permanentes, onde o bicho não morre e o fogo não se apaga, onde haverá choro inconsolável e constante ranger de dentes(Mt 13. 42, 50; Mc 9. 43- 48). Conforme os ensinamentos escriturísticos, as diferenças entre justos e injustos diante da morte são: a- **Injusto:** A morte derrota-lhe a vida, imperando a desgraça sobre a graça. A decretação da definitiva exclusão do reprovado de todas as bênçãos de Deus, diretas e indiretas, naturais e espirituais, cumpre-se no seu falecimento. b- **Justo:** A vida triunfa sobre a morte e a graça sobre a desgraça, pois Cristo na cruz, em seu lugar, destruiu completamente os poderes, os horrores e a tenebrosidade da morte, tornando-a preciosa aos olhos de Deus(Sl 116. 15). As potências tartáricas estão dominadas pelo Cordeiro, aguardando o dia em que serão cabalmente destruídas. A morte é a transferência do justo da Igreja militante para a triunfante; portanto, uma gloriosa promoção.

CATECISMO MAIOR

O ESTADO INTERMEDIÁRIO

Pergunta 86: *“Que é comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam imediatamente depois da morte?”*

Resposta: *A comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam imediatamente depois da morte, consiste em serem aperfeiçoados em santidade as suas almas e recebidas nos altos céus, onde vêem a face de Deus em luz e glória(Lc 16. 23; Lc 23. 43; Fp 1. 23; II Co 5. 6-8), esperando a plena redenção de seus corpos(Rm 8. 23; Sl 16. 9), os quais até na morte continuam unidos a Cristo(I Ts 4. 14) e descansam nas suas sepulturas como em seus leitos, até que no último dia sejam unidos novamente às suas almas(Rm 8. 23). Quanto às almas dos ímpios, são imediatamente depois da morte lançadas no inferno onde permanecem em tormentos e trevas exteriores; e os seus corpos ficam guardados nas sepulturas, como cárceres, até a ressurreição e juízo do grande dia(Lc 16. 23, 24; At 1. 25; Jd 6, 7).”*

HOMEM, SER PSICOSSOMÁTICO

O homem não é constituído de partes contraditórias: uma boa, a alma, e outra ruim, o corpo; não é uma mistura imprópria e incompatível de espiritual e material; Não se compõe dicotomicamente de “psyche” e “soma”, idealmente separáveis, sob a alegação de que uma se destina ao mundo espiritual de onde procedeu e outra, à matéria de onde veio. Não, Deus criou o homem como ser uno, indivisível, totalmente integrado no conjunto corpo-alma(soma-psyche) ou corpo-espírito(soma-pneuma), unindo nesse ser extraordinariamente complexo os dois pólos da criação: o espiritual e o material, e os dois universos equidistantes: o celestial transcendente e o material imanente, ambos bons por criação divina. E assim, as duas ordens encontram-se numa criatura excepcional, a imagem de Deus(imago Dei) na terra. “Psyche” e “pneuma” são sinônimos nas Escrituras(Mt 10. 28; I Co 7. 14 cf Tg 2. 26). Com o pecado, o mal entrou no homem, corrompendo o bem que nele havia, deturpando-lhe a “imago Dei”, trazendo-lhe a morte física e a espiritual. Como toda criatura da ordem natural continua na “semente” geracional, também o homem, como Deus o criou e o deseja, perpetuou-se por meio da “semente da mulher” até se idealizar e se consumir em Jesus Cristo. O remanescente regenerado em Cristo, porém, chegará à plenitude no reino futuro do Messias. Por enquanto, há uma promessa e uma garantia de que os justos, embora experimentem a morte, livrar-se-ão do pecado e de suas conseqüências por meio da incorruptibilidade e da imortalidade no último dia. A penalidade da morte, com todas as suas terríveis conseqüências, permanecerá sobre os ímpios no aquém e no além, no estado desencarnado e no ressurto. Rigorosamente falando, não se pode imaginar um estado intermediário menos doloroso que o final para os réprobos: vejam a condição do rico na parábola contada por Cristo(Lc 16. 19ss). Deixemos o injustos no “Hades”, eles já estão excluídos e destinados à Geena; falemos das almas dos justos.

OS JUSTOS NO ESTADO INTERMEDIÁRIO

O ensino bíblico-confessional sobre a Igreja triunfante no estado intermediário pode ser esquematizada assim:

a- As almas dos justos estão em Cristo e conscientemente esperam o dia da restauração da justiça e recuperação da idealidade humana, isto é, retomada de seus corpos. O Salvador que as recolheu para si, protege-as, conservando-as sob sua graça, quer dizer, mantendo-as sob seu altar(Ap 6. 9 e 20. 4).

b- Para os céus os eleitos em Cristo são levados imediatamente após a morte e lá permanecem confraternizados e em comunhão com o Salvador(Jo 14. 3; Jo 17. 24), livres do pecado e de todos os sofrimentos. O local em que se encontram os redimidos desencarnados, que por si mesmo reflete o estado de remissão, as Escrituras chamam-no: Céu, Paraíso, Seio de Abraão, Sob o Altar. O que sabemos, e disto estamos certos, é que os regenerados mortos estão vivos com o Senhor Jesus num lugar de glória(II Co 12. 2, 4; Hb 11. 10. 16; Mt 8. 11; Ap 6. 9), não num Sheol intermediário neutro de justos e injustos ou dividido em duas partes, uma para os salvos e outra para os perdidos. A Bíblia desconhece esse tal lugar comum dos mortos; nela encontramos: Céu para os anjos e os santos, Inferno para demônios e ímpios.

c- A Igreja invisível é arrolada na terra(Mt 18. 18; Mt 16. 19; Jo 20. 23) e no céu por Cristo Jesus(Hb 12. 18- 24; II Co 5. 8; Fp 1. 23). Portanto, a morte é incapaz de cindir o corpo de Cristo ou estabelecer solução de continuidade entre “agora” e “aqui” e “eterno” e “além”(Rm 8. 38, 39). A comunhão dos santos, militante e triunfante constitui-se de uma só unidade: o Corpo indivisível e eterno de Cristo.

d- As almas no Paraíso(no Regnum Gloríae) são plenamente conscientes, ativas e constantes adoradoras de Deus(Ap 7. 9- 17; Ap 3. 12, 21; Ap 4. 4; Ap 14. 1, 13; Ap 19. 14; Ap 20. 4; Ap 9- 11; Ap 5. 9; Ap 15. 3, 4; Mt 8. 11).

e- Os eleitos desencarnados no estado intermediário são identificáveis por meio de características espirituais desconhecidas dos encarnados. A identificação individual, acontecendo invariavelmente no contexto da santa fraternidade, produz um gozo inefável, nada equivalente ao do mundo sensório nem a ele vinculado. O universo das almas é completamente outro, sem qualquer vínculo com o terreno. Os sentimentos espirituais das almas em Cristo desvinculam-se radicalmente dos experimentadas na Igreja militante. A ausência de corpo físico provoca mudanças profundas na psique. A desconexão entre o material e o espiritual deve levar-nos à compreensão de que para os céus não levamos as emoções, os afetos e os sentimentos seletivos da vida encarnada: Saudades de parentes, lembranças desagradáveis, carências de entes queridos. Lá o amor não discrimina, não seleciona os mais próximos: é um ágape absolutamente igualitário, de maior e melhor qualidade. Assim, a fraternidade celeste dos desencarnados torna-se perfeitíssima, num padrão não igualável a qualquer comunidade humana conhecida. O irresistível sentimento de filiação e irmandade no “Regnum Gloríae” não possui paralelo na sociedade temporal(Mt 5. 16, 45, 48; Mt 10. 17). As paixões telúricas, por mais nobre que sejam, são falhas e transitórias.

Os ímpios no inferno não se confraternizam, não se amam, não têm afetos mútuos, não possuem o conforto da paternidade; vivem em estado agonizante e egocentizado(Lc 16. 23- 31; Lc 13. 28).

CATECISMO MAIOR

RESSURREIÇÃO

Pergunta 87: *“Que devemos crer acerca da ressurreição?”*

Resposta: *Devemos crer que nos últimos dias haverá uma ressurreição geral dos mortos, justos e injustos(At 24. 15); então os que se acharem vivos serão mudados em um momento, e os mesmos corpos dos mortos, que têm jazido na sepultura, estando então novamente unidos às suas almas para sempre, serão ressuscitados pelo poder de Cristo(I Co 15. 51-53; I Ts 4. 15-17). Os corpos dos justos, pelo Espírito e em virtude da ressurreição de Cristo, como cabeça deles, serão ressuscitados em poder, espirituais e incorruptíveis, e feitos semelhantes ao corpo glorioso de Jesus(I Co 15. 21-23; Fp 3. 21); e os corpos dos ímpios serão por ele ressuscitados para vergonha, como por um juiz ofendido(Jo 5. 28, 29; Dn 12. 2; Mt 25. 33).”*

RESSURREIÇÃO, PRIMADO DE FÉ

A crença na ressurreição final de todos os mortos, dos justos para a vida eterna e dos injustos para a morte eterna, é o principal fundamento de nossa fé, que se firma e consolida-se na certeza da ressurreição de Cristo, devidamente testemunhada pelos apóstolos e por muitos de seus primeiros discípulos(I Co 15. 4-8). Paulo, considerando a ressurreição geral como fato estabelecido, correlaciona o ressurgir do salvo ao do Salvador e estabelece nítida conexão entre a convicta proclamação da fé e a realidade histórica e teológica da ressurreição de Cristo: *Ora, se é corrente pregar-se que Cristo ressuscitou dentre os mortos, como, pois, afirmam alguns dentre vós que não há ressurreição de mortos? E se não há ressurreição de mortos, então Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação e vã a vossa fé”(I Co 15. 12-14). “Porque se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados”(I Co 15. 16, 17).*

Sem a ressurreição de Cristo não haveria ressurreição dos redimidos. Sem a ressurreição dos redimidos, seus pecados não seriam vencidos. Sem a promessa a ressurreição a esperança cristã não existiria.

Os postulados doutrinários sintetizados na resposta em apreço são os alicerces escatológicos da Igreja reformada: a- **Retorno físico de Jesus.** Assim como partiu, retornará(At 1. 11; I Ts 4. 16). b- **Virá num tempo determinado, o “Último Dia”,** no tempo e nos propósitos do Pai(At 17. 31; Rm 1. 12; II Tm 4. 7, 8; Rm 13. 12). c- **O retorno será visível e audível,** com muito alarido e amplamente proclamado(At 1. 11; Ap 1. 7; Mt 24. 30, 31; I Ts 4. 16). d- **Será uma volta repentina,** inesperada, mas não parcial nem secreta(I Ts 5. 2, 3; Mt 24. 27; I Ts 4. 16 17; I Co 15. 52; Ap 1. 7; Jd 14). e- **Será uma vinda gloriosa e triunfante**(Hb 9. 28; Ap 1. 7; II Ts 1. 7; I Ts 4. 16; I Ts 3. 13; Ap 19. 11- 16). f- **Haverá ressurreição concomitante de justos e injustos**(Dn 12. 12; Jo 5. 28, 29). g- **Haverá um só juízo final para salvos e perdidos**(Mt 25. 31 – 46; Ap 11. 18; Ap 20. 11 – 15).

A escatologia reformada expressa nas várias confissões não deixa espaço para o milenismo, especialmente o dispensacionista. Alguns exemplos: 01- *“Os que tentam reviver a fábula do milênio opõem-se às Sagradas Escrituras, atirando-se*

imprudentemente aos absurdos judaicos”: Confissão Anglicana- 39 Artigos(1). 02- “*E o mesmo Cristo virá abertamente para julgar os vivos e os mortos*”: Confissão Luterana de Augsburgo, 1530(2). 03- *Esperamos por este Senhor Jesus Cristo, que virá no fim do mundo, como um verdadeiro e justo Juiz, que trará o verdadeiro juízo sobre toda carne, que foi ressuscitada para juízo*”: Primeira Confissão Helvética(03). 04: *Assim também cremos, sem dúvida alguma, que haverá um juízo final, para cuja execução o mesmo Senhor Jesus há de vir visivelmente, como foi visto subir. E cremos firmemente que virá então o tempo da recriação e restauração de todas as coisas, de modo que aqueles que desde o princípio sofreram violência e afronta por causa da justiça, entrarão na posse da bendita imortalidade a eles prometida desde o princípio. Mas, por outro lado, os abstinados, os desobedientes, os cruéis, os perseguidores, os impuros, os idólatras, os incrédulos de toda sorte serão lançados no cárcere das trevas exteriores, onde o seu verme não morrerá nem seu fogo se apagará*: Confissão Escocesa(04). 05- “*Deus determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem o Pai entregou o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo*”: C.F. Westminster, XXXIII, 1; cf XXXII, 2,3 e XXXIII,2. Esta é a escatologia calvinista e do próprio Calvino(Inst. Livro III, XXV, 5, § 2º): não milenista, não dispensacionalista.

Cristo é o Rei no Novo Israel, e reina efetivamente sobre todos e cada um de seus servos. A Igreja é o reino militante de Cristo, não somente expectante. Nosso Rei já veio e sobre nós governa. A sua primeira vinda, porém, nos garante a Segunda, ocasião em que destronará todos os poderes oponentes, julgará todos; glorificará os justificados; condenará os réprobos; consumará definitivamente seu reinado sobre os santos eleitos e regenerados. Tudo isso num só dia, o “Grande Dia do Juízo”.

(1)- Conforme W. J. Grier em “O Maior de Todos os Acontecimentos”, 1ª Ed. Imp. Metodista, 1972, pág. 27.

(2)- Conforme Harald Schaly em “O Pré-milenismo Dispensacionalista à Luz do Amilenismo”, JUERP, 1ª Ed., 1984, pág. 67.

(3)- Conforme Harald Schaly, obra citada, pág. 67.

(4)- Segundo “Livro de Confissões”, PCUSA, Missão Presbiteriana Brasil Central, 1ª Ed., 1956.

CATECISMO MAIOR

JUÍZO FINAL

Pergunta 88: *“Que se seguirá imediatamente depois da ressurreição?”*

Resposta: *Imediatamente depois da ressurreição seguir-se-á o juízo final dos anjos e dos homens(II Pe 2. 4; Ap 20. 11-13), num dia e hora ocultos ao conhecimento humana, para que todos vigiem, orem e estejam sempre juntos para a vinda do Senhor(Mt 24. 36, 42, 44; Lc 21. 35, 36).”*

PAROUSIA CERTA, MAS INESPERADA

“A respeito daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai”(Mt 24. 36).

A presciência da data exata, eternamente preordenada por Deus para o retorno de Cristo, a transformação dos vivos, a ressurreição dos mortos, o juízo final, a condenação dos ímpios e a glorificação dos justos é da inteira economia do Pai; nem aos anjos, que exercerão papel importante nos acontecimentos escatológicos, informou-se o momento preciso da *parousía*. O Filho do Homem, certamente por conter em si a nova humanidade e, portanto, na condição de homem, não sabia. Tal *“ignorância”* faz parte da sua plena humanização e do seu perfeito engajamento na humanidade limitada, mas advertida. O motivo pedagógico da desinformação a respeito do tempo determinado para a volta do Messias está claramente delineado no Evangelho e tem por finalidade manter a vigilância da Igreja: *“Portanto, vigiai, porque não sabeis em que dia vem o vosso Senhor”(Mt 24. 42 cf 24. 44)*). Tudo correrá normalmente, como nos dias de Noé. De repente, sem vigilância especificamente programada ou alerta contra um perigo eminente e certo detectado, Cristo chegará como chega o ladrão na casa desguarnecida(Mt 24. 42-44). Os sinais cósmicos, históricos, sociais e religiosos antecedentes da Segunda Vinda do Cordeiro são dados, inclusive a proclamação do Evangelho da graça e da justiça divinas, à semelhança da mensagem de Noé sobre o juízo diluviano. Analogicamente podemos dizer, à vista de fatos e fenômenos profetizados, que o *Dia do Julgamento* está próximo. No entanto, qualquer predição de data, estando fora da competência humana, deve ser imediatamente descartada e tida por absolutamente falsa. Falsas foram todas as anteriores: a que marcou o outubro de 1884, o outono de 1914 ou o agosto de 1999.

A VOLTA DO REI-JUIZ

A humanidade carrega o fardo da culpa, herança da rebeldia original, acrescida dos pecados atuais. Qualquer ser humano se enquadra na confissão de Isaiás: *“Ai de mim! Estou perdido! Porque sou um homem de lábios impuros e habito no meio de um povo de impuros lábios”(Is 6. 5)*. Aos pecados sociais somam-se os individuais de tal modo que a culpabilidade generaliza-se no corporativismo social, e tanto a pessoa como a sociedade estão igualmente corrompidos e são co-responsáveis perante Deus. Portanto, a corrupção, cada vez mais intensa e mais grave, circula do pessoal ao geral e do geral ao pessoal num ciclo vicioso ininterrupto: *“Somos de lábios impuros e habitamos no meio de um povo de impuros lábios.”* Ora, se nenhum homem está isento do mal, se todos somos delituosos diante de Deus, o julgamento final, obrigatoriamente, tem de ser universal, para eleitos e não eleitos. Não há inculpáveis perante o Supremo Juiz. Os justos não são imaculados por

nascimento ou purificados por méritos próprios; gozam de privilegiada situação por justificação e bem-aventurança imerecidas na pessoa gloriosa de Jesus Cristo. Para eles o sacrifício vicário de Cristo realizou-se suficiente e eficazmente, de tal modo que no dia do juízo poderão exhibir ao potentíssimo Árbitro o penhor da graça e o selo do Cordeiro como legitimamente resgatados e alforriados pelo Salvador, Jesus Cristo. A justificação acontecida no ato da conversão, perpetuada na regeneração, será idealmente plenificada a partir do juízo final, na eterna existência ressurreta. Os injustos, porém, perante o Supremo Tribunal de Deus, estarão injustificados e indefesos, sendo julgados por suas infidelidades ao Criador, incredulidades e obras ímpias, recebendo a condenação final de prisão perpétua com sofrimento contínuo na Geena, juntamente com o Diabo e seus anjos.

A morte, salário do pecado, separa o que deveria ser inseparável: corpo-alma, unidade psicossomática estabelecida na criação. O Redentor, no entanto, determinou um dia para a reunificação e reintegração do ser humano, para que ele volte a ser uno e indivisível: pneumo-soma. No tempo prescrito, as almas de todos humanos reassumirão seus corpos e, ressurretos, serão definitivamente destinados: Os justos para o gozo eterno em Cristo Jesus; os injustos para a angústia perpétua com Satanás e seu exército satânico no horrível cárcere tartárico. Certamente, tomados pela inesquecível consciência de culpa e inapagável lembrança dos males praticados na vida terrena, sem nenhum consolo e sem qualquer esperança, amargarão um estado irrevogável e permanente de angústia e lamentação incessante. Lembrar-se-ão, certamente, do juízo que atraíram sobre si ao assumirem a iníqua e perversa avocação: *“Caia sobre nós o seu sangue, e sobre nossos filhos!”* (Mt 27. 25). O Julgado agora é o Julgador; o Condenado é o Juiz; os condenadores são os réus, que ouvirão a sentença da penalidade fatal: *“Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno”*.

Creemos firmemente, portanto:

01- Em **um só juízo** geral e universal para justos e injustos, decidindo o destino final e eterno de ambos: Os santos ressurretos e glorificados sob o governo do Messias e os réprobos condenados, depois de reunidos aos anjos maus, lançados na Geena com o príncipe do mal.

02- Que tudo se dará, por ordenação divina, em um **único dia**, a partir do qual a humanidade estará eterna e conclusivamente dividida e separada: Os eleitos redimidos, no novo céu com Cristo; os rejeitados, no inferno com o Demônio e seus anjos.

03- Nesse dia comparecerá **diante do trono de Deus** para ser julgada a **humanidade inteira**: as pessoas que estiverem vivas e as que já tenham passado pelo experiência da morte, eleitas e reprovadas; umas para ouvirem a absolvição e serem glorificadas; outras para receberem a condenação e serem encaminhadas ao presídio eterno. Estas declarações de fé estão solidamente fundamentadas nas Escrituras: Mt 25. 31- 46; Rm 14. 10; II Co 5. 5. 10; Ap 20. 11- 15; Mt 13. 24- 30; Mt 13. 47- 50; Jd 14, 15; Rm 14. 10- 12; At 10.42; II Tm 4. 1; I Pe 4. 5; Jo 5. 28, 29.

Conclusão: Imediatamente após a ressurreição geral, que se dará em uma só data, acontecerá o julgamento universal de todos os seres humanos, salvos e perdidos, e a destinação final e eterna de todos.

CATECISMO MAIOR

DESTINO FINAL DOS ÍMPIOS

Pergunta 89: *Que sucederá aos ímpios no dia do juízo?*

Resposta: *No dia do juízo os ímpios serão postos à mão esquerda de Cristo(Mt 25. 33), e sob clara evidência e plena convicção das suas próprias consciências(Rm 2. 15, 16), terão pronunciada contra si a terrível, porém justa sentença de condenação(Mt 25. 41, 42); então serão excluídos da presença favorável de Deus e da gloriosa comunhão com Cristo, com seus santos e com todos os santos anjos, e lançados no inferno, para serem punidos com tormentos indizíveis, do corpo e da alma, com o Diabo e seus anjos para sempre(Mt 25. 46; II Ts 1. 8, 9; Lc 16. 26; Mc 9. 43, 44; Mc 14. 21).”*

O JUÍZO FINAL

Diante do tribunal divino, num predeterminado dia, numa única sessão de julgamento perante o Juiz Supremo, Jesus Cristo, comparecerão todos anjos caídos e todos os seres humanos para serem finalmente julgados. Os réprobos e os anjos apóstatas serão pronunciados à prisão perpétua com isolamento absoluto de Deus, dos anjos imaculados e dos santos do Cordeiro; os eleitos salvos por Cristo serão despronunciados e declarados justos em Cristo Jesus e encaminhados à glória eterna. Eis o que, a respeito, diz-nos a Confissão de Fé de Westminster:

“Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo(At 17. 31; Mt 25. 31- 34), a quem foram pelo Pai conferidos o poder e o juízo(Jo 5. 22, 27). Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo(Jd 6; II Pe 2. 4; II Co 5. 10; Ec 12. 14; Rm 2. 16; Rm 14. 10, 12; Mt 12. 36, 37; I Co 3. 13- 15).”

“O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória- a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos(Rm 9. 23; Ef 2. 4-7) e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes(Rm 2. 5, 6; II Ts 1. 7, 8). Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor(Mt 25. 31- 34; At 3. 19; Sl 16. 11); mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder(Mt 24. 41, 46; II Ts 1. 9; Mc 9. 47, 48).” (C.F.W., Cap. XXXIII, itens I e II).

SITUAÇÃO DOS ÍMPIOS

O homem, segundo as Escrituras, passa por três estágios distintos e sucessivos: a- **Primeiro estágio:** O do berço ao túmulo: estágio inicial; tempo de formação, aculturação, obtenção de responsabilidade e possibilidade de ser encontrado pelo Salvador. b- **Segundo estágio:** O do túmulo à ressurreição, estado intermediário desencarnado, vida do espírito, fora do corpo, quebrando a idealidade preconizada na criação, pois o ser humano foi criado para viver eternamente na unidade “*Pneumoma*”. Os justos, nessa fase, são expectantes esperançosos e felizes da idealidade

prometida: Unidade incorruptível de corpo-alma. Os réprobos, conscientes da imperdoabilidade e sabedores de que se destinam a uma situação pior, quando o sofrimento lhes será psicossomático, aguardam o dia do juízo com horrível expectativa, enquanto lhes fere a consciência inconsalável sentimento de culpa e de pecados irremissíveis. c- **Terceiro estágio:** A situação final de justos e injustos na qual todos entram, imediatamente após a ressurreição geral e o juízo. O eleito justificado, com seu corpo incorruptível, imortal e glorificado, estará eternamente à direita do Salvador. O ímpio, também com seu organismo biofísico original, mas corrompido, carregado do peso condenatório do estado pecaminoso, agora fixo, trazido da vida terrena, e consciente de sua miserabilidade, de sua condição de injustificado e de imperdoabilidade, pressionado dia e noite por remorsos pertinazes, submetido a sofrimento inominável, persistente e imutável em virtude de sua imortabilidade e de seu estado permanente, será lançado no inferno para conviver eternamente com Diabo, a quem, na existência terrena, preferiu como pai, fazendo-lhe a vontade. Aquele que prefere o Demônio aqui, por causa dos prazeres carnavais, tê-lo-á no além, definitiva e inescapavelmente, na mais horrível das companhias e no mais tremendo dos padecimentos.

A doutrina das penalidades eternas no inferno escandaliza os irregenerados. Alguns pensam livrar-se, apelando para um amor sem justiça do Criador, concluindo que todos os homens serão salvos pela infinita clemência divina. Deus, dizem, é puro amor e, portanto, perdão completo e irrestrito, não sendo capaz, em virtude de sua natureza, mandar ninguém para esse local horrível, o Inferno. Outros sustentam a tese do aniquilamento dos ímpios na morte, livrando-os de pagarem os pecados que praticaram contra o Rei dos reis. A injustiça, porém, da impunidade não se constata em Deus, segundo as Escrituras. Deus é amor castíssimo, mas também é justiça corretíssima. Há ainda os que pregam a “eternidade condicional”. Para esses, todos os homens são literalmente mortais e estão efetivamente mortos. A vida eterna é um privilégio dado por Cristo. Somente os que o aceitam, recebem-na; os que o rejeitam, permanecem mortos. A palavra autoritativa, educativa e elucidativa, nesta matéria, temo-la nas Escrituras. E o que ela nos ensina? Ensina-nos que:

a- O homem destina-se a viver eternamente (Ec 3. 11), tanto o justo como o injusto(Mt 10. 28; Lc 23. 43; Jo 11. 25; II Co 5. 1 cf Mt 11. 21-24; Mt 12. 42; Rm 2. 5-11; II Co 5. 10; Lc 16. 19-31; II Pe 2. 9).

b- Os justos e injustos, que jazem mortos, ressuscitarão simultaneamente(Dn 12. 2; Jo 5. 28, 29; Ap 24. 15; Ap 20. 11-15).

c- Os redimidos em e por Cristo herdarão o Céu, onde serão bem-aventurados para sempre(Mt 25. 34).

d- Os ímpios serão lançados na Geena, onde permanecerão, em corpo e alma, para sempre(Mt 18. 9; Mt 13. 42; Mt 25. 30, 46; Ap 20. 14, 15; Lc 8. 31; I Pe 3. 19; II Pe 2. 4, 17; Lc 12. 2 Mc 9. 43, 48; Lc 16. 26 cf Mt 10. 28; Mt 5. 29, 30; Mt 22. 41, 42; II Ts 1. 7-9; Hb 2. 2, 3; Ap 14. 10, 11; Ap 21. 8).

e- Cristo afirma que os réprobos padecerão na Geena(Mt 3. 12; Mt 18. 8; Mc 9. 43, 48; Lc 3. 17 cf Mt 5. 22, 29, 30; Mt 10. 28; Mt 18. 9; Mt 23. 15, 33; Mc 9. 43, 45, 47; Lc 12. 5).

A expressão: “morte eterna” significa: “Imortalidade sem Deus”, isto é, sem amor, consolo, paz, fraternidade; sem compartilhamento nas infindáveis angústias, sem qualquer psicoterapia para minimização dos horrores permanentes, tal quadro é grave no estado intermediário(Ver Lc 16. 19-31); gravíssimo, no resurreto(Ver Ap 20. 11-15)).

CATECISMO MAIOR

JUÍZO FINAL: Destino dos Justos

Pergunta 90: “*Que sucederá aos justos no dia do juízo?*”

Resposta: *No dia do juízo os justos, sendo arrebatados para encontrar a Cristo nas nuvens(I Ts 4. 17), serão postos à sua destra e ali, abertamente reconhecidos e justificados(Mt 25. 33; Mt 10. 32), reunir-se-ão com ele para julgar os réprobos, anjos e homens(I Co 6. 2, 3); e serão recebidos no céu(Mt 25. 34, 46), onde serão plenamente e para sempre libertados de todo o pecado e miséria(Ef 5. 27; Ap 7. 17), cheios de gozos inefáveis(Sl 16. 11), feitos perfeitamente santos e felizes, no corpo e na alma, na companhia de inumeráveis santos e anjos(I Co 2. 9; Hb 12. 22, 23), mas especialmente na imediata visão e fruição de Deus o Pai, de nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo por toda a eternidade(I Jo 3. 2; I Co 13. 12; I Ts 4. 17, 18; Ap 22. 3- 5). É esta a perfeita e plena comunhão de que os membros da Igreja visível gozarão com Cristo em glória, na ressurreição e no Dia do Juízo.”*

OS JUSTOS RESSURETOS

Imediatamente após a ressurreição dos justos e o arrebatamento dos crentes registrar-se-ão os seguintes acontecimentos previstos pelo Salvador:

a- Reunificação de vivos e mortos na comunhão universal dos santos, momento da vitória definitiva sobre a morte que, durante a existência da humanidade, causou separação entre a Igreja esperançosa e militante na terra e a das almas espectantes e repousantes no Céu. Então o corpo de Cristo tornar-se-á material e espiritualmente uno.

b- A multidão dos redimidos, os que se elevaram da terra e os que emergiram da morte, encontrar-se-ão com o Rei dos reis nos ares, no mais lindo, universal, emocionante e majestoso encontro dos eleitos com o seu Senhor. Será o memorável Dia dos dias para a Igreja.

c- Na presença de Cristo, a Igreja se verá reconhecida e cada um de seus membros identificado pelas marcas do Cordeiro. O povo de Cristo, sem o joio com o qual conviveu na terra, receberá o convite para ocupar o lugar de honra e glória à destra de Jesus Cristo.

d- Os justos, credenciados pelo Supremo Juiz, nosso Senhor Jesus Cristo, formarão um tribunal sob sua presidência para, segundo os quesitos da incredulidade e da corruptibilidade, julgar o mundo e os rejeitados, homens e anjos: “*Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo? Ora, se o mundo deverá ser julgado por vós, sois acaso indignos de julgar as coisas mínimas? Não sabeis que haveremos de julgar os próprios anjos, quanto mais as coisas desta vida*”(I Co 6. 2, 3).

e- Terminado o julgamento, os demônios e os réprobos serão aprisionados na Geena para sempre. Os justos, porém, unificados no *Regnum gratiae*”, confraternizados na comunidade celeste composta de anjos e homens, sempre na gloriosa presença da Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, viverão em alegria perpétua e gozo perene na perfeitíssima corporalidade *pneumossomática*.

O JUSTO RESSURETO

A ressurreição para os servos de Cristo não é simples materialização mas, e principalmente, reincorporação, reconquista do conjunto unitário *pneumossomático*, o

homem ideal, exatamente como o Criador o quer no reino eterno. A matéria não é má; mau é o pecado que a corrompeu. A ressurreição do justo, portanto, é o milagre da restauração e da recomposição do ser humano integral: “*corpo-alma*”, “*psico-soma*” ou “*pneumo-soma*”. Ressurretos, seremos exatamente como Cristo é, e estaremos onde ele está(I Jo 3. 2; Fp 3. 21; Jo 14. 3; I Ts 4. 17 cf I Co 15. 50-55). A matéria sofrerá transformação ao ser descortezabilizada, mas sem desqualificação do corpo(soma). O contrário dar-se-á: será revestido de incorruptibilidade e receberá, integrado ao espírito na união corporal, a bênção da vida eterna com o Salvador(I Co 15. 35-49). O primeiro corpo do redimido, o pré-ressurreto, entende Paulo, é por natureza carnal; o segundo, essencialmente espiritual; mas não haverá *segundo* sem *primeiro*(I Co 15. 45-49). A matéria ressurreta, como Paulo a descreve, não limitará o corpo humano como não limitou o de nosso Senhor Jesus Cristo. A nova dimensão do justo ressuscitado, sem conflito entre o material e o espiritual, representa para nós da Igreja militante um mistério a ser desvendado, quando chegarmos à existência final a nós destinada.

IGREJA ARREBATADA

No Dia do Juízo, como já foi dito, a Noiva será arrebatada para encontra-se com o Noivo nas nuvens, isto é, na glória. Cristo, assim como subiu, descera para o *encontro*-“eis apantesin”- expressão que denota a idéia de “recepção” uma autoridade importante, um visitante ilustre, para introduzi-lo, festivamente, na cidade a que se destina. Assim, a Igreja será arrebatada para recepção o Rei eterno, majestoso, diante dos olhos da estupefata multidão de incrédulos. Nesse dia, o rebanho do Cordeiro encontrar-se-á com o esperadíssimo Pastor numa jubilosíssima festa de inefável gozo.

VIDA ETERNA DO JUSTO RESSURRETO

Conduzidos pelo Cordeiro, e na numinosa presença de Deus, todos os eleitos justificados e santificados, reconciliados com o Pai eterno pela mediação de Cristo, entrarão nas bem-aventuranças celestiais, onde viverão eternamente realizados, felizes e jubilosos, experimentando o que foi apenas esperança na terra: Viver na presença concretamente real do Salvador e na comunhão perfeita e santa de todos os irmãos e os santos anjos(Fp 1. 21-23; II Co 5. 8; I Ts 4. 17). A existência infinita, qualitativamente perfeita, num lugar maravilhoso, isento de corrupção e pecado, sem tentador e tentação, sem saudades e tristezas, sem prantos e dor, sem desarmonia externa e interna, sob a dulcíssima paternidade divina, a Bíblia a descreve em linguagem topomórfica e em figuras pictóricas como: Tabernacular com Deus(Ap 21. 1-8; Ap 14. 13; Lc 16. 19-31; I Ts 4. 17; II Co 5. 8; Fp 1. 23; morar numa cidade perfeita(Ap 21. 9-27); estar num jardim esplendoroso(Ap 22. 1-5). Todas estas figuras nos remetem à compreensão da quase incompreensível glória final dos justos no estado gozoso e perenemente beatífico dos santos ressurretos.

CATECISMO MAIOR

DEVER DA OBEDIÊNCIA

Pergunta 91: *“Qual o dever que Deus requer do homem?”*

Resposta: *O dever que Deus requer do homem é a obediência à sua vontade revelada(Dt 29. 29; Mq 6. 8; I Sm 15. 22).”*

HOMEM- AGENTE DA VONTADE DE DEUS

Deus, ao criar o homem à sua imagem e semelhança, desejou que ele, a maior e mais sublime das criaturas, fosse, em si mesmo, a expressão, o mais exatamente possível, do Criador e agisse sempre e invariavelmente segundo a soberana determinação divina. Entre a “imagem de Deus” e o próprio Deus não havia dicotomia nem subordinação, mas unidade, consensualidade e real interação de desejos e propósitos. O homem não tinha “ego”; o seu “eu” centralizava-se no Criador. Agir pelo Espírito de Deus, portanto, era a verdadeira manifestação da liberdade pessoal do homem original, que podia, em plena razão de consciência, dizer algo semelhante ao que Paulo disse: *“Não sou eu quem vive, mas Deus vive em mim”*. A queda desligou a criatura do Criador, deslocou o “eu” para o seu íntimo, fazendo gerar o “ego”, um tipo de divindade interior. E então o homem passou a considerar-se “autônomo”, deus de si mesmo, senhor da ordem criada, dono de vontade própria. Resultado: perdeu-se, alienou-se, tornou-se bastardo. Somente a misericórdia do Rei dos reis poderia restaurá-lo; o que se fez em Cristo Jesus, o Segundo Adão, que executou estritamente a vontade do Pai, mesmo contra o seu desejo pessoal: *“Meu Pai, se possível, passa de mim este cálice! Todavia, não seja como eu quero, e, sim, como tu queres”*(Lc 26. 39). O homem foi criado para ser servo de Deus, submeter-se ao seu comando pela submissão incondicional à sua vontade. Tal servidor ideal expressa-se de maneira absoluta em Cristo Jesus, o ancestral da nova humanidade. Assim, todos aqueles que o Pai lhe deu tornam-se semelhantes a ele: expressões vivas da vontade de Deus.

SOLA SCRIPTURA

A vontade revelada de Deus encontra-se privativa, conclusiva e definitivamente nas Escrituras Sagradas. Fora delas qualquer revelação deve ser posta em dúvida. Elas são suficientes e eficientes para a conduta e salvação do homem. Portanto, a Bíblia contém a revelação necessária de Deus ao pecador, tanto para a sua redenção como para seu comportamento social, moral e religioso: *“Tu, porém, permanece naquilo que aprendeste, e de que foste inteirado, sabendo de quem o aprendeste. E que desde a infância sabes as sagradas letras que podem tornar-se sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para correção, para educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra”*(II Tm 3. 14-17). A Reforma declarou e firmou o primado, que permanece incólume, da “Sola Scriptura”(unicamente a Escritura), contra a doutrina da insuficiência dos escritos canônicos veto e neotestamentários, devendo ser completados, e até substituídos em certos dogmas, pela tradição da Igreja, pela palavra autoritativa da patrística, pelo “munus” clerical, por homilias, bulas e encíclicas pontifícias. Sem tais adjuntos complementares, a Bíblia

tornar-se-ia ineficiente e até ineficaz na produção e efetivação dos fins colimados pela Igreja dominante, isto é, condução, instrução, preservação, salvação e governo das almas. Quando, pois o texto confessional fala de “vontade revelada”, refere-se, segundo o contexto histórico da fé reformada, à Palavra de Deus contida nos testamentos. Portanto, o extraordinário primado, “*A Bíblia é nossa única regra de fé e norma de conduta*” equívale perfeitamente a: *A vontade de Deus é a nossa única regra de fé e norma de conduta*; isto porque a Escritura, e unicamente ela, é a “vontade revelada” de Deus para o homem. A declaração de fé, caríssima aos reformados ortodoxos, de que “*somente a Bíblia, e nada além dela, é autoridade incontestada, irretocável, inacrescentável e irrecorrível em assuntos de fé e de moral*” tem defendido a Igreja contra nefastas heresias de visionários e profetas extra-bíblicos, alguns distantes de nós, outros, militando em órbitas de nosso sistema eclesiástico, causando conturbações doutrinárias, litúrgicas e disciplinares, além de olvidar nossos credos históricos, enfraquecer nossas raízes reformadas e quebrar nossa unidade eclesial.

Os textos escriturísticos são, para os reformados, fontes da pregação e do ensino, bases dos profetas, árbitros nas pendências teológicas.

REVELAÇÃO COMPLETA

Deus revelou-se outrora aos pais por profecias, teofanias, visões, sinais e intervenções na natureza e na história; sempre, porém, apontando um alvo(telos) e indicando um consumidor final, o Messias. Este veio, testemunhado pelos apóstolos aos quais Deus encarregou de registrar, sob inspiração do Espírito Santo, o fundamental ao conhecimento da e para a salvação: “*Na verdade, fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais, que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome*”(Jo 20. 30,31). As coisas que permanecem ocultas, revelacionalmente falando, são da economia do Revelador e nenhuma falta nos faz no tocante à redenção: *As coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus; porém, as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei*” Dt 29. 29).

OBEDIÊNCIA DOS SERVOS

Embora a obediência à vontade divina revelada nas Escrituras seja um dever universal, Deus a requer especificamente de seus eleitos com os quais assume compromisso pactual de relações mútuas e consagração recíproca. Os escolhidos Deus os trata como filhos, aplicando-lhes na educação e condução tanto o amor paterno com a disciplina e a justiça(Hb 12. 5, 6). Os eleitos são servos e filhos. O filho e o servo(escravo-doulos) assemelham-se no que se refere à dependência, à carência, à fragilidade, à ausência de poder e ao domínio próprio(Gl 4.1). Somos escravos de um Senhor que, ao mesmo tempo, assume paternidade sobre nós e nos confere herança por meio de nosso irmão primogênito, Jesus Cristo.

INABILIDADE DO HOMEM

A inteligência do homem não é capaz de desvendar a vontade do Deus que se oculta aos sábios e se desvenda aos humildes, aos pequeninos; Um deus que a mente humana descobre, identifica e descreve não pode ser o Criador, Senhor dos céus e da terra, soberano e transcendente, além e acima do universo empírico. A divindade imaginada pela criatura nada tem a ver com o soberano Deus da revelação.

É dever do crente obedecer às Escrituras, não se envergonhar do Evangelho do Cordeiro(Rm 1. 16).

CATECISMO MAIOR

LEI MORAL

LEI MORAL – REVELAÇÃO DA VONTADE DIVINA.

Pergunta 92: *“Que revelou Deus primeiramente ao homem como regra da sua obediência?”*

Resposta: *A regra de obediência revelada a Adão no estado de inocência, e a todo gênero humano nele, além do mandato especial de não comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, foi a lei moral(Gn 1. 27; Rm 10. 5; Rm 2. 14, 15; Gn 2. 17).”*

A lei moral é a essência e o conteúdo do primeiro pacto de Deus com os homens e se compõe de ordenanças imperativas e ordenatórias bem como de inserção dos princípios éticos na natureza do homem, de tal modo que, mesmo não tendo mandamento expresso, ele é responsável pelos seus atos morais. Por isso Paulo diz que os gentios são tão culpáveis como os judeus, o povo da lei: *“Quando, pois, os gentios que não têm lei, procedem por natureza de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada nos seus corações, testemunhando-lhes também a consciência, e os seus pensamentos mutuamente acusando-se ou defendendo-se”* (Rm 2. 14,15). Inocente e irresponsável perante Deus nenhuma pessoa é.

A lei moral não emerge da natureza nem foi criada com ela, mas surge da vontade de Deus e é por ele estabelecida como mecanismo de controle da ordem social, tanto por meio de códigos legais como por intermédio da lei inata da consciência. Pragmaticamente se Expressava em Adão em virtude de sua íntima e real identificação com o Senhor e livre subordinação a ele. A lei moral possibilitou-lhe a adequação mental com o Criador e a mútua consonância de propósitos, viabilizando uma serviçalidade espontânea, harmônica e realizadora de sua personalidade. O cerne operativo da lei moral no homem paradisíaco foi o *“bem absoluto”* do qual o sujeito e o objeto era Deus. O pecado, entrando no mundo pela queda, introduziu nele o mal, que se contrasta com o *“bem”* e a ele tenazmente se opõe. O Criador não retira o *“bem”* do mundo, mas o relativiza com a presença do *“mal”*, seu terrível oposto. Cumpria ao casal primevo ouvir Deus, acatar espontaneamente a sua palavra, executar as suas ordenanças, não como diferente, mas como idêntico: *“Imago Dei”*. O mesmo dever permanece depois da queda, mas o grau de dificuldade aumenta considerável e dramaticamente.

LEI MORAL – COTROLE SOCIAL DA HUMANIDADE

Pergunta 93: *“Que é lei moral?”*

Resposta: *Lei moral é a declaração da vontade de Deus, feita ao gênero humano, dirigindo e obrigando todas as pessoas à conformidade e obediência pessoal, perfeita e perpétua a ela- nos apetites e disposições do homem inteiro, alma e corpo, e no cumprimento de todos aqueles deveres de santidade e retidão que se devem a Deus e ao homem(Tg 2. 10; Dt 5. 1, 31, 33; Lc 10. 26, 27; I Ts 5. 23), prometendo vida pela obediência e ameaçando com a morte a sua violação.(Rm 10. 5; Gl 3. 10).”*

Embora o pecado tenha distorcido no homem a “imagem de Deus”, sinais dela restaram, e são por esses remanescentes morais que Deus controla a humanidade para que a imoralidade não seja absoluta e o bem, mesmo relativamente, continue na humanidade depravada, mantendo a sociedade e equilibrando as relações interpessoais e intersociais.

A presença do bem é sempre manifestação da vontade de Deus, meio pelo qual ele mantém a ordem universal entre as pessoas e entre os povos. A humanidade caiu, depravou-se, mas Deus não permitiu que o caos se estabelecesse, mantendo vivos princípios morais na natureza do homem. Deus, pela lei moral, tem impedido a desordem social e a incredulidade absoluta.

LEI MORAL E HOMEM DEPRAVADO

Pergunta 94: “*É a lei moral de alguma utilidade ao homem depois da queda?*”

Resposta: *Embora nenhum homem, depois da queda, possa alcançar a retidão pela lei moral(Rm 8. 3; Gl 2. 16), todavia ela é de grande utilidade a todos os homens, tendo uma utilidade especial aos não regenerados e outra aos regenerados(I Tm 1. 8; Gl 3. 19, 24).”*

A lei moral não é o caminho para Deus; não se há de tomá-la como meio e instrumento de santificação com o objetivo de, purificado por ela, entrar no rol dos perfeitos, dos inatacáveis e, conseqüentemente, ser aceito por Deus. Como já se disse, não há na humanidade pecadora bem perfeito ou “bem absoluto” e, portanto, não existe a possibilidade de, pela lei moral, chegar-se à santidade; a esta se chega somente pela justificação em Cristo Jesus e ministério do Espírito Santo.

LEI MORAL – UTILIDADE GERAL

Pergunta 95: “*De que utilidade é a lei moral a todos os homens?*”

Resposta: *A lei moral é de utilidade a todos os homens, para os instruir sobre a natureza e vontade de Deus(Rm 7. 12) e sobre os seus deveres para com ele, obrigando-os a andar conforme essa vontade(Mq 6. 8; Lc 10. 26,, 28, 37); para os convencer de que são incapazes de a guardar e do estado poluto e pecaminoso da sua natureza, corações e vidas(Sl 19. 11, 12; Rm 3. 20; Rm 7. 7); para os humilhar, fazendo-os sentir o seu pecado e miséria(Rm 3. 9, 23; Rm 7. 9, 13), e assim ajudando-os a ver melhor como precisam de Cristo(Gl 3. 21, 22) e da perfeição da sua obediência.”*

Sem a inclusão da lei moral na estruturação psicológica do ser humano, que ele usa na tecitura da família e da sociedade, a humanidade seria absolutamente neutra, incapaz de diferenciar o bem do mal, o certo do errado, o justo do injusto, o material do espiritual, o imanente do transcendente. É o conhecimento de que a “arvore de ciência do bem e do mal” foi apropriada pelo homem que lhe abre a consciência de que vive numa situação insuperável de conflito entre o divino e o satânico, a vontade de Deus e o apelo demoníaco. Nesta encruzilhada, o eleito busca socorro em Cristo; o réprobo entrega-se ao domínio satânico.

LEI MORAL – CONTROLE E JUÍZO DOS IRREGENERADOS

Pergunta 96: “*De que utilidade especial é a lei moral aos homens não regenerados?*”

Resposta: “A lei moral é de utilidade aos homens não regenerados para despertar as suas consciências a fim de fugirem da ira vindoura(Rm 7. 9; I Tm 1. 9, 10) e forçá-los a recorrer a Cristo(Gl 3. 24); ou para deixá-los inescusáveis e sob a maldição do pecado(Rm 1. 20; Rm 2. 15), se continuarem nesse estado e caminho(Gl 3. 10); Rm 6. 23).”

O homem caído não se salva pela lei moral, pois o relacionamento com o Salvador está interrompido, mas ele se orienta por ela na interação social, gerando razoável nível de moralidade e dignidade. A lei moral viabiliza a civilização. O mundo seria caótico sem ela. O Estado, também uma permissão divina, funciona como controlador social por meio de leis civis, criminais, sociais e morais, tudo no âmbito da lei moral anterior a ele e acima de qualquer regime político. Pela lei moral Deus dirige os estados e estes, a humanidade.

LEI MORAL – RESTAURADA EM CRISTO

Pergunta 97: “*De que utilidade especial é a lei moral aos regenerados?*”

Resposta: “Embora os que são regenerados e crentes em Cristo sejam libertados da lei moral, como pacto de obras, de modo que nem são justificados nem condenados por ela; contudo, além da utilidade geral desta lei comum a eles e a todos os homens, é ela de utilidade especial para lhes mostrar quanto devem a Cristo por cumpri-la e sofrer a maldição dela, em lugar e para bem deles(Rm 7. 4, 6; Rm 6. 14; Rm 3. 20; Rm 8. 1, 34; Gl 3. 13, 14; Rm 8. 3, 4; II Co 5. 21), e assim provocá-los a uma gratidão maior e a manifestar esta gratidão por maior cuidado da sua parte em conformarem-se a esta lei, como regra de sua obediência(Cl 1. 12, 13, 14; Rm 7. 22; Tt 2. 11- 14).”

A lei moral com criada com Adão e incorporada, de certa maneira, à sua natureza. Todos os que permanecem vinculados ao velho homem e com ele comprometidos estão debaixo da lei moral, que lhes confere parâmetros gerais de ética e de moral, mas é insuficiente para educá-los como cidadãos dos céus. O regenerado está ressurreto em Cristo; o seu velho homem morreu, foi sepultado, permanece na sepultura. Em seu lugar surgiu uma nova criatura, herdeira da natureza do novo Adão, Jesus Cristo. O cristão verdadeiro, portanto, não pertencendo à velha humanidade, superou da lei moral, pois nele prevalece a lei do Espírito que, pelo testemunho interno, o conduz a Deus e à sua Palavra.

A lei moral, estatuída ou não, é um equipamento específico do homem, imagem e semelhança de Deus, que o habilita à compreensão da vontade de seu Senhor e condiciona-o à reverência, ao respeito e à obediência ao Pai e às suas ordenanças. Ao quebrar um imperativo, extrínseco ou intrínseco, imediatamente um mecanismo de censura se desencadeia e o infrator sente-se culpado ou pecador. O conhecimento do bem e do mal pode criar contrastes entre o emocional e o racional, o sensorial e o espiritual, mas nenhuma dessas áreas é passível de eliminação; todas compõem a estrutura do ser humano. Deus colocou sua criatura na fronteira do benigno e do maligno, dando-lhe, porém, a lei moral para nortear- lhe o arbítrio e as opções, mensurando e qualificando-lhe a responsabilidade.

O homem, de modo geral, deixa-se dirigir por controladores externos, as leis expressas; por impulsos internos, a lei da consciência; por ordenações divinas, a lei revelada. Todo homem, portanto, é dotado de parâmetros morais e espirituais para consequenciar o nexo relacional entre ele e o semelhante e entre ele e seu Criador.

A consciência universal da existência de um ser superior e de uma vida além da morte, a religiosidade inata dos seres humanos, o sentimento de culpa ou de pecado, a justiça, o amor, a caridade, o perdão, o dever, o direito, a compaixão, a fidelidade, a honestidade são resultados da lei moral interna, emanações da essência do bem ainda existente no homem, apesar do pecado. A lei moral na ordem social, providência divina, manifesta-se em forma de códigos e estatutos legais normalizadores da sociedade. Ela, por um lado, responsabiliza o homem pelos seus atos livres mas, por outro, no caso dos eleitos, abre-lhes a porta à fé, à regeneração, à esperança e ao amor a Deus. Tanto o justificado em Cristo como o rejeitado estão sob a lei moral universal. A diferença entre um e outro é que nos eleitos os fundamentos da moralidade natural harmonizam-se com as ordenanças divinas das Escrituras, enquanto nos irregenerados os princípios morais congênitos são rudimentares, frágeis, geralmente sob direcionamento e disciplina de normas legais repressoras.

A lei moral natural, aquela que Deus mantém na consciência dos seres humanos para que, de alguma maneira, sua vontade se realize na história, é a fonte de todas as leis sociais promulgadas, sejam consuetudinárias ou apodíticas, e funcionam como redutores da malignidade. O descrente dirige-se pelos parâmetros éticos sociais e por estatutos ou institutos de natureza legal. Os crentes submetem à normas vigentes, mas se deixam dirigir prioritariamente pela Palavra de Deus. O eleito de Deus em Cristo Jesus tem dupla cidadania, a terrestre e a celeste. Eis porque se submete, ao mesmo tempo, à lei moral geral, aos mandamentos do Pai, ao Evangelho do Filho e à direção do Espírito.

CATECISMO MAIOR

LEI MORAL – DECÁLOGO

Pergunta 98: “*Onde se acha a lei moral resumidamente compreendida?*”

Resposta: *A lei moral acha-se resumidamente compreendida nos dez mandamentos(Mt 19. 17-19), que foram dados pelo voz de Deus no Monte Sinai e por ele escritos em duas tábuas de pedra(Dt 10. 4; Ex 34. 1-4), e estão registados no capítulo vigésimo do Êxodo(Ex 20. 1- 17 cf Dt 5. 7-21 Os quatro primeiros mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus e os outros seis, nossos deveres para com o homem(Mt 22. 37-40).”*

DECÁLOGO – LEI MORAL CODIFICADA.

O Decálogo é a codificação dos princípios morais e éticos requeridos por Deus de Israel, seu povo pactuado, no Sinai. Suas postulações originaram-se da vontade do Proponente da aliança, sem perder o nexos com antecedentes consideráveis nas revelações anteriores e apoio nos resquícios de benignidade existentes no interior de cada eleito. Os que, sendo israelitas, opuseram-se à Lei, certamente estavam na comunidade dos eleitos, mas não faziam parte do “corpus electorum” do povo de Deus. Também muitos se aderem à Igreja de Cristo sem eleição incondicional e chamamento eficaz. Mas como se tratava de uma nação, todos os seus cidadãos estavam subordinados aos preceitos legais que eram, por um lado, parâmetros morais de cunho religioso e, por outro, normas jurídicas e administrativas do Estado teocrático. Em Israel não havia o que hoje se observa: uma moralidade secular e pública e outra religiosa e particular. Deus, pelo seu Messias, rei ungido, governava o Estado e regenciava a sociedade. O altar e o trono harmonizavam-se e se completavam. O decálogo, as demais normas estabelecidas, e a tradição regulamentavam a vida civil e religiosa dos hebreus, agora organizados em nação. Os mandamentos(*nomoi*) escritos por ordenação direta de Javé eram entendidos como “instrução; “ensino”, “regulamentos”. Os princípios morais e sociais emanadas da tradição, provenientes dos hábitos e dos costumes, eram designados de “ethos”, mas igualmente reconhecidos como expressões da vontade do Deus, que escolheu Israel para ser sua nação peculiar. Todo o bem, quer o resultante da ordenança escrita quer emergente da tradição tribal, eram recebidos e aceitos como manifestação do Deus do pacto, Salvador dos escravizados israelitas, o absolutamente bom, fonte de todo bem.

O senso ético e a moralidade decorrem da racionalidade do homem por um lado e da sua espiritualidade por outro. Na verdade, os eleitos, antes de leis editadas e aditadas, decidiam entre o certo e o errado para fazer opções, bem como foram capazes de captar a revelação, incorporá-la e expressá-la em testemunho, fé e liturgia. A capacidade de adorar, de prestar culto, de selecionar e ajuizar fatos éticos demonstra a existência de uma lei moral intrínseca instalada na essência do homem. Deus, ao conceder o Decálogo, normalizou, disciplinou, definiu e regulamentou, em termos inequívocos, o que já se conhecia, em princípio, existencialmente. As prescrições sinaíticas serviram, e servem para declarar, aos olhos dos redimidos, a vontade do Salvador e determinarem as responsabilidades e os deveres de seus súditos, institucionalizando e socializando os termos do pacto de fidelidade mútua entre Libertador e libertados. As normas

constitucionais estatuídas pelo código mosaico legitimam a aliança de Javé com seu povo e marcam o exato momento da criação de Israel como nação eleita. Os difusos princípios da lei moral no coração e na mente dos israelitas e seus liames, ainda fragmentados e frágeis, de compromisso relacional com o Redentor consolidam-se no Monte Sinai com a dádiva da lei de maneira definitivamente eterna.

LEI, CONCESSÃO DA GRAÇA

Os que distinguem entre Lei e Evangelho e opõem um ao outro, esquecem-se de que a Lei é uma concessão da graça. Deus escolheu um povo, chamou-o, retirou-o do Egito com “mão forte e braço estendido”, assumiu-lhe a paternidade e, como Pai e Senhor suserano, estabeleceu-lhe regras comportamentais e lhe concedeu ordenações culturais. Primeiro, a salvação, depois o pacto com os salvos para discipliná-los por meio de regulamentos éticos e litúrgicos. Quebrar a Lei, portanto, é ab-rogar ou renegar a aliança, ferindo ou rompendo os liames pactuais com o Redentor.

A redenção faz o súdito e, como tal, submete-se à lei. A recíproca não é verdadeira. Deus não cria servos ou vassalos por intermédio da lei, mas da regeneração. Porém, os regenerados, por natureza filial, respeitam os mandamentos divinos.

NATUREZA DA LEI

Javé invoca a libertação dos oprimidos, cativos no Egito, como razão e fundamento do pacto e a conseqüente dádiva da lei, cuja edição e promulgação embasam e regulamentam os compromissos pactuais: “*Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão*”(*Ex 20. 2*). Portanto, os mandamentos não se firmam, rigorosamente, nos usos e costumes(consuetudinário) nem em “casos modelos” (casuísmo), nem em resultados ou demonstrações racionais irrefutáveis(apodicticismo), mas no poder imperativo e determinativo de Deus.

A lei abrange os dois hemisférios relacionais: Deus e os homens. O quatro primeiros mandamentos estabelecem nossos deveres para com Deus; os seis últimos, nossos obrigações para com o próximo. Estas dimensões bilaterais do decálogo foram sintetizadas por Cristo em dois mandamentos: *o do amor a Deus, e do amor ao próximo*. Além do código mosaico, com predominância moral, Deus estatuiu o código de santidade(*Lv 17-26*), relacionando todas as atividades morais dos eleitos no relacionamento com Deus e nas atividades cúlticas, estabelecendo normas litúrgicas do sacerdócio, dos sacrifícios e do altar.

O legalismo da diáspora transformou a graciousidade da lei em dogmas impositivos e moralismo coercitivo; e a obrigação pactual da obediência filial transformou-se em fardo pesado e insuportável. Então a lei passou a ser fim salvador, não meio de obediência e serviço dos salvos, tornando-se, na teoria e na prática, “eficaz em si mesma”, e não como termos de compromissos bilaterais da aliança.

CATECISMO MAIOR

COMPREENSÃO DOS MANDAMENTOS

Pergunta 99: *Que regras devem ser observadas para a boa compreensão dos dez mandamentos?*

Resposta: *Para a boa compreensão dos dez mandamentos as seguintes regras devem ser observadas:*

1ª- *Que a lei é perfeita e obriga a todos à plena conformidade do homem inteiro à retidão dela e à inteira obediência para sempre; de modo que requer a sua perfeição de todos os deveres e proíbe o mínimo grau de todo o pecado(Sl 19.7; Tg 2. 10; Mt 5. 22).*

2ª- *Que a lei é espiritual, e assim se estende tanto ao entendimento, à vontade, aos efeitos e a todas as outras potências da alma: como às palavras, às obras e ao procedimento(Rm 7. 14; Dt 6. 5; Mt 22. 37- 39; Mt 12. 36, 37).*

3ª- *Que uma e a mesma coisa, em respeitos diversos, é exigida ou proibida em diversos mandamentos(Cl 3. 5; I Tm 6. 10; Pv 1. 19; m 8. 5)*

4ª- *Que onde um dever é prescrito, o pecado contrário é proibido(Is 58. 13); onde um pecado é proibido, o dever contrário é prescrito(Ef 4. 28); assim como onde uma promessa está anexa, a ameaça contrária está inclusa(Ex 4. 28); e onde uma ameaça está anexa, a promessa contrária está inclusa(Jr 18. 7,8; Ex 20. 7; Sl 15. 1,4,4; Sl 24. 4,5).*

5ª- *Que o que Deus proíbe, não se há de fazer em tempo algum(Rm 3. 8); e o que ele manda, é sempre um dever(Dt 4. 9), mas nem todo dever especial é para se cumprir em todos os tempos(Mt 12. 7; Mc 14. 7).*

6ª- *Que sob um pecado ou um dever, todos os da mesma classe são proibidos ou ordenados, juntamente com todas as coisas, meios, ocasiões e aparências deles e provocações a eles(Hb 10. 24-25; I Ts 5. 22; Gl 5. 26; Cl 3. 21; Jd 23).*

7ª- *Que aquilo que nos é proibido ou ordenado temos a obrigação, segundo o lugar que ocupamos de procurar que seja evitado ou cumprido por todos segundo o dever das suas posições(Ex 20; Lv 19.17; Gn 18. 19; Dt 6. 6,7; Js 24. 15).*

8ª- *Que, quanto ao que é mandado a outros, somos obrigados, segundo a nossa posição e vocação, a ajudá-los(Hb 10. 24), e a cuidar em não participar com outros do que lhes é proibido(I Tm 5. 22; Ef 5. 2.11).”*

ENSINAMENTO DAS REGRAS

Primeira regra: Estabelece o princípio de que a lei é “boa, perfeita, universal e permanente”. Não se restringe, portanto, aos judeus, não se limita às circunstâncias, não se torna anacrônica, não se invalida com as mudanças culturais, não se envelhece com o tempo. Pode até sofrer variações interpretativas, segundo a visão do intérprete, mas não é passível de variações e mutações na sua essência e nos seus propósitos originais.

Segunda regra: Ensina que a espiritualidade da lei permite-lhe a inserção no interior dos regenerados potencialmente espirituais, controla-lhes a índole, os sentimentos, as emoções, os pensamentos e as paixões; desperta-lhes as virtudes sociais, morais, espirituais; normaliza-lhes a vida interativa na sociedade; regula-lhes os hábitos e os costumes. Por ser ordenação divina, não se atém aos comportamentos visíveis apenas, muitas vezes delituosos por sua natureza, por seus estereótipos, pelos quais são julgados

ou censurados, mas justificáveis em razão de seu plexo formador interno, original. Por exemplo: uma pessoa com perturbações mentais, com seu sistema de defesa psicológica bloqueado, com fixações irracionais, comete um crime sem motivo aparente, violando um preceito decalógico. O ato em si, sem se considerar os antecedentes psíquicos, é pecaminoso, condenável, e seu autor, pela ilegalidade formal, ficaria sujeito às penalidades da lei infringida. Deus, porém, não julga os efeitos desvinculados de suas causas geradoras. Jesus, que veio cumprir a lei, e não ab-rojá-la, mostrou claramente seu juízo intrínseco sobre pecados não exteriorizados. Os escribas e os fariseus eram tão pecadores quanto a mulher que pretendiam apedrejar, por ter sido surpreendida em situação de adultério: *“Aquele que dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro que lhe atire pedra”* (Jo 8. 7b).

Um louco assassino não tem consciência, nem pode ter, do delito cometido. O crime de um débil mental configura-se como um fato concreto de prática criminosa sem transcurso intencional, sem criminalidade consciente. Externamente a lei foi quebrada; internamente, não. O fariseu, aparentemente inatacável, irrepreensível, era, na verdade, um incorrigível pecador, um “túmulo caído”, um hipócrita inominável, um corrupto. Nós julgamos as pessoas pelo que elas fazem e dizem. Deus as julga pelo que são, pelo seu estado de submissão ou insubmissão a ele. As aparências podem enganar os circunstantes, não ao Onisciente. O mal se instala na essência dos homens, fazendo aí o seu esconderijo e sua base operacional. A lei, porém, o identifica e atinge-o implacavelmente quer nas más intenções quer nas manifestações expressas, pois deixou de ser princípio externo, gravada em tábuas de pedra, para ser princípio interno, escrita no coração dos regenerados(Jr 31. 33 cf Hb 10. 16,17). A lei, por ser espiritual e estar incorporada ao redimido, regula-lhe as relações com o Legislador, postula-lhe normas de conduta, formula-lhe parâmetros de liturgia e culto destinados à adoração conforme a vontade do Ser Supremo, que lhe exige culto em espírito e em verdade. A lei, para os eleitos, é uma bênção; para os réprobos, peso, castigo, condenação e juízo. Como o homem não se esconde de Deus, também não escapa de sua lei, nem pelo ocultamento de seus pecados.

Terceira regra: Esta ensina que um mandamento do decálogo é parâmetro e fonte potencial para todos os demais mandamentos que disciplinem o mesmo assunto, respeitando o contexto e as circunstâncias socioculturais. Portanto, o espírito decalógico se faz presente na edição de todas as normas escriturísticas do Velho e do Novo Testamentos, inclusive quando o amor viabiliza o cumprimento da ordem mandamental. Os desdobramentos podem ser diversos, mas a origem é a mesma para as ordenanças morais conseqüentes similares ou congêneras. Todas as estipulações a respeito do mesmo assunto contemplado nos dez mandamentos coadunam com o espírito decalógico.

Quarta regra: Esta nos faz compreender que o mandamento da lei de Deus não precisa da prescrição da pena correspondente, no caso de quebra, pois ela, sendo objetiva ordenança, o delito fica patente: ab-rogação do pacto; e a penalidade, óbvia: rompimento com Deus e perda da cidadania de seu povo.

A prescrição, por exemplo: *“Não adulterarás”* implica: a- Proibição do adultério. b- Qualificação do adultério como pecado. c- Condenação do adúltero. d- Predetermina que o adúltero quebra a aliança, tonando-se, portanto, reprovado. O mesmo vale para todos os mandamentos. Deve-se lembrar que Deus firmou um acordo bilateral com o

povo escolhido e liberto do Egito, e lhe deu a lei como norma pactual: Obedecida: pacto mantido. Desrespeitada: pacto quebrado. A aliança Deus-Israel estava basilarmente firmada no decálogo, um sistema unificado de ordenanças. Assim, violar uma de suas prescrições, por menor que fosse, seria transgredir a totalidade dos preceitos, comprometendo seriamente a aliança.

A prescrição: *“Honra a teu pai e a tua mãe”* contém uma promessa: *“Para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá”*. Consequentemente, a desonra aos pais acarretará a punição pelo encurtamento da vida na terra da promessa. O que se destina especificamente ao povo de Deus pode ser aplicado a qualquer cidadão de qualquer país, pois o rompimento dos laços familiares implica em enfraquecimento da sociedade e em debilitação da verdadeira cidadania, mesmo em culturas pluralizadas como as atuais. Considerando, no entanto, que o mandamento é uma proposição pactual, aplica-se diretamente ao eleito pactuado com Deus mediante Jesus Cristo, não importando sua nacionalidade ou raça. Os que se encontram fora da aliança, não inclusos no testamento da graça, desobrigam-se da guarda da lei, mas não se livram do julgamento prescrito. O cristão não pode perder de vista o fato de ser cidadão da “Nação Santa”, integrado num “povo de propriedade exclusiva do Salvador”(I Pe 2. 9), sendo, pois, regido pela lei de Deus sancionada por Cristo, o seu Rei, e aplicada pelo Espírito Santo. O cumprimento da lei na dispensação da graça em Cristo Jesus não é impositiva, mas compulsiva, emanando do irresistível desejo e da inquebrantável vontade inerente à criatura regenerada de submeter-se ao Criador e obedecer-lhe as determinações, recomendações e orientações.

Quinta regra: Esta regra nos ensina que o mandamento não é circunstancial ou contextual, mas também não é imperativo absoluto para todas as situações. Ele não é um “princípio rígido”, não admitindo flexibilidade, atenuantes e exceções. Um preceito mosaico determina: **“Não matarás”**, mas Israel, em conflitos bélicos, matou muitos, e o fez sem violação da ordem imperativa, “não matarás”. O artigo sabático preceitua: *“O sétimo dia é o Sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhum trabalho...”*. Jesus, porém, descumpriu tal preceito, mostrando que Davi também o desrespeitara em circunstâncias especiais, excepcionais(Mt 12. 1-8).

O decálogo contém normas gerais fundamentais e paramétricas de comportamento, que não podem ser tomadas literalmente em todas as situações, mas também, não podem ser infringidas, nos seus pressupostos básicos, sob alegação de sua inaplicabilidade em casos excepcionais. As exceções são raras e periféricas, não atingindo a essência normativa dos preceitos da lei. As ordenanças reguladoras de fatos circunstanciais não se encontram no decálogo, síntese legal do pacto, mas no contexto geral da Torah, onde estão os textos legais e éticos revelados.

Sexta regra: Esta regra explica que em cada proibição contemplam-se no fato proibido os antecedentes, os conseqüentes, as contingências e o ambiente da ocorrência. Assim, na ordenação: *“não matarás”*, não somente se proíbe matar, mas inclui também os mandantes, os agentes, os cúmplices, os coniventes, os perjúrios testemunhais e as circunstâncias do delito.

O Estado, embora impessoal, não se isenta do crime da pena de morte injusta, não se livra do pecado de ordenar a execução de quem não merece penalidade máxima ou de quem é inocente do ilícito penal de que o acusam. Aliás, o decálogo endereçou-se

prioritariamente à nação dos eleitos, à instituição estatal. Tanto o coletivo institucional como o individual podem quebrar o mandamento. Israel, como nação, descumpria freqüentemente a lei, sofrendo os decorrentes castigos divinos. O israelita, individualmente, podia quebrar o mandamento, tanto matando um estrangeiro com quem não se afeiçoava, quanto um patriota, um próximo, um parente. Há atenuantes e agravantes num assassinato, mas o ato em si, independentemente das circunstâncias sociais e morais, das motivações negativas e das justificativas, está sob a condenação divina por meio do preceito decalogal. Quem, ao ser agredido, elimina o agressor em legítima defesa ou sob coação moral irresistível; o que assassina um ofensor; o que tira a vida de um doente terminal, praticando eutanásia; a mulher que aborta um filho simplesmente para livrar-se do “incômodo” da gravidez; o que assalta e extermina a vítima; o infectado que transmite, propositadamente, uma doença fatal; o abastado que deixa de alimentar um pobre, provocando-lhe a morte, todos são criminosos, quebram o sexto mandamento, não importando as formas, os meios, as intenções, os instrumentos, as situações. O imperativo divino abrange os homicídios em todos os aspectos da perpetuação criminosa, inclusive os delitos velados e até o assassinato moral, psicológico, social e espiritual(Mt 5. 21, 22).

Sétima Regra: Aqui se nos ensina que todas as pessoas que ocupam postos de comando e de liderança têm a obrigação de cumprir e fazer cumprir os mandamentos. Se não o fizer, passa a ser conivente com os possíveis erros de seus liderados. Quem lidera um grupo social, inclusive a família; quem preside uma empresa ou dirige uma entidade, assume a responsabilidade de ensinar o respeito às ordenanças de Deus, de evitar a prática do mal, de coibir as violações da palavra do Salvador. Não exercer ação preventiva, quando se deve e se pode, significa assumir cumplicidade por omissão do dever. É obrigação dos dirigentes, patrões e senhores cristãos, implantarem, manterem e executarem os mandamentos da lei de Deus em suas áreas de atuação. A Igreja peca ao deixar de exigir o cumprimento da lei ou não disciplinar os seus infratores. Doutrina com disciplina é a base do governo eclesial.

Oitava regra: Esta regra nos ensina que o líder não pode impor aos liderados o que não impõe a si mesmo; não pode condenar neles o que não condena em si mesmo. Agir diferentemente do que estabelece a presente regra é pecaminoso farisaísmo. O pastor do rebanho de Cristo é chamado à obediência pessoal, à consagração, à docência e à regência do rebanho, sempre sob da lei. Os leigos esperam de seus ministros irrestrita submissão às determinações das Escrituras Sagradas, aos mandamentos do Senhor, pois são “homens de Deus” aos quais procuram imitar e em cujos testemunhos inspiram-se. Cobrar do outro o que não se cobra de si mesmo é traição e farisaica hipocrisia. Pregar e viver o que se prega, eis o binômio do servo de Deus.

CATECISMO MAIOR

DEZ MANDAMENTOS- CONSIDERAÇÕES

Pergunta 100: *“Que pontos devemos considerar nos dez mandamentos?”*

Resposta: *Devemos considerar nos dez mandamentos: o prefácio, o conteúdo e as divinas razões anexas a alguns deles”.*

PREFÁCIO

Pergunta 101: *“Qual é o prefácio dos dez mandamentos?”*

Resposta: *O prefácio dos dez mandamentos é: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão”.*

“Nestas palavras Deus manifesta a sua soberania como Javé-Senhor, o eterno, imutável e todo poderoso Deus, existindo em si e por si, cumprindo todas as suas palavras e obras, manifestando que é um Deus em pacto com todo o seu povo e com o Israel antigo; que assim como tirou a estes da servidão do Egito, assim nos libertou do cativeiro espiritual, e que, portanto, é nosso dever aceitar a ele só por nosso Deus e guardar todos os seus mandamentos(Ex 20.2; Is 44.6; Ex 3. 14; Ex 6.3; At 17. 24,28; Gn 17. 7; Rm 3. 29; Lc 1. 74,75; I Pe 1. 15-18)”.

O judaísmo toma a “Shemah”, palavras introdutórias do decálogo, como o primeiro mandamento da lei de Deus ou “primeira palavra”(dabhar) decalogal; aceitando-o, por outro lado, como sua principal e fundamental profissão de fé. Os cristãos, acompanhando parcialmente os judeus, também reconhecem na “Shemah” um texto confessional de inestimável valor, perenidade e atualidade, por ser a revelação da pessoa e da ação redentora de nosso Deus, proponente, agente e sustentador do pacto sinaítico, que Cristo não ab-rogou, mas, ao contrário aprofundou, universalizou, cumpriu e mandou cumprir. A teologia reformada, por outro lado, o desvincula a “Shemah” do primeiro mandamento(Não terás outros deuses diante de mim), conferindo-lhe caráter prefacial ou introdutório. Os reformados também acompanham o judaísmo na unificação das estipulações: *“Não farás para imagens de escultura”* e *“Não adorarás imagens esculpidas”* em um só mandamento, o segundo do código mosaico.

Na “Shemah” Deus se auto-revela, expressa o senhorio absoluto sobre os escolhidos resgatados do Egito, manifesta suas poderosas obras em atos redentores e libertadores, credencia-se como Senhor, Pai e Rei dos escravos por ele libertos. A aliança, pois, firma-se em fatos concretos, em eventos históricos indiscutíveis para que a esperança se fundamente na realidade da libertação. Quem promete realizações futuras é o mesmo que muito fez no passado. Aos pactuados compete: conhecer as benéficas intervenções anteriores do libertador; guardar os preceitos pactuais propostos; crer nas promessas do Rei.

RAZÕES ANEXAS:

São justificativas de causas e conseqüências para a promulgação e aplicação da lei, sua realidade, necessidade e atualidade. Exemplo: No caso do preceito sabático, as razões anexas são a dádiva do tempo à operosidade humana homem, sendo que um dia em sete seria dedicado ao Criador. O que se reserva ao Libertador, é consagrado ao culto e ao descanso do trabalhador. O servo de Deus, trabalhador de Javé, administraria para si

mesmo seis partes do período semanal, ficando responsável, segundo os termos pactuais, a dedicar uma ao Senhor da aliança: “*Seis dias trabalharás, farás toda a tua obra*”; isto é, o homem deve cumprir a sua tarefa semanal programada. Cumprida, o servo de Deus habilita-se à guarda do sétimo dia.

CONTEÚDO DOS MANDAMENTOS:

O conteúdo dos mandamentos não pode ser analisado à margem do pacto, de uma aliança que Deus fez com o seus servos, depois de libertá-los da escravidão faraônica, pactuar com eles, assumir senhorio sobre eles e receber deles a promessa de obediência e serviço. E assim, Israel, mediante o pacto, tornou-se nação fiel, teocrática, submissa e servicial, isto é, diacônica. Sem a luz do pacto não se verá claramente, inteligivelmente, o decálogo.

Os cristãos, iluminados pelo Espírito Santo, entendem os preceitos da lei pela reinterpretação do Messias, que retirou o decálogo dos estereótipos externos e o implantou no coração e na mente dos regenerados. Pelo pacto mosaico a interação entre o Salvador e os salvos realiza-se: Eis a gênese e a síntese do conteúdo, clarificado e viabilizado

O que no mosaísmo firmava-se na graça da obediência, no cristianismo firma-se na misericórdia do amor.

DIVISÃO DO DECÁLOGO:

Os quatro primeiros mandamentos tratam da relação entre Deus e o homem. Os seis últimos, focalizam e regulam as relações interpessoais.

Os calvinistas, seguindo Filo, Josefo e a Igreja Primitiva, ordenam os mandamentos conforme os seguintes temas: Primeiro Mandamento: Não cultuar outros deuses. Segundo: Não cultuar imagens e ídolos. Terceiro: Não tomar o nome de Deus em vão. Quarto: Guardar o descanso sabático. Quinto: Honrar os pais. Sexto: Não matar. Sétimo: Não adulterar. Oitavo: Não roubar. Nono: Não jurar Falso. Décimo: Não Cobiçar.

Os luteranos reúnem os dois primeiros mandamentos em um só, dividindo em dois o décimo. Os Igreja romana elimina o segundo mandamento, dividindo o décimo em dois. Portanto, no decálogo que aparece nos seus catecismos omite-se adoração ou veneração de imagens, deixando de levar aos catequizandos o ensino bíblico, que é radicalmente contra a representação materializada da divindade, tanto em figuras de animais como de seres humanos(ver Dt 4. 15-19).

CATECISMO MAIOR

DEVERES PARA COM DEUS

Pergunta 102: *“Qual é o resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus?”*

Resposta: *O resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus é: “Amar o Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento(Lc 10. 27).”*

O AMOR AGÁPICO – FONTE DA OBEDIÊNCIA

Nós amamos a Deus porque ele nos amou primeiro; não o amamos, rigorosamente falando, em resposta ao seu amor; amamo-lo com o mesmo amor com que nos ama: incondicional, irrestrito e exclusivo. E assim nos transformamos em servos realmente obedientes, receptivos, prestativos e absolutamente submissos, não por ordenação legal, mas por afinidade, afetividade, entrega pessoal e consagração. Não é difícil para quem realmente ama obedecer a pessoa amada. Desta maneira, a lei de Deus não é um sacrifício para o regenerado, mas um abençoado privilégio, um oportuno meio de servir, uma alegre bênção de submissão ao maravilhoso e poderoso Rei.

O DEUS DO PACTO

No pacto sinaítico Javé, que se auto-revela pela “Shemah”, credencia-se como o comprovado libertador de Israel, o Deus que o tirou do Egito e o libertou da casa da servidão. Sob a autoridade autodefinida e ação concreta de libertação, Deus propõe aliança perpétua com os descendentes de Jacó pela mediação de Moisés: *“Tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas, e vos achei a mim. Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz, e guardardes a minha aliança, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis reino de sacerdotes e nação santa.”* *“Então o povo respondeu à uma: Tudo o que o Senhor falou, faremos(Ex 19. 4,5,8).”* Deus, deste modo, passa a ser o Senhor de Israel, e estabelece condições irrefutáveis, irrevogáveis e indeclináveis:

- a-** Javé deve ser o único Deus de Israel com exclusividade, não admitindo parceria ou concorrência na preferência, na fé e no culto dos escolhidos.
- b-** Javé é o Rei Santo, Pai de uma nação santa de sua propriedade exclusiva e peculiar sobre a qual reina, sendo, portanto, responsável por sua vida, segurança e destino.
- c-** O pacto teria por objetivo dar oportunidade aos pósteros de Abraão para se comprometerem a ouvi-lo, acatar-lhe as ordenanças e cumprir-lhe as determinações, sendo-lhe, conforme a promessa, herdeiros da aliança e povo sacerdotal de ação missionária entre as nações. O seu sacerdócio deveria ser abrangente, realmente universal.
- d-** Israel, embora pequeno e humilde, fraco e indefeso, seria protegido por Deus, seu Senhor e Rei, se mantivesse fidelidade aos preceitos pactuais, especialmente ao que se refere ao culto exclusivo ao Deus da aliança.

e- O povo eleito teria a obrigação de, como nação santa, separada para Deus e a ele dedicada com exclusividade, ser exemplo universal de diaconia, coínia e liturgia, conforme as determinações de seu Senhor, Rei, Protetor e Mestre. Israel não foi escolhido, chamado e separado, para separar-se, isolar-se, fechar-se em gueto, mas ser o comunicador da revelação divina e o servidor de Deus.

Deus sabia que os objetivos pactuais, em virtude da pecaminosidade dos escolhidos, não seriam integralmente alcançados e, portanto, totalmente quebrados. Por isso, promulgou as leis cerimoniais e estabeleceu os sacrifícios como formas de livramento, de perdão, de escape à implacabilidade da lei. São salvaguardas preordenadas em favor das vítimas do pecado, presas fáceis da fraqueza natural de criaturas finitas e mortais. A graça previdente do Redentor abriu a porta ao perdão por meio do sacrifício substituto. O eleito, embora pecador, isto é, quebrador da lei, não se perderia. Porém, os pecados “atrevidos”, aqueles cometidos consciente e deliberadamente com premeditada intenção malévolamente de ofender o Senhor, ultrajá-lo, injuriá-lo, ridicularizá-lo e execrá-lo(Nm 15. 30,31), não seriam perdoados. O antídívino no Velho Testamento e o anticristo no Novo, pecam propositalmente contra Deus ao qual odeiam e a quem almejam, a qualquer custo, destruir. Os seus pecados, pois, são imperdoáveis, ou melhor, não há quem os perdoe, porque a fonte do perdão foi rejeitada, renegada. O paralelo com o “pecado contra o Espírito Santo” de que fala Jesus Cristo é evidente e pertinente(Mc 3. 28,29).

O dever de incondicional submissão e irrestrita obediência a Deus deve nascer da espontânea e natural relação da criatura com o Criador mediante a regeneração. Os elementos controladores e repressores de potências externas são despidos de autoridade e de poder para evitar, conter ou reprimir o mal, as ab-rogações da lei. Sem o *amor agápico*(amar de toda a alma), teocêntrico por natureza, envolvendo a fé; o *amor emocional*(amar de todo o coração), que domina os sentimentos; o *amor-serviço* que promove e controla as atividades produtivas e criativas(amar de todas as forças e potencialidades); o *amor racional*, que subjuga a razão, o raciocínio e a percepção(amar de todo o entendimento), impossível nos será o relacionamento sincero com o Salvador em obediência, respeito, submissão, serviço e adoração.

A lei e o perdão dos pecados não são incompatíveis: um ordena o eleito a não pecar; outro, se o pecado for por ele cometido, abre-lhe a porta do perdão. Isto se resume com a seguinte declaração bíblica: “*Filhos meus, estas coisas vos escrevo para que não pequeis. Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo; ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro*”(I Jo 2.1,2). O esforço de cumprir a lei é dever do cristão; todavia, se não lhe for possível, o socorro do perdão lhe virá em Cristo Jesus.

Concluindo: O amor é a base da fidelidade, da consagração, da comunhão, da santificação e também do perdão.

CATECISMO MAIOR

PRIMEIRO MANDAMENTO

Monoteísmo e Monolatria

Pergunta 103: *“Qual é o primeiro mandamento?”*

Resposta: *O primeiro mandamento é: “Não terás outros deuses diante de mim.”*

MONOTEISMO E MONOLATRIA

Monoteísmo - Deus único. Javé não requeria apenas ser o Deus nacional, admitindo divindades tribais, familiares e individuais a ele subordinadas e por ele comandadas ou opostas a ele. O Senhor do pacto revela-se e se impõe como Rei soberano e divindade exclusiva, não admitindo a existência real de quaisquer deuses, pois ele é o absolutamente **único**. Todas as divindades conhecidas e as que futuramente surgissem não passavam de “criações” humanas; e as atuais eram e as futuras seriam ídolos intoleráveis na sociedade pactual e perante o Deus comprovadamente verdadeiro. Além do Deus revelado, vivo e atuamente libertador, não existe outro.

Como na velha aliança, igualmente na nova o eleito não pode ter outro deus, isto é, um ícone como objeto de culto. Deus único, portanto, não significa uma divindade de devoção pessoal privativa, escolhida pelo devoto entre muitas, mas o Deus exclusivamente existente e realmente verdadeiro; todos os demais são irreais, falsos e produtos da religiosidade corrompida do homem.

Monolatria – único Deus adorado. Javé não se deixa adorar por rituais cúlticos criados, organizados e executados pelo homem. Ele mesmo, no contexto do pacto, estabelece, determina, estrutura e ordena o culto que lhe deve prestar o homem. Tudo procede de sua soberana escolha: o local, os objetos, o sacerdote, os animais do sacrifício, o modo operacional do abatimento das vítimas, a destinação de cada ação sacrificial, os dias determinados, o altar, os rituais, os cantores. Assim, o culto que os pactuados prestavam a Javé, com todos os rituais litúrgicos, era especificamente dele e para ele. A monolatria de Israel não podia ser comparada às devoções individuais a um só ídolo nem a qualquer monolatria tribal ou nacional cujos deuses ou eram reis divinizados ou divindades mitológicas.

DEVERES EXIGIDOS NO PRIMEIRO MANDAMENTO

Pergunta 104: *“Quais são os deveres exigidos no primeiro mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no primeiro mandamento são: Conhecer e reconhecer Javé como o único verdadeiro Deus e nosso Deus(I Cr 28. 9; Dt 26. 17; Is 43. 10; Jr 14. 22); adorá-lo e glorificá-lo como tal(Sl 95. 6,7; Sl 29. 2; Mt 4. 10); pensar(Ml 3. 16) e meditar nele(Sl 63. 6); lembrar-nos dele(Ec 12. 1); altamente apreciá-lo(Sl 18. 1,2), honrá-lo(Ml 1. 6), adorá-lo(Is 45. 23), escolhe-lo)(Js 24. 22), amá-lo(Dt 6. 5), desejá-lo(Sl 73. 25) e temê-lo(Is 8. 13); crer nele(Ex 14. 31), confiando(Is 26. 4), esperando(Sl 130. 7), deleitando-nos(Sl 37. 4) e regozijando-nos nele(Sl 32. 11); ter zelo por ele(Rm 12. 11); invocá-lo, dando-lhe todo o louvor e agradecimento(Fp 4. 6), prestando-lhe toda a obediência e a submissão do homem todo(*

Jr 7. 23; Tg 4. 7); ter cuidado de agradá-lo em tudo(I Jo 3. 22), e tristeza quando ele é ofendido em qualquer coisa(Ne 13. 8; Sl 119. 135; Jr 31. 18); andar humildemente com ele(Mq 6.8).”

PECADOS PROIBIDOS NO PRIMEIRO MANDAMENTO

Pergunta 105: *“Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?”*

Resposta: *Os pecados proibidos no primeiro mandamento são: Ateísmo, negar ou não ter um Deus(Sl 14.)1; idolatria, ter ou adorar mais do que um Deus, ou qualquer outra entidade como o Deus verdadeiro em lugar dele(Jr 2. 27,28; I Ts 1. 9); não o ter e não o confessar como Deus, e nosso Deus(Sl 81. 11); a omissão ou a negligência de qualquer coisa devida a ele, exigida neste mandamento(Is 43. 22, 33); a ignorância(Jr 4. 22; Os 4. 1,6), o esquecimento(Jr 2. 32; Sl 50. 22), as más concepções, as falsas opiniões(At 17. 23,29), os pensamentos indignos e ímpios quanto a ele(Sl 50. 21); o pesquisar audaz e curioso dos seus segredos(Dt 29. 29); toda impiedade(Tt 1. 16; Hb 12. 16), todo ódio contra Deus(Rm 1. 30), egoísmo(II Tm 3. 2), espírito interesseiro(Fp 2. 21) e toda a aplicação desordenada e imoderada de nosso entendimento, vontade ou afetos a outras coisas e o desviá-los de Deus, em tudo ou em parte(I Jo 2. 15; I Sm 2. 29; Cl 3. 2,5); a vã credulidade(I Jo 4. 1), a incredulidade(Hb 3. 12), a heresia(Gl 5.20), as crenças errôneas(At 28. 9), a desconfiança(Sl 78. 22), o desespero(Ez 37. 11); a resistência obstinada e a insensibilidade sob os juízos de Deus(Jr 5. 3); a dureza de coração(Rm 2. 5); a soberba(Jr 13. 15); a presunção(Sl 19. 13), a segurança carnal(Sl 1. 12); tentar a Deus(Mt 4. 7); uso de meios ilícitos(Rm 3. 8), a confiança nos ilícitos(Jr 17. 5); os deleites e gozos carnavais(II Tm 3. 4); um zelo corrupto, cego e indiscreto(Gl 4. 17; Rm 10. 2; Jo 16. 2; Lc 9. 54,55) a tibieza(Ap 3. 16) e o esfriamento nas coisas de Deus(Ap 3. 1); o alienar-nos e apostatar-nos de Deus(Ez 14. 5; Is 1. 4,5); orar ou prestar qualquer culto religioso aos santos, anjos ou qualquer outra criatura(Os 4. 12; Ap 19.10; Cl 2. 18; Rm 1. 25); todos os pactos com o diabo(Lv 20. 6; I Sm 28. 7,11; I Co 10. 13, 14); consultar com ele e dar ouvidos às suas sugestões(At 5. 3); fazer dos homens senhores da nossa fé e consciência(Mt 23. 9); menosprezar ou desprezar a Deus e aos seus mandamentos(Dt 32. 15; Pv 13. 13; II Sm 12. 9); resistir e entristecer o seu Espírito(At 7. 21; Ef 4. 30); descontentamento e impaciência com as suas dispensações(Sl 73. 2,3); acusá-lo estultamente dos males com que ele nos aflige, e atribuir o louvor de qualquer bem que somos, temos ou podemos fazer à fortuna, aos ídolos(Dn 5. 23), a nós mesmos(Dt 8. 17; Dn 4. 30), ou a qualquer outra criatura(Hc 1. 16). ”*

DIANTE DE MIM

Pergunta 106: *“O que nos é especialmente ensinado pelas palavras “além de mim! no primeiro mandamento?”*

Resposta: *As palavras “além de mim”, “diante de mim” ou “perante a minha face” no primeiro mandamento ensinam-nos que Deus, que tudo vê, nota especialmente e se ofende muito com o pecado de ter-se qualquer outro Deus, de maneira que elas sirvam de argumento para nos dissuadir desse pecado e de agravá-lo com ousadíssima provocação(Sl 44. 20,21); assim como para nos persuadir a fazer como diante dos olhos de Deus tudo o que fizermos no seu serviço(I Cr 28. 9).”*

A proibição de colocar-se outra divindade “diante de Deus”, ocupando a posição de senhorio concorrente, além de ser intolerável idolatria, implica rompimento do pacto e,

portanto, a quebra de relações com Deus, o exclusivo Promotor da Aliança, o privativo Rei de Israel, único Deus dos eleitos. Nenhuma divindade interpor-se-á entre o servo fiel e seu Senhor. A continuidade do pacto, e a conseqüente salvação do pactuado, depende da obediência e da fidelidade expressas na adoração monolátrica, isto é, culto privativa e seletivamente ao Deus trino.

CATECISMO MAIOR

SEGUNDO MANDAMENTO

FRABRICAÇÃO E ADORAÇÃO DE IMAGENS

Pergunta 107: *“Qual é o segundo mandamento?”*

Resposta: *O segundo mandamento é: “Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo o que há em cima no céu, e do que há em baixo na terra, nem de coisa alguma que haja nas águas debaixo da terra. Não as adorarás nem lhes darás culto, porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus forte e zeloso, que vingará a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus preceitos(Ex 20. 4-6).”*

FAZER E ADORAR IMAGENS

Este mandamento não conta as artes de escultura, pintura ou gravura; não impede a confecção de símbolos e logotipos, não exclui a linguagem simbólica, necessária por sua forte representatividade. O que Deus por ele proíbe é o uso de semelhantes dons artísticos na produção artesanal ou industrial de ídolos destinados à adoração. Por exemplo, pintar o sol num quadro artístico, retratando a exuberância, a beleza e a harmonia da natureza, é uma demonstração de sensibilidade e de amor à obra criada por Deus, fixada pelo artista num dado momento. Tal pintura, entendida exclusivamente como arte, nenhuma relação terá com idolatria. Se, porém, o artista pintar o sol, visto não como obra da criação, mas como um deus a ser adorado, comete o pecado da idolatria. Não se condena a arte em si, mas o seu propósito idolátrico, pois em cada “arte sacra iconolátrica” o artista produz uma divindade concorrente com o Deus verdadeiro. O próprio Deus mandou esculpir símbolos para o templo, como, por exemplo, os querubins(Ex 25. 18-22). Podemos citar também a “serpente ardente”(Nm 21. 4-9), símbolo do castigo divino a um povo ingrato e rebelde. Tais figuras jamais se destinaram à adoração e, portanto, não foram ícones sagrados, mas simplesmente símbolos. Quando a “serpente ardente” foi transformada em ídolo, Deus, por meio do profeta, destruiu-a completamente (II Rs 18. 4).

O Senhor da aliança não tolera a idolatria: veneração ou adoração de qualquer ídolo, representação da divindade, seja de natureza mineral, vegetal, animal, humano ou angelical. A prostração diante de tais ícones é intolerável ofensa ao Deus real, vivo, signatário do pacto, que diretamente gerencia.

DEVERES EXIGIDOS NO SEGUNDO MANDAMENTO

Pergunta 108: *“Quais os deveres exigidos no segundo mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no segundo mandamento são: o receber, o observar e o guardar puros e inalterados todo o culto e todas as ordenanças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra(Dt 32. 46; Mt 28. 20; I Tm 6. 13,14; Ap 2. 42), especialmente a oração e ação de graças em nome de Cristo(Fp 4. 6); a leitura, a prédica e o ouvir da Palavra(Dt 17. 18,19; At 15. 21; II Tm 4. 2; Tg 1. 21,22; At 10. 33);*

a administração e a recepção dos sacramentos(Mt 28. 19; I Co 11. 23-30); o governo e a disciplina da Igreja(Mt 16. 19; Mt 18. 17; I Co 12. 18; Jo 20. 23); o ministério e a sua manutenção(Ef 4. 11, 12; I Tm 5. 17,18; I Co 9. 1-15); o jejum religioso(Jl 2. 12; I Co 7. 5); o jurar em nome de Deus(Dt 6. 13) e o fazer os votos a ele(Sl 76. 11; Is 19. 21; Sl 116. 14); bem como o desaprovar, detestar e opor-se a todo o culto falso(At 17. 16,17; Sl 16. 4) e, segundo a posição e vocação decada um, o remover tal culto e todos os símbolos da idolatria(Dt 7. 6; Is 30. 22).”

PECADOS PROIBIDOS NO SEGUNDO MANDAMENTO

Pergunta 109: *Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?*

Resposta: *Os pecados proibidos no segundo mandamento são: estabelecer(Nm 15.39), aconselhar(Dt 13. 6-8), mandar(Os 5. 11), usar e aprovar de qualquer maneira culto religioso não instituído pelo próprio Deus(Dt 12. 30-32; I Rs 11. 33; I Rs 12.33); fazer qualquer imagem de Deus, de todas ou qualquer das três pessoas, quer interiormente no espírito quer exteriormente em qualquer forma de imagem ou semelhança de criatura alguma(Dt 4. 15, 16; At 17. 29; Rm 1. 21-25); toda a adoração dela(Gl 4. 8), ou de Deus nela ou por meio dela(Ex 32. 5); fazer qualquer imagem de deuses imaginários(Ex 32. 8) e todo o culto ou serviço a eles pertencente(I Rs 18. 26, 28); todas as inovações supersticiosas(At 19. 19), corrompendo o culto de Deus(Ml 1. 7, 8, 14), acrescentando ou tirando dele(Dt 4. 2), quer sejam inventados e adotados por nós(Sl 106. 39) quer recebidas por tradição de outros(Mt 15. 9), embora sob o título de antigüidade(I Pe 1. 18), de costume(Jr 44. 17), de devoção(Is 65. 3-5; Gl 1. 13, 14), de boa intenção ou por qualquer outro pretexto(I Sm 13. 12); a simonia(At 8. 18, 19, 22), o sacrilégio(Rm 2. 22); toda a negligência(Ex 4. 24-26), o desprezo(Mt 22. 5; Mt 1. 7, 8 12, 13), o impedimento(Mt 23. 13) e oposição ao culto e ordenanças que Deus instituiu(At 13. 45; I Ts 2. 14-15).”*

RAZÕES ANEXAS AO SEGUNDO MANDAMENTO

Pergunta 110: *“Quais são as razões anexas ao segundo mandamento para lhe dar maior força?*

Resposta: *“As razões anexas ao segundo mandamento, para lhe dar maior força, contidas nestas palavras: “ Porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus forte e zeloso, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e que usa de misericórdia até mil gerações com aqueles que me amam e que guardam os meus preceitos(Ex 20. 5, 6)”. São, além da soberania de Deus e o seu direito de propriedade sobre nós, o seu zelo fervoroso pelo seu culto e indignação vingadora contra todo o culto falso(Ex 34. 13, 14), considerando-o um adultério religioso(I Co 10. 20-22; Tg 4. 4; Dt 32. 16-19; Jr 7. 18-20), tendo por inimigos os violadores desse mandamento e ameaçando puni-los por diversas gerações(Os 2. 2-4); e tendo por amigos os que guardam os seus mandamentos, prometendo-lhes a misericórdia até muitas gerações(Dt 5. 29).”*

Síntese das razões anexas: Soberania de Deus; o seu zelo em impedir a infidelidade dos eleitos pactuados; a sua justiça; a sua ilimitada bênção aos fiéis.

CATECISMO MAIOR

O NOME DE DEUS EM VÃO

Pergunta 111: *“Qual é o terceiro mandamento?”*

Resposta: *O terceiro mandamento é: “Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus(Ex 20.7 cf Dt 5. 11).”*

Deus subscreveu o pacto, empenhando nele a credibilidade de seu nome. O povo escolhido aceitou-o. Portanto, tomar irresponsavelmente o nome do Senhor da aliança, de conformidade com o teor dos termos pactuais, era inimaginável, mesmo porque o nome do Supremo Rei tinha de ser absolutamente respeitado pelos seus vassallos e súditos.

EXIGÊNCIAS DO TERCEIRO MANDAMENTO?

Pergunta 112: *“O que exige o terceiro mandamento?”*

Resposta: *O terceiro mandamento exige que o nome de Deus, os seus títulos, atributos(Mt 6.9; Dt 28. 58; Sl 29. 2; Ap 15. 3,4), ordenanças(Mt 1. 14), a Palavra(Sl 138. 2) , os sacramentos(I Co 11. 28,29), a oração(I Tm 2. 8) , os juramentos, os votos(Sl 76. 11) , as sortes(At 1. 24,26), suas obras(Sl 107. 21,22) e tudo quanto pelo que Deus se fez conhecer, sejam santa e reverentemente usadas em nossos pensamentos(Mt 3. 16), meditações(Sl 8), palavras(Sl 105. 2,5; Cl 3. 17) e escritos(Sl 102. 18), por uma santa profissão de fé(I Pe 3. 15; Mq 4. 5) e um comportamento conveniente(Fp 1. 27) para a glória de Deus(I Co 10. 31) e para o nosso bem(Jr 32. 39) e o do nosso próximo(I Pe 2. 12).”*

O nome de Deus(Javé) ao ser revelado, implicou, segundo o pensamento bíblico, a inserção definitiva da divindade na história humana. Nenhum ser podia ser identificado sem nome. Com a revelação, Deus se identifica ao homem, penetra o seu universo significativo, entra nos seus sentimentos, não como uma abstração, mas como a pessoa de poderoso suserano, que possui um povo e age em seu favor.

A manifestação do nome de Javé foi real e objetiva, mas ainda não plena e ideal. A plenitude do conhecimento experiencial e relacional de Deus realizou-se na santíssima figura de Jesus Cristo, que pode afirmar: *“Quem vê a mim, vê o Pai”*. Tal conhecimento é o suficiente à fé, à salvação, à comunhão com o Senhor revelado, mas longe está de ser absoluto, pois a perfeição do relacionamento Salvador-salvo somente acontecerá no reino escatológico, quando conhecermos o Pai como por ele somos conhecidos.

O nome de Deus, agora revelado em Jesus Cristo, não pode ser pronunciado em vão, pois é, especialmente para os eleitos, altamente sublime, respeitoso, augusto e inefável; a ele se dobrarão todos os joelhos nos céus e na terra.

PECADOS PRIBIDOS NO TERCEIRO MANDAMENTO

Pergunta 113: *“Quais são os pecados proibidos no terceiro mandamento?”*

Resposta: *Os pecados proibidos no terceiro mandamento são: o não usar o nome de Deus como nos é exigido(Mt 2. 2), e o abuso dele por uma ignorante(At 17. 23), vã, irreverente(Pv 30. 9), profana(Mt 1. 6,7,12), supersticiosa(Jr 7. 4; Cl 2. 20,22)) ou ímpia menção ou outro modo de usar os títulos, atributos(Ex 5. 2, Sl 139. 20), ordenanças(Sl 50. 16), ou obras de Deus(Is 5. 12); a blasfêmia(II Rs 19. 22; Lv 24. 11); o perjúrio(Zc 5. 4), votos e sortes ímpias(Rm 12. 14; I Sm 17. 43; II Sm 16. 5); a*

violação dos nossos juramentos(Jr 5. 7; Jr 23. 10) e votos(Dt 23. 18; At 23. 12), quando lícitos(Et 3. 7; Et 9. 24; Sl 24. 4; Ez 17. 19)), e o cumprimento deles, se por coisa ilícita(Mc 6. 26; I Sm 25. 22, 32-34); a murmuração e as queixas(Rm 9. 14,19,20) contra os decretos e providências de Deus, a pesquisa curiosa(De 29. 29) e má aplicação das ordenanças(Rm 3. 5,7) e providência de Deus(Sl 73. 5,7); a má interpretação(Mt 5. 21-48), a má aplicação(Ez 13. 22) ou qualquer perversão da Palavra, ou de qualquer parte dela(II Pe 3. 16; Mt 22. 29); as zombarias profanas(Ef 5. 4), questões curiosas e sem proveito, as vãs contendas de palavras, ou a defesa de doutrinas falsas(I Tm 6. 4,5,20; II Tm 2. 14; Tt 3. 9); o abuso da Palavra, das criaturas, ou de qualquer coisa compreendida sob o nome de Deus, para encantamentos(Dt 18. 10,11) ou concupiscências, e práticas pecaminosas(II Tm 4. 3,4; Jd 4; Rm 13. 13,14; I Rs 21. 9,10); a maledicência(At 13. 45; desprezo(II Pe 3. 3; Sl 1. 1), vituperação(I Pe 4. 4)), ou qualquer oposição à verdade, graça e caminhos de Deus(At 13. 50; At 4. 16, At 19. 9; I Ts 2. 16; Hb 10. 29), a profissão religiosa por hipocrisia ou para fins sinistros(II Tm 3. 5; Mt 23. 14; Mt 6. 1-3,5,16); o ter vergonha da religião(Mc 8. 38)) ou o ser uma vergonha para ela, por uma conduta inconveniente(Sl 73. 14,15), imprudente(Ef 5. 15,17; I Co 6. 5,6), infrutífera(Is 5. 4; II Pe 1. 8,9 e ofensiva(Rm 2. 23,34), ou por hipocrisia(Gl 3. 1,3; Hb 6. 6).”

O servo de Deus, súdito do reino do Messias, jamais toma o nome de seu Rei em vão em pronunciamentos ímpios, frases jocosas, chistes, piadas cômicas, jaculatórias irrefletidas ou quaisquer ridicularizações. Não se brinca e não se faz gracejos com o excelso nome da divindade trina.

PECADOS PROIBIDOS

A heterolatria. Deus exige a exclusividade de culto. O sincretismo religioso, consequenciando a multilatria ou a heterolatria, misturando o nome de Deus aos de divindades pagãs, recorrendo-se a ele como se fosse mais um, não o único, é mais que tomar o seu nome em vão, é desrespeitá-lo, profaná-lo, indignificá-lo. O sacratíssimo nome do supremo Rei não pode ser nivelado ao de deuses falsos, mitológicos, inexistentes. Somente os réprobos procedem assim.

Usurpações. O anticristo é aquele que se coloca em lugar de Cristo, fala em seu nome, age como se fosse o Filho de Deus, requerendo dos fiéis a veneração, a obediência e o culto devidos a Deus, usurpando a autoridade, os atributos e os privilégios privativos da divindade. Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens(I Tm 2. 5); portanto, todos os “mediadores”, angélicos, humanos, mitológicos ou fictícios, usurpam o nome de Deus, “*porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos*”(At 4. 12). Deus repele e exclui de seu reino todos os que usam indevidamente o seu nome(Mt 7. 22, 23).

Quebra de compromissos nos juramentos e votos. Antes da linguagem escrita e de aparecerem os documentos contratuais, a divindade era invocada como testemunha de compromissos orais e alianças. Ainda hoje existem os “juramentos” e os “votos” em nome de Deus, que não devem existir; porém, se feitos, não podem ser quebrados, pois o falar do cristão tem de ser “sim, sim; não, não”, especialmente quando apresenta Deus como testemunha.

No Casamento. Os votos dos noivos, feitos um ao outro perante Deus, são muito sérios. Não se os votará levemente. Os nubentes hão de envidar todos os esforços para

mantê-los, evitando a quebra do voto do qual o Criador não somente serviu de testemunha, mas é o instituidor e o realizador do feito nupcial. Desfeito ou maculado irresponsavelmente por motivos fúteis ou infidelidades, o casal ou um dos cônjuges quebra o terceiro mandamento.

Nos Sacramentos e nas ordenações. Os votos feitos a Deus na pública profissão de fé; os prometidos pelos pais, ao apresentarem seus filhos ao batismo; os compromissos nas ordenações, todos em nome de Deus, não podem ser quebrados sem que o sacratíssimo nome do Salvador seja tomado em vão, sem que haja juramento falso. Nosso Rei não inocenta quem toma seu santo nome em vão, não tolera o perjúrio.

A Palavra de Deus em vão. Valer-se das Escrituras Sagradas para fins e promoções pessoais, conquistas de objetivos individuais alheios aos propósitos do Senhor da Igreja é, sem dúvida, tomar o santo nome de Deus em vão; e muitos o fazem.

RAZÕES ANEXAS AO TERCEIRO MANDAMENTO

Pergunta 114: “Quais são as razões anexas ao terceiro mandamento?”

Resposta: *As razões anexas ao terceiro mandamento, contidas nestas palavras: “O Senhor teu Deus” e “porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão seu nome(Ex 20. 7)” são:*

Porque ele é o Senhor e nosso Deus, portanto o seu nome não deve ser profanado nem por forma alguma abusado por nós(Lv 19. 12).

Especialmente porque ele estará tão longe de absorver e poupar os transgressores deste mandamento, que não os deixará escapar do seu justo juízo(Dt 28. 58,59), embora possam escapar das censuras e punições dos homens(I Sm 3. 13; I Sm 2. 12, 17,22).”

Resumindo: Nosso Rei não admite, por parte de seus servos, abuso e profanação de seu nome. E por não permitir, recrimina o infrator de maneira severa. Se o próprio súdito não respeito o seu Rei e não lhe reverencia o nome, quem o fará?

CATECISMO MAIOR

QUARTO MANDAMENTO

DESCANSO SABÁTICO

Pergunta 115: *“Qual é o quarto mandamento?”*

Resposta: *O quarto mandamento é: “Lembra-te de santificar o dia de Sábado (descanso). Trabalharás seis dias e farás tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o Sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia obras alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem tua serva, nem teu animal, nem o peregrino que viver das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra, o mar, e tudo o que neles há, e descansou ao sétimo dia; por isso o Senhor abençoou o dia sétimo e o santificou(Ex 20. 8-11 cf Dt 5.12-15).”*

EXIGÊNCIAS DO QUARTO MANDAMENTO

Pergunta 116: *“Que se exige no quarto mandamento?”*

Resposta: *O quarto mandamento exige de todos os homens o santificar ou o guardar santos para Deus todos os tempos especificados que Deus designou em sua Palavra, , expressamente um dia inteiro em cada sete(Is 56. 2,4,6,7,); que era o sétimo, desde o princípio do mundo até à ressurreição de Cristo(Gn 2. 3), e o primeiro dia da semana desde então até ao dia de hoje, e há de assim continuar até ao fim do mundo; o qual é o Sábado cristão(I Co 16. 2; At 20. 7; Jo 19-27; Ap 1. 10) e no Novo Testamento é chamado o dia do Senhor(Domingo).*

EXIGÊNCIAS FUNDAMENTAIS:

01- O Sábado não é do homem, mas de Deus e a ele deve ser dedicado.

02- Deus fez uma obra completa, nada deixando para a semana seguinte; e assim exige que o homem, para guardar o Sábado como ele o fez, tem de cumprir cabalmente sua tarefa semanal: *“Farás em seis dias tudo o que tens para fazer”*. Não está habilitado a guardar o Sábado quem não conclui a empreitada semanal. Deus na Criação, modelo para a guarda do Sábado, cumpriu as obrigações semanais, realizando tarefa de cada dia.

03- O homem, para guardar o Sábado, tem de trabalhar seis dias, cumprindo o imperativo divino: *“Seis dias trabalharás”*. Quem, por qualquer motivo, deixa de trabalhar um só dia, descredencia-se como guardador do Sábado.

04- O Sábado não é um descanso individual, mas familiar ou empresarial, incluindo filhos, agregados, empregados, animais e máquinas.

O cristão deve guardar um dia em sete, mas sem idolatrização de um dia fixo, sem sacralização sabática em detrimento dos demais dias da semana, que não podem ser considerados profanos, pois tanto o tempo como o trabalho são do Criador.

SANTIFICAÇÃO DO SÁBADO

Pergunta 117: *“Como há de ser santificado o Sábado ou Dia do Senhor?”*

Resposta: *O Sábado ou Dia do Senhor, há de ser santificado por um santo descanso por todo aquele dia(Ex 20. 8,10; Ex 16. 25,26) , não somente de tudo quanto é sempre pecaminoso, mas até de todas as ocupações recreios que são permitidos em outros dias(Jr 17. 21,22); e em fazê-lo o nosso deleite, passando todo o tempo(exceto aquela parte que se deve empregar em obras de necessidade e misericórdia)(Mt 12. 1-*

14) nos exercícios pública e particulares do culto de Deus(Lv 23. 3; Is 58. 13,14; Lc 4. 16; At 20. 7). Para este fim devemos preparar os nossos corações, e com toda a previsão, diligência e moderação dispor e convenientemente arranjar os nossos negócios seculares, para que sejamos mais livres e mais prontos para os deveres desse dia(Lc 23. 54-56; NE 13. 19)”

Santificar significa “separar para Deus”. O Domingo é o Dia do Senhor, posto à parte para ele, isto santificado; não devemos servir-nos do Domingo em nosso benefício como fazemos com os demais dias. A mordomia da renda, que Deus requer para si, é *um em dez*; a do tempo, *um em sete*; e ele exige o que lhe pertence. A Igreja consagra o Dia do Senhor ao seu legítimo dono no serviço eclesiástico: coínia, liturgia, ensino das Escrituras, comunhão fraternal, pregação do Evangelho, ministração dos sacramentos, oração e devoção.

RESPONSABILIDADE DOS SÍDERES

Pergunta 118: *Por que é o quarto mandamento de guardar o Dia do Senhor(Domingo) mais especialmente dirigido aos chefes de famílias e outros superiores?*

Resposta: *O mandamento de guardar o Dia do Senhor(Domingo) é mais especialmente dirigido aos chefes da família e outros superiores, porque estes são obrigados, não somente a guardá-lo por si mesmos, mas fazer seja observado por todos os que estão sob o seu cuidado; e porque são às vezes propensos a impedi-los por trabalhos seus(Ex 23. 12).*

Deus responsabiliza os chefes de clã, os empresários e os patrões pelo descanso remunerado de um dia semanal de seus comandados e funcionários, dando-lhes a oportunidade de servirem ao Senhor dos senhores, criando neles a consciência de que há um Chefe dos chefes a que se deve respeito, reverência, obediência, submissão, honra e adoração. O empregado crente tem o seu patrão na terra e o seu Senhor no céu, que lhe dirige os passos e comanda-lhe a vida.

O Dia de descanso nivela os desiguais, pois empregador e empregado assentam-se lado a lado na Casa de Deus para, iguados, cultuarem o Salvador. Além de extraordinário benefício social, é uma grande bênção espiritual para ambos. Somente Deus pode estabelecer unidade perfeita pela soma dos social e economicamente desiguais.

PECADOS PROIBIDOS NO QUARTO MANDAMENTO

Pergunta 119: *Quais são os pecados proibidos no quarto mandamento?*

Resposta: *Os pecados proibidos no quarto mandamento são: Toda omissão dos deveres exigidos(Ex 22. 26); todo o cumprimento descuidoso, negligente e sem proveito, e o ficar cansado deles(Ex 33. 31,32; Ml 1. 13; Am 8. 5), toda a profanação do dia por ociosidade e por fazer aquilo que é em si pecaminoso(Ez 23. 38), e por todas as obras, palavras e pensamentos desnecessários no tocante às nossas ocupações e recreios seculares(Jr 17. 27; Is 58. 13, 14)”*

Os pecados proibidos no quarto mandamento são: Não dar a Deus o que é de Deus; usar o Dia do Senhor para adoração de outros “senhores” e também “senhoras”; fazer do Domingo um dia de descanso pessoal, esquecendo-se de seu Instituidor; não dedicar o Dia do Senhor à sua Igreja; Não se utilizar dele para o crescimento espiritual; usá-lo em festas concupiscentes, destinando-o a Satanás e não ao Criador.

RAZÕES ANEXAS

Pergunta 120: *“Quais são as razões anexas ao quarto mandamento para lhe dar maior força’*

Resposta: *As razões anexas ao quarto mandamento para lhe dar maior força são tiradas da equidade dele, concedendo-nos Deus seis dias de cada sete para os nossos trabalhos e reservando um só para si, nestas palavras: “Seis dias trabalharás e farás tudo o que tens para fazer(Ex 20. 9)”;* de Deus reclamar uma propriedade especial nesse dia: *“O sétimo dia é o Sábado do Senhor teu Deus(Ex 20. 10)”;* do exemplo de Deus, que *“em seis dias fez o céu e a terra, o mar e tudo o que neles há, e descansou no dia sétimo; e da bênção que Deus conferiu a esse dia, não somente santificando-o para ser um dia para o seu serviço, mas também determinando-o para ser um meio de bênção para nós em santificá-lo, “portanto o Senhor abençoou o dia de Sábado e o santificou(Ex 20. 11)”*

LEMBRA-TE

Pergunta 121: *Por que se acha a palavra “lembra-te”, colocada no princípio do quarto mandamento?*

Resposta: *A palavra “lembra-te” acha-se colocada no princípio do quarto mandamento(Ex 20. 8) , em parte pelo grande benefício que há em nos lembrarmos dele, sendo nós assim ajudados na nossa preparação para guardá-lo(Ex 16. 23; Lc 23. 54,56; Ne 13. 19); e porque em o guardar somos ajudados a guardar todos os mais mandamentos(Ez 20. 12,20), e a continuar uma grata recordação dos dois grandes benefícios da criação e da redenção, que contêm em si um breve compêndio da religião(Gn 2. 2,3; Sl 118. 22,24; Hb 4. 9); e em parte porque somos propensos a esquecer-nos deste mandamento(Ex 34. 21) , visto haver menos luz da natureza para ele e restringir a nossa liberdade natural quanto a cousas permitidas em outros dias(Ex 34. 21;; porque este dia vem somente uma vez em cada sete, e muitos negócios seculares intervêm e muitas vezes nos impedem de pensar nesse dia, seja para nos prepararmos, seja para santificá-lo(Nm 15. 38,38,40) , e porque Satanás, com os seus instrumentos, se esforça para apagar a glória e até a memória desse dia, para introduzir a irreligião e a impiedade(Lm 1. 7; Ne 13. 15-23; Jr 17. 21-23).”*

PROPÓSITOS DO SÁBADO

Os propósitos do Dia de Descanso são: **No Êxodo:** a lembrança do **Criador** e do criação; o modelo de sua operosidade nos tempos exatos; necessidade universal de descanso. **No Deteronômio:** a lembrança do **Salvador**, da obra de libertação do Egito, do período de escravatura sob o regime faraônico, da experiência de ser escravo; da necessidade de se dar aos subordinados o direito de descanso semanal, tudo sob o lema: *“Porque te lembrarás que foste escravo na terra do Egito, e que o Senhor teu Deus te tirou dali com mão poderosa, e braço estendido: pelo que o Senhor teu Deus te ordenou que guardasses o dia de Sábado”(Dt 5. 15).* Observem a mudança de propósito do Êxodo para Deuteronômio. **Na Igreja:** A Igreja, na verdade, une os dois propósitos: a- Comemora a criação da luz no primeiro dia da criação e o raiar da Luz no primeiro dia da nova humanidade com a ressurreição de Jesus Cristo, o Criador. b- Comemora a sua libertação do domínio do pecado, da carne, do mundo e do maligno efetivada pelo Cordeiro de Deus por meio de sua morte vicária e ressurreição no primeiro dia da

semana. Criação e libertação, eis os propósitos fundamentais da guarda sabática, isto é, o Dia de Descanso.

CATECISMO MAIOR

DEVER PARA COM O PRÓXIMO

Pergunta 122: *“Qual é o resumo dos seis mandamentos que encerram o nosso dever para com o homem?”*

Resposta: *O resumo dos seis mandamentos que encerram o nosso dever para com o homem são: amar o nosso próximo como a nós mesmos(Mt 22. 39); fazer aos outros aquilo que desejamos que eles nos façam(Mt 7. 12).”*

PRÓXIMO, SEMELHANTE, HOMEM.

Os termos acima não são rigorosamente sinônimos, embora mantenham relações de natureza sociológica. **Próximo:** aquele que se insere no nosso universo relacional, indo dos parentes mais íntimos às pessoas de relações mais tênues, circunstanciais ou acidentais, isto é, do consangüíneo ao patriota, sempre no sentido social, não espacial, pois um vizinho pode não se enquadrar na categoria de próximo. A nossa relação com o próximo é tão importante, que devemos amá-lo como a nós mesmos. **Semelhantes:** os indivíduos da mesma espécie, constituídos da mesma substância, com as mesmas reações genéricas, não importando as diferenças externas, resultados do processo de adaptação biológica, social e cultural. Semelhantes nossos são, portanto, os pretos, os brancos, os amarelos, os índios, os esquimós, os pobres e os ricos: todos as pessoas. O amor cristão não os discrimina. **Homem:** aqui entendido em sentido geral e impessoal. É dever do servo de Deus manter sentimento de respeito e consideração para com todos os seres humanos, tratando a humanidade de maneira altiva e honrosa, sabendo que dentro de sua massa indefinida estamos com nossos próximos e semelhantes.

SÍNTESE DOS MANDAMENTOS

Nosso Senhor Jesus Cristo resumiu assim os mandamentos: *“Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento”* e *“Amarás o teu próximo como a ti mesmo”*(Mt 22. 37-40). Em termos de prioridade, o amor a Deus é o primeiro mandamento, e o amor ao próximo, o segundo, mas semelhante ao primeiro, isto é, os dois integram-se e se correlacionam num conjunto unitário: o amor ao próximo origina-se do amor a Deus.

ESTRUTURA DECALOGAL

O decálogo está organizado em duas seções: Na primeira, estão os quatro mandamentos iniciais, que tratam da relação de Deus com o homem, conforme os propósitos do pacto e a vontade do Suserano proponente. Na Segunda, estão os seis mandamentos finais, tratando das relações interpessoais do povo da aliança, estabelecendo normas comportamentais e princípios de direitos e deveres de cada um nos relacionamentos multilaterais, especialmente quanto ao respeito, aos direitos, à comunhão fraterna., ao patrimônio, à família.

OS SEIS ÚLTIMOS MANDAMENTOS

Eis os temas tratados nos seis últimos mandamentos:

Dever filial. O quinto mandamento determina que os filhos honrem seus pais. Aqui, certamente, há um avanço em relação à sociedade estabelecida, onde os tributos exaltatórios de natureza oficial e pública eram devidos quase que exclusivamente ao

homem, que exercia a intransferível função de patriarca e de sacerdote do clã. O matriarcado não pertencia à cultura israelita. Entretanto, Deus ordena ao filho a tratar com o mesmo respeito e com igual dignidade tanto o pai como a mãe. Na criação e educação do filho ambos exercem, cada um segundo o seu papel, inestimável e indispensável poder formador.

O filho tem a obrigação de honrar seus pais por meio de uma vida honesta, moralmente justa, socialmente responsável, espiritualmente correta; honrá-los com o amor filial, especialmente na velhice; dignificá-los pela imitação de suas boas qualidades, andando em suas pegadas. Onde o caminho aberto pelo pai terminar, aí o filho, com a experiência adquirida, começa a abrir o seu, para si próprio e para os seus filhos.

Dever do respeito à vida. O sexto mandamento proíbe o assassinato. Não matar nem diretamente, por atentado à integridade física, nem indiretamente, por meios que levem o próximo ao desespero, à miséria, à ruína, à debilitação, à morte. As armas psicológicas são mais destruidoras que as físicas, as químicas, as biológicas e as atômicas, exatamente porque disseminadas, sutis e incontroláveis.

A vida humana é uma dádiva de Deus, um patrimônio sacratíssimo. Somente Deus, o seu autor, pode interrompê-la segundo os seus propósitos.

Dever da fidelidade. O sétimo mandamento proíbe o adultério. A proibição do adultério não somente visa a preservação da honra mas, e principalmente, a manutenção da família e, conseqüentemente, da sociedade actual. Trair o cônjuge é pecado semelhante ao de trair o Salvador. A bilateralidade consensual da união conjugal é necessária e satisfaz a vontade do Criador, que ordenou na criação que marido e mulher sejam uma só carne. Foi por meio de uma família honrada e moralmente pura que o altíssimo Reis dos reis encarnou-se para ser um de nós e fazer-nos um com ele.

Dever da honestidade. O oitavo mandamento proíbe o furto. O roubo é ofensa a Deus que nos ordena: *“Com suor do teu rosto comerás o teu pão”*. Esta ordenança significa que a manutenção do servo de Deus deriva-se de: trabalho honesto; de esforço próprio; de ação justo. Isto implica em sacrifício próprio e operosidade moral e espiritualmente inatacável. O ladrão ofende a Deus e agride a sociedade.

Dever da veracidade. O nono mandamento proíbe o falso testemunho. É ordenança divina o não impedimento ou ocultamento da verdade e o não perjurar em hipótese alguma. A língua é uma arma terrível, quando usada leviana e maleficamente. A difamação e a maledicência são instrumentos satânicos contra a unidade e a santidade do corpo de Cristo. Onde prevalece a verdade a mentira não vinga.

Dever de não cobiçar. O décimo mandamento proíbe cobiçar. A cobiça é filha do egocentrismo. Quem pensa somente em si não tem condições de amar verdadeiramente a Deus e ao próximo. O cobiçoso é um ladrão potencial e um perseguidor incorrigível, pois os bens e o sucesso do próximo incomodam-no e o entristecem. Ele, efetivamente, não suporta o triunfo alheio e, em decorrência de seu estado de espírito, tudo faz para impedir ou destruir o progresso material, profissional e social do semelhante. Da cobiça à avareza e ao furto o passo é curtíssimo. Cobiçar, por outro lado, a mulher do próximo significa cometer o pecado do adultério.

Dever da sinceridade objetiva. O amor ao próximo não pode ficar na duvidosa periferia das declarações sentimentais. Deus exige a prática do bem, o exercício da caridade, a dádiva do amor incondicional. O autêntico filho de Deus não permuta

caridade: tudo faz como servo de Deus, não esperando qualquer recompensa ou retribuição. A missão do salvo é amar, ainda que não seja amado; compreender, ainda que não seja compreendido; perdoar, ainda que não seja perdoado; sustentar a fé e a verdade, ainda que todos as reneguem; servir, ainda que ninguém valorize o seu trabalho; manter-se humilde, mesmo que todos o exaltem.

CATECISMO MAIOR

QUINTO MANDAMENTO: HONRA AOS PAIS

Pergunta 123: *“Qual é o quinto mandamento?”*

Resposta: *O quinto mandamento é: “Honrarás o teu pai e a tua mãe, para teres uma dilatada vida sobre a terra, que o Senhor teu Deus te dará(Ex 20. 12 cf Dt 5. 16).”*

PAI E MÃE NO QUINTO MANDAMENTO

Pergunta 124: *“Que significam as palavras “pai e “mãe” no quinto mandamento?”*

Resposta: *As palavras “pai” e “mãe” no quinto mandamento abrangem não somente os próprios pais, mas também todos os superiores em idade(Pv 23. 22,25; I Tm 5. 1,2) e dons(Gn 4. 20,21; Gn 45. 8); e especialmente todos aqueles que, por ordenação de Deus estão colocados sobre nós em autoridade quer na família(II Rs 5. 13), quer na Igreja(Gl 4. 19), quer no Estado(Is 49. 23).”*

Em Israel, nos tempos bíblicos, as autoridades eclesiásticas, cívicas e civis, bem como os anciãos e líderes de clã eram tidos e respeitados como pais. Portanto, todos os que tinham responsabilidade de controlar, educar e dirigir as pessoas eram tidos como verdadeiros genitores. Havia, pois, uma paternidade direta, a dos pais consanguíneos, e outra indireta, a da Igreja, a do estado e a dos anciãos.. Lembremos que a sociedade era eminentemente patriarcal. Os patriarcas-sacerdotes recebiam especial consideração por causa da autoridade moral e espiritual sobre a nova geração. Seus ensinamentos e conselhos eram muito requisitados e praticados..

IDOSOS E SUPERIORES CHAMADOS PAIS

Pergunta 125: *“Por que são os superiores chamados “pai” e “mãe”?”*

Resposta: *Os superiores são chamados “pai” e “mãe”, para lhes ensinar que, em todos os deveres para com os seus inferiores devem eles, como verdadeiros pais, mostrar amor e ternura para com eles, conforme as suas diversas relações(Ef 6. 4; I Ts 2. 7,8,11,12; e para levar os inferiores a cumprirem os seus deveres para com os seus superiores pronta e alegremente, como se estes fossem seus pais(I Co 4. 14-16).”*

No contexto bíblico, bem próximo da cultura do século XVII, os pais ensinavam aos filhos o respeito aos idosos e aos superiores, porque com o exemplo de vida, de conhecimento acumulado e com o poder autoritativo exerciam grande influência educacional nas gerações mais novas, que lhes acatavam a autoridade e os respeitavam como pais. Esse tipo de paternalismo não mais existe; até os pais naturais não são devidamente respeitados. A

Reforma, porém, tenta restaurar e reviver, dentro do possível, o espírito paternal e maternal da Igreja, a paternidade espiritual do Ministro, a submissão às autoridades constituídas, desde que tais autoridades sejam fiéis às Escrituras.

ALCANCE DO QUINTO MANDAMENTO

Pergunta 126: *“Qual é o alcance geral do quinto mandamento?”*

Resposta: *O alcance geral do quinto mandamento é o cumprimento dos deveres que mutuamente temos uns para com os outros em nossas diversas relações de inferiores, superiores e iguais(Ef 5. 21; I Pe 2. 17; Rm 12. 10)”*.

Não há a menor dúvida: na sociedade em que os filhos respeitam os pais, os mais velhos e as autoridades, a ordem social melhora em todos os aspectos, a harmonia estabelece-se, o núcleo familiar consolida-se e se perpetua.

A HONRA DOS INFERIORES AOS SUPERIORES

Pergunta 127: *“Qual é a honra que os inferiores devem aos superiores?”*

Resposta: *A honra que os inferiores devem aos seus superiores é toda a devida reverência honesta(Ml 1. 6; Lv 19. 3), em palavras(Pv 31. 38, 29; I Pe 3. 6) e em procedimento(Lv 19. 32; I Rs 2. 19) ; a oração e ação de graças por eles(I Tm 1. 1,2;) a imitação das suas virtudes e graças(Hb 13. 7; Fl 3. 17); a pronta obediência aos seus mandamentos e conselhos legítimos(Ef 6. 1,2; I Pe 2. 13,14); a devida submissão às suas correções(Hb 12. 9; I Pe 2. 18-20; a fidelidade(Tt 2. 9,10; I Sm 26. 15,16), a defesa, a manutenção, e o apoio devidos às pessoas e autoridades, conforme os seus diversos graus e a natureza de suas posições(Mt 22. 21; Rm 13. 6,7; I Tm 5. 17,18; suportando as suas fraquezas e encobrindo-as com amor(Gn 9. 23), para que sejam uma honra para eles e para o governo(Sl 127. 3-5; Pv 31. 23).”*

O filho, aqui colocado na categoria de inferior, isto é, dependente, tem a obrigação natural de respeitar e obedecer os superiores e submetendo-se-lhes ao arbítrio e à direção.

O RESPEITO DOS SUPERIORES

Pergunta 128: *“Quais são os pecados dos inferiores contra os seus superiores?”*

Resposta: *Os pecados dos inferiores contra os seus superiores são a negligência dos deveres exigidos para com eles(Mt 15. 5,6); a inveja(Sl 106. 18), o desprezo(I Sm 8. 7; Is 3. 5), e a rebeldia(II Sm 15. 1-12) contra as sus pessoas(Ex 21. 15) e posições(I Sm 10. 27 em seus conselhos(I Sm 2. 25), mandamentos e correções(Dt 21. 18,20,21) legítimas; a maldição, a zombaria(Pv 30. 11,17), e todo o comportamento rebelde e escandaloso, que vem a ser uma vergonha e desonra para eles e para o seu governo(Pv 19. 26).”*

A maledicência entre os iguais é indesejável, mas do inferior para o seu superior é contundente, desrespeitosa e revela insubmissão. Depreciar a pessoa e o ministério pastoral de um servo de Deus é, certamente, quebra do quinto mandamento. Os pais cristãos devem evitar, especialmente diante dos filhos, comentários críticos depreciativos sobre atitudes, comportamentos e mensagens para com seu pastor e família..

O PAPEL DOS SUPERIORES

Pergunta 129: *“Que se exige dos superiores para com os seus inferiores?”*

Resposta: *Exige-se dos superiores, conforme o poder que recebem de Deus e a relação em que se acham colocados, que amem aos seus inferiores(Cl 3. 19; Tt 2. 4), que orem(I Sm 12. 23; Jó 1. 5) por eles e os abençoem(I Rs 8. 55,56), que os instruam(Dt 6. 6,7, aconselhem e admoestem(Ef 6. 4), aprovando(I Pe 3. 7), animando e recompensando os que fazem o bem(Rm 13. 3; I Pe 2. 14; Ef 6. 3), e reprovando, repreendendo(Rm 13. 4) e castigando os que fazem o mal(Pv 29. 15; Is 1. 17); protegendo-os e provendo-lhes tudo o que é necessário para a alma e o corpo(I Tm 5. 8); e que, por um procedimento grave, prudente, santo e exemplar, glorifiquem a Deus(I*

Tm 4. 12), honrem-se a si mesmos(I Rs 3. 28), e assim preservem a autoridade com que Deus os revestiu(Tt 2. 15).”

Os eleitos de Deus que detêm autoridade e poder e os exercem sobre subordinados, têm a obrigação de exercê-los com amor, retidão e respeito, sabendo sempre que não trabalham com objetos, mas com seres humanos. Especialmente em se tratando de servidores cristãos, a relação entre senhor e servos deve ser a mais humanizante possível, levando o funcionário a sentir o espírito paternal do empresário, seu patrão. O oferecimento de oportunidades de adestramento e crescimento profissionais devem visar, não somente o lucro da empresa mas, e principalmente, o bem estar do trabalhador. O ambiente cristão e as atitudes cristãs promovem a fraternidade da sociedade ergológica e cria a consciência de igualdade espiritual entre pessoas socialmente desiguais. O empregador não pode submeter o seu empregado a espaço de trabalho insalubre, a tarefas além e acima de sua capacidade, a salário vil, a situações morais e sociais degradantes. O patrão crente é mais responsável que os outros.

PECADOS DOS SUPERIORES

Pergunta 130: *“Quais são os pecados dos inferiores?”*

Resposta: *Os pecados dos inferiores são, além da negligência dos deveres que lhes são exigidos(Ex 34. 2,4), a ambição desordenada(Fp 2. 21), o buscar desordenadamente a própria glória(Jo 5. 14; Jo 7. 18), repouso, proveito ou prazer(Is 56. 10,11; Dt 17. 17); o mandar fazer coisas ilícitas(At 4. 18; Dt 3. 4-6) ou fora do poder dos inferiores(Mt 23. 2,4)); aconselhando(Mt 14. 18; Mc 6. 24) encorajando((Jr 5. 30,31, afirmando ou favorecendo-os naquilo que é mau(Jr 6. 13, 14); dissuadindo, desanimando ou reprovando-os naquilo que é bom(Jo 7. 46-48); corrigindo-os indevidamente(I Pe 2. 19,20; Hb 12. 10); expondo-os descuidosamente ao dano, à tentação e ao perigo(Lv 19. 29; Is 58. 7); provocando-os à ira(Ef 6. 4); ou de qualquer forma desonrando-se a si mesmos, ou diminuindo a sua autoridade por um comportamento injusto, indiscreto, rigoroso ou negligente(Gn 9. 21; I Rs 12. 13,14).”*

O empresário cristão coloca-se, conforme a fé reformada, como um tipo de pai para os seus empregados, não lhe sendo permitido ser-lhes padrasto: aquele que explora a mão de obra dos humildes, indefesos em razão da humildade e da necessidade. A servitude, ressaltada e exaltada nas Escrituras, não pode converter-se em servidão desumana. A servitude enobrece o caráter; a servidão degrada-o. O patrão crente não pode enriquecer-se à custa da trabalho mal remunerado, do trabalhador transformado em máquina, convertido em simples força produtiva da empresa. A produção rentável do trabalho humano só tem sentido se for humanamente conquistada. O patrão que obriga o subordinado a mentir, a ocultar a verdade, a adulterar produtos, a fazer propaganda enganosa ou a sonegar impostos, ofende o Criador com a quebra do quinto mandamento, não exercendo com dignidade o seu papel de “pai”, isto é, de superior.

DEVERES DOS IGUAIS

Pergunta 131: *“Quais são os deveres dos iguais?”*

Resposta: *Os deveres dos iguais são o considerar a dignidade e o merecimento uns dos outros(I Pe 2. 17), tendo cada um aos outros por superiores(Rm 12. 10; Fp 2. 3); e o regozijar-se nos dotes e na exaltação uns dos outros como de si mesmos(Rm 12. 15,16; Fp 2. 4)”*

O cristão verdadeiro não se exalta e também não se envaidece ao ser exaltado; não procura subir de posto à custa da estagnação ou rebaixamento dos colegas de função; não bajula o empregador e o chefe; não menospreza seus companheiros de jornada. Trata-os com amor, consideração, urbanidade e respeito. Cumpre seu dever e aprimora-se no exercício da profissão. Nas tarefas de parceria, procura conjugar os seus esforços aos de seu parceiro para que o equilíbrio se estabeleça e o peso seja distribuído equitativamente.

PECADOS DOS IGUAIS

Pergunta 132: *“Quais são os pecados dos iguais?”*

Resposta: *Os pecados dos iguais são, além da negligência dos deveres exigidos(Rm 13. 8), a depreciação do merecimento(Pv 13. 21; Is 65. 5; II Tm 3. 3), a inveja dos dotes(At 7. 9; Gl 5. 26), a tristeza pela sucesso dos outros(Nm 12. 2; I Jo 3. 12; Mt 20. 15; Lc 15. 28,29), e a usurpação de preeminência uns dos outros(Mt 20. 25-27; III Jo 9; Lc 22. 24-26).”*

Cada cidadão, servo de Cristo, possui dons naturais e ocupa posições naturais na ordem social; conquista outras por dotes e merecimentos, mas jamais deixará de cumprir seus deveres sociais e profissionais, de considerar os outros como a si mesmo, de aplaudir o sucesso do colega de trabalho; nunca invejará o próximo, nem se entristecerá com o seu progresso, nem lhe usurpará o posto ao qual chegou por merecimento.

RAZÃO ANEXA AO QUINTO MANDAMENTO

Pergunta 133: *Qual é a razão anexa ao quinto mandamento para lhe dar maior força?*

Resposta: *A razão anexa ao quinto mandamento contida nestas palavras: **para teres uma dilatada vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te dá”(Ex 20. 12), é uma promessa de longa vida e prosperidade, tanto quanto sirvam para o glória de Deus e para o bem de todos quantos guardem este mandamento(Ef 6. 2,3; Dt 5. 16; I Rs 8. 25).”***

A honra aos pais e às autoridades como se pais fossem estabeleceria e consolidaria a estrutura familiar, a harmonia social e a ordem institucional, além de fundamentar-se na dignidade pessoal. Uma sociedade assim, sedimentada no respeito e na honra dos filhos aos genitores e aos superiores certamente teria longevidade e, dentro dela, sem corrupção moral e espiritual, os indivíduos viveriam mais e cujas vidas seriam mais úteis a si mesmas, ao semelhante, e Estado e a Deus.

CATECISMO MAIOR

SEXTO MANDAMENTO

NÃO MATAR

Pergunta 134: *“Qual é o sexto mandamento?”*

Resposta: *O sexto mandamento é: “Não matarás(Ex 20. 13 cf Dt 5. 17).”*

Este mandamento destina-se à pessoa física, não ao Estado. Israel, mesmo sendo um regime teocrático, decretou execução sumária, por ordenação divina, em caso de homicídio, aplicada a réu confesso e a crime indiscutivelmente comprovado pela palavra de, no mínimo, duas testemunhas(Lv 24. 17; Nm 35. 30-34). Em conflitos bélicos, e foram muitos, o exército israelita exterminava o inimigo, tanto em posição de defesa como em situação de ataque, nas chamadas “guerras santas” em que Javé era o comandante e o combatente principal.

A vida foi criada por Deus e a ele pertence. O homem não pode doá-la e também não tem o direito de tirá-la. O assassino agride o próprio Senhor da vida, pois tenta destruir a sua “imagem e semelhança”, obra prima de suas mãos.

DEVERES EXIGIDOS NO SEXTO MANDAMENTO

Pergunta 135: *“Quais são os deveres exigidos no sexto mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no sexto mandamento são todo o cuidado e todos os esforços legítimos para preservar a nossa vida(Ef 5. 29; Mt 10. 23) e a dos outros(Sl 82. 4; Dt 22. 8), resistindo a todos os pensamentos e propósitos(Mt 5. 22; Jr 26. 15,16), subjugando todas as paixões(Ef 4. 26), e evitando todas as ocasiões(Pv 22. 24,25; I Sm 25. 32,33, tentações(Pv 1. 10,11,15; Mt 4. 6,7) e práticas que tendem a tirar injustamente a vida de alguém(I Rs 21. 9,10,19; G 37. 21,22; I Sm 24. 12; I Sm 26. 9-11; por meio de justa defesa dela contra a violência(Pv 24. 11,12; I Sm 14. 45); por paciência em suportar a mão de Deus(Lc 21. 19; Hb 12. 5) ; tranqüilidade mental(Sl 37. 8,11; I Pe 3. 3,4), alegria espiritual(Pv 17. 22; I Ts 5. 16) e uso sóbrio da comida(Pv 23. 20; Pv 25. 16), bebida(Pv 23. 29,30; I Tm 5. 23), remédios(Mt 9. 12; Is 38. 21), sono(Sl 127. 2) , trabalho(II Ts 3. 10,12) e recreios(Mc 6. 31; I Tm 4. 8); por pensamentos caridosos(I Co 13. 4,5; I Sm 19. 4,5, amor(Rm 13. 10; Pv 10. 12), compaixão(Zc 7. 9; Lc 10. 33,34), mansidão, benignidade, bondade(Cl 3. 12), comportamento e palavras pacíficas(Rm 12. 18), brandas e corteses(I Pe 3. 8,9; I Co 4. 12,13); longanimidade, prontidão, para ser reconciliados, suportando pacientemente e perdoadando as injúrias, dando bem por mal(Cl 3. 13; Tg 3. 17; I Pe 2. 20; Rm 12. 20,21; Mt 5. 24); confortando e socorrendo os aflitos, e protegendo e defendendo os inocentes(I Ts 5. 14; Mt 25. 35,36; Pv 31. 8,9; Is 58. 7).”*

Quebram o Sexto Mandamento: o homicida e o suicida.

Quebra-o também, embora indiretamente, o que:

Atenta contra a própria saúde: o fumante, o viciado em narcóticos, o bebedor, o glutão, o boêmio, o fornicário, o incontinente, o desregrado, o descuidado com o corpo, a mente e a alma.

Atenta contra a paz e a vida: O violento, o agressivo, o vingativo, o recalcitrante, o intolerante, o incompreensivo, o incapaz de perdoar, o irreconciliável, o

invejoso patológico, o desonesto, o ganancioso incorrigível, o mexeriqueiro, o perjuro, o que agasalha o ódio e a ira, menosprezando o amor e o perdão, o que abandona a verdade e armazena a mentira.

Liquida o próximo e elimina-lhe os sonhos: O prepotente, o injusto, o subornador, o bajulador, o desalmado, o egoísta, o que busca exclusivamente o interesse próprio, o que impede o desenvolvimento e o progresso alheios, o que desqualifica e desonra o irmão perante a comunidade e o colega de trabalho diante da chefia.

PECADOS PROIBIDOS NO SEXTO MANDAMENTO

Pergunta 136: “Quais são os pecados proibidos no sexto mandamento?”

Resposta: *Os pecados proibidos no sexto mandamento são: O tirar a nossa vida(At 16. 18) ou a de outrem(Gn 9. 6), exceto no caso da justiça pública(Nm 35. 31,33), da guerra legítima(Dt 20. 1-20), ou da defesa necessária(Ex 22. 2; a negligência ou retirada dos meios lícitos ou necessários para a preservação da vida(Mt 25. 42,43; Tg 2. 15,16); a ira pecaminosa(Mt 5. 22), o ódio(I Jo 3. 15; Pv 10. 12), a inveja(Pv 14. 30), o desejo de vingança(Rm 12. 19); todas as paixões excessivas(Tg 4. 1; Ef 4. 31) e cuidados demasiados(Mt 6. 31,34); o uso imoderado de comida, bebida(Lc 21. 34), trabalho(Ex 20. 9,10) e recreios(I Pe 4. 3,4); palavras provocadoras(Pv 15. 1; Pv 12. 18); a opressão(Is 3. 15; Ex 1. 14), contenda(Gl 5. 15), espancamentos, ferimentos(Nm 35. 16) e tudo o que tende à destruição da vida de alguém(Pv 28. 17 cf Ex 21. 18-36).”*

Indubitavelmente quebram o sexto mandamento o homicida e o suicida. O suicida, quando em condições psicológicas de responder pelos seus atos. O homicida, quando, sem qualquer pressão moral e tensão emocional, comete assassinato, especialmente em caso premeditado, fruto de rancor sedimentado, de inveja, de ciúme, de vingança, por desejo maléfico de apropriação de bens da vítima ou “queima de arquivo”. Tolera-se o crime, se praticado em absoluta legítima defesa própria ou de terceiros.

Outras formas de se quebrar o sexto mandamento. a- *O tráfico e o consumo de drogas.* O traficante é um criminoso; o usuário, um suicida. b- *O aborto doloso.* Abortar para livrar-se do feto é infanticídio hediondo. c- *A eutanásia* provocada em nome da suposta caridade com intuito de “acabar com o sofrimento do enfermo” ou dar-lhe o “direito de morrer”. d- *A saúde pública.* O acesso à saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado. Quando este se omite: mata os pobres, quebrando o sexto mandamento. e- *A fome* de muitos, quando poucos esbanjam. O Estado que permite tal coisa, quebra o sexto mandamento. e- *A guerra injusta.* As guerras de conquistas, de dominação econômica, de prevalência étnica, as atômicas, as químicas, as biológicas, causando matança cruel e indiscriminada.

JESUS E O SEXTO MANDAMENTO

Jesus ampliou e aprofundou o significado do sexto mandamento em sua magistral reinterpretação da lei(Mt 5. 21,22), dando duplo sentido ao termo morte: a intencional e externa, agredindo o corpo, e a mental e interna, atingindo o espírito. Para o Senhor da vida, a morte biológica é menos dramática e menos traumática que a do espírito. O corpo pode ser completa e perfeitamente recuperado pela ressurreição, mas a alma vitimada, mesmo unida ao corpo ressurreto, é vítima da segunda morte, o sofrimento eterno na absoluta ausência da consolação divina. Os que matam o corpo causam danos terríveis; os suicidas e os homicidas do espírito provocam em si mesmos e nos outros prejuízos

irrecuperáveis no tempo e na eternidade. O desamor e a impiedade, no entanto, são armas espiritualmente mortíferas, fontes originárias do ódio, da calúnia, da perseguição, da inveja, da cobiça, do egoísmo, da ganância, da avareza, da luxúria, do orgulho, dos vícios morais e espirituais, que matam a Igreja, exterminam a fé dos frágeis, obstaculam o Evangelho de Cristo, impedem a santificação dos redimidos, fracionam o corpo eclesial, apagam a luz do testemunho, inibem o crescimento dos fiéis, não permitem a expansão do reino de Deus. O agente do desamor e da impiedade pode assassinar o conserto e debilitar a Igreja pelo poder destruidor da palavra ofensiva e da ira. Eis o que o Mestre declara: *“Todo aquele que se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto(racá) a seu irmão estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar tolo(morós), estará sujeito ao inferno de fogo(Geena)”*(Mt 5. 22). Jesus mostra com diamantina clareza que o homicida não é somente o que tira a vida física, mas também aquele que se insurge contra a vida espiritual, a paz da Igreja, a fraternidade comunitária, manejando diabolicamente as armas do insulto, da ira e da zombaria.

CATECISMO MAIOR

SÉTIMO MANDAMENTO

NÃO ADULTERAR

Pergunta 137: *“Qual é o sétimo mandamento?”*

Resposta: *O sétimo mandamento é: “Não adulterarás”(Ex 20. 14).*

CONCEITO DE ADULTÉRIO

Adultério(moichos-moichoi) é, primariamente, um ato de infidelidade conjugal em que o adúltero macula o tálamo nupcial, corrompe e denigre a união matrimonial. À relação sexual promíscua entre uma pessoa casada e outra não dá-se o nome de fornicção(porneia). As Escrituras estabelecem o princípio da indissolubilidade do casamento, exceto em caso de “relações sexuais ilícitas”. Portanto, a gravidade do adultério é tanta, que justifica a dissolubilidade do indissolúvel. O adúltero, além de profanar o leito conjugal, profana-se a si mesmo tanto quanto a consorte matrimonial. Paulo sentencia: *“ Quem ama sua esposa, a si mesmo si ama. Porque ninguém jamais odiou a sua própria carne, antes a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a Igreja”(Ef 5. 28b,29). “A mulher não tem poder sobre o seu próprio corpo, e, sim, o marido; e também, semelhantemente, o marido não tem poder sobre o seu próprio corpo, e, sim,, a mulher”(I Co 7. 4).* A unidade esposo-esposa é tão profunda e interativa, que as atitudes de um afetam diretamente o outro. A fidelidade mútua, além de exigência divina, é uma necessidade moral e espiritual para o casal e seus filhos.

DEVERES EXIGIDOS NO SÉTIMO MANDAMENTO

Pergunta 138: *“Quais são os deveres exigidos no sétimo mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no sétimo mandamento são a castidade no corpo, entendimento, afetos(I Ts 4. 4,5), palavras(Ef 4. 29; Cl 4.)6 e comportamento(I Pe 3. 2, e a preservação dela em nós mesmos e nos outros(I Co 7. 2; Tt 2. 4,5); a vigilância sobre os olhos e todos os sentidos(Mt 5. 28); a temperança(Pv 23. 31,33; Jr 5. 7), a conservação da sociedade de pessoas castas(Pv 2. 16,20; I Co 7. 9), a modéstia no vestuário(I Tm 2. 9), o casamento daqueles que não têm o dom da continência(I Co 7. 9), o amor conjugal(Pv 5. 18,19), e a coabitação(I Pe 3. 7; I Co 7. 5); o trabalho diligente em nossas vocações(I Tm 5. 13,14; Pv 31. 27); o evitar todas as ocasiões de impurezas e resistir às suas tentações(Pv 5. 8”.*

Compete à família, pela moralidade e educação domésticas, e ao Estado, por meios políticos, legais, jurídicos e educacionais, a manutenção, sustentação e defesa do matrimônio monogâmico. O único caminho da normalidade social, da dignidade pessoal, da unidade familiar e da perpetuação da cultura e da tradição familiar é o da fidelidade conjugal em todas as áreas: no companheirismo, nas palavras, nas relações bilaterais, no respeito mútuo, nos gestos, nos comprometimentos e na exclusividade sexual. A fidelidade aumenta a confiança recíproca, aprofunda o amor e torna as relações sexuais cada vez mais significativas e mais amorosas.

Os deveres exigidos no sétimo mandamento são:

Pureza moral nos gestos, nas atitudes, na linguagem, no comportamento. Cabe ao casal gerar e manter a pureza moral no convívio doméstico, na mesa, no trabalho e no tálamo conjugal.

Temperança. A sobriedade é filha da prudência. Qualquer exagero pode causar escândalo e exercer influência negativo na unidade familiar e na educação da prole.

Exemplo. Os filhos serão o que os seus pais são. A imitação é mais instintiva que racional. Os descendentes aprendem viver com seus genitores. Criar é introduzir na vida. Os pais que realmente se comportam como “*osso dos ossos e carne da carne*” um do outro, passam para os filhos um exemplo educativo e edificante construtivo e duradouro.

PECADOS PROIBIDOS NO SÉTIMO MANDAMENTO

Pergunta 139: “*Quais são os pecados proibidos no sétimo mandamento?*”

Resposta: *Os pecados proibidos no sétimo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos(Pv 5. 7; Pv 4. 23,27), são o adultério, a fornicação(Hb 13. 4; Ef 5. 5; Gl 5. 19), o rapto, o incesto(II Sm 13. 14; Mc 6. 18; I Co 5. 1,13), a sodomia, e todas as concupiscências desnaturais(Rm 1. 26,27; Lv 20. 15,16); todas as imaginações, pensamentos, propósitos e afetos impuros(Mt 15. 19; Cl 3. 5; Mt 5. 28); todas as comunicações corruptas ou torpes(Ef 5. 3,4; Pv 7. 5,21; Pv 19. 27), ou o ouvir as mesmas; os olhares lascivos(Is 3. 16; II Pe 2. 14), o comportamento imprudente ou leviano; o vestuário imoderado(Pv 7. 10,13,14), a proibição de casamentos lícitos(I Tm 4. 3)) e a permissão de casamentos ilícitos(Lv 18. 1-21); o permitir, tolerar ou ter bordéis e a frequentação deles(II Rs 23. 7; Lv 19. 29; Jr 5. 7), os votos embaraçadores de celibato(Mt 19. 10-12); a demora indevida de casamento(I Tm 5. 14,15; Gn 38. 26); o ter mais que uma mulher ou mais que um marido ao mesmo tempo(Mt 19. 5; I Co 7. 2); o divórcio(Mt 5. 32; Ml 2. 16), ou o abandono injusto(I Co 7. 12, 13); a ociosidade, a glotonaria, a bebedice(Ez 16. 49; Jr 5. 7), a sociedade impura(Ef 5. 11; Pv 5. 8); cânticos, livros, gravuras, danças, espetáculos lascivos(Rm 13. 13; I Pe 4. 3; Mc 6. 22) e todas as mais provocações à impureza, ou atos de impureza, quer em nós mesmos, quer nos outros(Rm 13. 14; II Pe 2. 17,18)”.*

Os pecados proibidos no sétimo mandamento são:

Incontinência: falta de moderação, de pudor, de comedimento. A incontinência é a quebra do limite entre o íntimo e o externo, o privado e o público. É também imprudência moral no vestuário, no linguajar e nas ações.

Perversões sexuais: incesto, fornicação, sodomia, prostituição e quaisquer atos sexualmente indecorosos(Rm 1. 26). Todas as aberrações sexuais enquadram-se, segundo o Catecismo Maior, na categoria de adultério(porneia ou moicheia).

Pensamentos impuros. O pecado não perde sua gravidade aos olhos de Deus pelo fato de ocultar-se no esconderijo da mente. Sobre isso nosso Senhor foi claríssimo: “*Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela*”(Mt 5. 28).

Corrupção. A pornografia, a libidinagem, a impudicícia, o despudor, o erotismo corrompem os bons costumes, depravam as gerações emergentes, maculam a sociedade.

Uniões ilícitas. As uniões homossexuais, já toleradas pela sociedade, são condenadas pelas Escrituras por serem inaturais e degradantes da ordem matrimonial instituída por Deus na criação: união indissolúvel entre um homem e uma mulher.

Celibato. O celibato resultante de inapetência sexual ou opção pessoal é legítimo. O que violenta a natureza é o imposto: celibato obrigatório cujos celibatários reprimem os impulsos sexuais ou os extravasam ocultamente. Paulo diz que “*é melhor casar do que viver abrasado*”.

Marido e mulher devem fidelidade mútua à semelhança de Cristo e sua Igreja. Neste mundo pervertido é difícil ser fiel, mas compensador e glorificante.

CATECISMO MAIOR

OITAVO MANDAMENTO- FURTO

Pergunta 140: *“Qual é o oitavo mandamento?”*

Resposta: *O oitavo mandamento é: “Não furtarás” (Ex 20. 15; Dt 5. 19).*

FURTO E ROUBO

A nossa jurisprudência distingue furto de roubo. *Furto*, quando o bem do próximo é retirado ocultamente ou de maneira sutil, arditosamente. Nele o ladrão não age violentamente contra a integridade física da vítima. *Roubo* é subtração do alheio por meios violentos. O meliante “enquadra” a vítima, usando armas contundentes, perfurantes, pérfuro-contundentes ou de fogo; imobiliza-a e lhe retira os bens almejados. Os marginais têm lançado mão do sequestro, trocando o sequestrado por elevadas somas; um modo cruel de roubo. Em muitos casos, o sequestro é seguido de morte da vítima, mesmo depois de recebido o requerido pelo resgate. É um dos modos mais cruéis de roubo, hoje considerado pela legislação brasileira crime hediondo. Em qualquer modalidade de roubo, a reação, por menor que seja, pode custar a vida do assaltado.

Quanto à natureza pecaminosa não há diferença entre roubo e furto; todos são igualmente quebra do mandamento da Lei de Deus. No tribunal eterno comparecerão tanto o roubador como o furtador. Na terra, porém, o roubo é mais execrado e punido que o furto, especialmente os de “colarinho branco”, não só pela habilidade com que é praticado mas, e sobretudo, pelo dinheiro e pela fama do estelionatário, aquele que usa o poder, o cargo e as oportunidades para subtrair, às escondidas e por meios inconfessáveis, o patrimônio público ou os bens privados.

DEVERES EXIGIDOS NO OITAVO MANDAMENTO:

Pergunta 141: *“Quais são os deveres exigidos no oitavo mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no oitavo mandamento são: a verdade, a fidelidade e a justiça nos contratos e no comércio entre os homens(Sl 15. 2,4; Mq 6.8; Zc 8.16), dando a cada um o que lhe é devido(Rm 13. 7); a restituição de bens ilicitamente tirados de seus legítimos donos(Lv 6. 4,5); a doação e a concessão de empréstimo, livremente conforme as nossas forças e as necessidades de outrem(Dt 7. 8,9; Gl 6. 10; Lc 6. 8,9); a moderação de nossos juízos, vontades e afetos em relação às riquezas deste mundo(I Tm 6. 8,9); o cuidado e empenho providentes em adquirir, guardar, usar e distribuir aqueles coisas que são necessárias e convenientes para o sustento de nossa natureza e que condizem com a nossa condição(Pv 27. 23,24; I Tm 6. 17,18) ; o meio lícito de vida(Ef 4. 28; Rm 12. 5-8) e a diligência no mesmo(Pv 10. 4; Rm 12. 11); a frugalidade(Pv 12. 27; Pv 21. 20; Jo 6. 12;) ; o impedimento de demandas forenses desnecessárias(I Co 6. 7) e fianças, ou outros compromissos semelhantes(Pv 11. 15; Pv 6. 1-5); e o esforço por todos os modos justos e*

lícitos para adquirir, preservar e adiantar a riqueza e o estado exterior, tanto de outros como o nosso próprio(Lv 15. 25; Fp 2. 4; Dt 22. 1-4; Ex 23. 4,5)”.

Destacam-se nos deveres exigidos algumas exigências, por serem relevantes e universais:

a- **Fidelidade.** Fidelidade nas transações comerciais e no cumprimento de termos contratuais de direitos civis e trabalhistas. O crente deve ser cauteloso e previdente ao assinar qualquer compromisso financeiro de compra, venda, cessão ou locação, para não comprometer, e seriamente, sua renda futura, seu patrimônio e, conseqüentemente, seu nome e seu testemunho cristão. Tudo que se puder fazer para evitar concordata e falência deve ser feito. Desonestidade, jamais.

Honestidade, virtude fundamental do servo de Cristo.

b- **Reparação.** O regenerado, ao perceber que, voluntária ou involuntariamente, causou prejuízo ao próximo, por questão de princípios, de consciência e de fé, repará-lo-á. Qualquer apropriação indébita viola o oitavo mandamento.

c- **Sinceridade.** O escolhido de Deus não pode fraudar nenhum produto ou comercializar mercadorias adulteradas, se tomar conhecimento das irregularidades: são atos ou conveniências pecaminosas ofensivos e lesivos ao semelhante.

d- **Retidão.** O salvo é colocado no mundo como instrumento do Salvador para uma sociedade mais honesta, mais sadia, mais justa. Em cumprimento de seu ministério de sal, fermento e luz, não há de exercer profissões ou atividades ilícitas, aquelas que corrompem e degradam o ser humano, aviltando-lhe a dignidade e a honra. Por exemplo: fabricar e vender produtos viciadores de quaisquer espécies; praticar comércio ilegal à sombra, na clandestinidade, servindo de mau exemplo; emprestar com usura ou enriquecer-se por meio de sistemática agiotagem; auferir lucros demasiadamente exagerados à custa do sofrimento dos pobres.

e- **PECADOS PROIBIDOS NO OITAVO MANDAMENTO**

Pergunta 142: *“Quais são os pecados proibidos no oitavo mandamento?”*

Resposta: *Os pecados proibidos no oitavo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos(Pv 23. 21; Tg 2. 15,16) , são: o furto(Ef 4. 28), o roubo(Sl 62. 10), o tráfico de seres humanos(I Tm 1. 10; Ex 21. 16) e a recepção de qualquer coisa furtada(Pv 29. 24; Sl 50. 18) ; as transações fraudulentas(I Ts 4. 6) e os pesos e mediadas falsos(Pv 11. 1; Pv 20. 10); a remoção de marcos de propriedade(Dt 19. 14, a injustiça e a infidelidade nos contratos entre as pessoas(Am 8.5; Sl 37. 21) ou questões de confiabilidade(Lc 16. 11,12); a opressão(Ex 22. 29; ; Lv 25. 17), a extorsão, a usura(Mt 23. 25; Ex 22. 12), o suborno(Is 33. 15), as inconvenientes demandas forenses(Pv 3. 30; I Co 6. 7), o acerto injusto de propriedades e a desapropriação(Is 5. 8; Mq 2. 2); a acumulação de gêneros para encarecer o preço(Pv 11. 26) ; os meios ilícitos de vida(At 19. 19) , e todos os outros meios injustos e pecaminosos de tirar ou de reter de nosso próximo aquilo que lhe pertence ou de nos enriquecer*

a nós mesmos(Tg 5. 4; Pv 21. 6); a cobiça(Lc 12. 15 Pv 1. 19), a estima e o amor desordenado aos bens mundanos(I Jo 2. 15, 16; Pv 23. 5; Sl 62. 10), a desconfiança, a preocupação excessiva e o empenho em obtê-los, guardá-los e usar deles(Mt 6. 25,34); a inveja diante da prosperidade de outrem(Sl 73. 3; Tg 5. 9); assim como a ociosidade(II Ts 3. 11; Pv 18.9), a prodigalidade, o jogo dissipador e todos os outros modos pelos quais indevidamente prejudicamos o nosso próprio estado exterior(v 21. 17; Pv 23. 20,21; Pv 28. 19); e o ato de defraudar a nós mesmos do devido uso e conforto da posição em que Deus nos colocou(Dt 12. 7; Dt 16. 14;)”.

Roubo e receptação. O crente não deve roubar de modo nenhum e em hipótese alguma. Precisa, entretanto, acautelar-se para não praticar, consciente ou inconscientemente, a receptação, levado pela tentação do “mais barato”. O mais prudente é não adquirir objeto a custo muito baixo, irreal, a não ser que esteja acompanhado de documento fiscal hábil ou qualquer comprovante de origem. Sem o receptor, o roubo reduzir-se-á consideravelmente. Num mundo extremamente desonesto, o cristão tem de ser modelo, primeiramente para sua família, depois para a sociedade em que vive.

Fraude. A fraude pode ser a origem de enriquecimento fácil. O santo, porém, separado para o serviço do santo Rei, repudia em si mesmo e nos outros a desonestidade. Cristão verdadeiro e fraudulência são incompatíveis. No mundo competitivo em que vivemos a fraude de marcas e a adulteração de produtos estão banalizados e até tolerados pela sociedade. No entanto, quanto maior a podridão maior a necessidade e a urgência do testemunho do servo de Cristo.

Trapaça. Inconcebível é um crente trapaceiro. O hipócrita na Igreja pode manter por algum tempo a aparência de justo, mas não indefinidamente. O evangélico precisa conscientizar-se de que negociatas escusas e golpes desleais contra o próximo são incompatíveis com os eleitos santificados, embora, próprias dos réprobos.

Retenção de mercadorias. Reter mercadorias no chamado estoque econômico, provocando escassez no mercado e conseqüente aumento de preço é a pior forma de lesar o consumidor, especialmente o de menos poder aquisitivo. Representa furto da pior espécie. Argumentam que tal procedimento é legítimo, pois se baseia na lei do mercado: oferta e procura. Tudo que se fizer em detrimento do povo, aumentando a pobreza, a miséria e a fome de incontáveis famílias é ofensa ao Criador e quebra do oitavo mandamento.

Ociosidade. O ocioso rouba de si mesmo, quando pode e deve trabalhar e não trabalha; rouba do patrão ou da empresa, malbaratando o tempo, além de desorganizar o sistema produtivo e sobrecarregar os colegas de trabalho. O cristão não pode ser ocioso, especialmente como trabalhador com vínculo empregatício. Quem serve a Deus, na Igreja ou na sociedade, não pode ser ocioso.

Prodigalidade. A avareza é pecado; o esbanjamento também. O perdulário nada economiza. O gasto imoderado dos compradores compulsivos, inclusive com produtos supérfluos, tem causado problemas de endividamento pessoal e familiar com resultados negativos na manutenção e preservação da

família. O regenerado, por ser mais responsável por si mesmo e pelos seus familiares, tem-se demonstrado mais ponderado e sensato na administração dos bens e da renda individual e familiar. A usura leva ao materialismo egocêntrico; a prodigalidade, à miséria financeira com resultados imprevisíveis.

O Dízimo. Quem não entrega com fidelidade o Dízimo, certamente quebra o oitavo mandamento, segundo o profeta Malaquias, que afirma ser a sonegação do dízimo roubo do patrimônio de Deus(MI 3. 8).

Resumo: quebra o oitavo mandamento tanto o assaltante, o roubador, o furtador como o delapidador, fraudador, o malversador, o espoliador, o explorador, o sonegador de impostos, o sonegador dos dízimos devidos ao Senhor.

CATECISMO MAIOR

FALSO TESTEMUNHO

Pergunta 143: *“Qual é o nono mandamento?”*

Resposta: *O nono mandamento é: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo(Ex 20. 16; Dt 5. 20)”.*

O nono mandamento tem uma dimensão especial e outra geral. A especial, refere-se ao testemunho em juízo ou perante o corpo sacerdotal contra o próximo ou irmão de nacionalidade e crença. A geral, é o pronunciamento, conceito ou juízo de valor contra o semelhante, envolvendo-o, comprometendo-o particular, social e publicamente.

DEVERES EXIGIDOS NO NONO MANDAMENTO

Pergunta 144: *“Quais são os deveres exigidos no nono mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no nono mandamento são: conservar e promover a verdade entre os homens(Ef 4. 25) e a boa reputação do próximo, assim como a nossa(II Jo 12); manter e defender publicamente a verdade(Pv 31. 9) e dizê-la sincera(Sl 15. 2; II Cr 19. 9), livre(Jr 9. 3), clara(Jr 42. 4; At 20. 20) e plenamente(At 20. 27) do coração, e em questões de julgamento e justiça(Lv 19. 15; Pv 14. 5) e em todas as mais coisas(Cl 3. 9; II Co 1. 17,18), quaisquer que sejam, dizer a verdade e só a verdade; julgar caridosamente os nossos semelhantes(Hb 6. 9; I Co 13. 4,5); amar, desejar e ter regozijo pela sua boa reputação(III Jo 4; Rm 1. 8); entristecer-nos(II Co 12. 21; Sl 119. 158) pelas suas fraquezas e encobri-las(Pv 17. 9; I Pe 4. 8); mostrar franco reconhecimento dos seus dons e graças(I Co 1. 4,5; II Tm 1. 4,5); defender a sua inocência(Sl 82. 3; receber prontamente boas informações a seu respeito(I Co 13. 4-7) e rejeitar(Sl 15. 3) as que são maldizentes(Pv 25. 23), lisonjeadoras(Pv 26. 24,25) e caluniadoras(Sl 105. 5)); prezar e cuidar da nossa boa reputação e defendê-la, quando for necessário(II Co 11. 18, 23; Pv 22. 1Jo 8. 49; cumprir as promessas lícitas(Sl 15. 4; estudar e praticar tudo o que é verdadeiro, honesto, amável e de boa fama(Fp 4. 8.”*

SÍNTESE DOS DEVERES EXIGIDOS

- a- *Conservar e promover a verdade em nós, no grupo em que vivemos, onde exercemos influência.*
- b- *Manter e defender publicamente a verdade enquanto, por outro lado, nega-se e abomina-se a mentira, mesmo sendo ela de cunho “caridoso”.*
- c- *Dizer a verdade em quaisquer situações, inclusive nos inquéritos policiais, perante o juiz e diante dos tribunais.*
- d- *Ser justo, mas também piedoso e tolerante, com as pessoas que erram, pois todos os seres humanos estão sujeitos a erros, mas são, por outro lado, passíveis de recuperação.*

PECADOS PROIBIDOS NO NONO MANDAMENTO

Pergunta 145: *Quais são os pecados proibidos no nono mandamento?*

Resposta: *Os pecados proibidos no nono mandamento são: Tudo quanto prejudica a verdade e a boa reputação do nosso próximo, assim como a nossa(Lc 3. 14), especialmente em julgamento público(Lv 19. 15); o testemunho falso(Pv 19. 5; Pv 16. 16-19), o subornar testemunhas e constituir testemunhas falsas(At 6. 13), aparecer e pleitear cientemente a favor de uma causa má; resistir e calcar à força a verdade(Jr 9. 3; Sl 52. 1-4; dar sentença injusta(Pv 17. 15); qualificar o mau de bom, e o bom de mau;*

*recompensar os maus segundo a obra dos justos, e os justos segundo a obra dos maus(Is 5. 23); a falsificação de firmas(I Rs 21. 8), a supressão da verdade, o silêncio indevido em uma causa justa(Lv 5. 1; At 5. 3); conservar-nos calados quando a iniquidade reclama a repreensão da nossa parte(Lv 19. 17; Is 58. 1) ou uma denúncia(Is 59. 4); o falar a verdade inoportunamente(Pv 29. 11), ou com malícia para fim mau(I Sl 22. 9,10; Sl 51. 1), pervertê-la em sentido falso(Sl 56. 5; Mt 26. 60,61; Jo 2. 19)), ou proferi-la duvidosa e equivocadamente, para prejuízo da verdade ou da justiça(Gn 3. 5; Gn 26. 7,9; o falar inverdades(Is 59. 13), mentir(Cl 3. 9; Lv 19. 11)), caluniar(Sl 50. 20), maldizer(Sl 15. 3; Rm 1. 30), detrair(Tg 4. 11; Tt 3. 2), tagarelar(Lv 19. 16), cochichar(Rm 1. 29; Pv 16. 28), escarnecer(Is 28. 22; Gn 21. 9; Gl 4.29), vilipendiar(I Co 6. 10), censurar(Mt 7. 1) temerária e asperamente(Tg 2. 13) ou com parcialidade(Jo 7. 24; Rm 2. 1); a má interpretação das intenções, palavras e atos de outros(Rm 3. 8; Sl 69. 10); a adulação(Sl 22. 2,3) e vanglória(II Tm 3. 2; o elogiar ou depreciar demasiadamente a nós mesmos ou a outros, em pensamento ou palavra; a negação dos dons e das graças de Deus(Lc 18. 11; Gn 5. 26); o agravo de faltas menores; o encobrimento; desculpa, atenuação de pecados quando chamados a uma confissão franca(Gn 3. 12,13; Pv 28. 13; Gn 4.9); a descoberta desnecessária das fraquezas de outrem(Pv 25. 9; Gn 9. 22); o levantar boatos falsos(Ex 23. 1)); o receber e acreditar rumores maus(Jr 20. 10; Pv 29. 12); o tapar os ouvidos a uma defesa justa(At 7. 57); as suspeitas más(I Co 13. 4,5; I Tm 6. 4); a inveja ou tristeza pelo crédito merecido de outros(Mt 21. 15); o esforço ou desejo de os prejudicar; o regozijo na desgraça ou na infâmia de alguém; a inveja ou tristeza pelo sucesso de alguém; Dn 6. 3,4; Ed 4. 12,13); prejudicar os outros(Jr 48. 27) o desprezo escarnecedor(Mt 27. 28, 29; Sl 35. 16); a admiração excessiva de outrem(I Co 3. 21; Jd 16; At 12. 22); a quebra de promessas legítimas(Rm 1. 31; II Tm 3. 3; a negligência daquelas coisas que são de boa fama(II Sm 12. 14; I Sm 2. 24); o praticar ou não evitar aquelas coisas que trazem má reputação, ou não impedir em outras tais coisas, até onde pudermos(Fp 3. 18, 19; II Pe 2. 2; II Sm 12. 13, 14)”.
SÍNTESE DOS PECADOS PROIBIDOS NO NONO MANDAMENTO:*

a- Difamação. Não se deve difamar ou denegrir a pessoa do próximo. Se sua vida moral prejudica-lhe a própria imagem, o ônus fica sobre si mesma. Os atos de quem difama maculam sua própria imagem; a lama da difamação suja o difamador.

b- Julgamento falso: atribuir a uma pessoa defeito que ela não tem e imputar-lhe erros e falhas que não cometeu. O falso juízo é diabólico, absolutamente impróprio a um regenerado. Julgando falsamente, seremos julgados pela injustiça do juízo temerário. O vírus da falsidade destrói a fraternidade.

c- Depoimento falso. Em hipótese alguma o servo de Cristo pode prestar em juízo falso testemunho, mesmo que seja para livrá-lo da cadeia, poupar a honra e os bens da família, preservar a existência pessoal. Não se defende o bem com o mal. Ocultar um crime ou proteger um criminoso é acoitamento e conivência. A verdade tem de ser dita incondicionalmente.

d- Pleitear em favor de causas más. O juiz evangélico tem suas limitações humanas naturais, mas deve esforçar-se o máximo para conhecer profundamente a causa sobre a qual arbitrar. Conscientemente um magistrado verdadeiramente cristão não julga falsamente. Por outro lado, um advogado, servo do Senhor, deve recusar a defesa de criminosos perversos, matadores profissionais, aqueles que eliminam as vítimas com

requite de crueldade e, muitas vezes, por motivos fúteis ou sem motivo algum. Exemplo: o que seqüestra, estupra e mata, e ainda recebe o dinheiro destinado ao resgate do seqüestrado. Ninguém pode ser condenado sem direito de defesa, mas há causas indefensáveis. O pleito judicial iníquo macula o direito, avilta a justiça, desvirtua o arbítrio.

e- Covardia. Não se definir em favor do bem e dos bons em situações de conflito, em momentos difíceis e críticos, quando a verdade estiver sendo negada, a injustiça praticada, a injúria cometida, pessoas incautas e inocentes ludibriadas, os justos penalizados, é covardia intolerável. Somos defensores da verdade e combatentes da mentira.

f- Caluniar e maldizer. O redimido não pode falsear a verdade, omiti-la, mentir, escarnecer, vilipendiar, censurar temerária e asperamente ou com parcialidade. A calúnia é uma mentira contundente, venenosa, destrutiva, revestida de perversa malignidade.

g- Discriminar. No corpo uno da Igreja não se há de registrar discriminação, acepção de pessoas, dois pesos e duas medidas nos tratos sociais, nos atos comportamentais, nas resoluções. A cor da pele, a pobreza e a ignorância não são estados ou condições denegridores do caráter.

Resumindo: O ocultamento ou falseamento da verdade, o falso testemunho, o perjúrio e a detração são ofensas a Deus pela quebra do nono mandamento, opróbrios aos eleitos e ignomínia diante do santíssimo tribunal divino.

CATECISMO MAIOR

DÉCIMO MANDAMENTO: COBIÇA

Pergunta 146: *“Qual é o décimo mandamento?”*

Resposta: *O décimo mandamento é: “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo”(Ex 20. 17; Dt 5. 21).”*

DEVERES EXIGIDOS NO DÉCIMO MANDAMENTO

Pergunta 147: *“Quais são os deveres exigidos no décimo mandamento?”*

Resposta: *Os deveres exigidos no décimo mandamento são: um pleno contentamento com a nossa condição(Hb 13. 5; I Tm 6. 6) e uma disposição caridosa da alma para com o nosso próximo, de modo que todos os nossos desejos e afetos relativos a ele tendam para todo o seu bem e promovam o mesmo(Rm 12. 15; Fp 2. 4; I Tm 1. 5)”.*

O servo(escravo) agradece a Deus o que recebeu, pouco ou muito, e luta sincera, denodada e honestamente, por meio do trabalho honrado, para que Deus lhe seja cada vez mais gracioso. Ele sabe que suas “conquistas” são vitórias de seu Senhor por seu intermédio e, no fundo, tudo vem do Criador e a ele pertence. Não vive, portanto, ansioso, angustiado, preocupado com o dia de amanhã, mergulhado numa “pecuniopatia” incurável. Os adoradores de Mamom é que são assim. Em consequência da patologia argentária, convertem-se em especuladores, exploradores desonestos, corruptos, egoístas, descaridosos, avarentos, roubadores. Tais qualificativos desqualificantes podem, eventualmente, estar em uma só pessoa, mas, certamente, alguns deles, indistintamente, nomeiam-se em todos os materialistas que, por natureza, são egocêntricos.

Temos de assumir o que somos para, dentro das possibilidades de cada um, progredir pelo trabalho. Nem todos são aquinhoados pelos chamados dons naturais nobres, segundo a escala de valores da sociedade secular. Uns são mais dotados que outros de inteligência, habilidades artísticas, dons de liderança e capacidade de comunicação; todos, porém, são colocados por Deus como peças indispensáveis na urdidura do organismo sócio-cultural, desde o inabilitado trabalhador braçal ao cientista mais renomado, o que não significa conformismo com a ineficiência, o despreparo, a estagnação, a apatia, a pobreza material e inabilitação profissional. O servo de Deus está disposto a agradecer-lhe o mínimo que possui e, ao mesmo tempo pedir-lhe forças para desenvolver-se, crescer, aprimorar-se e, pelo esforço pessoal, mas com a bênção de seu Senhor, conquistar mais para melhor colaborar com o reino de Cristo. Comer o pão do suor alheio é aviltamento do caráter cristão e afronta ao Criador.

PECADOS PROIBIDOS NO DÉCIMO MANDAMENTO

Pergunta 148: *“Quais são os pecados proibidos no décimo mandamento?”*

Resposta: *Os pecados proibidos no décimo mandamento são: o descontentamento com o nosso estado(I Co 10. 10); a inveja(Gl 5. 26; Tg 3. 14, 15) e a tristeza pelo bem do nosso próximo(Sl 112. 9, 10; Ne 2. 10), juntamente com todos os desejos e afetos desordenados para com qualquer coisa que lhe pertença(Rm 7. 7; Dt 5. 21; Cl 3. 5; Rm 13. 9).”*

Estagnação. Quem somente pensa em ser e ter à custa do alheio não é digno da existência que recebeu de Deus. Crescer é o imperativo divino para todos os seres humanos. Há pessoas que começam do pó, no sopé da escalada da vida, e chegam ao cume, brilhantes e proeminentes; outras nascem em berços de ouro e morrem na sarjeta por desânimo, incompetência ou prodigalidade. Trabalhar é o dever do servo. Lutar é o desiderato do soldado. Somos servos de Deus e soldados de Cristo.

A cobiça. O décimo mandamento mostra-nos dois tipos de cobiça: a material e a sexual. Não se há de cobiçar nenhum bem material do próximo, seja no campo patrimonial, ou no social, cultural e moral. Inclui-se o desejo de aquisição, para escravização e dominação, da esposa, filhos e filhas do semelhante.

Não se cobiçará sexualmente a mulher do próximo ou suas filhas. Deus proíbe não somente os atos adúlteros, mas também a intenção.

Para Tiago, a cobiça é o pecado em estado de gestação(Tg 1. 15), que afeta até nossas súplicas, que passam a ser feitas com propósitos cobiçosos egoístas(Tg 4. 1-4).

A cobiça e a avareza são irmãs gêmeas: andam sempre juntas e agem conjuntamente.

Cobiçando o servo do próximo. O contexto original refere-se a escravo, propriedade do senhor, não exatamente a trabalhador livre. Os servidores modernos, no entanto, aparentemente livres, não deixam de ser escravos de seus deveres e submissos aos patrões. Aplica-se-lhes, a eles e aos seus chefes, portanto, os mandamentos da Lei de Deus. Não é incomum cobiçar-se o empregado do próximo. Muitas vezes uma trabalhadora doméstica é trazida do interior completamente despreparada para as funções de um lar moderno. Depois de ensinada, habilitada e treinada, começam as “propostas” de melhores salários. Todos têm o direito de melhorar as condições salariais, mas ninguém deve cobiçar o alheio e, cobiçando, conquistar o bem desejado.

CATECISMO MAIOR

O PECADO INABILITA O HOMEM

Pergunta 149: “*Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos?*”

Resposta: *Nenhum homem, por si mesmo(Tg 3. 2; Jo 15. 5), ou por qualquer graça que receba nesta vida, é capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus(I Rs 8. 46; Sl 17. 35; I Jo 1. 8; I Jo 2. 6); mas diariamente os viola por pensamentos(Gn 8. 21; Tg 1. 14; Gn 6. 5), palavras e obras(Sl 19. 12; Tg 3. 2, 8).”*

Fragilidade humana.

Os mandamentos, por formarem um conjunto interativo, de tal modo que quem deixa de cumprir uma parte, descumpra a totalidade. A quebra de um único preceito redundava em total rompimento da aliança. Os mandamentos da Lei de Deus são, portanto, humanamente impraticáveis. A impraticabilidade reside: a- Na intrínseca perversão do homem caído, cujas fraquezas pressionam-no ininterruptamente na direção oposta à fidelidade ao Criador e Senhor. b- Na corrupção da sociedade, que exerce implacável pressão e opressão sobre o ser humano, reforçando a pecaminosidade interior e estimulando os atos pecaminosos. Somos pecadores no meio de pecadores, como reconheceu o profeta Isaias: “*Sou homem de lábios impuros e habito no meio de um povo de impuros lábios(Is 6. 5)*”.

O ser individual plasma-se e se estrutura no universo social. Por outro lado, os mandamentos julgam não somente os atos pecaminosos externos, mas também, e principalmente, suas causas internas, suas origens conscientes, suas intenções malévolas não expressas. Os fariseus externamente eram perfeitos, mas interiormente depravados, imundos, túmulos caiados, segundo Jesus Cristo. Há pessoas nas quais o pecado aflora por inteiro. Nessas, a ausência de controles sociais, éticos e religiosos, permite a ilimitada exteriorização dos males instalados e enraizados no recôndito do ser. O pecado invisível, não expresso, no entanto, é tão pernicioso quanto o visível, manifesto.

ODIOSIDADE DO PECADO E OS AGRAVANTES.

Pergunta 150: “*São todas as transgressões da lei de Deus igualmente odiosas em si mesmas e à vista de Deus?*”

Resposta: *Todas as transgressões da lei de Deus não são igualmente odiosas; mas alguns pecados em si mesmos, e em razão de diversas circunstâncias agravantes, são mais odiosos à vista de Deus do que outros(Jo 19. 11; I Jo 5. 16).”*

Pergunta 151: “*Quais são as circunstâncias agravantes que tornam alguns pecados mais odiosos do que outros?*”

Resposta: *Alguns pecados tornam-se mais agravantes:*

1º.- *Em razão dos ofensores(Jr 2. 8), se forem pessoas de idade mais madura, de maior experiência ou graça(I Rs 11. 9); se eminentes na vida cristã(II Sm 12. 14; I Co 5. 1), em dons(Tg 4. 17; Lc 12. 47, posição, ofícios(Ko 3. 10; II Sm 12. 7-9 Ez 8. 11, 12); se forem guias para outros(Rm 2. 21, 22, 24) e pessoas cujo exemplo será provavelmente seguido por outros(Gl 2. 14; II Pe 2. 2).*

2º.- *Em razão das pessoas ofendidas(I Jo 5. 10; Mt 21. 38, 39), se as ofensas foram diretamente contra Deus(I Sm 2. 25; At 5. 4), seus atributos(Rm 2. 4) e culto(Mt 1. 14; I Co 10. 21, 22); contra Cristo e sua graça(Jo 3. 18, 36; Hb 12. 25); contra o Espírito Santo, seu testemunho e operações(Hb 6. 4-6; Hb 10. 29; Mt 12. 31, 32; Ef 4. 30; contra superiores, pessoas eminentes(Nm 12. 8; Jd 8) e aqueles com quem estamos especialmente relacionados e a quem devemos favores(Pv 30. 17; Sl 41. 9; Sl 55. 12-14); contra os crentes(Zc 2. 8), especialmente contra os irmãos fracos; contra as suas almas ou as de quaisquer outros(I Co 8. 11, 12; Rm 14. 13, 15, 21), e contra o bem geral de todos ou de muitos(I Ts 2. 15, 16; Mt 23. 34-38).*

3º.- *Pela natureza e qualidade da ofensa(Is 3. 9), se for contra a palavra expressa da lei(Ez 20. 12, 13); se violar muitos mandamentos; se contiver em si muitos pecados(Cl 3. 5; I Tm 6. 10); se for concebida, não só no coração, mas manifestar-se em palavras e ações(Mq 2. 1, 2); se escandalizar a outros(Rm 2. 23, 24; Mt 18. 7) e não admitir reparo algum(Pv 6. 32,-45; Mt 16. 26); se contra os meios da graça(Mt 11. 21-24; Jo 15. 22), misericórdia(Dt 32. 6; Is 1. 2, 3; Ed 9. 13, 14) e castigos de Deus(Jr 5. 13; Am 4. 8- 11); se contra a luz da natureza(Rm 1. 20, 21), a convicção da consciência(Rm 1. 32; Dn 5. 22), a admoestação pública ou particular(Pv 29. 1), as censuras da Igreja(Mt 18. 17; Tt 3. 10), as punições civis(Rm 13. 1-5); se contra as nossas orações, propósitos, promessas, votos, pactos, obrigações a Deus ou aos homens(Sl 78. 34, 36, 37; Jr 42. 5, 6; Jr 42. 20-22; Pv 20. 25 Lv 26. 25; Jr 31. 32; Pv 2. 17; Ez 17. 18); se forem deliberadas, voluntárias(Sl 36. 4; Jr 6. 16) e perversamente com presunção impudente, jactanciosa(Nm 15. 30; Jr 6. 15; Sl 52. 1) , maliciosamente(Ez 35. 5, 6; II Jo 10), frequente(Nm 14. 22, 23), obstinadamente(Zc 7. 11, 12), displicentemente(Pv 2. 14) repetidamente(Jr 9. 3, 5; Is 57. 17) persistência ou recaídas depois do arrependimento(II Pe 2. 20, 21; Hb 6. 4, 6).*

4º.- *Pelas circunstâncias de tempo(Is 22. 12-14; II Rs 5. 26) e de lugar(Jr 7. 10, 11), se for no dia do Senhor(Ez 23. 38) ou em outros tempos de culto divino(Is 58. 3, 4), imediatamente antes(I Co 11. 20, 21; Jr 7. 9, 10), depois destes(Pv 7. 14, 15) ou de outros auxílios para prevenção ou remédio contra tais quedas(Ne 9. 13-16; II Cr 36. 15, 16), se em público ou em presença de outros que são capazes de ser provocados ou contaminados por essas transgressões(Is 3. 9; I Sm 2. 22- 24).”*

Há pecado terrivelmente odioso e, em consequência de sua extrema gravidade, são imperdoáveis. Exemplos: Trair o Filho de Deus(Jo 19. 11); pecar contra o Espírito Santo(Mt 12. 31, 32). Aquele, porém, que quebra a lei, ab-roga o pacto com Deus, excluindo-se da redenção. E, para quebrar-se a lei, basta deixar de cumprir um pequenino preceito, um “til”. A questão discutida aqui, no entanto, refere-se ao grau de odiosidade do pecado, de suas perniciosas consequências, e não da situação pecaminosa dos que quebram os mandamentos da lei de Deus: nesse estado todos nos encontramos.

Os Agravantes. Agravam-se as consequências do pecado, quando cometidos por: a- Pessoas maduras, responsáveis, com idade suficiente para reflexão e ponderação. b- Crentes com mais vivência na comunidade e experiência de fé. c- Oficiais e líderes da Igreja, os que devem servir de exemplos e modelos para os fiéis, especialmente os neófitos.

O mesmo pecado possui graus diferenciados de consequências, quando cometido por jovem inexperiente e novato na vida cristã ou por um ancião(presbítero ou pastor).

Os danos são ainda mais intensos, extensos e graves, quando o agente pecaminoso é um Ministro do Evangelho. Terríveis são os efeitos sociais do egoísmo, do egocentrismo, do orgulho, da prepotência, da vaidade e da avareza.

Os ofendidos. A dignidade, a honra e a imaculabilidade das pessoas ofendidas ou atingidas pelo nosso pecado determinam o seu nível de gravidade e ampliam a danosidade dos efeitos. Gravíssimo o pecar contra Deus, cometidos contra os seus ungidos; graves os praticados contra os irmãos em Cristo, vinculados a nós pelo sangue do Cordeiro. Intolerável, igualmente, é o pecado contra os pais naturais e os espirituais.

Mensuração da ofensa. São pecados danificadores, causadores de prejuízos irreparáveis, os praticados contra: a palavra de Deus; as ordenanças divinas; os meios de graça; o governo, a doutrina e a disciplina da Igreja. Finalmente, qualquer pecado cometido com jactância, pertinácia, contumácia, rebeldia, difamação premeditada e apostasia reveste-se de maior gravidade, chegando mesmo à negação da graça.

Circunstancialidade. O servo de Deus pode, eventualmente, sob tensão emocional incontrolável, envolver-se, involuntariamente, em discussões nervosas e acaloradas. Contendas, desentendimentos e brigas na Casa do Senhor é uma ofensa a Deus, pois representa a negação do amor fraternal, razão da unidade comunitária em Cristo Jesus.

Pecados cometidos diante de pessoas simples e de crianças certamente contribuirão para, no mínimo, escandalizá-las. Por outro lado, pecados que causam divisões no Corpo de

Cristo, jogando irmãos contra irmãos são insuportavelmente perigosos.

Em suma, todos os pecados separam o pecador de Deus e causam danos a quem os comete, mas alguns são muito mais danosos à Igreja, à sociedade e ao próximo.

CATECISMO MAIOR

PECADO E JUSTIÇA DIVINA

Pergunta 152: “*Que merece da parte de Deus cada Pecado?*”

Resposta: *Todo pecado, até o menor(Tg 2. 10,11), sendo contra a soberania(Mt 1. 14), bondade(Dt 32. 6) e santidade de Deus(Hc 1. 13; I Pe 1. 15,16; Lv 11. 45) e contra sua justa lei(I Jo 3. 4; Rm 7. 12), merece a sua ira e maldição(Gl 3. 10; Ef 5. 6), nesta vida(Dt 28. 15-68) e na vindoura(Mt 25. 41; Rm 6. 21,23), e não pode ser expiado, senão pelo sangue de Cristo(Hb 9. 22; I Jo 1. 7; I Pe 1. 18,19).”*

Ato Pecaminoso.

Segundo a natureza, o ato pecaminoso pode ser classificado em duas categorias:

a- **Moral:** o que fere a sociedade, atinge o próximo, agride a pessoa do infrator.

Ferem a sociedade: A improbidade administrativa, o salário injusto, a sonegação de impostos, a formação de cartel para aumento de preços, governo faccioso, má aplicação do dinheiro público, iníquos desniveis salariais e outros.

Atingem diretamente o próximo: o assassinato, o roubo, o furto, o perjúrio, a infidelidade, o orgulho, a avareza, a prepotência, a crueldade.

Agridem o infrator: os vícios, as perversões sexuais, a imoderação alimentar, as noitadas contínuas e os desregramentos lúdicos.

b- **Espiritual:** o que interrompe as relações com Deus pela quebra de seus mandamentos: quebra do pacto com Deus, incredulidade, blasfêmia, simonia, idolatria, irreverência, abandono da comunhão dos irmãos, zombaria ímpia, menosprezo de Deus e de sua Palavra, desamor ao Salvador, descaridade ao próximo, falta de consagração, ocultamento da fé, mau testemunho, ciúme, inveja, contenciosidade, facciosidade, discriminação religiosa, egolatria, exploração social e econômica da credulidade popular.

O valor que a sociedade atribui a cada um dos referidos males ou pecados determinar-lhe-á o grau de gravidade e o peso da conseqüente sanção social e legal. O pecado da cobiça, por exemplo, aos olhos do homem, possui menor gravidade e é menos repulsivo que o de assassinato. O decálogo, até por questões didáticas, qualifica os pecados, conforme as respectivas proibições, mas não lhes categoriza as sentenças de maneira clara, indiscutível. Em conseqüência, sua aplicabilidade nos conselhos disciplinares eclesiásticos fica grandemente dificultada. Retenhamos sempre que os propósitos da lei eram mais espirituais, morais e éticos que jurídicos. Embora o decálogo servisse de normas comportamentais para os súditos da Nação Santa, seu escopo final objetivava relacionar e harmonizar o salvo com o seu Salvador. Em termos relacionais, portanto, os pecados podem ser especificados em atos distintos e enquadrados nas ordenanças respectivas. O que não se deve fazer é atomizar o preceito e isolá-lo do contexto global da lei, atribuindo à parte isolada poder maior que o do conjunto. É o caso do Sábado para os sabatistas e do adultério para os puritanos. O geral determina a natureza das partes e as qualifica. Sem a visão global da lei não se determinará a qualidade, a extensão, a intenção, a importância e o valor de cada um de seus mandamentos.

Estado Pecaminoso.

O pecado-ato é conseqüência do *estado pecaminoso* do homem e tem de ser analisado nesse contexto. Não é o ato maléfico que produz o pecado; é o “estado pecaminoso” que o gera, bem como dá origem a todas as atitudes, comportamentos e feitos pecaminosos. A volição indesejável e a cognição indigna do ser humano procedem de uma essência depravada, contaminada pelo mal intrínseco. Eis porque o apóstolo dos gentios, um cristão verdadeiro, em auto-análise, teve a humildade de confessar: “*O querer o bem está em mim, não, porém, o efetua-lo. Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço. Mas, se eu faço o que não quero, já não sou eu quem o faz, e, sim, o pecado que habita em mim. Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim*”(Rm 7. 18b-21). O pecado, instalado no centro da natureza humana, egocentriza o homem, desvirtua-lhe a vontade, perturba-lhe a prática do bem, corrompe-lhe os desejos. Cada pecado é um fruto mau de uma árvore ruim. A árvore é julgada pelos seus frutos, mas não são os frutos que determinam sua qualidade; ela é que os qualifica e os define. Tendo em vista a malignidade essencial do homem em virtude da queda, e considerando a retidão da Palavra decalagal de Deus, concluímos esquematicamente o seguinte:

a- A Lei é original e essencialmente boa, espiritual e santa pelo fato de proceder do Deus justo e imutável.

b- O homem é absolutamente inábil para guardar a Lei em virtude de sua natureza depravada pela queda.

c- Ao quebrar-lhe um mínimo preceito, violam-se todas as ordenanças divinamente codificadas.

d- Mesmo que se guardem todos os preceitos mosaicos, evitando os atos externos de violação ou ab-rogação, ainda assim não se há de cumprir a Lei, pois as intenções malévolas e os pensamentos pecaminosos continuarão instalados e ativos, embora ocultos, na consciência do pecador. O fariseus eram externamente guardadores da Lei e internamente infiéis, o que os transformava em hipócritas.

e- Cristo cumpriu a Lei pelos seus eleitos regenerados, salvando-os pelo seu sacrifício, custoso para ele, gracioso para nós seus redimidos. Em Adão, a humanidade inteira perdeu-se. Em Cristo, os escolhidos são reconciliados e readmitidos ao convívio do Pai celeste e à herança do Reino. Em Cristo Jesus o amor e a justiça são absolutamente plenos. Deus aceita-nos em seu Filho Amado, não por qualquer demonstração nossa de obediência à Lei, mas por causa da fidelidade do Messias. No homem Jesus tudo se fez novo. Ele veio para cumprir a Lei em nosso lugar, e cumpriu, capacitando o crente verdadeiro, pela força do Espírito Santo que nele habita, a vencer o pecado.

O pecador salvo, embora continue sujeito ao pecado, e efetivamente peque, está definitivamente reconciliado com Deus. Cristo, seu fiador, responde por ele diante do tribunal divino.

CATECISMO MAIOR

MALDIÇÃO E SALVAÇÃO

Pergunta 153: *“Que exige Deus de nós para que possamos escapar à sua ira e maldição em que incorremos pela transgressão da lei?”*

Resposta: *Para escaparmos à ira e maldição de Deus, em que incorremos pela transgressão da lei, ele exige de nós o arrependimento para com Deus, a fé em nosso Senhor Jesus Cristo(At 20. 21; Mc 1. 15; Jo 3. 18), e o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da sua mediação(Pv 8. 33-35; Lc 13. 24)”*.

HOMEM, TRANSGRESSOR DA LEI.

O homem, ao transgredir o pacto de obras, permitiu a entrada do pecado em si mesmo e, por seu intermédio, na humanidade inteira. Corrompida a matriz, corrompidos ficaram todos os descendentes. Os pactos posteriores, baseados na possibilidade da obediência, fracassaram, pois corruptíveis eram os protagonistas humanos. Lembremos que o que se exigia do homem caído em primeira instância, ficava exigido de Jesus Cristo, o Filho do Homem, em segunda instância. O antecedente é tipo; o conseqüente e consumação final e perfeita.

Como o pecado é transgressão da lei, todos nos tornamos transgressores, isto é, pecadores, nos nossos infieis ancestrais. Somos, pois, originalmente pecadores. A lei mosaica, portanto, foi dada a pessoas inabilitadas em virtude da fragilidade e pecaminosidade naturais e essenciais do ser humano. Deus, o mentor e proponente do pacto, é impecável, incorruptível por natureza. O seu povo, embora objeto da graça eletiva e do chamado, foi retirado de entre os descendentes de Adão, depravados e depravantes. A disposição de obedecer não correspondia à capacidade e às condições internas de obediência. O resultado, portanto, foi a quebra do pacto pela ab-rogação de seus termos, quer dizer, pela quebra dos mandamentos pactuais. Ficando a reconciliação com Deus e a salvação dependentes da obediência às ordenanças legais da aliança sinaítica, nenhuma possibilidade de redenção restava ao pecador em conseqüência de sua pecaminosidade inabilitante. A lei, portanto, em decorrência da incapacidade do homem, tornou-se exclusivamente fator de juízo e de condenação. Indiscutivelmente poderosa e eficiente para estabelecer e qualificar o pecado, determinando-lhe a pena, mas totalmente incapaz de removê-lo, abrindo ao pecador o caminho do perdão e as portas da expiação. A lei tem poder para condenar, mas não para salvar. Condena todos, porque todos a transgridem, eleitos e não eleitos. A humanidade inteira ficou sob juízo da lei. Os escolhidos, porém, são objetos da graça em Cristo Jesus, que a cumpre por eles.

O pacto mosaico, obra da misericórdia divina, é posterior ao chamado e foi concedido aos que já estavam sob o governo, a manutenção e a direção de Javé. Não teve, portanto, a missão direta de salvar, mas de estabelecer regras, normas e princípios para o povo eleito, retirado dos domínios de Faraó e colocado sob domínio de Deus. Quebrar qualquer norma da aliança significava desrespeitar o conjunto, o código inteiro, declarando-se destituído do da comunhão pactual. Além do mais, deve-se observar que o pacto foi firmado entre partes desiguais: o Rei, soberano absoluto, eterno e onipotente,

por um lado, e seus súditos, um punhado de escravos pecadores, limitados e mortais, por outro. Deus sabia, certamente, que seus governados não tinham a mínima condição de nivelar-se a ele por meio de um pacto bilateral, inclusive no que se refere à capacitação moral, social, psicológica, ética e espiritual, para o cumprimento do voto de fidelidade empenhado no acordo paritário. Não há, contudo, governo sem lei; e lei é para ser respeitada e cumprida. Deus governa pela sua santa lei o seu povo, e salva os escolhidos pela graça; graça da qual somos beneficiários mediante o sacrifício vicário do Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Deus governa pela lei e salva por misericórdia.

ARREPENDIMENTO.

Reconhecendo Javé a impossibilidade de santificação por meio de perfeita obediência à lei e, uma vez santificado, a salvação seria consequência, lógica que eliminaria a graça, instituiu o sacrifício ao qual se faria jus mediante arrependimento, confissão de pecados e sua transferência para um animal substituto. Por previsão e instituição de Deus instalou-se o sistema sacrificial para que o ab-rogador da lei não se perdesse. A jornada da salvação começa no arrependimento, continua no sacrifício e se consuma no perdão. O arrependimento, no entanto, não será possível sem o ministério do Espírito Santo, testemunhando externamente pela Palavra de Deus e internamente, no arrependido, pelo convencimento do pecado, da justiça e do juízo. Ele faz o pecador reconhecer o seu estado pecaminoso e o incontrolável impulso à prática do pecado. A racionalidade, mesmo influenciada pela educação religiosa, não conduz o homem ao convencimento real de que é um pecador contumaz, transgressor permanente e humanamente irrecuperável dos mandamentos divinos. O Espírito, porém, atuando nos eleitos, leva-os ao arrependimento sem remorso. Não se trata de consciência de fracasso moral, de atuação emergencial do mecanismo psíquico de fuga, de autocomiseração ou chantagem emocional para evitar-se o castigo: é reconhecimento revelado da impiedade, da alienação, da perversa miséria decorrente da bastardia, da necessidade de se reatar relações com o Pai celeste, da ingratidão do perdido, que a si mesmo se lançou na perdição à semelhança do Filho Pródigo. Pelo arrependimento operado pelo Espírito no interior do eleito ele é impulsionado a redirecionar a sua vida, deixar o seu próprio rumo e tomar o rumo da casa de seu Pai: *“Levantar-me-ei e irei ter com meu Pai”*. Então, Deus reassume a direção de sua vida. Conclui-se que: o ato humano do arrependimento não se realiza sem a intervenção do Espírito Santo.

A FÉ EM JESUS CRISTO.

Fé é o ato de entrega total a Jesus Cristo para que ele seja Senhor absoluto de nossa vida. Pela fé tornamo-nos escravos(douloi) do Filho de Deus. Se um pai, abrindo os braços, disser ao filho, que se encontra no alto, sobre um muro: pula; ele pula, porque confia no pai. O eleito, emulado pelo Espírito Santo, é dotado de confiança semelhante, deixando seu ser, confiantemente, repousar nos braços do Senhor. A fé, pois, como pensam alguns, não é um “salto no escuro”; é um “salto seguro” nas mãos de Deus”. Ela não se classifica de racional ou irracional, instintiva ou cega, pois é espiritual, de conhecimento revelado e entendimento iluminado, sendo apreendida pelo espírito, agindo na mente do escolhido. A mente de Cristo em nós redimensiona, aprofunda e amplia nossa cognição. O mistério da fé não se avalia pela razão comum, mas pela razão controlada pelo Espírito. Na verdade, pela fé, dom de Deus, o redimido penetra o transcendente até onde lhe é permitido e proveitoso. Sua mente afina-se com a de seu

Salvador e Senhor, estabelecendo um diálogo interior entre o remido finito e o Remidor infinito. A fé cria o condicionamento do salvo para interagir espiritualmente com o Salvador.

Arrependimento e fé, eis o que Deus estabeleceu para que a bênção do perdão salvador atinja o pecador, anulando a maldição que pesava sobre ele. Tudo, porém, se realiza em e por meio de Cristo Jesus, a Semente eleita, o Homem perfeito, obediente, cumpridor da lei, Cordeiro vicário.

CATECISMO MAIOR

MEIOS DE GRAÇA

Pergunta 154: “*quais são os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica os benefícios da sua mediação?*”

Resposta: *Os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo comunica à sua Igreja os benefícios da sua mediação são todas as suas ordenanças, especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração; os quais se tornam eficazes aos eleitos para a salvação(Mt 28. 19,20; At 2. 42, 46; I Tm 4. 16; I Co 1. 21; Ef 5. 19, 20; Ef 6. 17, 18)”*.

I- A PALAVRA DE DEUS.

Pergunta 155: “*Como se torna a Palavra eficaz para a Salvação?*”

Resposta: *O Espírito de Deus torna a leitura, e especialmente a pregação da Palavra, um meio eficaz para iluminar, convencer e humilhar os pecadores((Jr 23. 28, 29; Hb 4. 12; At 17. 11, 12 At 26. 18); para lhes tirar toda confiança em si mesmos e os atrair a Cristo(At 2. 37, 41; At 8. 27- 38); para conformá-los à sua imagem(II Co 3. 18; Cl 1. 27) e sujeitá-los à sua vontade(II Co 10. 4, 5; Rm 6. 17); para fortalecê-los contra as tentações e corrupções(Sl 19. 11; Cl 1. 28; Ef 6. 16, 17; Mt 4. 7, 10); para edificá-los na graça(Ef 4. 11, 12; At 20. 32; II Tm 3. 15- 17; I Co 3. 4- 11) e estabelecer os seus corações em santidade e conforto mediante a fé para salvação(Rm 16. 25; I Ts 3. 2, 13; Rm 10. 14- 17)”*.

Palavra Reveladora.

A natureza, macro e microcosmo, pode, mas não necessariamente, levar o homem à compreensão de que existe um ser superior, um criador, um mantenedor e governador de todas as coisas. Fora do contexto revelado, o deus cuja existência se deduz da natureza, tem sido indefinido, inespecífico, impessoal e geralmente mitológico. Além do mais, a natureza revela aos observadores humanos, quando o faz, apenas uma poder criador; jamais um salvador. A contemplação do universo, em virtude de sua majestade, grandeza, complexidade, organicidade e beleza, tem levado os seres humanos a concluir pela existência de potências cósmicos personificadas: deuses mitológicos. O contato com a natureza circundante, exuberante e vitalmente didâmica, por outro lado, levou o homem, especialmente o primitivo, a imaginar a presença infusa, difusa e confusa de “espíritos” na ordem natural: deuses panteístas: espíritos habitantes da fauna e da flora

As Escrituras, e somente elas, revelam, especialmente aos eleitos, não somente o Deus criador, mas, e principalmente, o Deus redentor, governador pessoal da obra da criação, mantenedor do universo, sustentador de todos os seres criados, juiz dos homens, remidor dos eleitos. Exclusivamente a Palavra de Deus, inspirada aos profetas e apóstolos, encarnada em Jesus Cristo, iluminada pelo Espírito Santo e proclamada pela Igreja, revela-nos o verdadeiro Deus trino: Primeira, Segunda e Terceira pessoas trinitárias. Sem a revelação bíblica, o Deus real, onipotente, onisciente, imaculado, imutável, eterno e absolutamente completo não se revela, isto é, não se nos desvenda.

A Palavra Vocacionadora.

A Palavra de Deus é o instrumento do Espírito Santo. Por ela, proclamada ou lida, a Terceira Pessoa da unidade trina “toca” o pecador, ilumina sua mente, sensibiliza seu coração, abre sua percepção e desperta sua intuição para ouvi-la, entendê-la, apreendê-la

e submeter-se aos seus ensinamentos e ordenanças. Sem o instrumental ministério do Espírito Santo as Escrituras não atingem a alma pecadora, não lhe promove a conversão, não lhe gera o impulso irresistível para Cristo, não lhe cria a liberdade diacônica e a bênção da submissão “dulçosa”. O Espírito atua na Igreja e no eleito mediante a Palavra de Deus que, no fundo, é a sua palavra, pois ele não se dissocia do corpo trinitário.

A Palavra Santificadora.

Santificação não é, rigorosamente falando, pureza moral, mas compromisso com Deus e com o seu povo. Ela é, operada pela Palavra de Deus instrumentalizada pelo Espírito, o meio pelo qual o servo é colocado à disposição de seu Senhor, que o habilita diária e sistematicamente ao serviço do reino. Instruído pela Palavra iluminada pelo Espírito, adestrado no ministério onde, no exercício dos carismas concedidos aperfeiçoa-se, o regenerado cresce espiritualmente, isto é, torna-se melhor servidor de Cristo e de seus irmãos. Santos são, pois, aqueles com os quais Deus conta na diaconia e na diaconia da Igreja bem como no testemunho e na missão. Disposição, submissão e serviço são as virtudes essenciais do santo.

A palavra de Deus muda, fato sobejamente constatável, um filho do mundo, da carne, do pecado e da morte, em filho do Pai celeste, servo de Cristo, herdeiro da vida eterna, pregoeiro da justiça, membro do povo eleito.

A Palavra Transformadora.

A Palavra de Deus, em virtude de sua imaculada origem, possui os poderes de: **Criar:** fazer emergir do nada o existente. **Governar:** poder de gerenciamento, comando e direção da humanidade. **Salvar:** poder de redimir o pecador eleito mediante convencimento operado nele pelo Espírito Santo. **Ensinar:** transmitir a vontade de Deus aos homens, especialmente aos eleitos. **Transformar:** converter os pecadores, transformando-os de servos de si mesmos e do mundo em servos de Cristo, conformando suas vontades à vontade do Salvador, mudando suas mentes, propósitos, atitudes e comportamentos. A Palavra de Deus, atuando eficazmente no ser humano, desloca o seu centro de convergência, o “eu”(egocentrismo) e o centraliza definitivamente em Deus. Sua vida passa de egocêntrica a teocêntrica. Descentralizado de si mesmo, o regenerado volta-se para Deus e para os seus irmãos em Cristo, estabelecendo e consolidando a comunhão universal dos santos. Portanto, a Palavra de Deus leva-nos a Cristo e direciona-nos para o próximo.

A Palavra norteadora.

As Escrituras são a nossa regra de fé e norma de conduta; contêm todas as informações necessárias à vida cristã do eleito e ao seu comportamento como servo de Deus; conduzem à salvação e coloca os salvos no caminho da santidade e da moralidade evangélica. A Palavra do Pai celeste educa, dirige, anima, disciplina e consola todos os seus verdadeiros filhos. A Bíblia é, para o crente, lâmpada para os pés e luz para o caminho. Somente o regenerado, em quem o Espírito Santo habita, pode avaliar o imprescindível papel que as Escrituras exercem em sua vida, independentemente de seu grau de cultura. Elas atingem os seres humanos eleitos de todas as condições, não apenas os inteligentes e intelectuais. A Palavra de Deus não é patrimônio cultural do homem, mas graça revelada, especialmente aos humildes.

CATECISMO MAIOR

BÍBLIA- CLERO E LAICATO

LEITURA BÍBLICA PÚBLICA E PARTICULAR

Pergunta 156: *“Deve a Palavra de Deus ser lida por todos?”*

Resposta: *Embora não seja permitido a todos ler a Palavra de Deus publicamente à congregação, contudo, os homens de todas as condições têm obrigação de lê-la em particular para si mesmos(Dt 17. 18, 19; Is 34. 16; Jo 5. 39) e com as suas famílias(Dt 6. 6, 7; Sl 78. 5, 6); e para este fim as Santas Escrituras devem ser traduzidas das línguas originais para as línguas vulgares(I Co 14. 18, 19).”*

LEITURA REVERENTE E DEVOCIONAL

Pergunta 157: *“Como deve ser lida a Palavra de Deus?”*

Resposta: *As Santas Escrituras devem ser lidas com uma alta e reverente estima(Sl 119. 97; Is 62. 2); com a firme persuasão de serem elas a própria Palavra de Deus(I Ts 2. 13; II Pe 1. 16-21) e de que somente ele pode habilitar-nos a entendê-las(Sl 119. 18; Lc 24. 44- 48); com desejo de conhecer, crer, e obedecer à vontade de Deus nelas revelada(Tg 1. 21, 22; I Pe 2. 2; Mc 4. 20); com a diligência(At 17. 11; Dt 11. 13, 14) e atenção ao seu conteúdo e propósito(At 8. 30, 34; Mt 13. 23); com meditação(Sl 1. 2; Sl 119. 39), aplicação(At 2. 38, 39; II Cr 34. 21), abnegação(Gl 1. 15, 16; Pv 3. 5) própria e oração(Sl 119. 18; Lc 24. 45).”*

AS ESCRITURAS LIDAS, PREGADAS E ENSINADAS.

Os textos sagrados revelam-nos o que a experiência comprova: Deus nos fala pelas Escrituras Sagradas inspiradas pelo Espírito Santo e por ele iluminadas, comunicadas e interpretadas. Os meios de comunicação utilizados pela divina graça para que a vontade de Deus nos chegue à mente, ao coração e à vida são: a leitura individual ou coletiva, o ensino por intermédio de mestres divinamente habilitados, a pregação doutrinária e a proclamação evangelística por pregadores divinamente vocacionados. A proclamação evangelística tem sido feita por leigos bem doutrinados com resultados satisfatórios. A mensagem e o ensino doutrinários devem ficar a cargo de teólogos eficazmente preparados, os que receberam os dons para serem profetas e mestres; a eles compete a edificação teológica do rebanho. Por outro lado, a liturgia da Igreja deve centralizar-se nas Escrituras de tal modo que elas sejam expressas nas leituras uníssonas e responsivas, nos cânticos e nas orações, nas meditações e nas prédicas. O culto reformado é, por natureza, bibliocêntrico numa adoração cristocêntrica.

A REFORMA E A BÍBLIA.

A Reforma colocou a Bíblia na mão do povo e em linguagem popular; estabeleceu escolas populares de alfabetização ao lado de cada templo, para que o povo pudesse, aprendendo, ler a Palavra de Deus; transformou o altar em púlpito, deslocando a liturgia da ênfase sacramental para a kerigmática e didática das Escrituras; converteu o sacerdote sacramentalista em ministro do Evangelho, pregoeiro da justiça; colocou no lugar do eclesiocentrismo o bibliocentrismo. Dessa maneira, o movimento reformado desvendou as Escrituras aos olhos atentos dos fiéis e ao olhar desconfiado dos incrédulos. Às massas, porém, majoritariamente, abriram-se os horizontes da revelação bíblica que,

pressurosamente ávidas, liam a Palavra de Deus, uns com aceitação e submissão, outros para rejeição e contestação, muitos para aculturação. O desvendamento das Escrituras foi, efetivamente, uma novidade cultural e causou profunda modificação nos tradicionais e arraigados conceitos medievais de religião, Igreja, fé, salvação e moral religiosa. Os que as liam devocionalmente com o espírito de aprendizado e interesse de assimilação de seu conteúdo, pediam explicações aos líderes reformados, que as ministravam individualmente e em grupo. A necessidade de ensino fez surgirem mestres renomados da retórica e da didática sacras, e possibilitou o aparecimento de numerosos guias, catequizadores e pregadores leigos.

MINISTÉRIOS DOCENTE E REGENTE.

Ministério regente. A Igreja reformada separou, sem desarmonias, o ministério docente do regente; estabelecendo “ministros regentes” ordenados com a incumbência de administrar o corpo eclesial, distribuir os elementos da Santa Ceia, pregar o Evangelho de maneira direta e simples, passar para o povo os fundamentos da fé recebida e apreendida, cuidar da disciplina eclesiástica. O ministros leigos ou “presbíteros regentes” tiveram, e ainda têm, um papel importantíssimo na divulgação das Escrituras e na formação doutrinária dos crentes. Cada comunidade reformada, tal como a Sinagoga, funcionava, e continua funcionando, como escola bíblica. Nossos líderes, ao longo dos anos, recebem ampla informação teológica e sólida formação reformada pelo ministério docente da Igreja, pelo convívio com os mais experientes e pelos diálogos e entrevistas com os ministros da Palavra. Preparados no seio da Igreja, tornam-se comunicadores do Evangelho, eficientes e conscientes, e ministradores da doutrina reformada, mesmo sendo leigos.

Ministério docente. O ministério docente, no sistema reformado, era exercido, e assim permanece, por ministros da Palavra, especialmente ordenados, depois de teologicamente habilitados. A eles se atribuem os papéis de ensino, de defesa da fé, de ministração dos sacramentos, de preparação dos ministros leigos, de pastoreio das ovelhas. Os ministros docentes, nos áureos tempos da Reforma, passavam por rigoroso exame vocacional; recebiam sólida formação teológica, eram submetidos ao teste da experiência pastoral para, então, serem ordenados. Ficavam, portanto, em condições de exercer o pastorado com dedicação, consagração e eficiência.

No sistema reformado, a Igreja, sacerdócio real de todos os crentes, prega e ensina autoritativamente as Escrituras pela boca e pelo testemunho de todos os membros, coletiva e individualmente. Desse modo, a Bíblia penetrou fundo nas populações diversas, levando-as a libertar-se do eclesiasticismo, do sacramentalismo e do sacerdotalismo dominantes. E o cristianismo passou a respirar o vitalizante oxigênio da liberdade de crença, de culto, de livre exame das Escrituras, de salvação exclusivamente pela graça em Cristo Jesus mediante a fé. A eliminação dos mediadores e das intermediações colocou o povo, sem barreiras, diante de Deus e em contato direto com a sua Palavra. Nem tudo, porém, deu certo. A facilidade de se chegar ao ministério pastoral, mormente nas áreas carismáticas; a ascensão das lideranças leigas, mais pela catapulta do entusiasmo que pela escada do saber, levou o movimento reformado à pulverização, consequenciando variadíssimas polarizações em torno de “guias carismáticos”, todos “autocredenciados” pregadores e intérpretes da Bíblia. O bibliocentrismo, infelizmente, converteu-se em biblicismo sectário.

REDENÇÃO E MISSÃO.

A misericórdia de Deus, para a fé reformada, age em duas direções, segundo o beneplácito de Salvador: *redenção* e *missão*. A redenção é o fim; a missão é o meio. O mesmo Deus que elege o fim, elege os meios. A impulsão e a compulsão da graça geraram grandes pregares e extraordinários evangelistas.

Não se há de esquecer que os princípios teológicos, codificada nos postulados confessionais, exerceram função normativa preponderante na estruturação da fé reformada e na comunicação da Palavra de Deus, estabelecendo, a respeito, as seguintes

NORMAS GERAIS:

Pregação. A pregação deve ser substancialmente bíblica, cristocêntrica e eclesiológica, enfatizando os meios de graça: Palavra de Deus, sacramentos, oração.

Doutrina A doutrina obrigatoriamente nasce das Escrituras(Sola Scriptura), jamais por decisão da Igreja à margem da Palavra de Deus.

Salvação. A salvação é exclusivamente por Cristo(Solus Christus), segundo a misericórdia de Deus(Sola Gratia), mediante a fé salvadora(Sola Fide).

A Bíblia e a Igreja. A Igreja é filha do Verbo divino, existe para viver e testemunhar as Escrituras. O crente, ao ler a Bíblia, ele o faz iluminado pelo Espírito Santo, instruído pelo ministério eclesial docente, orientado pela Igreja: orientação impregnada na sua mente por convivência ou ministrada por seus líderes eclesiásticos. Igreja, Bíblia e crentes são inseparáveis.

CATECISMO MAIOR

O PROFETA E A PALAVRA

Pergunta 158: *“A quem é permitido pregar a Palavra de Deus?”*

Resposta: *A palavra de Deus deve ser pregada somente por aqueles que têm dons suficientes(I Tm 3. 2, 6; II Tm 2. 2; Ml 2. 7) e são devidamente aprovados e chamados para o ministério(Rm 10. 15; I Co 12. 28, 29; I Tm 4. 14).”*

Pergunta 159: *“Como deve ser pregada a Palavra de Deus por aqueles que para isso são chamados?”*

Resposta: *Aqueles que são chamados a trabalhar no ministério da Palavra devem pregar a sã doutrina(Tt 2. 1, 7, 8), diligentemente, em tempo e fora de tempo(At 18. 25; II Tm 4. 2); claramente(I Co 14. 9)), não em palavras persuasivas de humana sabedoria, mas em demonstração do Espírito e de poder(I Co 2. 4); fielmente(Jr 23. 28; I Co 4. 1, 2), tornando conhecido todo o conselho de Deus(At 20. 27), sabiamente(Cl 1. 28; II Tm 2. 15) acomodando-se às necessidades e às capacidades dos ouvintes(I Co 3. 2; Hb 5. 12-14; I Ts 2. 7; Lc 12. 42) zelosamente(At 18. 15; II Tm 4. 5), com amor fervoroso para com Deus(II Co 5. 13, 14; Fp 1. 15-17) e para com as almas do seu povo(II Co 12. 15; I Ts 3. 12); sinceramente(II Co 4. 2; II Co 2. 17) , tendo por alvo a gloria de Deus(Jo 7. 18; I Ts 2. 4- 6) e procurando converter(I Co 9. 19-22) , edificar(II Co 12. 19; Ef 4. 12) e salvar as almas(I Tm 4. 16; II Tm 2. 10; At 16. 16-18)”.*

MINISTÉRIO DA PALAVRA.

No Velho Testamento, os ministros da Palavra eram os sacerdotes e os profetas, ambas as classes especialmente separadas por Deus para os respectivos ministérios.

Cumpria ao sacerdote, prioritariamente, comunicar ao povo os oráculos de Deus, edificando, confortando, consolando e doutrinado. Em virtude do papel mediador, sua ligação com os fiéis era direta e absolutamente indispensável. Ele ouvia os penitentes e levava a Deus, mediatária e intercessoriamente seus clamores e confissões. Recebia a divina resposta, contendo a palavra de perdão, e a transmitia aos fiéis. Em resumo: a palavra de Deus pregada pelo sacerdote era, especialmente, de natureza sacerdotal. Na verdade, o sacerdote era o pastor do rebanho.

Cumpria ao profeta ser portador, como arauto do Rei, dos recados divinos para os eleitos. Tais comunicações podiam ser de instrução, advertência, orientação, revelação de uma vontade divina não comunicada ou juízo. O seu ministério era estritamente o da comunicação reveladora.

Por aí se vê, que Deus separava homens especiais para tais funções; e somente esses podiam exercê-las. No Novo Testamento e na Igreja Deus ministra por meio de pastores(substitutos dos antigos sacerdotes, não mais necessários) e evangelistas(substitutos dos profetas da velha dispensação), proclamadores originais, homens que Deus usa para a correta interpretação da mensagem profética, sempre bíblica, e sua comunicação às pessoas de seu tempo. O pregador que a si mesmo se chama e coloca-se no ministério da pregação, prega, certamente, o seu próprio evangelho, que nada tem com o verdadeiro.

Observe bem os advérbios modais na resposta à pergunta 159: Diligentemente, claramente, fielmente, zelosamente, sinceramente. Assim se deve pregar e ensinar a Palavra de Deus.

VOCAÇÃO MINISTERIAL.

O exercício do ministério do ensino(didachê), da pregação ou proclamação(kerygma) e do pastoreio(poimen), no sentido da condução, alimentação, tratamento e defesa do rebanho, exige vocação especial, chamado divino e sólida habilitação teológica. O Ministério da Palavra não é profissão, mas apostolado. Os que por entusiasmo induzido ou por interesses entram para o pastorado docente, prejudicam-se a si mesmos e, o que é pior, causam prejuízos enormes à Igreja. Os conselhos e os presbitérios devem ser mais zelosos na seleção de candidatos ao pastorado. Escolhidos criteriosamente, acompanhá-los durante o período preparatório, não somente verificando o seu aproveitamento escolar mediante a estatística de seu boletim de avaliação, mas, e acima de tudo, o seu testemunho cristão e a sua real comprovação vocacional. Na ordenação, sua vida curricular, testemunhal e vocacional devem ser rigorosamente considerada, sem dispensar o exame minucioso de sua preparação teológica, de sua fé confessional e de sua capacidade relacional com o povo de Deus. Muitos sem vocação pastoral, embora crentes, e alguns até por empreguismo, assumem o pastorado, geralmente desastroso para o rebanho. Ser rigoroso na seleção e exame de candidatos e criterioso nos processos ordenatórios é, na verdade, demonstrar amor e zelo para com a Igreja de Cristo. Todo o nosso zeloso empenho pode falhar; mas se nada fizermos, nós é que falharemos, demonstrando relaxamento na obra do Senhor. O bem da causa deve suplantiar as afinidades e considerações familiares, tratando-se de candidatura e ordenação ministeriais.

A PREGAÇÃO E O PREGADOR.

Continuidade e abrangência. A vocação pastoral exige dedicação exclusiva: envolvimento integral da existência, da formação doutrinária, das atividades e dos relacionamentos sociais. O pregador e a comunidade missionária, a Igreja, interagem-se e comprometem-se com o Senhor do Reino no dia a dia da militância de ambos. O pastor tem de ser eficiente na Igreja para que ela seja eficiente no mundo. A saúde da comunidade depende da sã doutrina que lhe ministra o seu docente ordenado e habilitado.

Fidelidade. O pregador possui o compromisso inarredável da fidelidade às Escrituras Sagradas. Suas mensagens e estudos doutrinários, em decorrência de sua profissão bíblica de fé, fundamentam-se exclusivamente na Palavra de Deus veto e neotestamentária. A compreensão do geral leva ao entendimento das partes; o contexto remoto e o próximo permite-lhe a interpretação do texto. Cada versículo das Escrituras é uma célula, ou parte dela, do corpo revelacional. A vida dos membros é fornecida pelo corpo. Isolar um versículo, é retirá-lo do conjunto global significativo e matá-lo. Muitas exegeses preconcebidas tentam dar vida própria a alguns versículos, à margem da vitalidade revelacional das Escrituras como um todo. Ao pregador compete conservar os salutareis princípios de hermenêutica: *a- Um texto isolado não produz doutrina. b- As Escrituras interpretam-se pelas próprias Escrituras. c- O geral, no complexo unitário revelacional, ilumina e dá sentido ao particular.*

Clareza. O púlpito é a tribuna do Verbo, isto é, de onde a Palavra é pronunciado em forma de oráculo ou sermão, que se emite em forma de pronunciamento monologado,

autoritativo, edificativo, exortativo e doutrinador. No púlpito, o pregador é simples instrumento do Espírito Santo que, em primeiro lugar, subordina-o à Palavra de Deus e, em segundo, instrumentaliza-o para a correta interpretação do texto proposto. Podemos afirmar, então, que o Ministro da Palavra, capacitado pelo Paráclito para interpretá-la e comunicá-la, é um profeta de Deus. A mensagem divina por ele pronunciada com simplicidade e clareza torna-se viva e eficaz na vida dos fiéis. A complexidade é própria dos mensageiros ideológicos, intérpretes mais da cultura de seu tempo que da vontade de Salvador contida nas Escrituras.

O sermão não pode ser um elóquio de sapiência e erudição, mas, acima de tudo, uma mensagem profética emanada das Escrituras.

Sinceridade. Não bastam ao pastor capacidade interpretativa, sagacidade hermenêutica e eloquência; a Igreja exige dele sinceridade e honestidade: viver o que se prega é mais importante que pregar o que não se vive. A primeira pessoa a ouvir a mensagem, apreendê-la e incorporá-la à existência e à conduta, é a do pregador. O Espírito Santo, quando o mensageiro é um vocacionado, atua no preparo do sermão e na sua entrega à comunidade. O pastor que verdadeiramente se submete a Deus e à sua Palavra, alimenta eficazmente o rebanho.

CATECISMO MAIOR

A PALAVRA PREGADA E OUVIDA

Pergunta 160: *Que se exige dos que ouvem a Palavra de Deus pregada?”*

Resposta: *Exige-se dos que ouvem a Palavra de Deus pregada que atendam a ela com diligência(Sl 84. 1,2,4), preparação(Lc 8. 18; I Pe 2. 1,2) e oração(Sl 119. 18; Ef 6. 17,18); que comparem com as Escrituras(At 17. 11) aquilo que ouvem; que recebam a verdade com fé(Hb 4. 12), amor(II Ts 2. 10), mansidão(Tg 1. 21; Sl 25. 9) e prontidão de espírito(At 17. 11), como Palavra de Deus(I Ts 2. 13); que meditem(Hb 2. 1) nela e conversem a seu respeito uns com os outros(Dt 6. 6,7); que a escondam nos seus corações(Sl 119. 11) e produzam os frutos devidos no seu procedimento(Lc 8. 15; Tg 1. 25)”.*

DEUS FALA PELO PREGADOR.

Não há a menor dúvida: Deus fala por meio de pregadores vocacionados, escolhidos, habilitados e ordenados para exercerem o ministério profético interpretativo da Palavra de Deus, contida nas Escrituras Sagradas. O pregador, portanto, é o arauto do Verbo para comunicar a Revelação Bíblica tanto aos eleitos quanto aos rejeitados. Quem o ouve, recebe a mensagem de Deus, que é poderoso para a salvação. O poder não está no profeta, mas no “recado divino que ele transmite”. Eis porque ele tem de ser um profeta verdadeiro, vocacionado para o ministério da Palavra, iluminado pelo Espírito Santo para entender corretamente as Escrituras e interpretá-las para o povo de Deus. Deus requer dele fidelidade e submissão absolutas ao Revelador e ao texto revelado. Tal submissão leva o ministro do Evangelho ao esforço pessoal do aprendizado, da preparação adequada numa boa e consagrada escola de profetas. Cumprido o dever humano da habilitação, ele se entrega nas mãos de Deus de quem recebe a devida instrumentação do Espírito, que o adestrará como mensageiro e colocará nos seus lábios a mensagem verdadeiramente bíblica, convincente, instrutora, convencidora e santificadora. O zelo na preparação acadêmica, que o nivela aos intelectuais de seu tempo; o cuidado com sua postura ética, que o torna irrepreensível diante da sociedade; sua firmeza doutrinária, que lhe fornece confiabilidade e credibilidade perante o rebanho; sua vida santificada, que o torna exemplo de suas ovelhas, são evidências claras de vocação ministerial. Deus pode agir por outros meios, mas a normalidade de sua atuação no adestramento de seus ministros docentes é por meio da “escola de profetas”, que deve ser de alto nível, pois se destina ao preparo dos pregadores do Evangelho e pastores do povo de Deus.

QUEM OUVE A PALAVRA.

Há dois tipos de ouvintes da Palavra: o **não crente** e o **crente**.

a- O **não crente** também se classifica em dois grupos: o *eleito* e o *rejeitado*. a.1- O **não crente eleito**, em virtude de sua condição preordenada, recebe a Palavra salvadoramente, sente-se chamado por ela, aceita o Verbo redentor, une-se a ele por compulsão eletiva; tudo por obra do Espírito Santo. a. 2- O **não crente rejeitado**

também ouve a Palavra, pode até compreendê-la racionalmente, mas a rejeita sumária e contumazmente com força controladora de seus atos, roteiro normativo de sua existência, baliza de seus direitos, parâmetro de sua conduta e norma de sua fé.

b- O **crente**, sendo templo do Espírito Santo, dirige seus passos pela luz da Palavra de Deus; está capacitado a separar com nitidez a pregação emanada das Escrituras daquela originária da sapiência não revelada, dos sentimentos puramente carnis, das emoções destituídas de espiritualidade. Aos ouvintes da pregação recomendam-se:

> Conteja-la com as Escrituras, certificando-se de que realmente o pregador ateve-se ao texto a que se propôs interpretar ou se o tema desenvolvido firma-se no contexto escriturístico. O rebanho de Cristo não houve a voz de estranhos nem estranhas vozes.

> Constatada a veracidade bíblica da mensagem, recebê-la com humildade, sinceridade e disposição de aplicá-la pessoalmente em si mesmo e nos seus atos diários; retransmiti-la pela vocalização, pelo testemunho e pelos relacionamentos firmados no amor, na sinceridade, na lealdade e na fraternidade. Não vindo a revelação por via intelectual, mas pela graça dadivosa de Deus, os mais humildes compreendem melhor a vontade revelada de Deus: *Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos*” (Mt 11. 25).

> Tomar a Palavra recebida como eficiente meio de santificação cotidiana. O crente sabe, por experiência convivencial com o Pai, que *“nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus.”* Os ensinamentos bíblicos são-lhe vitais e essenciais à totalidade do ser, da existência e das ações em cada ato, em cada circunstância, em cada crise, em cada vitória, em cada derrota, em cada plano e em cada execução. A força e o poder da Palavra de Deus norteiam todas as atividades do servo de Cristo. Ele, iluminado pelo Paráclito, não confunde a mensagem bíblica com a pregação emocionalmente impactante, eventualmente convincente, mas nunca permanente e verdadeiramente regeneradora. Os extraordinários recursos da mídia podem escurecer ou ocultar a revelação, ou até substituí-la por outros evangelhos mais “convenientes” ao “mercado” receptivo; jamais, porém, a substituirão na mente e no coração dos eleito.

A Palavra não compreendida, o Diabo arrebatá-a(Mt 13. 19). A Palavra mal retida, a angústia e a perseguição destroem-na(Mt 13. 20, 21). A Palavra não priorizada, os cuidados e os prazeres do mundo sufocam-na (Mt 13. 22). A Palavra compreendida e apreendida frutifica abundantemente(Mt 13. 23).

Não estando nas mãos de Deus o pregador e o ouvinte, aquele não prega e este não ouve a Palavra de Deus.

O EVANGELISMO PESSOAL.

A pregação oratorial e oracular das Escrituras são importantes; foram largamente utilizadas pelos sacerdotes e profetas vetotestamentários e pelos apóstolos e discípulos de Jesus Cristo. Contudo, o evangelismo pessoal é indispensável, tanto aquele programado e submetido a padrões técnicos de comunicação como o praticado descontraidamente no linguajar diário, coloquial, desprezioso e informal. O valor desse evangelismo está na fluência e influência naturais de vidas transformadas e inseridas nos variados ambientes

socioculturais. Cada regenerado é, na verdade, um evangelista tanto pelo exemplo como pela comunicação dialogal das Santas Escrituras.

CATECISMO MAIOR

OS SACRAMENTOS

Introdução

Pergunta 161: *“Como se tornam os sacramentos meios eficazes da salvação?”*

Resposta: *Os sacramentos tornam-se meios eficazes da salvação não porque tenham poder algum em si, nem por virtude alguma derivada da piedade ou da intenção de quem os administra, mas unicamente pela operação do Espírito Santo e pela bênção de Cristo que os instituiu(I Pe 3. 21; At 8. 13, 23; I Co 3. 7; I Co 6. 11).”*

TEOLOGIA DO SACRAMENTO.

Muitos cristãos acreditam na eficácia purificadora, regeneradora e salvadora dos sacramentos: Ceia do Senhor e Batismo. O protestantismo não reconhece mais de dois sacramentos: Ceia do Senhor e Batismo.

Eucaristia e Batismo no Romanismo.

Eucaristia. O romanismo adota e pratica a doutrina da transubstanciação: no momento da consagração, quando se dá a elevação da hóstia e do cálice, no instante mesmo em que o celebrante repete as palavras da instituição, as substâncias dos elementos eucarísticos transubstanciam-se em “corpo, espírito e divindade de Cristo”. O fiel ingere, literalmente, o Cristo real transubstanciado. A Hóstia é, pois, segundo a fé católica, “corpo de Cristo”(Corpus Christi), que age redentora e perdoadoramente no participante. O católico, por essa doutrina, literalmente, “**come**” a carne de Cristo e “**bebe**” o seu sangue.

Batismo. O romanismo atribui ao batismo poder regenerador em si mesmo, capaz de eliminar o pecado original e perdoar pecados factuais; e ainda exorcizar o demônio do batizando e, ao mesmo tempo, “conceder-lhe” o dom do Espírito Santo.

Santa Ceia no luteranismo. O luteranismo sustenta que Cristo, a partir da consagração, junta-se objetivamente à substância dos elementos eucarísticos consagrados. A essa doutrina, chamam de “consubstanciação”; isto é, Cristo está real e pessoalmente com a substância sacramental. Portanto, o fiel luterano também, e concretamente, ingere o Cristo encarnado com o pão e o vinho.

Santa Ceia e Batismo no Calvinismo.

Santa Ceia. O calvinismo ensina que o comungante, pela mediação do Espírito Santo que nele habita, apropria-se da graça renovadora e santificadora de Cristo no ato da comunhão, identificando-se como servo individual do Cordeiro pela integração no seu corpo comunitário. O ágape fraternal caracteriza, define e qualifica o ato sacramental da vinculação do salvo ao Salvador. A Ceia constitui-se, desta maneira, em poderoso meio de graça por reavivar a fraternidade, fortalecer a comunhão com Deus, ressuscitar o conteúdo do sacrifício vicário de Cristo, renovar o pacto da “Nova Aliança”, estabelecer uma antevisão do reino escatológico.

Batismo. O batismo é o rito de ingresso na Igreja visível militante; identifica o crente perante o mundo como servo de Cristo; credencia-o como membro da Igreja; dá-lhe condição de irmão na fraternidade de Cristo. Pelo batismo somos introduzidos no

povo histórico do Filho de Deus, a Igreja Militante, mas não necessariamente na Triunfante. Não somos salvos pelo batismo, mas pela graça a nós aplicada mediante o sacrifício vicário de Cristo no Calvário. Todos os batizados tornam-se membros da Igreja institucional, mas nem todos são realmente eleitos e regenerados: *“Muitos são chamados, mas poucos, escolhidos.”*

Simbolismos sacramentais: *“Os sacramentos são sinais externos, visíveis, da graça interna, invisível.”* A eficácia sacramental está no fato de os elementos físicos e as palavras da instituição evidenciarem a realidade consumada da redenção. Eles, portanto, não são realizadores da regeneração, que é antecedente; apenas a sinalizam, simbolizam-na, evidenciam-na e externam sua realidade intrínseca perante a Igreja e a sociedade. Como sinais distintivos e identificadores dos redimidos, os sacramentos são indispensáveis.

O MINISTRANTE.

O ministrante deve ter as indispensáveis qualificações ministeriais, segundo as Escrituras, expressar vivencialmente os frutos do Espírito Santo. Não são, todavia, os dotes ou carismas do oficiante que validam as celebrações sacramentais, conferindo-lhes qualquer virtude beatífica ou poder espiritual. A graça e os benefícios carismáticos que se recebem no Batismo ou na Santa Ceia procedem de seu instituidor, nosso Senhor Jesus Cristo, que os aplica aos sacramentandos mediante a operação interna do Espírito Santo e o rito sacramental externo. Sem o precedente da regeneração, o aval do Filho de Deus e a atuação do Espírito Santo, os sacramentos despir-se-ão de valor, pois em si mesmos são absolutamente ineficazes. Deve ficar estabelecido, por outro lado, que a crença racional do recipiendário não valida o sacramento, sinal a graça redentora; o que realmente o torna efetivo, verdadeiro e objetivo é a fé salvadora, carisma divino; esta sim, confere eficiência, validade e perpetuidade ao ato sacramental.

O QUE É UM SACRAMENTO.

Pergunta 162: *“Que é um sacramento?”*

Resposta: *O sacramento é uma santa ordenança instituída por Cristo na sua Igreja(Mt 28. 20; Mt 26. 26,27), para significar, selar e conferir(Rm 4. 11; I Co 11. 24,25) àquelas que estão no pacto da graça(Rm 9. 8; Gl 3. 27,29; Gl 5. 6; Gl 4. 15) os benefícios da mediação de Cristo(At 2. 38; I Co 10. 16; At 22. 16); para os fortalecer e lhes aumentar a fé e todas as mais graças(I Co 11. 24-26), e os obrigar à obediência(Rm 6. 4; I Co 10. 21); para testemunhar e nutrir o seu amor e comunhão uns com os outros(I Co 12. 13; I Co 10. 17; Ef 4. 3-5), e para distinguir entre eles e os que estão de fora(I Co 10. 21).”*

Os sacramentos, pois, conferem aos salvos os benefícios da obra de Cristo, fortalecendo-lhes a fé, a fraternidade cristã, a comunhão com Deus, a esperança escatológica; promovendo-lhes o crescimento espiritual; separando-os dos não eleitos por meio dos signos visuais e da participação sacramental; estabelecendo patentíssimo testemunho perante o mundo e nítida distinção entre membros da Igreja militante e os que a rejeitam e dela se excluem. Deus, pelos sacramentos da Ceia e do Batismo assinala seus eleitos de tal modo que são socialmente identificados na terra e serão espiritualmente marcados ou selados para se apresentarem, glorificados, perante o Supremo Juiz no Reino porvir.

AS PARTES DO SACRAMENTO.

Pergunta 163: *“Que partes tem um sacramento?”*

Resposta: *As partes de um sacramento são duas; uma, o sinal exterior sensível, usado segundo a própria instituição de Cristo; a outra, uma graça interior e espiritual, representada pelo sinal(Mt 3. 11).”*

A graça interior tem-na somente o eleito redimido. O réprobo pode até receber o sinal externo do sacramento, mas não a graça interna que representa.

SOMENTE DOIS SACRAMENTOS.

Pergunta 164: *“Quantos sacramentos instituiu Cristo sob o Novo Testamento?”*

Resposta: *Sob o Novo Testamento, Cristo instituiu em sua Igreja somente dois sacramentos: o Batismo e a Ceia do Senhor(Mt 28. 19; i Co 11. 23- 26; Mt 26. 26, 27).”*

A Igreja Católica, extremamente sacramentalista, possui mais cinco sacramentos não aceitos por nós pelo fato de carecerem de fundamentação bíblica. O romanismo buscou-os na tradição, adotou-os como dogma de fé, firmado na autoridade(ou múnus) sacerdotal. São eles: Ordem, Matrimônio, Penitência, Confirmação ou Crisma e Extrema Unção. Para o romanismo, a Igreja é a autoridade suprema em assunto confessional. Para o protestantismo, a autoridade maior em matéria de fé é a Escritura Sagrada.

CATECISMO MAIOR

MEIOS DE GRAÇA – BATISMO.

Pergunta 165: “Que é Batismo?”

Resposta: *Batismo é o sacramento do Novo Testamento no qual Cristo ordenou a lavagem com água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo(Mt 28. 19), para ser um sinal e selo de nos unir a si mesmo(Gl 3. 27; Rm 6. 3), da remissão de pecado pelo seu sangue(At 22. 16; Mc 1. 4; Ap 1. 5) e da regeneração pelo Espírito(Jo 3. 5; Tt 3. 5), da adoção(Gl 3. 26, 27) e ressurreição para a vida eterna(I Co 15. 29); e por ele os batizando são solenemente admitidos à Igreja visível(At 2. 41) e entram em um pacto público, professando pertencer inteira e unicamente ao Senhor(Rm 6. 4).”*

SIMBOLOGIA BATISMAL.

O Batismo é sinal e selo: **a-** Do ato de nossa união com Cristo; **b-** da remissão de nossos pecados pelo derramamento do sangue do Cordeiro; **c-** da nossa regeneração viabilizada por Cristo e realizada pelo Espírito Santo; da nossa ressurreição espiritual, garantia da corporal; pressuposto necessário da vida eterna; **d-** de nosso ingresso na Igreja visível; **e-** do pacto da graça firmado por Deus em Cristo Jesus com os seus eleitos; **f-** marca que nos torna visíveis e identificáveis diante do mundo. **g-** Finalmente, o Batismo, segundo a definição da fé reformada, é o “sinal visível da graça invisível do regenerado.”

Como sinal, o Batismo pospõe-se à regeneração, não lhe sendo causa. A lustração batismal sem a graça interna do novo nascimento não passa de cerimonial inóxio. A Igreja, herdeira da Reforma, nega a auto-eficácia do sacramento batismal(“ex opere operato”), segundo a doutrina sacramental do romanismo. O Batismo não regenera nem Deus regenera por ele, pois não é causa da regeneração. A graça da regeneração é uma conquista de Cristo, aplicada pelo Espírito Santo.

CONTEÚDO BATISMAL.

a- O Batismo é um rito público de iniciação no povo de Deus, ministrado sobre aqueles que, sendo eleitos, foram anteriormente iluminados, chamados, convencidos e tocados pelo Espírito Santo, vindo a, de maneira irresistível, aceitar a Palavra Redentora para unirem-se indissolúvelmente a Cristo Jesus, integrando-se no seu corpo místico, a Igreja verdadeira. Vinculados ao Redentor na membresia dos redimidos, os batizados são continuamente trabalhados santificadamente pelo Espírito, tendo seus pecados atuais diariamente perdoados, pois a eles se aplicam os contínuos benefícios do sacrifício vicário de Cordeiro, os efeitos purificadores do seu imaculado sangue, derramado em favor dos eleitos.. O batizando submete-se conscientemente, pela cerimônia batismal, ao imperativo da graça redentora manifesta e realizada em Cristo Jesus.

Nexo sacramental. Há um certo nexo significativo entre o Batismo e a Ceia do Senhor: neles, conjuntamente, estão presentes o simbolismo do pacto, a morte e a ressurreição de Cristo, o dádiva da salvação, a santificação, a visão e a antecipação do reino escatológico. Em ambos o derramamento do sangue redimidor de Cristo coloca-se em sincronia com a doação do Espírito; a graça expiadora e a santificadora associam-se na mesma obra.

Modos de aplicação. Muitos evangélicos aplicam o ritual da “imersão” mais por literalismo que por simbolismo, pois entendem que “mergir” e “emergir” são, respectivamente, atos reais e concretos de “sepultar” e “ressuscitar”. Assim, crêem que o batizador, realmente, “merge” o homem velho, no tanque ou no rio, e “emerge” ou “ressuscita” nova criatura. Cristo, porém, anteriormente batizado por João o Batista, não “morreu”, “mergindo” em água, nem “ressuscitou”, “emergindo” dela. Morreu na cruz. Foi sepultado. Colocaram seu corpo inerte num túmulo amplo, espaçoso e seco. Fecharam a entrada lateral com uma pesada pedra. Depois de três dias ele “saiu” do sepulcro sem qualquer ajuda pelo milagre da ressurreição. E ele é a primícia dos futuros ressurretos. Qualquer literalismo na simbologia batismal, especialmente no que se refere ao batismo e morte de Cristo, é impropriedade e inadequado. O sacramento simboliza, mas não repete ou reproduz a coisa simbolizada. Como os elementos eucarísticos não se transubstanciam em corpo de Cristo, também o batistério não se transforma em túmulo onde o batizando, morto, é sepultado e ressurreto pelo batizador.

Aceitamos, embora não pratiquemos, o batismo por imersão por conter os elementos simbólicos essenciais, segundo a ordenação de Cristo: Água, os nomes trinitários: Pai, Filho e Espírito Santo, e o ministro ordenado para executar o rito; tudo precedido de pública profissão de fé do batizando, quando se tratar de adulto. Batizamos crianças porque a graça não as discrimina; redentoramente incapazes são infantes e adultos.

SIGNOS PACTUAIS.

Pacto de Obras. O primeiro pacto, de conseqüências gerais e permanentes, foi feito com o primeiro casal no Éden. Esse concerto tinha dois sinais: um externo, a “Árvore do Conhecimento do bem e do mal” e outro interno, “a Lei expressa,” implantada do íntimo do homem primevo, gerando e estabelecendo a obediência e a fidelidade. Quebrado o pacto, a infidelidade tomou conta do ser dos infratores e de toda humanidade existente potencialmente neles.

Pacto da reconstrução. Com Noé Deus estabeleceu o pacto do recomeço. Seu meio explícito foi a Arca; seu símbolo, o Arco-íris; sua comunicação se fez pela advertência de Noé.

Pacto da promessa. O pacto da promessa foi firmado com Abraão e sua descendência. Sinal visível: circuncisão. Sinal invisível: fé, confiança irrestrita no promotor da aliança. A ordenança da circuncisão estendia-se a crianças e adultos.

Pacto da graça ou da nova aliança. Deus por meio de seu Filho firmou conosco a última e perfeita aliança; esta de caráter eterno. Sinais visíveis: Batismo e Ceia. Sinais invisíveis: Habitação do Espírito Santo e seu testemunho interno, condicionando o batizado à vida cristã, à compreensão da Palavra, à santificação e ao testemunho. O pecador, ao aceitar o Novo Testamento do sangue de Cristo, a aliança final de Deus com o homem, sela-o com o rito batismal e o preserva com a participação na bênção eucarística, a comunhão do corpo de Cristo. O Batismo, portanto, é o ingresso na grei de Cristo, não por vontade produzida pala razão, mas pelo Espírito Santo. Os compromissos pactuais, verdadeiros votos a Deus, são irrevogáveis. Afirmamos, portanto, ser o Batismo o sinal e o selo do pacto da graça tanto quanto o ritual de ingresso na Igreja visível institucional. Os precedentes necessários do Batismo são: A fé, um dom de Deus; o arrependimento dos pecados; a conversão, momento em que Cristo toma conta da vida do

eleito; o impulso irresistível de pertencer a Cristo e estar com ele. Tudo isso leva irremediavelmente ao Batismo. Todos os passos condutivos ao ato batismal são obra do Espírito, agindo internamente do escolhido pelo poder da Palavra de Deus. O verdadeiro Batismo é irrepitível, pois não se ingressa mais de uma vez no Reino de Cristo, a Igreja. Muitos réprobos podem penetrar, eventualmente, a Igreja visível peregrina, institucional; jamais, porém, na invisível, na real comunhão dos eleitos. Na Igreja dos “benefícios temporais” muitos penetram; na comunidade dos que se sacrificam, dos que se renunciam pela negação de si mesmos e pela renúncia dos bens materiais poucos entram, porque pela porta estreita somente passam os realmente convertidos.

Na Igreja visível estão todos os batizados, eleitos e não eleitos. Na invisível arrolam-se exclusivamente os regenerados. Para esses, o Batismo é realmente o “*sinal visível da graça invisível*”. Todos os batizados têm acesso à eucaristia, mas somente os regenerados dela se beneficiam porque neles habita o Espírito Santo, graça invisível. Os reprovados, embora filiados à Igreja visível, são despidos do quesito básico que valida o ato sacramental externo: a divina semente espiritual, a Terceira Pessoa da Trindade.